

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Adriana Teixeira Bahia

**COMUNIDADE DA RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR, BA –
Um diálogo entre cidade e saúde mental: estamos extinguindo nossos espaços
saudáveis?**

Campinas
2021

Adriana Teixeira Bahia

**COMUNIDADE DA RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR, BA –
Um diálogo entre cidade e saúde mental: estamos extinguindo nossos espaços
saudáveis?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa

Campinas/SP
Fevereiro – 2021

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

711.4 Bahia, Adriana Teixeira
B151c

Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador, BA: um diálogo entre cidade e saúde mental: estamos extinguindo nossos espaços saudáveis? / Adriana Teixeira Bahia. - Campinas: PUC-Campinas, 2021.

214 f.: il.

Orientador: Luiz Augusto Maia Costa.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Espaço urbano. 3. Saúde mental. I. Costa, Luiz Augusto Maia. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 18. ed. 711.4

ADRIANA TEIXEIRA BAHIA

“COMUNIDADE DA RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA,
SALVADOR, BA – Um diálogo entre cidade e saúde mental:
estamos extinguindo nossos espaços saudáveis?”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa

Dissertação defendida e aprovada em 22 de janeiro de 2021 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa

Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dra. Vera Engler Cury

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Marcos Virgílio da Silva

Fundação Educacional Belas Artes de São Paulo

Agradecimentos

Meu maior agradecimento dirijo aos meus pais, Norma e Sérgio, sem os quais, essa conquista não seria possível, cada palavra aqui escrita é em parte de vocês. Seu apoio incondicional, ainda que a distância, me deu as forças necessárias para continuar nas horas mais difíceis, nos dias mais cansativos. Agradeço também, a minha segunda mãe, minha avó Ivone, por absolutamente tudo, pelas palavras de sabedoria e pelo apoio sempre presente. E, não poderia deixar de agradecer a quem sempre me ensinou tanto, minha irmã, Carol, quem sempre me devotou seu olhar mais gentil.

Ao Prof. Dr. Luiz, não há palavras suficientes para agradecer, mas agradeço por abraçar esse tema, pela sua orientação constante em cada etapa deste árduo processo, mesmo quando a vida não lhe foi gentil. Muito obrigada pela sua contínua disponibilidade e por dividir comigo sua sabedoria e conhecimentos, sua capacidade de compreender o mundo e de enxergar as suas nuances persiste me surpreendendo. Não há fim para esta lista de agradecimentos, mas compartilho minha alegria de ao fim desse processo de ter como amigo e mestre.

Muito obrigada aos professores avaliadores, que me deram a honra de compor tanto a minha banca de qualificação quanto a banca final, cujas contribuições foram essenciais para a evolução deste trabalho. A Profa. Dra. Vera Engler Cury, que recebeu de braços abertos essa arquiteta no universo da psicologia e me ajudou a elaborar as conversas entre essas duas áreas, que estão aqui apresentadas nesta dissertação. Ao Prof. Dr. Marcos Virgílio da Silva, agradeço imensamente o aceite e às contribuições através da avaliação deste trabalho.

Gostaria também de agradecer enormemente aos moradores da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, pelo carinho e hospitalidade com o qual me receberam, pelas experiências que compartilharam comigo e pelo auxílio na elaboração dos questionários. Agradeço a Roberbal e a sua família, pela receptividade, ajuda e disponibilidade. E, meu muito obrigada ao Sr. Evandro, por compartilhar comigo a sua história de vida que se mistura com a desta Comunidade, e tantos outros ensinamentos.

Não poderia deixar de agradecer ao meu companheiro Otávio, aquele com o qual tenho a alegria de dividir a vida, enfrentamos juntos esse processo e não há

dúvidas que sem você não teria sido possível. Muito obrigada por tudo, poderia listar enormemente os agradecimentos que lhe devo, mas me restringirei em agradecer pelos ensinamentos, principalmente, por através do olhar com o qual sempre me dirigiu ter me ensinado a acreditar em mim mesma e na minha capacidade de escrever essa dissertação.

Agradeço aos amigos, novos e antigos, aqueles que me acompanharam e acompanham durante toda minha jornada, e aos novos com os quais dividi as dores e alegrias desse período. Agradeço também aos professores e funcionários da PUC-Campinas.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.” E pelo financiamento deixo aqui registrado meu agradecimento.

“Sinto-me cansada, na verdade, cansada de todos esses ricos, de todos esses pobres, cansada de toda essa farsa (...). É preciso que alguma coisa acabe, é preciso que alguma coisa comece.”

Muriel Barbery, *A elegância do ouriço*

BAHIA, Adriana Teixeira. COMUNIDADE DA RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR, BA – Um diálogo entre cidade e saúde mental: estamos extinguindo nossos espaços saudáveis? Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2020. **214 p.** Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP.

Resumo

A presente dissertação de mestrado buscou investigar as possíveis relações entre o espaço urbano e a saúde mental. Para tanto, se utilizou de ferramentas teóricas e empíricas, realizando uma revisão bibliográfica interdisciplinar, que relaciona a teoria da arquitetura e do urbanismo com o da psicologia fenomenológica, e ainda outras disciplinas como a geografia da saúde, sociologia, dentre outras. Seguida de uma investigação empírica através da observação participante da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, localizada na cidade de Salvador, Bahia, onde além da observação foi aplicado o questionário o SRQ-20 da Organização Mundial da Saúde, que busca rastrear sintomas de distúrbios mentais. Atualmente a comunidade da Rua sofre um processo de reintegração de posse contra 41 famílias movido pela Prefeitura Municipal de Salvador. Esse percurso entre cidade e saúde mental, urbanismo e psicologia, foi construído a partir de uma análise que parte do particular ao geral em busca de compreender os processos locais e os em curso na cidade de Salvador, sua relação com os sujeitos e a coletividade, sua vida cotidiana e os possíveis efeitos dos elementos da estrutura urbana na saúde mental. Concluímos indagando a respeito da condução das nossas cidades e o papel do planejamento urbano nesse contexto.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Saúde Mental; Urbanismo; Psicologia fenomenológica; Planejamento Urbano; Salvador.

BAHIA, Adriana Teixeira. THE COMMUNITY OF MONSENHOR RUBENS MESQUITA STREET, SALVADOR, BA – A dialogue between city and mental health: are we extinguishing our healthy spaces? Dissertation (Master in Architecture and Urbanism). 2020. **214 p.** Postgraduate Program de Pós-Graduação in Architecture and Urbanism, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP.

Abstract

This master's thesis sought to investigate the possible relationships between urban space and mental health. For that, theoretical and empirical tools were used, carrying out an interdisciplinary bibliographic review, which links the theory of architecture and urbanism with that of phenomenological psychology, and still other disciplines such as geography of health, sociology, among others. Followed by an empirical activity through a participant observation from Rua Monsenhor Rubens Mesquita, located in the city of Salvador, Bahia, where in addition to the observation, the World Health Organization's SRQ-20 questionnaire was applied, which seeks to track symptoms of mental disorders. Currently, the street community is undergoing a repossession process against 41 families brought by the Salvador City Hall. This path between city and mental health, urbanism and psychology, was built from an analysis that starts from the private to the general in search of understanding the local and ongoing processes in the city of Salvador, its relationship with the subjects and the community, their daily life and the possible effects of elements of the urban structure on mental health. We conclude asking about the conduct of our cities and the role of urban planning in this context.

Keywords: Urban space; Mental Health; Urbanism; Phenomenological psychology; Urban planning; Salvador.

Lista de imagens

Imagem 01. Localização da cidade de Salvador.....	23
Imagem 02. Localização do Bairro do Tororó.....	24
Imagem 03. Localização da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	25
Imagem 04. Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2001.....	27
Imagem 05. Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2005.....	28
Imagem 06. Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2006.....	29
Imagem 07. Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2007.....	29
Imagem 08. Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2008.....	30
Imagem 09. Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2012.....	31
Imagem 10. Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2015.....	32
Imagem 11. SRQ-20 versão traduzida pela autora e aplicada.....	37
Imagem 12. Trajeto realizado da Estação de metrô até a Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	41
Imagem 13. Imagem da Associação de Moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	42
Imagem 14. Imagem da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Podemos ver os obstáculos das calçadas.....	46
Imagem 15. Imagem da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. O conjunto de edificações evidenciam a variedade tipológica da rua.....	47
Imagem 16. Padrão de habitabilidade na cidade de Salvador em 2006.....	64
Imagem 17. Imagem aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	65
Imagem 18. Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	65
Imagem 19. Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	66
Imagem 20. Tabela dos tipos, componentes e níveis do capital social.....	83
Imagem 21. Salvador colonial – autoria desconhecida.....	94
Imagem 22. Evolução urbana de Salvador.....	95
Imagem 23. Conjunto de plantas elaboradas pelo Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (CEAB) demonstrando o desenvolvimento do traçado da cidade.....	97
Imagem 24. Centro antigo de Salvador - atual.....	101
Imagens 25 e 26. Antes, a esquerda, e depois, a direita, da antiga Rua Direita do Palácio que passou a se chamar Rua Chile, após a reforma.....	104
Imagem 27. Legalidade urbanística nas áreas habitacionais de Salvador, 2006....	111

Imagem 28. Ocupação urbana de Salvador em 2006, localização das áreas precárias.....	113
Imagem 29. Quadro da cronologia das transformações de Salvador.....	115
Imagem 30. Quadro cronológico dos períodos capitalistas nos países centrais e na metrópole liberal-periférica de Salvador.....	116
Imagem 31. Mapeamento dos perímetros do Centro Antigo e do Centro Histórico de Salvador.....	117
Imagem 32. Imagem oficial do Plano Salvador 360 e seus eixos de atuação.....	120
Imagem 33. Os trechos propostos para o novo BRT.....	122
Imagem 34. Obras do BRT na Av. Antônio Carlos Magalhães.....	122
Imagem 35. Obras do BRT na Av. Antônio Carlos Magalhães.....	123
Imagem 36. O Hub Salvador.....	124
Imagem 37. A Região Metropolitana de Salvador.....	138
Imagem 38. Litoral Norte, Bahia.....	139
Imagem 39. Tipologia socioespacial da RMS em 2000.....	141
Imagem 40. Tipologia socioespacial da RMS em 2010.....	142
Imagem 41. IDH-M 2010 e localização dos empreendimentos imobiliários, 2008-2014.....	148
Imagem 42. IDH-M 2010, localização das ZEIS do PDDU 2008 de Salvador e MCMV – 2008-2010.....	149
Imagem 43. Domicílios com mais de 3 banheiros e com até 3 cômodos – Salvador, 2010.....	150
Imagem 44. Domicílios tipo apartamento e tipo vilas e condomínios horizontais – Salvador, 2010.....	151
Imagem 45. Concentração e expansão urbana.....	152
Imagem 46. Distribuição espacial da população projetada na RMS para o ano de 2030.....	153
Imagem 47. Modelo de determinantes sociais da saúde e bem-estar.....	160
Imagem 48. Modelo de determinantes sociais da saúde e bem-estar.....	166
Imagem 49. Exemplos de determinantes em saúde.....	167
Imagem 50. Quadro abrangente para a vigilância da igualdade na saúde.....	168
Imagem 51. Tabela de exemplos hipotéticos de determinantes da vida urbana para a Saúde Mental e o desvio social.....	173

Imagem 52. Modelo de um sistema hierárquico relacionando urbanização e fontes de estresse e intervenções.....	174
Imagem 53. Impactos diretos do ambiente físico na saúde mental.....	175
Imagem 54. Impactos indiretos do ambiente físico na saúde mental.....	176
Imagem 55. Aspectos sociais das relações de vizinhanças.....	180
Imagem 56. Aspectos ambientais das relações de vizinhanças.....	180

Lista de tabelas

Tabela 1. Resultados da aplicação do SRQ-20 por questionário.....	52
Tabela 2. Resultados do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) por grupos de sintomas.....	55
Tabela 3. Tabela qualitativa do espaço urbano da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	185

Lista de mapas

Mapa 01. Mapa de uso do solo da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	67
Mapa 02. Mapa de gabarito da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	68
Mapa 03. Mapeamento dos usos cotidianos obrigatórios em um raio de 1.000m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	75
Mapa 04. Mapeamento dos usos cotidianos obrigatórios em um raio de 1.000m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	76
Mapa 05. Mapeamento dos usos eventuais obrigatórios em um raio de 1.000m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	78
Mapa 06. Mapeamento dos usos eventuais complementares em um raio de 1.000m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	79
Mapa 07. Mapeamento dos usos eventuais complementares em um raio de 1.000m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	80
Mapa 08. Mapeamento dos usos esporádicos obrigatórios em um raio de 1.000m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	81
Mapa 09. Mapeamento dos usos esporádicos complementares em um raio de 1.000m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	82
Mapa 10. Mapeamento das principais Avenidas conectadas à Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	87

Sumário

Introdução	15
1. A pesquisadora e a Rua	17
1.1. Primeira aproximação com a hipótese.....	17
1.2. A Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita e a sua história.....	23
1.2.1. Ocupação.....	25
1.2.2. Análise de imagens aéreas históricas.....	27
1.3. Contexto atual.....	33
1.4. A Rua e a pesquisadora.....	34
1.4.1. O olhar da pesquisadora.....	38
1.4.2. Relatos de campo.....	40
1.5. Resultados dos questionários.....	51
1.6. Considerações transitórias.....	56
2. A Rua e a cidade	61
2.1. Análise urbana da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....	61
2.1.1. Habitação.....	62
2.1.2. Infraestrutura urbana.....	69
2.1.3. Oferta de equipamentos, comércios e serviços.....	72
2.1.4. Perspectiva social.....	82
2.2. A Comunidade no contexto urbano.....	86
2.3. Salvador e seus processos socioespaciais.....	91
2.3.1. Breve histórico da urbanização.....	93
2.3.2. Panorama Urbano.....	118
2.3.3. Salvador metrópole.....	137

2.3.4. Análise habitacional.....	144
2.4. Considerações transitórias.....	154
3. A Rua, a saúde mental e o planejamento.....	158
3.1. O urbano e a saúde mental.....	158
3.1.1. O sujeito e o espaço físico.....	169
3.1.2. O sujeito e a comunidade.....	178
3.1.3. Tabela qualitativa.....	184
3.2. Planejamento urbano.....	186
3.3. Considerações transitórias.....	197
Conclusão.....	199
Referências bibliográficas.....	202
Anexos.....	214

Introdução

A presente dissertação tem como sua principal questão, a investigação das possíveis relações entre espaço urbano e saúde mental. Entende-se que para compreender e correlacionar tais questões, a princípio tão distantes, à cidade de caráter global e à saúde mental de caráter individual; devemos primeiro compreender como se conforma o espaço urbano na contemporaneidade, suas características, dinâmicas, atores e agentes sociais. Seguindo para a compreensão de como e quais aspectos influenciam as relações dos cidadãos com a cidade e dos cidadãos entre si, de forma a perceber a relação da cidade e o *habitus*¹ do homem contemporâneo. Compondo tais relações, busca-se então – através das teorias da psicologia e da geografia da saúde, que analisam a partir da perspectiva psicológica a relação aqui construída na perspectiva urbanística – construir elos entre o espaço urbano e a saúde mental.

A compreensão dessa intrincada relação será construída através de uma revisão bibliográfica interdisciplinar, que além de necessária para a compreensão do problema, tem o intuito de dar consistência à dissertação ao olhar para a questão de ângulos variados. Estabelecida a base teórica, a proposta é a análise empírica, dessa forma o espaço urbano escolhido é o espaço informal, espaços, marcados pela precariedade, característicos das cidades brasileiras, onde vive uma parcela significativa da população do país. De acordo com o censo do IBGE de 2010, o equivalente a 6% da população brasileira vive em favelas e em situações de pobreza. Ainda, a Organização Mundial da Saúde (OMS), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) classifica² os moradores de áreas precárias como um grupo de alta vulnerabilidade para desenvolver transtornos mentais. Assim, seria essa a hipótese inicial da dissertação: que os moradores de espaços urbanos precários teriam maior incidência de problemas em relação à saúde mental.

Dessa forma, o estudo de caso escolhido foi a Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita³, localizada no bairro do Tororó, Salvador, Bahia.

¹ Conceito do sociólogo francês Pierre Bourdieu, apresentado em seu livro *Razões Práticas (1930)* que propõe identificar, dentro da estrutura social, as interações entre indivíduos e a sociedade, a forma como os mesmos se relacionam e reagem ao mundo ao seu redor.

² OMS. Mental Health and Development: Targeting people with mental health conditions as a vulnerable group. 2010.

³ Sempre que a palavra rua estiver em letra maiúscula nesta dissertação, estaremos nos referindo ao estudo de caso, a Rua Monsenhor Rubens Mesquita, ou ainda pelas suas iniciais RMRM.

Existente no centro expandido da cidade, ela é bem servida de serviços e infraestrutura urbana. Após 15 anos habitando aquele espaço, 41 famílias estão sofrendo um processo de reintegração de posse movido pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS). Isso posto, a proposta da dissertação é realizar uma observação cuidadosa do espaço em tela e tentar analisar as características do espaço urbano contemporâneo que podem ter influência no estado mental dos indivíduos, embasada por uma revisão bibliográfica sobre o tema. Seguida de questionários com os moradores que possam relacionar o habitar em um espaço urbano precário, tão característico das cidades brasileiras contemporâneas, com a individualidade e os possíveis transtornos de ansiedade e depressão presentes. Trata-se de um questionário da OMS, que rastreia sintomas ligados à depressão e ansiedade, através de perguntas de respostas sim ou não e, assim, quantifica a incidência desses sintomas no local. Os resultados dos questionários são acompanhados de análises subjetivas das vivências da pesquisadora no espaço em análise.

De modo a contemplar as discussões e análises propostas, a presente dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo se propõe a olhar para a comunidade em estudo, a sua história e contexto atual, assim como traz os relatos e os resultados da experiência de campo da pesquisadora nesse espaço, que são elucidativos para compreendê-lo. No segundo capítulo a comunidade é olhada a partir de uma perspectiva da técnica urbana e em seu contexto na cidade de Salvador, que também é observada, apresentando seu histórico e processos e dinâmicas contemporâneas em curso. O capítulo três relaciona as informações apresentadas anteriormente a respeito dos processos em curso nas cidades brasileiras com a teoria da psicologia fenomenológica, e constrói as relações teóricas entre cidade e espaço urbano, assim como buscamos compreender o papel do planejamento urbano neste contexto, e, por fim faz as conclusões finais a respeito da hipótese apresentada.

1. A PESQUISADORA E A RUA

1.1. Primeira aproximação com a hipótese

As cidades, ao longo de sua história, já receberam inúmeras definições, várias áreas do conhecimento tentaram e ainda tentam explicar o sistema ou os sistemas complexos que as formam, porém, ainda não há um consenso do que é cidade, nem mesmo entre os urbanistas. No entanto, é inegável que sem pessoas não há cidade, o ambiente físico por si só não é suficiente para definirmos em um determinado espaço-tempo o que é cidade. Portanto, se somos parte da cidade, não seria ela parte de nós? Se nós a afetamos o inverso não seria verdadeiro? É dessa premissa dialética que se inicia a ideia que será discutida neste trabalho.

Paralelamente a essa ideia, vimos no último século uma escalada da vida urbana, que de acordo com o Relatório de Perspectivas da Urbanização Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) do ano de 2018, 55% da população mundial vive em áreas urbanas, enquanto no Brasil esse percentual é 87%. Portanto, entendendo que a maioria da população brasileira é urbana e parte constitutiva das cidades, consideramos que é importante trazer luz a noção de como as cidades afetam os indivíduos que as habitam e as constroem. E se a cidade tem influência no indivíduo, na sua rotina, nos seus hábitos e costumes, nas suas sensações e emoções também não poderia afetá-lo a um nível mental? Dessas concepções surgem a proposta da pesquisa de mestrado: *construir relações entre espaço urbano e saúde mental*.

Para esse propósito foi elucidativa a leitura de Georg Simmel em seu texto *A metrópole e a vida mental*, presente no livro *O fenômeno Urbano* (VELHO, 1967), o livro como um todo evocou a curiosidade da relação da cidade com o indivíduo, mas o texto de Simmel foi a faísca que despontou o questionamento de qual poderia ser o efeito das cidades na saúde mental.

Em seu texto, Simmel busca entender como a personalidade se acomoda às forças externas, o momento em que escreve é o da mudança da vida rural para a vida urbana, e a esse respeito o autor aponta para a intensificação dos estímulos como fator preponderante para as condições psicológicas que a metrópole cria. Para Simmel (1902), a resposta do homem – do tipo metropolitano como chamou – para essa nova ambientação externa foi de passar agir com a cabeça ao invés do

coração, e esse fato pautaria o surgimento de diversos novos padrões comportamentais do indivíduo que passa habitar a metrópole. Para o autor, a mente humana passa a ser calculista e prática, fatores oriundos da exacerbação da intelectualidade, de uma vida urbana acelerada e pautada na economia monetária.

As novas gerações já nasceram no mundo urbanizado, assim já superamos a estrutura social retratada pelo autor. Simmel (1902) falou da mudança da vida rural para urbana, em um período em que as cidades de então não se comparam as metrópoles e megalópoles do mundo contemporâneo e à sua complexidade. E, assim, despertou na pesquisadora a curiosidade de como a cidade contemporânea poderia influenciar a vida mental dos indivíduos hoje.

Diante desta proposta, a pesquisadora se deparou com o desafio de encontrar uma bibliografia que abordasse o tema, foram identificados autores importantes, mas havia e ainda há uma escassez de análises a respeito do tema, a partir da perspectiva do urbanismo, as análises se concentram na área da psicologia e da geografia da saúde. Desse modo, o esforço passou a ser o de construir uma base bibliográfica que permitisse uma costura entre as duas disciplinas de modo a relacionar as cidades e a saúde mental. Estabelecemos que antes de tudo precisávamos compreender a construção do espaço urbano contemporâneo para então entender como esse espaço poderia influenciar a estrutura social e como a estrutura social poderia influenciar o espaço urbano. Esse foi o caminho que encontramos para relacionar indivíduo e a coletividade com a cidade, a partir dos efeitos dos seus comportamentos na cidade e do efeito da cidade em seu comportamento, que conseqüentemente teriam relações com seu estado mental, essa então foi a chave para construir a relação proposta pela pesquisa. E, ao mesmo tempo, abarcar as análises entre urbanização e saúde mental, feitas pelas áreas da psicologia e enxergá-las pelo espectro do urbanismo, adotando as suas métricas e conceitos. Portanto, definimos uma base teórica que engloba, a arquitetura e o urbanismo, a geografia, a sociologia e a psicologia de modo a construir nosso pensamento.

Na construção das primeiras relações entre cidade e saúde mental, partimos da concepção da OMS⁴, que em 1946, conceituou saúde como “um estado de

⁴ Constituição da Organização Mundial da Saúde, 1946.

completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”, expandindo a noção de saúde que se torna mais intrincada, incluindo aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. De maneira semelhante, a Reforma Psiquiátrica no Brasil, iniciada na década de 1970⁵, se consolidou a partir de 1992, ao aprovar consecutivamente, em vários estados brasileiros, leis que substituem o hospital psiquiátrico em prol de uma rede integrada para o cuidado com a saúde mental.

Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, propostos pela ONU para serem alcançados até o ano de 2030, definem algumas metas nas dimensões econômica, social e ambiental. Em vista de tais metas, a ONU, através da Organização Mundial da Saúde apresenta alguns documentos que foram o ponto de partida para as primeiras relações da saúde mental com o espaço urbano. O primeiro deles, O Plano de Ação para Saúde Mental (2010), objetiva determinar diretrizes para promoção da saúde mental e a prevenção e reabilitação da doença, que possam servir como base para os planos nacionais. Para atingir seu propósito, o documento define os determinantes em saúde mental, dividindo-os, entre atributos individuais – habilidades de lidar com pensamentos e emoções, seu comportamento, interações sociais – e fatores externos, quais sejam: culturais, econômicos, políticos e ambientais. Este documento pontua o contexto local como condição capaz de aumentar a vulnerabilidade para desenvolver doenças mentais, dentre eles os agregados familiares vivendo em pobreza.

Para tratar a esse respeito, a OMS disponibiliza um documento específico para o que irá chamar de grupos vulneráveis⁶, que define como tais tanto aqueles com doenças mentais, quanto aqueles em situações que aumentem a possibilidade de o indivíduo desenvolver problemas e distúrbios mentais. Dentro do segundo grupo, um dos critérios é a pobreza e a vulnerabilidade social como fator de risco para desenvolver problemas de saúde mental. De acordo com a OMS, o difícil acesso a serviços e ambientes de moradia adversos são estressantes a ponto de aumentar o risco do desenvolvimento de alguma condição mental.

A partir do entendimento dessas primeiras relações entre o ambiente físico e a saúde mental, e entendendo a pobreza e a precariedade como agravantes para o

⁵ BRASIL, 2005

⁶ Mental health and development: Targeting people with mental health conditions as a vulnerable group, 2010.

desenvolvimento de distúrbios mentais, iniciou-se a revisão de bibliografia que relaciona o ambiente físico e a saúde mental sob a ótica dos processos de urbanização e do meio urbano.

A esse respeito, a linha de estudo denominada geografia da saúde, relaciona o território com a saúde, podendo tratar desde temas como a espacialização das doenças e dos serviços públicos, até análises dos impactos comportamentais e do ambiente em saúde. Nessa área, Paula Santana, geógrafa portuguesa, atua predominantemente na linha da geografia de saúde e dedica seus estudos à associação da ocorrência de doenças com fatores sociais, econômicos e culturais do local onde se vive, e no espectro da saúde mental, também associa a fatores ambientais e comportamentais.

Para Santana (2014), a saúde mental é resultante de um conjunto de fatores biológicos, psicológicos, sociais e de contexto. Sua ocorrência se relaciona com uma soma do contexto social – características individuais, culturais, habitacionais, de trabalho e de organização do território, muito semelhantes às aquelas categorias colocadas pela OMS – e com a perspectiva espacial e de urbanização. Dessa forma, a autora entende que o planejamento urbano pode tanto ter um papel negativo quanto positivo na saúde humana.

Na última década análises estatísticas multi-escala confirmaram que o contexto tem efeito sobre a saúde, independentemente, ou para além, das características individuais. O ambiente social é influenciado pelas dimensões de estabilidade residencial (e.g., alojamento permanente e migração), estrutura familiar (e.g., isolamento), capital e coesão social, qualidade do ambiente construído e composição étnica. Por outro lado, as mudanças sociais constituem-se como poderosos 'determinantes' da saúde; as crises económicas estão associadas ao aumento das doenças mentais e, em alguns casos, à diminuição da esperança de vida (morre-se mais e mais cedo). (SANTANA, 2014, p. 60).

A autora identifica as características relativas à comunidade que podem causar variações na saúde, e as divide em quatro grupos: 1. As condições físicas do lugar partilhado por todos; 2. Condições das habitações, em especial a insalubridade; 3. Condições de trabalho/ensino; 4. As diferenças tipológicas entre urbano e rural. Dessa forma, o contexto da vivência pode promover perturbações mentais.

Entendendo os espaços informais como parte significativa do espaço urbano contemporâneo, onde encontram-se a pobreza e a precariedade, entendida pela OMS, como fatores de risco que aumentam a vulnerabilidade a problemas mentais. Dessa forma, tais espaços urbanos foram entendidos como pertinentes para o estudo empírico da revisão bibliográfica da dissertação.

Esse rápido panorama das primeiras noções da relação entre saúde mental e espaço urbano – que serão aprofundados ao longo deste trabalho – foram as primeiras fontes consultadas, que levaram à hipótese inicial da pesquisa: *de que nos espaços urbanos não enquadrados na estética e técnica do Urbanismo Ortodoxo, em geral espaços autoconstruídos, por vezes marcados pela precariedade, teriam uma maior incidência de problemas e doenças mentais*. Colocada essa proposição foi identificada a necessidade de definir um objeto para a análise empírica, de modo a levar a pesquisa para além do mundo das ideias. E, assim, foi escolhida a Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

A comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, existente no bairro do Tororó, Salvador, Bahia. Se localiza em uma região central, próxima a estação da Lapa, terminal de ônibus e estação da linha 1 do sistema metroviário; e é classificada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador⁷ como uma centralidade metropolitana. Próximos à comunidade também se encontram o Dique do Tororó, a Itaipava Arena Fonte Nova, principal estádio de futebol da cidade, e áreas de intenso comércio, com facilidade de acesso a serviços e a equipamentos públicos (vide imagem 03).

A história dessa comunidade se inicia como a de muitas outras no Brasil. Por não poderem acessar a habitação através do mercado formal, a população faz valer seu direito à moradia através da ocupação e da autoconstrução. Desse modo, a ocupação do local se iniciou, em média, há 15 anos. De acordo com Moreira et al. (2017), na área havia algumas casas, mas a maior parte era apenas um matagal e a fonte do Tororó. Dessa forma, as famílias vão ocupando o local e através da autoconstrução estabeleceram suas residências e, em conjunto, construíram calçamento, escadarias e drenagem. Da ocupação não há relatos de impedimento

⁷ Lei nº 9.069/2016

advindos da Prefeitura Municipal de Salvador, porém, ela também não ofertou infraestrutura urbana.

Desse modo, esse espaço urbano manteve-se em esquecimento até o momento em que a área se valorizou do ponto de vista mercadológico, com a chegada do metrô à Estação da Lapa – anterior a 2014, a Estação abrigava somente o terminal de ônibus. Atualmente, a Prefeitura de Salvador move um processo de reintegração de posse contra 41 famílias, com previsão de incluir futuramente outras 38. De acordo com Moreira et al. (2018), especula-se que, no terreno em litígio, será construído um shopping, possivelmente seu estacionamento: o Shopping Nova Lapa.

Ainda como agravante, “a lei nº 9233/2017, desafeta e autoriza o Poder Executivo a alienar os bens imóveis nela citados e, neste caso, a área da Comunidade é citada para dar lugar a um Centro Comercial.” (MOREIRA; OLIVEIRA; BRASILEIRO, 2018, p. 6). No entanto, a Prefeitura Municipal perdeu na primeira fase do processo – que ocorreu à revelia. A comunidade não soube da ação em tempo hábil para providenciar representante legal – ao alegar que a comunidade ocupa o local por menos de um ano, fato que não pode ser comprovado, ao qual a Prefeitura recorreu e o processo segue. “O clima na comunidade é de desespero e insegurança, visto que eles compreendem que o embate com a Prefeitura Municipal de Salvador é difícil de ser vencido por meio judicial.” (MOREIRA; OLIVEIRA; BRASILEIRO, 2017, p. 7).

Desta forma, a Rua foi escolhida como estudo de caso, primeiro pela escala de fácil acesso para a realização da pesquisa, possibilitando um maior aprofundamento na comunidade como um todo, assim como, devido ao fato de as circunstâncias vividas suscitar temas essenciais da cidade contemporânea, como a mercantilização do espaço urbano, a expulsão de populações pobres de áreas centrais e bem servidas, dentre outras questões. E, devido a possibilidade, ainda que mínima, de a pesquisa trazer alguma visibilidade à causa que poderia ser de ajuda para a Comunidade. Portanto, neste capítulo iremos olhar de maneira mais aprofundada para esse espaço, para a sua história e para seu contexto atual através do olhar da pesquisadora com seus relatos de campo.

1.2. A Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita e a sua história

A Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita faz parte da cidade de Salvador, localizada na região nordeste do Brasil, no litoral baiano. Fundada em 1549, é um dos primeiros centros urbanos do Brasil, seu crescimento segue uma lógica de urbanização similar às grandes metrópoles brasileiras. Atualmente é a quarta cidade mais populosa do Brasil com mais de 2,8 milhões⁸ de pessoas. Na imagem 01, abaixo, podemos ver a localização da cidade em relação ao oceano atlântico e à sua Região Metropolitana. Já na imagem 02, vemos a localização do bairro do Tororó em relação à cidade de Salvador e seu entorno, sua proximidade com o centro urbano e a sua localização em relação às principais avenidas da cidade.

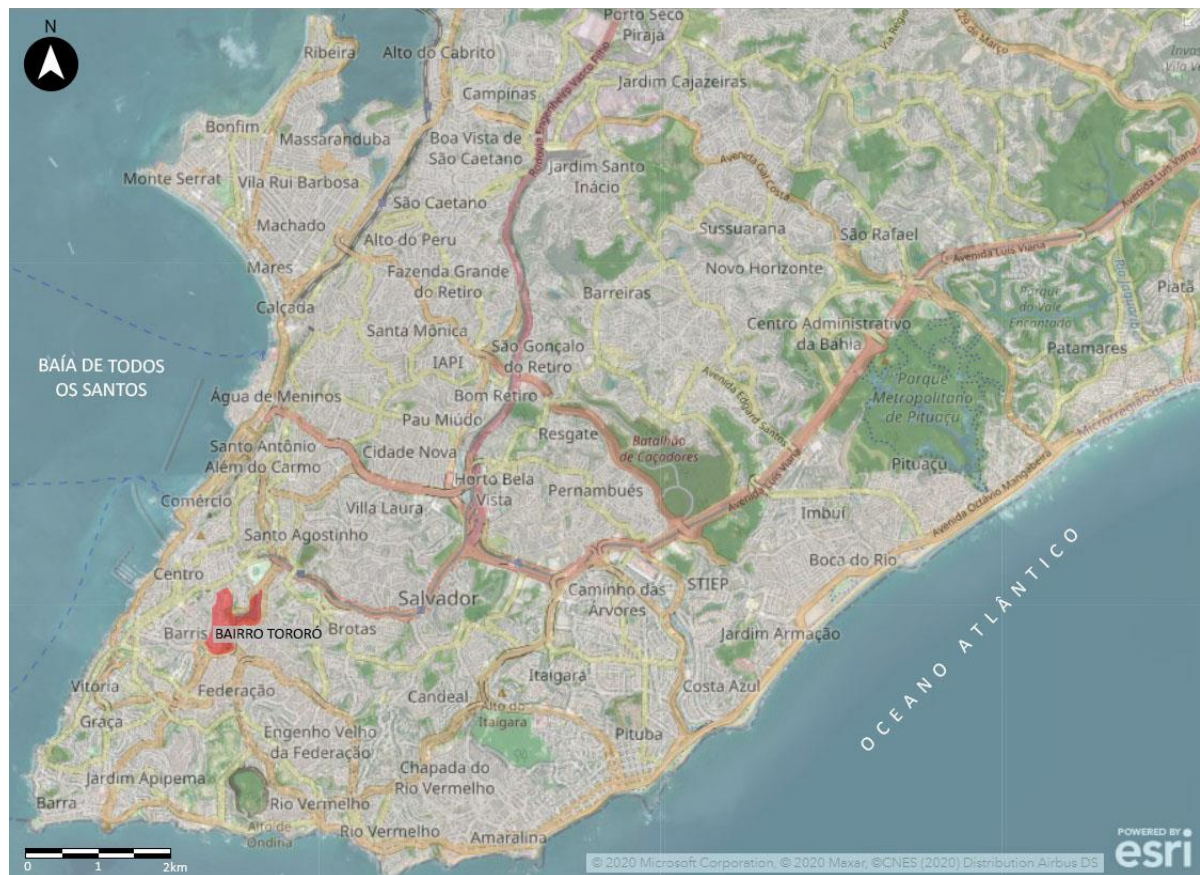
Imagem 01 - Localização da cidade de Salvador



. Fonte: elaborada pela autora

⁸ Estimativas de População de 2018 do IBGE.

Imagem 02 - Localização do Bairro do Tororó.



Fonte: Elaborada pela autora com base em imagens do Portal SIG - CONDER.

Na imagem 03 vemos a localização da Rua Monsenhor Rubens Mesquita que configura a comunidade em estudo, percebemos a proximidade com a Estação da Lapa, importante estação da cidade. Assim como, com o estádio da Arena Fonte Nova, local importante para comunidade onde conseguem complementar a renda familiar em dias de jogo com a venda de bebidas e alimentos. Também é possível identificar a Av. Joana Angélica, importante via da cidade que concentra inúmeros equipamentos e serviços urbanos, e assim, desde já notamos a localização privilegiada da comunidade.

Imagem 03 - Localização da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Elaborada pela autora com base em imagens do Portal SIG - CONDER.

No que diz respeito ao histórico da comunidade não há arquivos, livros, dentre outros documentos oficiais que relatam o histórico da ocupação desse espaço urbano. Portanto, de modo a compreender a sua história, nos valem da história falada dos moradores da rua, daqueles que a construíram e a habitam. Assim como, fizemos uso de recursos cartográficos, em especial a análise de imagens aéreas históricas.

1.2.1. Ocupação

A primeira aproximação com a comunidade se deu no dia 19 de setembro de 2019, ao chegar à Rua em estudo me dirigi à sede da Associação de Moradores, porém esta estava fechada, desse modo perguntando para os transeuntes encontrei o Vice-presidente da Associação de Moradores, Sr. Evandro, em sua oficina de trabalho. O mesmo, muito falante, e por isso conhecido como o “historiador da comunidade”, se disponibilizou a conversar comigo e me contou mais a respeito da

história da comunidade e da situação vivida por eles atualmente, a primeira parte relatarei a seguir.

O relato desse senhor demonstra que a história da ocupação se confunde com a sua própria história, mais ou menos há 14 anos, dado que precisava sair da casa que habitava na região do Tororó, ele listou e reuniu os moradores da área que viviam de aluguel ou em cortiços e, portanto, necessitavam de uma moradia própria. Em conjunto eles ocuparam a área e iniciaram um processo de autoconstrução das suas moradias.

De acordo com ele, muito antes da chegada da Estação da Lapa, aquele terreno abrigava uma plantação de hortelã e era parte de uma fazenda. À época da ocupação, no entanto, parte da área pertencia à Prefeitura Municipal e outra parte, a alguns industriais que já haviam falecido e nenhum descendente a reivindicou, permanecendo abandonada já por alguns anos – quantos, ele não soube me precisar. No primeiro ano de ocupação a Prefeitura chegou a demolir dentre oito e nove casas, as quais eles reconstruíram e permaneceram resistindo no local ao longo dos anos, atualmente muitos possuem a posse e pagam IPTU.

De acordo com Moreira et al. (2017, p.10) a ocupação é uma reação à falta de moradia, uma superação de envergadura política, onde os cidadãos fazem valer seus direitos à moradia e se colocam corporalmente no espaço e, desse modo, também dando função social à propriedade. Assim como, dando continuidade à malha urbana, ocupando a cidade, movimentando-a e dotando-a de vida e urbanidade. Como explica o ocorrido na comunidade,

Antes da ocupação, há quatorze anos, existiam algumas casas na própria rua Monsenhor Rubens Mesquita, de antigos moradores. Na parte central da comunidade, havia um matagal e a fonte histórica do Tororó. No matagal, segundo relatos, era comum a ocorrência de assaltos, estupros e desova de cadáveres e objetos fruto de furtos. Assim sendo, a presença da comunidade naquele vazio urbano, dirimiu sua repulsa junto à vizinhança, dando continuidade à malha urbana local, beneficiando-a. Mesmo porque: cidade ocupada é cidade viva! (MOREIRA; OLIVEIRA; BRASILEIRO, 2017, p. 11).

1.2.2. Análise de imagens aéreas históricas

A seguir iremos analisar as imagens aéreas históricas que podem ser encontradas no aplicativo do Google Earth, as disponíveis datam dos anos de 2001; de 2005 a 2009; e de 2011 a 2019. Desse modo, iremos analisar a evolução da ocupação através dessas imagens.

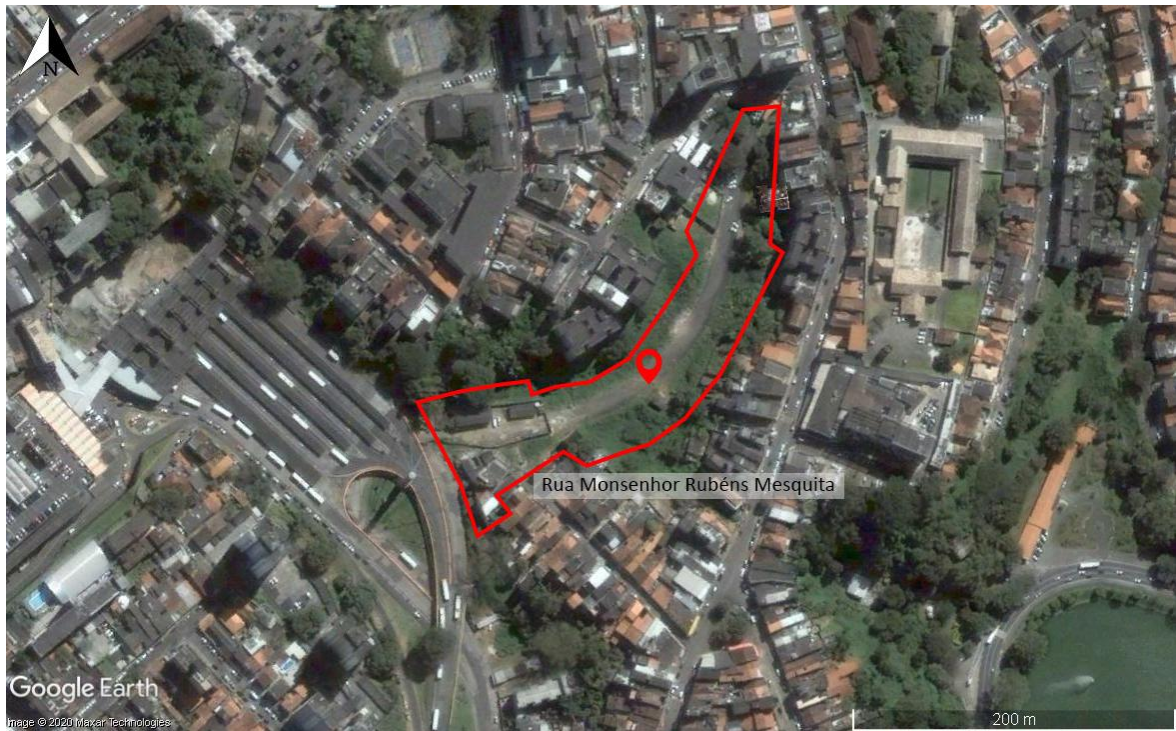
Na primeira imagem histórica datada do ano de 2001 (Imagem 04) podemos notar que não há qualquer ocupação da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, vemos o que parece se tratar de alguns ônibus da Estação da Lapa. Com exceção de alguma infraestrutura não identificada próxima à Estação, a Rua permanece desocupada até o ano de 2005 como podemos ver na imagem 05. E, é a partir do ano de 2006 (Imagem 06) que vemos as primeiras ocupações na Rua.

Imagem 04 - Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2001



Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem do Google Earth.

Imagem 05 - Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2005.



Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem do Google Earth.

No ano de 2006, notamos o início da ocupação. Podem ser vistas na imagem 06 em média quinze casas na Rua, estas parecem duplicar no ano de 2007 como podemos ver abaixo na imagem 07. No entanto, é no ano de 2008 (Imagem 08) que a Rua é quase que completamente ocupada, com exceção da sua porção mais alta e mais distante da Estação da Lapa. Assim como, pelas imagens, nesse mesmo ano algumas moradias parecem subir ao menos um andar e parecem se tornar melhor infra estruturadas.

Imagem 06 - Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2006



Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem do Google Earth.

Imagem 07 - Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2007.



Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem do Google Earth.

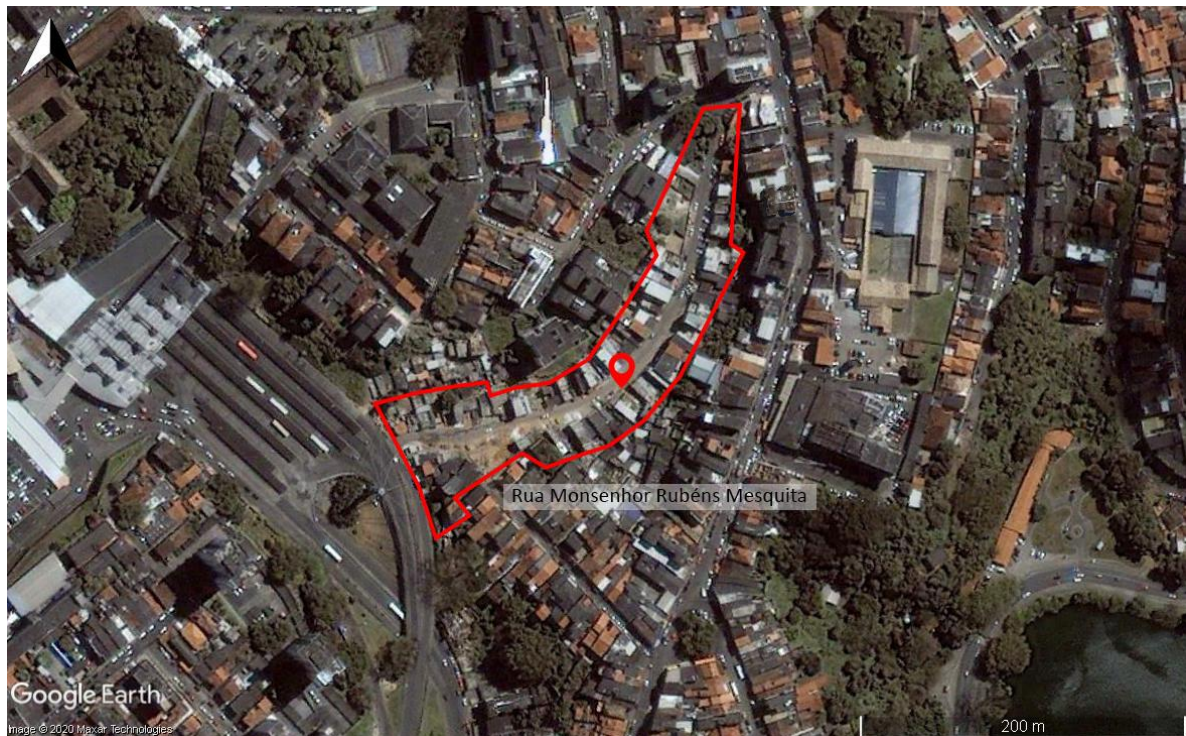
Imagem 08 - Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2008.



Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem do Google Earth.

Em 2009 as casas existentes continuam a crescer verticalmente, no entanto entre os anos de 2009 e 2011 não parecem ocorrer quaisquer modificações na Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Já em 2012 (imagem 09) vemos que a via foi pavimentada, assim como novas habitações na porção superior da Rua.

Imagem 09 - Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2012.



Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem do Google Earth.

Entre os anos de 2012 e 2014 não são notadas maiores modificações na Rua, na imagem referente ao ano de 2015 (imagem 10) parece ocorrer uma densificação da ocupação, com alguns espaços antes existentes entres as moradias agora ocupados, não parece mais existir moradias térreas, praticamente todas cresceram verticalmente. As imagens mais recentes – datadas de 2019 – demonstram que não houve mudanças significativas desde 2015.

Imagem 10 - Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2015.



Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem do Google Earth.

Por fim, podemos correlacionar o crescimento e a evolução urbana deste espaço com estudo da Professora Ângela Gordilho (2010; 2000) a respeito do crescimento urbano da cidade de Salvador. A partir do ano de 2005 – período do início da ocupação da Rua – Salvador e o Brasil de maneira geral testemunharam um *boom* imobiliário que embora diga respeito ao mercado formal teve reverberações na cidade informal. Nesse período ocorreu também uma ascensão do consumo das classes de menor renda da população. Dessa forma, as áreas informais também expandem seus limites, ocupando os lotes vazios remanescentes e verticalizando as edificações existentes. Esses processos são os mesmos que pudemos identificar na análise das imagens aéreas históricas, estando esse espaço em coerência com os processos que sucederam e sucedem na cidade de Salvador e no país.

1.3. Contexto atual

De modo a explicar a situação vivida atualmente retornamos ao relato do vice-presidente da Associação de Moradores, neste mesmo dia – 19 de setembro de 2019 – que me relatou a respeito da história da comunidade, e também compartilhou o processo de reintegração de posse que a comunidade tem vivido e como se deu sua descoberta, já que estes não foram informados do processo.

O vice-presidente relatou que no ano de 2018 ele vinha notando uma movimentação de funcionários da Prefeitura que estavam indo em algumas casas da Rua, principalmente nas mais próximas à Estação da Lapa, estes funcionários, de acordo com ele, aparentavam fazer medições nas moradias. Ao questionar alguns dos moradores que passaram por essa situação estes não quiseram relatar do que se tratava.

Após algum tempo, uma das moradoras que recebeu tal visita em sua casa se dirigiu ao Vice-presidente da Associação e lhe mostrou o papel que recebeu dos funcionários. Assim como, relatou que a Prefeitura estava de fato fazendo uma medição e que esta iria pagar 80 mil reais por andar de cada imóvel, e, portanto, estava pedindo para que os moradores abrissem uma conta na Caixa Econômica Federal. A moradora preocupada se estaria justo o valor oferecido se dirigiu ao Sr. Evandro para perguntar o que ele achava, o mesmo viu o papel e concordou que o valor era coerente.

No entanto, desconfiado, no dia seguinte pediu a um segundo morador que lhe mostrasse o papel que havia recebido, ele havia notado uma numeração no final do documento e em posse desse se dirigiu à Defensoria Pública. Quando a defensora pública consultou o número no sistema, o que apareceu é que se tratava de um processo de Reintegração de Posse, sem direito a qualquer indenização, e que estes ainda deveriam pagar pelo tempo de uso da terra e honorários. O processo é movido contra 41 famílias e já é previsto um posterior contra outras 38 famílias. Diante disso, se iniciou um processo de organização da Associação de Moradores, antes não existente.

O Processo (057098-23.2017.8.05.0001 situado na 8ª Vara da Fazenda Pública de Salvador) ocorreu sem que a comunidade pudesse ter tomado

providências, dadas as circunstâncias em que descobriram a respeito do processo. No entanto, a Prefeitura perdeu em primeira instância, pois alegava que a comunidade habitava o local a menos de um ano, fato que pôde ser comprovado contrário, através de imagens aéreas históricas e até mesmo percebido dado o estado e a idade das edificações. A Prefeitura recorreu e o processo seguiu para segunda instância com vitória da Prefeitura e seguirá para terceira, de acordo com informações dos moradores obtidas em janeiro de 2020, durante as visitas de campo. Além disso, a desafetação prevista para área, citada anteriormente, dificultaria a permanência da comunidade da área, desse modo o clima é de desespero e insegurança, mas também de luta e resignação.

Mediante o ocorrido a comunidade começou a se organizar; uma Associação de Moradores foi criada, sua sede foi construída e desde então vem sendo organizados eventos para arrecadação de dinheiro. Intitulado Festival Gastronômico e Cultural, já ocorreram quatro edições e a quinta estava prevista para março de 2020 – os eventos foram interrompidos, no entanto, em decorrência da pandemia da COVID-19. A Comunidade permanece na luta pela permanência, resistindo no espaço urbano.

Tal questão também se entende como essencial para a compreensão das questões teóricas postas pela pesquisa, dado que ao mesmo tempo em que o processo vivido causa insegurança e angústia. Em contrapartida, o senso de comunidade construído a partir desse contexto é entendido como benéfico para o bem-estar dos indivíduos. Nesse embate, buscamos entender como se dão essas relações entre processos globais e locais e como tais embates poderão afetar a saúde mental desses moradores.

1.4. A Rua e a pesquisadora

Cabe, aqui, primeiramente explicar a metodologia proposta para condução da pesquisa de mestrado. De forma a alcançar os objetivos propostos para a mesma foram definidas duas etapas: a primeira, referente aos procedimentos mentais e, a

segunda, aos procedimentos empíricos. Os procedimentos mentais envolvem a revisão bibliográfica para a construção de uma fundamentação teórica que ilumine a investigação e embase os procedimentos empíricos. E estes, consistem em analisar na prática o referencial teórico através de métodos que serão aqui definidos. No entanto, a pesquisa não se deu de forma linear, as duas etapas se entrelaçam e se complementam. A parte teórica foi desenvolvida ao longo de todo o período de pesquisa, e o processo empírico ainda que tenha se dado em determinado intervalo de tempo no espaço escolhido, as percepções e análises continuaram até a conclusão da dissertação.

Para darmos continuidade, e entendermos melhor as dinâmicas dessa comunidade, seguiremos aqui com os relatos da pesquisa de campo. E, portanto, cabe primeiramente explicitar a metodologia utilizada para a atividade empírica. De modo, a fundamentar a pesquisa teórica, propusemos um trabalho de campo, no espaço urbano escolhido, que se dividiu em duas frentes: uma análise urbanística desse espaço e a realização de questionários com os moradores da rua.

O procedimento empírico da observação se deu através de visitas ao local. Onde, primeiramente, foi feito o contato com a associação de moradores e líderes da comunidade. Dispondo da autorização para realização da pesquisa, definiu-se os aspectos a serem observados, baseados nos determinantes ambientais para saúde – dentre eles, qualidade habitacional, presença de infraestrutura e serviços – compreendidos e estabelecidos pelo referencial teórico, com a proposta da definição de parâmetros e a elaboração de uma tabela que relacione a os aspectos e parâmetros definidos – que será apresentada no terceiro capítulo. Dada a particularidade da pesquisa, ao tratar de questões que envolvem os sentimentos, percepções e individualidades, entende-se que a subjetividade da pesquisadora e as sensações no local também podem e devem ser levadas em consideração na análise e entendimento do espaço.

A segunda parte do procedimento empírico, a dos questionários, se utilizou de um questionário pré-estabelecido e recomendado pela Organização Mundial da Saúde para estudos em comunidades em países em desenvolvimento. O *Self Reporting Questionnaire* (SRQ-20) (Imagem 11 abaixo e versão original Anexo 01), consiste em 20 perguntas de respostas sim ou não que rastreiam transtornos não-

psicóticos; o questionário acompanha um manual para uso e a determinação de resultados. De modo a atingir os objetivos propostos a pesquisa aplicou os questionários em uma amostragem de 50 pessoas, de forma que pudesse ser abordado ao menos um membro de cada família sob o processo de reintegração de posse. A aplicação do questionário teve que, impreterivelmente, ser precedida de algumas instruções pré-definidas que tiveram que ser as mesmas para todos os entrevistados. É indicado que o respondente do questionário e o aplicador só discutam as questões ao final da aplicação.

Depois de respondidos, cada questionário recebe uma pontuação de 0 a 20, onde a cada resposta sim é atribuído a um ponto – e indica que o sintoma esteve presente no último mês – e cada resposta não recebe zero pontos. Ao fim da aplicação são somadas as quantidades de respostas sim (sintoma presente) e a quantidade de respostas não (sintoma ausente) e são estimados os falsos negativos e falsos positivos, de forma a se obter a estimativa da causalidade dos transtornos. Os dados também podem ser trabalhados de maneiras diferentes para obtenção de outros resultados pertinentes, tal qual: as perguntas podem ser divididas em questões cognitivas, ansiedade e depressão e sintomas sintomáticos, e tais questões podem ser quantificadas separadamente.

No entanto, é importante destacar, que não se trata de instrumento de diagnóstico e sim, de rastreamento e detecção de possíveis casos. Entendemos que não cabe a autora realizar diagnósticos nem determinar o número de afetados, os questionários, dessa forma, retratam probabilidades de ocorrência de transtornos. A correlação com o espaço não necessariamente significa a causalidade da doença, dado que para tal dependem outros fatores individuais.

Imagem 11 - SRQ-20 versão traduzida pela autora e aplicada.

Questionário SRQ-20

Responder as perguntas abaixo marcando **SIM** ou **NÃO**, de acordo como se sentiu no último mês.

PERGUNTAS		RESPOSTAS	
1	Você tem dores de cabeça frequentes?	SIM	NÃO
2	Você tem pouco apetite?	SIM	NÃO
3	Você dome mal?	SIM	NÃO
4	Você se assusta fácil?	SIM	NÃO
5	Você tem tremedeiras nas mãos?	SIM	NÃO
6	Você se sente nervoso, tenso ou preocupado?	SIM	NÃO
7	Você tem má digestão?	SIM	NÃO
8	Você tem problemas para pensar claramente?	SIM	NÃO
9	Você se sente infeliz?	SIM	NÃO
10	Você chora mais que o habitual?	SIM	NÃO
11	Você acha difícil aproveitar suas tarefas diárias?	SIM	NÃO
12	Você acha difícil tomar decisões?	SIM	NÃO
13	O seu trabalho diário é sofrido?	SIM	NÃO
14	Você é incapaz de exercer algo útil na vida?	SIM	NÃO
15	Você perdeu o interesse nas coisas?	SIM	NÃO
16	Você se sente uma pessoa inútil?	SIM	NÃO
17	O pensamento de pôr fim a sua vida já passou pela sua mente?	SIM	NÃO
18	Você se sente cansado o tempo todo?	SIM	NÃO
19	Você tem sensações desconfortáveis no seu estômago?	SIM	NÃO
20	Você se cansa facilmente?	SIM	NÃO

Fonte: WHO, 1994.

O intuito foi de quantificar os possíveis casos de transtornos e compará-los com a análise do espaço realizada previamente, em uma tentativa de demonstrar as relações entre o espaço urbano contemporâneo globalizado e o estado de saúde mental dos cidadãos. Entende-se que a causalidade da doença pode ser relacionada a variados fatores, tais quais já aqui citados, no entanto a proposta é que ao contrapor as duas informações finais das análises empíricas, a relação,

espaço x saúde mental estruturada através da investigação teórica possa ser demonstrada e sua causalidade até certo ponto, quantificada.

No entanto, para além dos resultados do questionário, o processo de aplicação do mesmo foi de extrema importância. O questionário facilitou o acesso aos moradores da comunidade e proporcionou inúmeras conversas, que foram, por vezes, mais elucidativas que as respostas sim/não e seus respectivos resultados. E, assim, permitiu uma compreensão mais aprofundada da vida coletiva da comunidade em estudo, das relações construídas e da dinâmica social desse espaço. Portanto, os relatos que aqui se seguem são das experiências das visitas de campo realizadas em busca dos objetivos propostos pela pesquisa, mas que alcançaram uma compreensão mais profunda da vida social dos moradores da Rua, do que a princípio se propunham com os questionários.

1.4.1. O olhar da pesquisadora

Consideramos importante explicar aqui qual é o olhar da pesquisadora, quais são suas referências e compreensões a respeito da cidade. Qual foi a construção do olhar treinado, formado a partir da justaposição de alguns teóricos, que olharam para cidade e para os sujeitos, e, que, portanto, influenciaram na percepção da pesquisadora, na sua técnica e na sua subjetividade.

Primeiramente, consideramos as estruturas do sujeito a partir da analítica kantiana (1781). Para Kant, o conhecimento não deve partir do objeto, mas da análise do objeto, a partir do sujeito e, portanto, das suas estruturas internas. Essas estruturas são então, primeiro a sensibilidade que é a estrutura interna que permite a captação, no tempo e no espaço, das impressões suscitadas pelos objetos ao sujeito. Enquanto, a segunda, o intelecto, de forma transcendental organiza e categoriza o que foi captado pela sensibilidade. E, por fim, a razão como responsável pela compreensão dos objetos (a coisa em si) incognoscíveis, que não captamos via intelecto ou sensibilidade, e que são as ideias que regulam as nossas ações. Essa concepção de mundo e do sujeito, se aplica à pesquisadora, que não

as pode escapar e, por isso, está sujeita às suas estruturas internas. Portanto, entendemos que o fenômeno (a manifestação, no tempo-espaço, da coisa-em-si) é percebido inicialmente pela sensibilidade e depois organizado pelo intelecto. Assim como, a comunidade, que é a coisa em si, o objeto de análise é externa a pesquisadora e logo será percebida tal qual se apresenta no tempo e no espaço.

De maneira análoga, Lynch (1960) estabeleceu que a imagem da cidade é individual e impregnada pelas memórias e significados de cada um, onde a cidade seria um objeto da percepção dos indivíduos. A imagem ambiental individual seria construída a partir da experiência sensorial e racional. Essa concepção se refere à percepção da pesquisadora do espaço em determinado tempo, que não pode se deslocar das suas sensações e significados, da sua sensibilidade, que também é importante para compreender o espaço. E, depois, o intelecto e a compreensão técnica organizam esse material da sensibilidade em conhecimento. Entendemos, que os dois elementos são importantes.

Lynch (1960) também aponta que a imagem ambiental individual tem extrema importância prática e emocional. Uma boa imagem de um espaço permite uma relação harmoniosa com o mesmo e uma sensação de segurança emocional. Esse entendimento da relação do indivíduo com a cidade, ou ao menos, a imagem que tem da cidade, poderia influenciar na sua vivência do espaço e a sua sensação de bem-estar nele. Portanto, acreditamos, que ainda que um espaço urbano não condiga com os preceitos técnicos e estéticos da arquitetura e urbanismo, e, logo, seja um espaço entendido pela técnica como negativo e, por vezes, inabitável; a relação individual, ou ainda, coletiva com esse espaço pode ser positiva e marcada por conforto e sensações positivas, se a imagem individual construída desse espaço for harmoniosa. Para além de Lynch, acreditamos que essa imagem positiva pode ser construída não apenas pela percepção espacial, mas também pelas relações afetivas construídas nesse espaço-tempo.

Na medida do entendimento da cidade, nesse primeiro momento abordamos a percepção de Milton Santos (1994) e sua teoria de espaços globalizados e divididos em tecnoesfera e psicoesfera. O autor compreende o espaço dividido em um sistema de objetos (tecnoesfera) e um sistema de ações (psicoesfera). O sistema de objetos diz respeito às forças produtivas, que se relaciona com o meio

técnico, a ciência e a tecnologia. Já o sistema de ações diz respeito às relações sociais, às ideias e aos sentimentos. Neste contexto, o espaço é uma mescla de relações sociais materiais e imateriais.

Assim referido, o espaço pode ser entrevisto através da tecnoesfera e da psicoesfera que, juntas, formam o meio técnico-científico.

A tecnoesfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo.

A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo.

Ambos são frutos do artifício e desse modo subordinados à lei dos que impõem as mudanças. (SANTOS, 1994, p. 32).

Sendo assim, na primeira esfera (tecnoesfera) prevalece a informação, a razão técnica e a linguagem matemática, enquanto na segunda (psicoesfera) predomina a comunicação. Caracterizando, respectivamente, uma esfera global e uma esfera local, dado que "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (SANTOS, 1996, p. 273). No entanto, a esfera global tende a predominar em detrimento da local, dessa forma, inicia-se a delinear os espaços globalizados, também intensamente estudados por Santos em diversas das suas produções.

Dessa forma, enfatizamos que a análise desse espaço se deu a partir das sensações e percepções da autora, assim como da técnica. As teorias abordadas aqui, nesse primeiro momento, não contemplam todo o entendimento da cidade e das teorias necessárias para construir relações entre cidade e saúde mental, as quais serão aprofundadas ao longo dessa dissertação, sem a pretensão de esgotá-las. Mas que, inicialmente, foram uma bagagem importante para as visitas de campo, e são questões essenciais para compreender os relatos que seguem.

1.4.2. Relatos de Campo

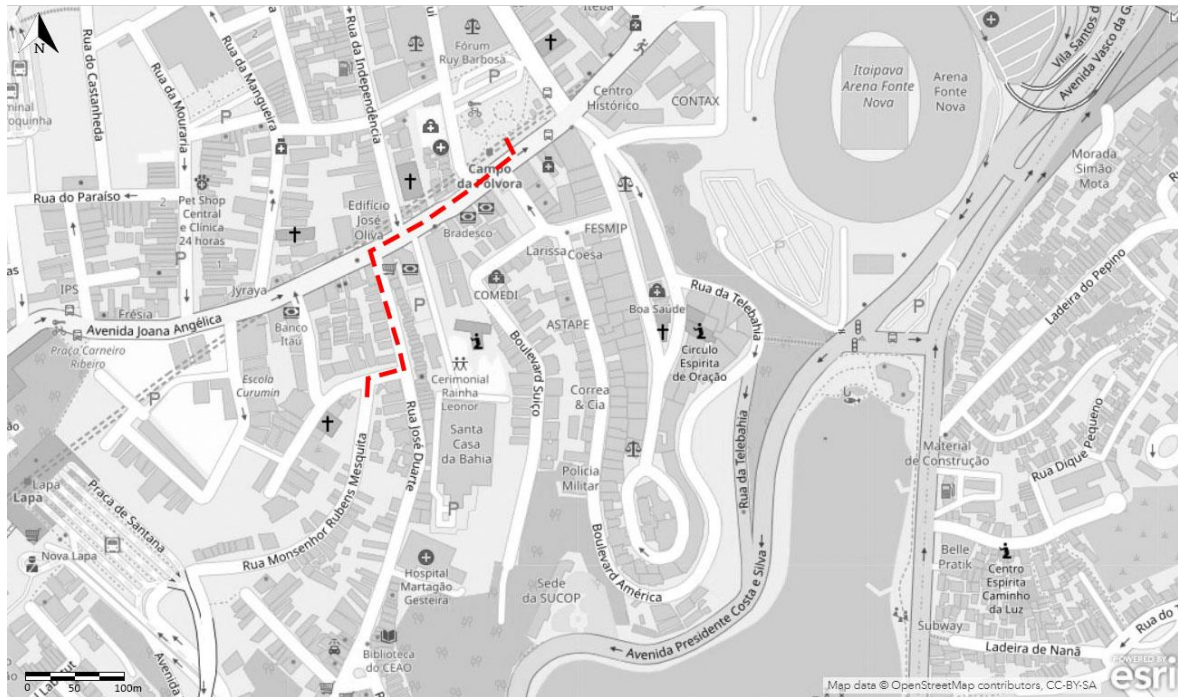
19 de setembro de 2019

No dia 19 de setembro de 2019, pelo período da manhã, foi realizada a primeira visita de campo e o primeiro contato com a Associação de Moradores da Rua Monsenhor Rubens de Mesquita. Esse relato se inicia no trajeto até a Rua, que

foi feito pelo metrô, permeado pela tensão e ansiedade do primeiro contato e de como seria a recepção à pesquisa, devido ao tema delicado. E, por ser a primeira experiência de campo realizada de maneira individual.

Apesar da proximidade da Rua com a Estação da Lapa, decidi descer na estação de metrô anterior, a Estação Campo da Pólvora, e fazer o restante do trajeto a pé para conhecer melhor a região – vide imagem 11 abaixo. A caminhada até a Rua foi surpreendentemente agradável, a saída da estação se revela no Largo do Campo da Pólvora e a região é bastante movimentada tanto de veículos quanto de pedestres, ao longo das ruas há vários estabelecimentos comerciais e institucionais. A caminhada agradável ajudou a aliviar um pouco o sentimento de ansiedade.

Imagem 12 – Trajeto realizado da Estação de metrô até a Rua Monsenhor Rubens Mesquita



Fonte: Elaborada pela autora com base em imagens do Portal SIG – CONDER.

Nesse primeiro momento, a chegada na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, foi tão marcada pela preocupação e pelo senso de objetividade em encontrar a Associação de Moradores que sequer tomei um momento para reparar as sensações daquele espaço. Como já conhecia a fachada do prédio da Associação, através das pesquisas realizadas virtualmente, meu foco se manteve na sua procura, ao avistá-lo, do meio para o fim da rua, vi que estava fechada. Nesse momento, então, a sensação de que não iria conseguir realizar o contato naquele

dia fez com que a adrenalina abaixasse e finalmente me detive em apreciar primeiro a casa da Associação. Era claramente uma casa improvisada para tal uso e pintada pelos próprios moradores, e se destacava na Rua pelo colorido (imagem 13). Depois, passei a observar a Rua, o seu movimento constante de carros e a presença de muitas pessoas nas calçadas, nos estabelecimentos comerciais. E, foi então que percebi, que a minha empreitada não necessariamente havia acabado antes mesmo de começar, e assim, comecei a perguntar às pessoas na Rua a respeito do Presidente da Associação.

Imagem 13 – Imagem da Associação de Moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita



Fonte: Imagem retirada do Google Street View.

Primeiro, falei com uma senhora, que me indicou uma pequena lanchonete no fim da Rua como sendo da esposa do Presidente da Associação. Chegando lá, essa senhora me informou que seu marido havia saído e como estava realizando um carroto ela não sabia precisar que horas voltaria, mas me indicou uma oficina de serralheria, e que o dono, que ali eu encontraria, era o Vice-presidente da Associação, e para lá me dirigi. Nesse ínterim, já havia andando para cima e para baixo da Rua algumas vezes e já comecei a notar olhares curiosos. No entanto, encontrei o Sr. Evandro na frente da sua serralheria, me apresentei, falei da minha pesquisa e perguntei se poderíamos conversar. Desse momento em diante ele

começou a contar a sua história, a da comunidade e o caso do Processo vivido, relatos já apresentados nos itens anteriores deste capítulo.

Não à toa, depois descobri que o Sr. Evandro é conhecido como o “historiador da Comunidade”, conversamos por quase quarenta minutos, na verdade, me mantive absorta em seus relatos por esse período, mais escutando do que falando. Nesse meio tempo, notei que todos que passavam o cumprimentavam, uma senhora chegou para conversar com ele por alguns minutos e desabafar de algumas questões pessoais que a afligiam, ficou bem claro que esse senhor é uma figura central na comunidade.

Um pouco depois de terminar o seu relato, enquanto conversávamos amenidades, ele notou a chegada do Presidente da Associação, e me levou para conhecê-lo. O Sr. Roberbal foi bastante receptivo quando expliquei a respeito da minha pesquisa, e dividiu comigo que no momento, como graduando em direito, ele estava lidando com as questões legais do Processo de Reintegração de Posse e do registro da Associação de Moradores. Por fim, pedi a ele autorização para realizar a pesquisa de campo no início do ano seguinte, 2020, a qual ele concedeu, assim como, me passou o seu número de telefone para que eu pudesse entrar em contato. Após esse contato concluí a visita.

11 de janeiro de 2020

A segunda visita de campo ocorreu após um contato telefônico com o Presidente da Associação de Moradores, o Sr. Roberbal, mais conhecido como Bal. Ele me convidou para participar de uma das reuniões da Associação, que seria um jantar preparado para os moradores na sede da Associação de Moradores, por volta das 19hrs. Dessa vez, consegui uma carona e fui de carro até à Rua, portanto não conheci a dinâmica do entorno nesse horário, mas a Rua tinha movimentação de moradores, apesar da má iluminação do espaço. Nessa ocasião, também conheci o interior do prédio da Associação, tal qual a percepção anterior, realmente se trata de um espaço improvisado, tinha uma área fechada, mas a área que permanecemos tinha um fogão onde foi feito o jantar, e algumas cadeiras de plástico no qual nos sentamos lado a lado, com outra fileira de cadeiras dispostas em nossa frente, com a intenção de criar uma roda de conversa, mas que devido ao prédio estreito se

configurou como retângulo. Durante a reunião tive a oportunidade de apresentar um pouco da minha pesquisa aos presentes, realizar os primeiros questionários, sete ao todo, e ter algumas impressões a respeito da comunidade, sua organização e como eles vem lidando com o processo em curso.

O objetivo da reunião supracitada era a organização do quinto Festival Cultural e Gastronômico da comunidade, tais festivais vinham sendo realizados com o intuito de arrecadar fundos para o enfrentamento do processo e para dar visibilidade à causa. Nesse dia a comunidade se reuniu na sede da Associação com a proposta de cozinhar um jantar para os moradores. No entanto, só compareceram à reunião dentre 10 e 15 moradores, essa foi inclusive uma das principais reclamações dos presentes, a falta de comprometimento da maioria dos moradores da Rua. Além dos integrantes da Associação e dos poucos moradores, também estavam presentes apoiadores do movimento contra a reintegração de posse, dentre eles acadêmicos e líderes sindicais.

Abordada as questões organizacionais do evento, tive a oportunidade de falar sobre minha pesquisa, houve algumas perguntas, mas por fim, a maioria dos moradores ali presentes se predispuseram a responder o questionário. Durante toda reunião notei algumas questões e tive algumas impressões. A impressão mais marcante que tive foi a grande desconfiança dos moradores com relação a qualquer presença externa que deseje tratar sobre o processo de reintegração de posse em curso.

Apesar de ter sido convidada e apresentada a todos pelo Presidente da Associação de Moradores, a primeira reação dos moradores foi a desconfiança. Fato completamente compreensível, dado que já haviam sido enganados anteriormente. No entanto, à medida que fomos conversando e nos conhecendo, os moradores pareceram mais confortáveis com a minha presença. O fato de o questionário tratar de questões e sentimentos pessoais também auxiliou a aliviar a tensão.

A segunda questão marcante da reunião, que também pôde ser percebida ao longo das outras visitas, foi a preocupação e decepção com a baixa adesão dos moradores na reunião, fato que pareceu, pelo conversado, ser frequente. Tanto que a ideia de a reunião ser acompanhada de um jantar foi exatamente na intenção de motivar a presença dos moradores. Ao fim da reunião, recebi a reafirmação da

permissão do Presidente da Associação de Moradores de transitar pela Rua aplicando outros questionários.

17 de janeiro de 2020

Na visita seguinte, no dia 17 de janeiro de 2020, não houve aplicação de questionários, a intenção era observar as dinâmicas urbanas locais. A visita se deu pelo turno da tarde, por volta das 15 horas, portanto havia pouca presença de moradores, a exceção daqueles que têm seus próprios comércios na própria rua, crianças e idosos. No alto do verão, o calor nesse dia e horário era intenso, a falta de sombra e vegetação para aliviar a sensação térmica foi sentida. Apesar disso, há grande movimento na rua, tanto de carro quanto de pedestres, mas principalmente de carro, dado que a rua conecta a região da Lapa com o Campo da Pólvora e a Avenida Joana Angélica, importantes centralidades da cidade.

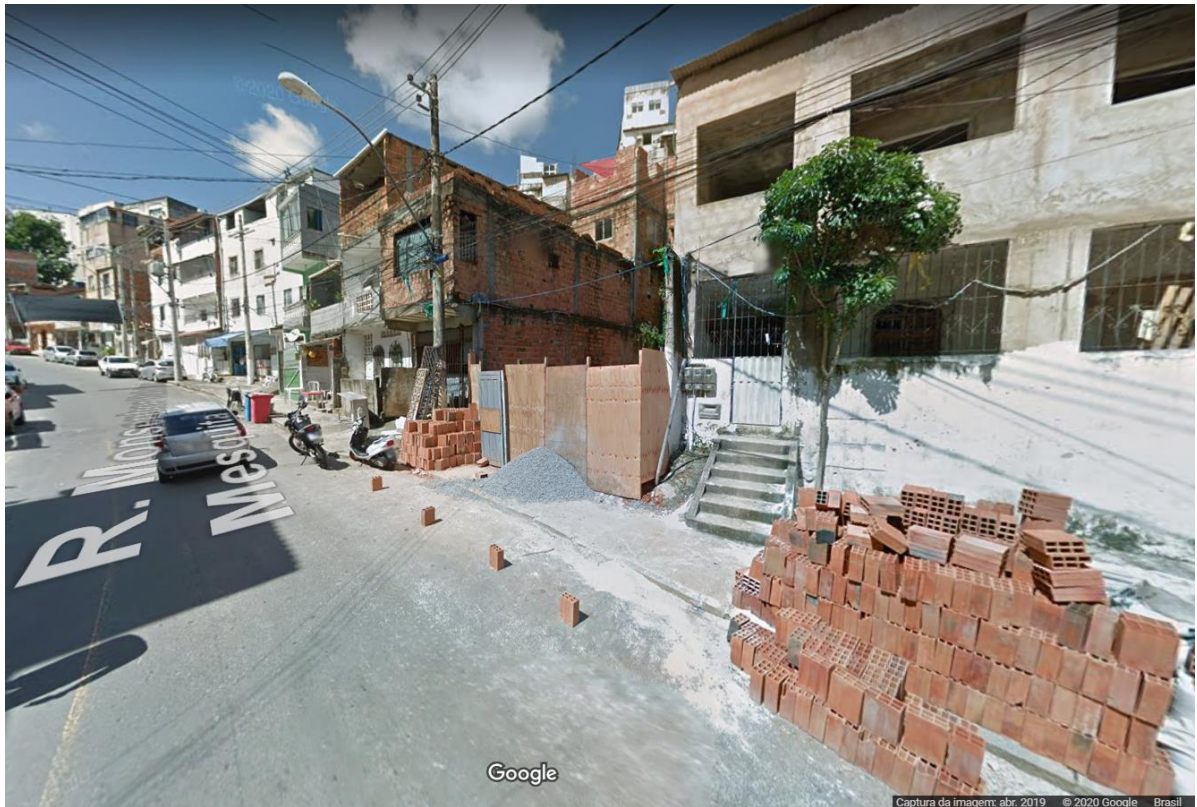
Ainda que o movimento seja intenso e a rua se encontre no centro de uma grande cidade algumas dinâmicas se assemelham a aquelas entendidas como de cidades do interior, com moradores sentados em frente às suas casas, conversando entre si, compartilhando a respeito de suas vidas e se envolvendo na vida um dos outros. Os vizinhos se cumprimentam, conversam, se preocupam um com o outro, porém também discutem e brigam entre si.

A decisão de não realizar questionários também foi muito propícia para fazer uma observação mais cuidadosa do constructo da comunidade, perceber para além das sensações provocadas por esse espaço e as relações sociais, mas também fazer uma análise do ambiente construído tanto da perspectiva de usuária do espaço, quanto tal qual arquiteta e urbanista.

A primeira percepção foi um desconforto, bastante comum, em relação às calçadas. A Rua é uma ladeira e as calçadas variam em altura ao longo da descida (para quem vem da Estação do Campo da Pólvora como visto na imagem 12), apesar de bem cuidadas. Além dessa dificuldade vários trechos das calçadas possuem obstáculos, funcionando como extensão das casas e estabelecimentos, fator que garante uma rua viva e movimentada, mas dificulta o caminhar, seria interessante, por exemplo, para a dinâmica dessa Rua, calçadas mais largas. A

dificuldade de caminhar pela calçada me levou a usar a via de carros, praticamente no meio dela, já que os dois lados das calçadas estavam, naquele dia – e, em todos os outros dias que visitei – cheias de carros estacionados e em alguns pontos com caçambas de entulho e depósitos de materiais de construção (imagem 14). A maioria das pessoas que vi, também caminhava entre carros estacionados e carros passantes. Porém, pelo menos, devido ao perfil da Rua, em geral, os carros passavam em baixa velocidade. A via em si é asfaltada, e está com boa qualidade, precisando de alguma pintura.

Imagem 14 – Imagem da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Podemos ver os obstáculos das calçadas.

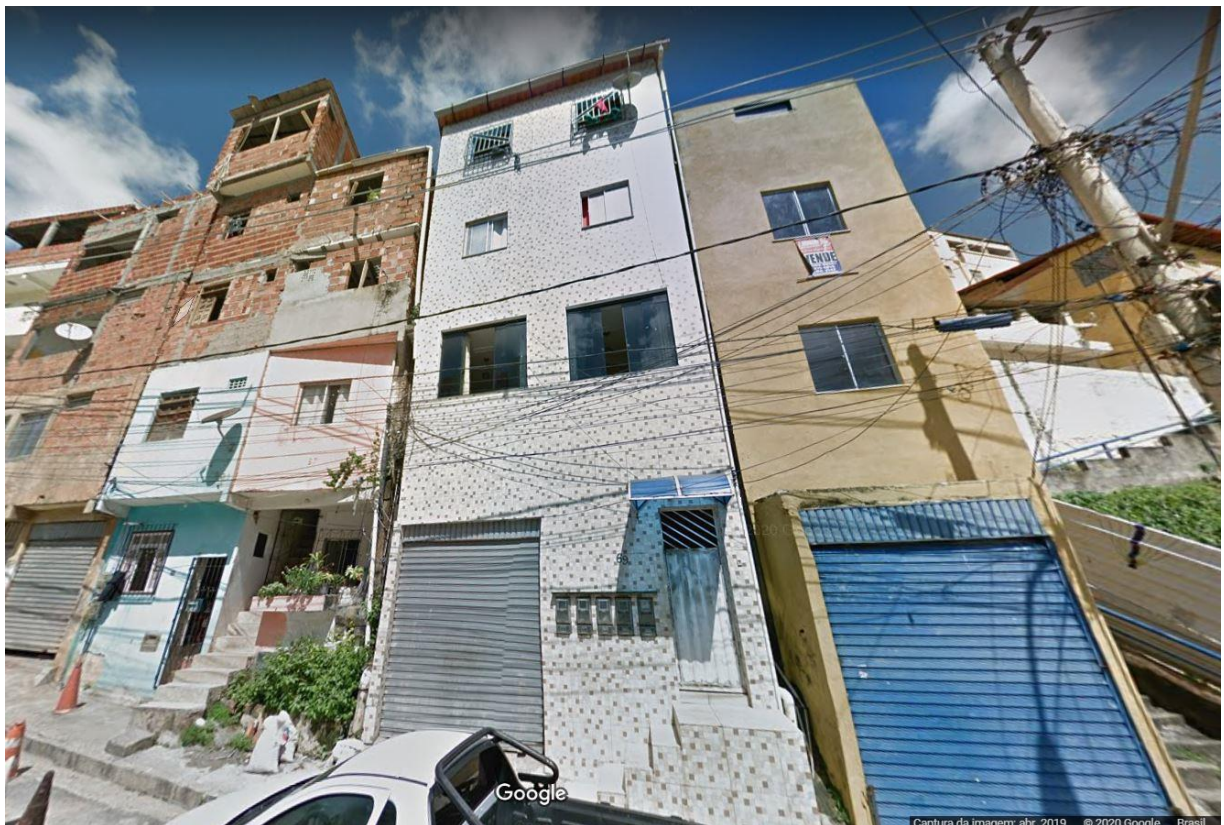


Fonte: Imagem retirada do Google Street View.

As casas variam, algumas são térreas, mas a maioria tem de dois a três andares, várias tem no térreo algum ponto comercial. Desde uma pequena vendinha que funciona como extensão da sala de estar de uma moradora, que permanece assistindo televisão em seu sofá, até a chegada de algum cliente que a leva até a grade para atendê-lo. Até mercadinhos, restaurantes e bares estruturados; vemos também salões de beleza, oficinas mecânicas e lava-jatos. Aparentemente, as necessidades básicas do dia a dia dos moradores podem ser atendidas na própria

Rua. No que diz respeito à tipologia, as casas são de tijolo cerâmico, laje e cobertura em fibrocimento. As esquadrias variam entre portas de lojas de enrolar nos estabelecimentos, e em portas e janelas com gradis nas moradias. Há uma diversidade de estados de conservação das casas, mas a maioria está bem cuidada. Na perspectiva estética, muitas das casas não possuem reboco e estão no tijolo ou concreto, algumas são pintadas, outras tem revestimento cerâmico. Por vezes, há essas variações em um mesmo edifício, variando a cada andar. Um bom exemplo dessa multiplicidade pode ser visto no conjunto de casas da imagem 14, abaixo, com revestimentos, esquadrias e estados de conservação variados.

Imagem 15 – Imagem da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. O conjunto de edificações evidenciam a variedade tipológica da rua.



Fonte: Imagem retirada do Google Street View.

Após algumas caminhadas ao longo da Rua, percebendo esses elementos, sentei-me para beber uma água na lanchonete da família do Sr. Roberbal, respirar fundo antes de encarar a caminhada ao sol de volta para o metrô, e aproveitar para fazer algumas anotações. Nesse momento, notei mais os sons da Rua, na parte mais alta, os sons que marcavam eram das conversas entre os moradores, e dos carros passantes, mas ali, mais próxima da Estação, a esses sons se somam os

sons do ônibus chegando e saindo. Acabei por conversar um pouco com uma das filhas do Presidente da Associação, que devia ter por volta dos 15 anos, e por fim, a experiência daquele dia me deixou a sensação de que ainda que tenha seus problemas, a Rua é um local agradável de se permanecer, sentar-se e conversar.

27 de janeiro de 2020

Na visita seguinte, a quarta realizada, também pelo período da tarde, retornei com a realização dos questionários, aplicando doze ao todo. Ao chegar, fui descendo a Rua em direção à sede da Associação, e foi a primeira vez que me senti receosa, não pelo espaço em si, mas por passar por uma oficina, onde em frente estavam sentados ao menos uns cinco homens, situação que gera, em qualquer mulher, medo e insegurança. No entanto, o movimento constante de pessoas me deu segurança e continuei meu caminho sem qualquer abordagem.

Encontrei o Sr. Evandro em frente a sua serralheria e reiterei a permissão de realizar os questionários, já que seria a primeira vez que os aplicaria sem a presença dos integrantes da Associação. Após sua autorização, me dirigi à lanchonete do Presidente da Associação e da sua esposa, em geral comandada por ela, me sentei lá e conversei um pouco com a filha do casal, Renata. Nesse ínterim, uma senhora se sentou e começou a conversar e dividir alguns problemas de saúde que estava enfrentando, e com a mediação de Renata, foi a primeira pessoa que aceitou realizar o questionário naquele dia. E, assim, com sua ajuda e indicação, apliquei os questionários em mais algumas pessoas.

Primeiro com sua tia, que morava numa casa ao lado, e me convidou para dentro de sua casa e foi me respondendo enquanto cortava cebolas dentro de uma vasilha. Depois, com um funcionário do armazém do lado, que foi buscar seu lanche na venda. No entanto, quando abordei o dono do restaurante da frente, ele se recusou responder, exatamente devido ao processo, enfatizando a questão da desconfiança supracitada. Quando voltei a sentar com Renata, ela me disse que já imaginava que ele não responderia, o que me surpreendeu a demonstrar o quanto as pessoas conhecem uma às outras na vizinhança.

Posteriormente percorri a rua em busca de pessoas dispostas a responderem o questionário. Primeiro conversei com uma senhora sentada na frente da sua casa, nesse primeiro momento ainda estava tímida e priorizei abordar mulheres. A senhora era aposentada, foi extremamente simpática, e me contou do quanto gostava de morar ali, e como o local era bem localizado e de fácil acesso a vários pontos importantes de Salvador. Se interessou pela minha pesquisa e quando eu disse que precisava de mais pessoas para responder chamou seus dois netos, que também realizaram o questionário. Com ela e sua neta, conversei por quase uma hora sentada na frente da casa, a boa recepção me deu mais determinação para ir em busca de outros respondentes.

Porém, talvez devido ao horário, não havia muitos moradores na Rua, a não ser aqueles que trabalhavam em seus estabelecimentos ali localizados. Portanto, tive que encarar minhas inseguranças e abordar todas as pessoas que pudessem responder, falei com pessoas na rua e dentro dos estabelecimentos, conseguindo aplicar mais alguns questionários. Após algum tempo, eu ainda não tinha conseguido realizar muitos, e o único grupo que eu não havia abordado era os senhores da oficina mecânica, então respirei fundo e me dirigi a eles.

E qual não foi a minha surpresa, oriunda do meu olhar estereotipado, eles foram simpáticos, respeitosos e se predispuseram com toda boa vontade e muito bom-humor a responder os questionários. Além disso, chamaram outras pessoas para também responderem. Um desses senhores, a princípio, se negou a participar da pesquisa, me dizendo que nada que viesse de políticos teria retorno, quando expliquei se tratar de uma pesquisa universitária, no entanto, se predispõe a responder para me ajudar. A disposição de me ajudar a concluir os questionários pela maior parte das pessoas foi algo que se deu ao longo de todas as visitas, em especial na última delas, que relatarei a seguir.

Após aplicar os questionários, algumas pessoas se demonstravam abertas e dessas situações renderam boas conversas, a elas perguntava se elas gostavam de morar ali, a todos que perguntei me responderam que gostavam muito, a boa localização foi enfatizada, assim como a proximidade com comércios e serviços. Assim como, a relação de bairro e vizinhança.

28 de janeiro de 2020

A quinta e última visita de campo, realizada no dia 28 de janeiro de 2020, se deu no período da noite. Com o intuito de conhecer a dinâmica noturna e alcançar mais pessoas para realização do questionário, dado que durante o dia – horário das outras visitas – a maioria das pessoas estava trabalhando. Dessa forma, nesse dia consegui concluir a aplicação dos questionários, realizando ao todo trinta e um. A realização de tantos só foi possível com a ajuda de alguns moradores, dentre eles o Vice-presidente, o Presidente da Associação e dono da oficina mecânica previamente citada, que se dispuseram a encontrar pessoas dispostas a responderem.

Cheguei à Rua no fim da tarde e comecei a realizar alguns questionários; à medida que ia anoitecendo mais pessoas iam chegando e, muitas delas se sentavam na frente de suas casas, nos bares e lanchonetes, em uma movimentação intensa, neste horário há menos carros transitando pela rua e mais pessoas, o que facilitou a abordagem. No entanto, em certo ponto me encontrei sem saber com quem mais falar, e assim, fui até a serralheria de Sr. Evandro, contei que precisava terminar a aplicação naquele dia, pois no dia seguinte retornaria para Campinas.

Ele chamou alguns de seus funcionários e sobrinhos para responder e me indicou algumas pessoas com quem poderia falar. Falando com quem ele indicou e ainda com questionários por responder, encontrei o dono da oficina, e também expliquei minha situação, e ele falou com os amigos que tinham respondido o questionário no dia anterior, e desse momento em diante se montou uma verdadeira força-tarefa para me ajudar a conseguir concluir a aplicação. Cada um foi conseguindo alguém para responder e, eu andava de um lado para o outro entregando papéis e canetas ou os recolhendo. Nesse meio tempo, esse senhor me explicou que lá na comunidade era assim, pois eles eram uma família.

Por fim, graças a ajuda de todos, ficou sobrando apenas um questionário, mas como não encontramos mais ninguém que pudesse responder, me dei por satisfeita, até porque se aproximava das 22 horas, agradei muito a todos e resolvi ir embora. Porém, enquanto caminhava em direção à Estação da Lapa na Rua mal iluminada, encontrei com o Sr. Roberbal, que havia acabado de chegar em casa,

acredito que notando meu cansaço a primeira coisa que fez foi buscar uma garrafa d'água para mim em sua venda, conversamos um pouco e disse que ficou apenas um questionário por responder, nesse momento ele rapidamente conseguiu mais uma pessoa, indo na casa de um amigo chamá-lo. E, assim, graças às pessoas da comunidade consegui realizar a aplicação na amostragem pretendida, e de pensar que de início eu que me imaginava como capaz de ajudá-los em sua causa, foi exatamente o contrário que ocorreu.

1.5. Resultados dos questionários

A pesquisa utilizou questionários pré-estabelecidos recomendados pela Organização Mundial da Saúde para estudos em comunidades localizadas em países em desenvolvimento, como já mencionado anteriormente. O *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), vide imagem 16, consiste em 20 perguntas de respostas sim ou não que rastreiam transtornos não-psicóticos. Dessa forma, não se trata de instrumento de diagnóstico e sim de rastreamento e detecção de possíveis casos, o questionário acompanha um manual para uso e a determinação de resultados.

O intuito é quantificar os possíveis casos de transtornos e compará-los com a análise do espaço realizada previamente, em uma tentativa de demonstrar as relações entre o espaço urbano contemporâneo globalizado e o estado de saúde mental dos cidadãos. Entende-se que a causalidade da doença pode ser relacionada a variados fatores, tais quais já aqui citados, no entanto a proposta é que ao contrapor as duas informações finais das análises empíricas, a relação, espaço x saúde mental estruturada através da investigação teórica possa ser demonstrada e sua causalidade até certo ponto, quantificada.

De modo a atingir os objetivos propostos a pesquisa aplicou os questionários em uma amostragem de 50 pessoas, de forma que pudesse ser abordado ao menos um membro de cada família sob o processo de reintegração de posse. A aplicação do questionário teve que, impreterivelmente, ser precedida de algumas instruções pré-definidas que tiveram que ser as mesmas para todos os entrevistados. É indicado que o indivíduo respondendo o questionário e o aplicador só discutam as

questões ao final da aplicação. Importante mencionar também, que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e todas as aplicações foram voluntárias, e em acordo com as instruções do Comitê.

Como já vimos nos relatos de campo, anteriormente, os questionários foram aplicados durante o mês de janeiro de 2020, ao longo de quatro visitas de campo, que ocorreram nos dias 11, 17, 27 e 28 de janeiro; em uma amostragem de cinquenta pessoas, tendo como única restrição serem maiores de idade. Abaixo apresentamos a tabela (tabela 01) geral de resultados de cada aplicação.

A tabela nos demonstra uma incidência total de 264 respostas sim – ou seja, sintomas presentes – em um total de 50 questionários, onde seria possível um total máximo de mil respostas sim. Indicando, uma maior prevalência de não sintomas, do que de sintomas presentes. Ainda podemos analisar a tabela por indivíduo, onde vemos que apenas seis pessoas tiveram mais respostas sim que não e duas delas tiveram um empate, com dez respostas sim e dez não. As quarenta e duas restantes não tiveram prevalência de sintomas.

Tabela 1

Resultados da aplicação do SRQ-20 por questionário

Nº do SRQ-20	Quantidade de respostas SIM	Quantidade de respostas NÃO	Não respondidos
1	2	18	
2	4	16	
3	1	19	
4	0	20	
5	10	10	
6	0	20	1
7	14	6	
8	4	15	1
9	1	19	1
10	5	14	
11	1	18	
12	2	18	2
13	2	18	
14	5	13	
15	6	14	

16	6	14	
17	12	8	
18	5	15	
19	20	0	
20	5	15	
21	4	16	
22	3	17	
23	9	11	
24	1	19	
25	5	15	
26	1	19	
27	3	17	
28	6	14	
29	2	18	
30	7	13	
31	4	16	
32	11	9	
33	5	15	
34	1	19	1
35	3	17	
36	7	12	
37	5	15	
38	2	18	
39	5	15	
40	8	12	3
41	3	17	
42	3	14	
43	3	17	
44	10	10	
45	11	9	
46	5	15	
47	9	11	
48	15	5	
49	6	14	
50	2	18	
TOTAL	264	727	9

Fonte: Resultados computados pela autora com base na aplicação dos questionários.

A segunda análise que pretendemos apresentar a partir dos resultados obtidos, é com base nos conjuntos de sintomas nos quais as perguntas do questionário podem ser agrupadas. Iacaponi e Mari (1989) dividiram as perguntas do SRQ-20, de acordo com quatro grupos de sintomas, apresentados na tabela 2, abaixo – a divisão do grupo de sintomas na tabela foi traduzida e adaptada do *A user's guide to the self reporting questionnaire (SRQ)*, da OMS e do estudo de ARAÚJO et al (2009): *Estrutura fatorial e consistência interna do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) em população urbana*. Outros pesquisadores propuseram outras formatações dos grupos de sintomas, mas escolhemos utilizar essa, de Iacaponi e Mari (1989), pois foi desenvolvida para um estudo no Brasil, e utilizada pela maioria dos estudos brasileiros consultados para essa pesquisa.

Os quatro grupos de sintomas são: decréscimo de energia vital; sintomas somáticos – que são sintomas físicos associados a sentimentos e pensamentos; humor depressivo; e pensamentos depressivos. Apresentamos também na tabela 2, os resultados obtidos na comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, e o que podemos perceber, é que das respostas sim obtidas há uma prevalência do sintoma decréscimo de energia vital. Ainda que, as duas perguntas que mais obtiveram respostas sim tenham sido as questões: 6 - *Você se sente nervoso, tenso ou preocupado?* 4 - *Você se assusta fácil?* As duas englobam o grupo de sintomas de humor depressivo.

Tabela 2

Resultados do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) por grupos de sintomas.

Grupo de sintomas	Nº	Pergunta	Quantidade de respostas SIM	Total
Decréscimo de energia vital	8	Você tem problemas para pensar claramente?	9	84
	11	Você acha difícil aproveitar suas tarefas diárias?	12	
	12	Você acha difícil tomar decisões?	21	
	13	O seu trabalho diário é sofrido?	16	
	18	Você se sente cansado o tempo todo?	13	
	20	Você se cansa facilmente?	13	
Sintomas somáticos	1	Você tem dores de cabeça frequentes?	16	73
	2	Você tem pouco apetite?	10	
	3	Você dorme mal?	19	
	5	Você tem tremedeiras nas mãos?	3	
	7	Você tem má digestão?	10	
	19	Você tem sensações desconfortáveis no seu estômago?	15	
Humor depressivo	4	Você se assusta fácil?	24	70
	6	Você se sente nervoso, tenso ou preocupado?	28	
	9	Você se sente infeliz?	10	
	10	Você chora mais que o habitual?	8	
Pensamentos depressivos	14	Você é incapaz de exercer algo útil na vida?	12	37
	15	Você perdeu o interesse nas coisas?	9	
	16	Você se sente uma pessoa inútil?	3	
	17	O pensamento de pôr fim a sua vida já passou pela sua mente?	13	

Fonte: Grupo de sintomas traduzido e adaptado de WHO (1994) e ARAÚJO et al (2009). E resultados oriundos da pesquisa de campo.

Dessa forma, o que os resultados do SRQ-20 nos indicam, é que, de maneira geral, há pouca incidência de sintomas relacionados com os transtornos de ansiedade e depressão na comunidade em estudo. E, a presença de sintomas está em sua maioria no grupo de decréscimo de energia vital. A conclusão, que temos a partir da análise dos resultados, é de um ambiente mentalmente saudável na Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, entendimento que acreditamos corroborar com as percepções obtidas na pesquisa de campo

1.6. Considerações transitórias

Após as visitas realizadas algumas impressões ficaram marcadas:

- A sensação de que essa comunidade se entende como uma família, fato que inclusive foi falado por alguns moradores. Desse modo, como uma família há união, apoio mútuo e uma relação intensa. Há também brigas, discussões e intrigas;
- A aplicação era diferente com cada pessoa, algumas respondiam, agradeciam e se retiravam. Já outras conversavam, compartilhavam suas vidas, histórias e sentimentos;
- As reações ao questionário e às suas perguntas eram diversas, mas a questão que mais comentários era a pergunta de número 17- “O pensamento de pôr fim a sua vida já passou pela sua mente”. A pergunta era muito naturalizada por alguns e entendida como um pensamento normal. Enquanto, por outros era vista como um pensamento absurdo.

No entanto, para além dessas questões baseadas nas percepções da pesquisadora. As dinâmicas da Rua Monsenhor Rubens Mesquita em muito se relacionam às discussões de Jane Jacobs (1961) em seu livro *Morte e vida das grandes cidades*. Já na introdução a autora inicia o livro de maneira taxativa classificando-o como um ataque ao urbanismo e as suas práticas, que na época se classificava dentro do escopo do movimento moderno. Assim, ao longo de todo o livro ela criticou as propostas desse movimento, que se transformou, na época, no padrão utilizado nos projetos e planos urbanos, inclusive os públicos, das cidades norte-americanas.

O urbanismo modernista, ou ortodoxo como ela chama, se impôs em sua perspectiva, a partir da negação da cidade, e do entendimento, que sua configuração era sinônimo de caos e, logo, má qualidade de vida. Os projetos modernos lançavam mão de técnicas de controles populacionais e do espaço geográfico para impedir o crescimento das cidades. Nomes conhecidos como Ebenezer Howard, Le Corbusier e Patrick Geddes, pensaram suas propostas de cidades ideais, ou anticidade, como entende Jacobs. Embora, suas propostas não tenham se concretizado da forma como foram pensadas – a não ser em alguns casos isolados – suas ideias e formas de pensar a cidade dominaram o pensamento

urbano e arquitetônico, e permearam todo o planejamento urbano nas cidades norte-americanas.

Porém, o que o urbanismo ortodoxo entende como caos, Jacobs enxerga como potência. E, assim pensa, que a mudança de propostas para a cidade, deve partir da forma como olhamos para as cidades. Jacobs (1961) entende que pensar os problemas das cidades exigem linhas de raciocínio diferentes, pois os problemas não podem ser todos analisados da mesma forma, o caminho para pensar cada assunto depende do próprio assunto. As cidades são problemas de complexidade organizada, com muitas variáveis que se inter-relacionam. No entanto, as cidades não são percebidas dessa forma pelos seus teóricos, que têm a tratado de maneira simplista ou ainda como uma complexidade desorganizada.

Howard com sua teoria das cidades-jardim tratou o problema da cidade a partir de duas variáveis: o número de habitantes/moradias e a oferta de empregos, em uma relação simples e direta. Da mesma forma sua concepção espacial em uma relação direta entre cidade e cinturão verde. Mas não há nas cidades sistemas que sejam formados de maneira tão simplista com duas variáveis, sejam cidades grandes ou pequenas. Ainda assim, de alguma forma, é essa perspectiva de análise que perdurou entre os planejadores urbanos e a que eles aplicavam ao planejar as cidades.

A partir da década de 1920 na Europa e da de 1930 nos Estados Unidos essa perspectiva muda e a cidade passa a ser percebida como uma complexidade desorganizada, compreensível a partir das análises estatísticas e probabilidades matemáticas. Foi essa percepção usada por Le Corbusier para a Ville Radieuse. Os cidadãos se transformaram, nesse processo, em números, meras estatísticas, não só as pessoas, mas todas as questões e elementos que envolvem a cidade foram entendidos como problemas de complexidade desorganizada e o objetivo dos planejadores era transformar a cidade em problemas de simplicidade elementar.

Com o tempo, e com a noção geral dos problemas de complexidade organizada, essa noção foi aos poucos incorporada para pensar a cidade, mas ainda tem pouca aceitação entre os urbanistas. “O planejamento urbano, como campo de conhecimento, estagnou. Ele se agita, mas não progride.” (JACOBS, 1961, p. 489). E, ele está estagnado porque precisa mudar a forma como entende os problemas da

cidade. Assim, Jacobs (1961, p. 490-492) destrincha os modos de reflexão que considera mais importantes para as cidades:

1. “Refletir sobre processos”: isso porque cada elemento irá se comportar de maneira diferente de acordo com o contexto em que se encontra, e porque os processos são cruciais para cidades e devemos compreendê-los e compreender também seus catalisadores;

2. “Usar de indução, raciocinando do particular para o genérico, em vez do contrário”: pois os processos urbanos se compõem de combinações de peculiaridades, que, portanto, devem ser compreendidas. As generalizações nos levam a percepções absurdas e descoladas das realidades locais;

3. “Procurar indícios ‘não médios’ que envolvam uma quantidade bem pequena de coisas, as quais revelem como funciona uma quantidade maior e ‘média’”: Jacobs entende que as estatísticas são sim importantes, mas pouco informam sobre as quantidades que estão dando certo para o bom funcionamento da cidade.

Sua crítica é acompanhada de propostas para pensar a cidade, que parte primeiramente da compreensão de como ela se estrutura, Jacobs é antes de tudo uma observadora detalhista, que trouxe uma ampla compreensão do funcionamento das cidades, desde a escala da rua, até uma aproximação com a escala metropolitana.

Assim, a autora se propôs a olhar para a cidade, seus aspectos cotidianos e ao seu funcionamento na prática como forma de entender quais as práxis do urbanismo promovem vitalidade socioeconômica e quais a impedem. Assim, descreve os lugares das cidades com atmosfera de companheirismo e bem-estar como os mais saudáveis; explica que as ruas vivas e movimentadas garantem a segurança no local, pois o fluxo de pessoas garante o que ela chama de *olhos da rua*, que inibem qualquer malfeitor; também pontuou que o contato social entre as pessoas e uma rede de confiança resulta na identidade pública das pessoas, na construção do seu ser social. A autora elaborou a respeito dessas ruas vivas, como nomeou, e quais elementos seriam necessários para constituir um espaço dessa forma.

Jacobs (1961) entende que a condição primordial que dá origem a espaços com tais dinâmicas é a diversidade, e assim, enumerou o que chama de geradores de diversidade. O primeiro é a *combinação de usos principais*, é essencial assim, a variedade de funções de um bairro ou distrito e a presença de pessoas ao longo do dia de modo a gerar diversidade e vida. Usos principais associados podem produzir um espaço economicamente estimulante que atrai outros empreendimentos, gerando uma diversidade derivada. No caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, vemos a associação do uso residencial com o centro de transportes urbanos, deles derivam os usos comerciais na rua, para além disso, se aumentarmos um pouco a escala, nas fronteiras da Rua vemos também usos institucionais e empresariais.

A segunda condição de diversidade é a *necessidade de quadras curtas*, quadras menores aumentam as possibilidades de trajetos e encontros, e, assim, movimentam as ruas, e as possibilidades econômicas, com mais pontos viáveis para a instalação de comércio. A esse respeito devemos fazer um parêntese, a autora estudou as cidades estadunidenses, onde há uma predominância de malhas urbanas ortogonais, característica morfológica que não existe na cidade de Salvador, a não ser por algumas exceções particulares. Assim, a Rua Monsenhor Rubens Mesquita é uma quadra longa, rodeada por quadras de tamanhos variados, apesar disso, devido à centralidade da Estação da Lapa, se transformou em uma área de passagem e grande movimentação de pessoas, a certo modo proporcionando a viabilidade econômica e os encontros exaltados por Jacobs.

O terceiro gerador de diversidade é a *necessidade de prédios antigos*, nesse caso diz respeito à variedade de prédios em condições de conservação diferentes, desse modo, a autora irá defender a presença de prédios antigos, mas não somente os históricos e monumentais, mas também os simples e comuns. Nesse caso, não vemos tal fato ocorrendo na Rua, principalmente por se tratar de uma ocupação, a maioria das moradias datam mais ou menos da mesma época, a variação de idade pode ser percebida apenas na verticalização que foi se dando ao longo dos anos.

A quarta e última condição é a *necessidade de concentração*, nesse caso concentração de pessoas, aqui Jacobs se concentra na análise da densidade habitacional, malvista pelo urbanismo ortodoxo, mas que ela considera importante e, isso não quer dizer habitações superlotadas, insalubres e encortiçadas. Mas, mantendo a salubridade e dignidade, a densidade urbana garante a movimentação

de pessoas. E, no caso da Rua é possível identificar que há uma densidade urbana sem superlotação.

Embora a rua não possua todos os geradores de diversidade colocados por Jacobs, e sem dúvidas precisa de melhorias na infraestrutura urbana, direito de todo cidadão, de moradia digna. Vemos que é um espaço urbano, construído coletivamente onde prevalece uma atmosfera positiva e de bem-estar. No entanto, o processo de reintegração de posse, em curso pela PMS, pretende destruir esse espaço, e essa destruição, caso ocorra, será além da derrubada do espaço físico – o que por si só é preocupante, tendo impacto no dia a dia e na vida econômica desses moradores, mas também no emocional, de ver aquilo que construíram com suas próprias mãos serem destruído – é também a decomposição de uma construção social. Portanto, o impacto da reintegração de posse é visto no espectro econômico, social e individual de 41 famílias, em prol da construção de um empreendimento particular. Apesar do processo ir de encontro com a função social da propriedade, ele é parte de um conjunto de dinâmicas em curso na cidade de Salvador, que favorecem agentes específicos. Portanto, no capítulo seguinte iremos olhar para essa cidade e a inserção da comunidade nesse contexto, como proposto por Jacobs (1961) pensando na cidade a partir de processos, partindo do particular para o genérico.

As pessoas de carne e osso são únicas; investem muitos anos em relacionamentos significativos com outras pessoas únicas, e são, no mínimo, insubstituíveis. Desfeitos seus relacionamentos, destrói-se sua condição de seres sociais verdadeiros – às vezes por pouco tempo, às vezes para sempre. (JACOBS, 1961, p. 149).

2. A RUA E A CIDADE

No capítulo que segue, nos propomos a olhar para a comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, analisando seu espaço urbano, entendendo para além das dinâmicas sociais, – abordadas no capítulo anterior – mas também as dinâmicas urbanas. É, então, olhar para esse espaço a partir da perspectiva da arquitetura e urbanismo, buscando compreender suas complexidades, sua oferta de serviços e infraestrutura urbana, e realizando uma análise habitacional e social. Em certa medida esse panorama foi abordado no capítulo anterior, porém baseado, principalmente, nas percepções da pesquisadora nesse espaço. O momento agora é de um aprofundamento técnico da estrutura urbana deste espaço e do seu constructo.

E, dado que, essa Comunidade, não está isolada no tempo e no espaço e faz parte de um contexto maior, a cidade de Salvador. Nos propusemos a entender como essa Rua se insere no contexto da cidade, suas relações com seu entorno imediato e com a cidade como todo, e isso pressupõe, entender também os processos que se dão na cidade de Salvador. O intuito é fazer uma análise que parte da escala micro para macro e a partir de processos, como proposto por Jacobs (1961).

2.1. Análise urbana da Rua Monsenhor Rubens Mesquita

A análise foi dividida em quatro grandes grupos, onde os três primeiros se referem ao ambiente físico e urbano, enquanto o quarto se refere a questões sociais. Abaixo explicaremos cada grande grupo e seus itens de modo que fique claro quais características foram abordadas. A escolha desses aspectos se deu, pois além de serem questões estruturais para a compreensão urbana, também são apontados pela teoria que relaciona cidade e saúde mental como fatores preponderantes que podem ter influência no bem-estar mental dos indivíduos e da coletividade – tal teoria será apresentada no terceiro capítulo.

2.1.1. Habitação

Para a análise aqui proposta, entendemos que a moradia é essencial para esse estudo. Primeiro por ser entendida como a unidade básica do espaço urbano, em seguida, por entendermos que para a manutenção da saúde mental um indivíduo deve ter atendidas as suas necessidades básicas, entre elas a moradia. Além disso, a casa tem um caráter simbólico a ela associada, do lar, essa questão é subjetiva e, logo, difícil de ser avaliada na perspectiva arquitetônica/urbanística. Portanto, a análise realizada se foca na perspectiva do ambiente físico, sua infraestrutura e qualidade arquitetônica.

Apesar de não podermos realizar a análise qualitativa de questões referentes aos sentimentos para com a casa, exatamente por se tratar de uma questão subjetiva, nos parece interessante mencionar a perspectiva da subjetividade do morar para a psicologia e psicanálise de modo que compreendamos a importância da casa para a saúde mental. Nogueira (2001) entende que a arquitetura pode se expressar de forma acolhedora, e que “o espaço proporciona segurança e ‘envolve’ a história vivida” (PANKOW, 1988, p.85 apud NOGUEIRA, 2001, p.111). Portanto, a história do indivíduo se relaciona com o tempo vivido em um espaço, de tal forma que se constrói uma relação afetiva com o mesmo.

a instalação do indivíduo no mundo, onde a arquitetura torna-se uma expressão de como este indivíduo está no mundo, no sentido de consolidar uma posição. Ou seja, da arquitetura sinalizando a este indivíduo como ele pode estar no mundo, no sentido de descobrir novas posições, novas possibilidades de existir. (NOGUEIRA, 2001, p.121).

Já na perspectiva física e estrutural da moradia, lembremos que há muito a arquitetura e a saúde estão relacionadas, vide as inúmeras reformulações urbanas de caráter higienista nos séculos XIX e XX. Ainda hoje, os arquitetos levam em consideração questões projetuais que reverberam na saúde humana, dentre elas, iluminação e ventilação são os pontos mais lembrados e principalmente associados com doenças respiratórias. Se a casa afeta a saúde humana, ela também afeta a saúde mental, sendo esta parte importante da anterior. Dessa forma, entendemos que a casa – assim como, a percepção do indivíduo dela – tem a capacidade de influenciar a saúde mental. Assim, analisaremos as moradias da Rua Monsenhor

Rubens Mesquita a partir de alguns aspectos: tipologia; recuos; uso do solo e gabarito; e posse.

Tipologia

A análise da tipologia das habitações se baseou nos parâmetros definidos pela pesquisa da Profa. Angela Gordilho-Souza, no livro *Limites do Habitar*, que buscou analisar a ocupação, a habitação e a segregação urbana na cidade de Salvador. A autora qualificou as habitações da cidade de acordo com requisitos urbanísticos que considerou necessários para constituição de boas condições urbanas e de habitabilidade. Desse modo, quantificou e mapeou as habitações da cidade em quatro parâmetros: bom (não precisa de intervenções), regular (mescla entre bom e precário, precisa de algumas intervenções), precário (carência de infraestrutura e rede de equipamentos) e insuficiente (áreas sem condições mínimas de habitabilidade, que demandam amplas intervenções e algumas remoções).

Imagem 16 – Padrão de habitabilidade na cidade de Salvador em 2006



Bom

Áreas onde não há necessidade de intervenção do poder público. Parcelamentos registrados e licenciados na PMS, com infra-estrutura adequada, lotes acima de 125 m², existência de equipamentos coletivos, áreas públicas e verdes suficientes e em bom estado de conservação.



Regular

Mesclagem das categorias Bom e Precário, com algumas áreas onde há necessidade de intervenção do poder público.



Precário

Áreas onde há necessidade de intervenção para melhoria de infra-estrutura e/ou rede de equipamentos. Parcelamentos com dimensionamento fora das normas gerais em vigor na PMS. Predominância de lotes entre 64 e 125 m², insuficiência de equipamentos coletivos, infra-estrutura, áreas públicas e verdes, conservação e condições topográficas desfavoráveis.



Insuficiente

Áreas ocupadas sem condições mínimas de habitabilidade, demandando intervenções amplas de urbanização com relocação de parte da população. Predominância de lotes menores que 64 m², área de risco e/ou de ocupação em áreas de patrimônio histórico-ambiental, insuficiência de infra-estrutura urbana, inexistência de equipamentos coletivos de apoio, de áreas livres e verdes.

Fonte: GORDILHO-SOUZA (2008 apud Plano Municipal de Habitação de Salvador, 2008, p. 34)

Com base na pesquisa definimos que o espaço em estudo se qualificaria como um espaço urbano regular, como pode ser visto na imagem 16, pois apresenta moradias em bom estado ao lado de moradias precárias, necessitando de alguma intervenção pública, mas ainda assim bem ofertada de infraestrutura urbana.

Imagem 17 – Imagem aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Página do Facebook da comunidade Tororó Resiste.

Imagem 18 – Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Google Earth (abril de 2019).

Imagem 19 – Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Google Earth (abril de 2019).

Nas imagens 17 a 20, podemos ver a rua em estudo e visualizar a sua conformação, percebemos a tipologia das casas, a qual aqui foi creditada o parâmetro *regular* da pesquisa de Gordilho-Souza (2000). Notamos habitações autoconstruídas; a insuficiência ou falta de recuos entre as habitações; percebemos a presença de entulhos na rua e calçadas; calçadas insuficientes para caminhada; é notória também a proximidade da Estação da Lapa e o movimento de veículos na Rua, essas questões serão mais elaboradas ao longo deste item.

Recuos

Os recuos foram considerados para essa análise exatamente pela falta deles (vide imagens 17-20) na Rua. Os recuos possibilitam mais espaço de calçada, no caso do recuo frontal, permitindo melhor acessibilidade pedonal e proporcionando espaços de convívio na rua – como veremos mais adiante os espaços de convívio social na cidade são de extrema importância para a saúde mental. Os recuos também propiciam maior insolação e ventilação, portanto mais salubridade nas residências, questões importantes para a saúde individual. Assim como, o contato com a luz natural tem importância na manutenção da saúde mental. Desse modo, os recuos são importantes avaliadores tanto do espaço urbano coletivo como das moradias.

Uso do solo e Gabarito

As habitações variam entre térreas e cinco andares, em sua maioria, assim como muitas são de uso misto, com comércio no térreo e moradias nos andares superiores. A importância dessas duas informações para saúde mental se refere a duas questões: primeiro, o uso misto nos demonstra uma boa ou ao menos alguma oferta de serviços essenciais, porém essa questão será melhor discutida posteriormente; em segundo lugar o gabarito, de acordo com alguns estudos tem associação mais clara com a saúde mental. Evans (2003), nos apresenta alguns estudos que indicam que arranha-céus, por exemplo, podem ser psicologicamente hostis, provocando estresse psicológico e afastamento social. Portanto, atribuímos a um espaço urbano com tais características, como a Rua Monsenhor Rubens Mesquita, como sendo um espaço mais acolhedor e mais confortável. E, como apresentado anteriormente, é positivo da perspectiva psicológica uma arquitetura que se expresse de forma acolhedora. Os mapas abaixo mostram essas duas dimensões por lote, e foram realizados pela autora com base em imagens aéreas.

Mapa 01 – Mapa de uso do solo da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Mapa realizado pela autora com base em imagem aérea do Google Earth.

Mapa 02 – Mapa de gabarito da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Mapa realizado pela autora com base em imagem aérea do Google Earth.

Posse

A situação da posse nesse espaço é delicada, como já foi aqui destrinchada, alguns estudos realizados por Macintyre (2003) mostraram relações que podem ser construídas com a posse habitacional e a saúde mental. Suas análises cruzam dados com outros elementos pessoais como, idade, gênero, estado civil, tipologia habitacional e acesso a jardins, no entanto algumas conclusões interessantes merecem menção.

Primeiro, que a falta de posse ou a posse incerta geralmente está associada a classe social e a situação econômica dos moradores, e esses fatores podem ter efeito sobre a saúde mental, assim como sua vizinhança pode ter efeitos negativos na saúde mental. Porém o autor compreende que apesar de serem parte da explicação, a associação entre posse e saúde mental vai além desses fatores, o fator da posse em seus estudos *multidata* demonstrou no caso mais grave que a posse representa 5,4% da variação dos medidores de saúde – embora pareça um valor baixo, os estudos prévios que analisam efeitos em saúde de fatores sociais têm variação similar.

Portanto, entendemos que apesar da incerteza da posse ter permeado toda a história dessa comunidade, pois se originou de uma ocupação e em alguns casos só posteriormente foi conquistado o direito de posse. Essa questão foi agudizada pelo processo de reintegração de posse em curso, que ainda que não possamos medir qual impacto dessa situação nos indivíduos e na coletividade, é algo que pode reverberar no bem-estar desta comunidade.

2.1.2. Infraestrutura urbana

Além da casa, o ambiente físico urbano também pode ter efeitos na saúde mental, e para entender a qualidade desse espaço precisamos analisar sua infraestrutura e oferta de serviços básicos para a população. Além de um direito básico, o acesso à infraestrutura tem relação com saúde global e a saúde mental dos moradores de um espaço. Evans (2003) indicou estudos que apontam o impacto da vizinhança na saúde mental, no entanto, de acordo com ele, não é possível quantificar o quanto se diz respeito ao ambiente físico especificamente e quanto diz respeito à interação social.

Melis et al. (2015) defenderam que não tão somente às questões socioeconômicas provenientes do espaço urbano tem efeito na saúde mental, mas o ambiente físico propriamente. Desse modo, os autores desenvolveram um estudo que analisou os efeitos do ambiente físico através do número de pessoas com prescrições de medicamentos antidepressivos e similares. Portanto, observaram a infraestrutura e a oferta de serviços do município de Turim, Itália e compararam com dados das prescrições. Para tanto, fixaram os dados socioeconômicos, de gênero, idade, etc, de modo que pudesse ficar clara a relação entre ambiente físico e saúde mental. Como resultado, obtiveram que: os aspectos considerados mais positivos para a saúde mental são a densidade urbana e a acessibilidade a transportes públicos.

Já Schulz et al. (2016) em uma revisão a respeito do tema apontaram uma relação entre densidades altas e maiores consumo de substâncias, como álcool e drogas. Sturm e Cohen (2004) estudaram a relação entre o espraiamento urbano e a

saúde física e mental, para tanto dividiram o espraiamento em algumas dimensões, e embora não haja, de acordo com o estudo, ligações diretas entre o espraiamento e a saúde mental, foram percebidas essas relações com algumas das dimensões individuais: a densidade população, a acessibilidade viária e ao uso misto do solo.

Sendo assim, na análise do espaço urbano abordamos os aspectos que a literatura aponta como capazes de influenciar a saúde mental de forma que possamos fazer aproximações com essa relação. No entanto, também analisamos outros aspectos da infraestrutura, que na perspectiva do urbanismo qualificam um espaço urbano com o objetivo de compreender da maneira mais completa possível a qualidade desse espaço urbano no geral.

Água e Esgoto

De acordo com dados da Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – responsável pelo abastecimento de água e coleta de esgoto do estado da Bahia, o bairro do Tororó, onde está situado a Rua Monsenhor Rubens Mesquita, está contemplado com abastecimento regular dos dois serviços. Em conversas com a população foi confirmado o abastecimento de água e a coleta de esgoto. No entanto, declararam problemas recentes com o encanamento do esgoto, que ficou vazando em via pública, porém o problema não foi extenso e foi resolvido.

Energia elétrica

De acordo com a população da Rua, as moradias são bem servidas de iluminação pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA).

Iluminação pública

A Rua Monsenhor Rubens Mesquita conta com serviço de iluminação pública, porém nas visitas realizadas na comunidade notou-se que a iluminação não é suficiente ficando bastante escuro à noite. Alguns postes não estavam funcionando e os que funcionavam não tinham uma potência adequada para iluminação pública.

Drenagem

A rua conta com sistema de drenagem, no entanto, o sistema não é completo para o que é considerado de qualidade na perspectiva urbanística, embora o sistema adotado na via seja similar ao restante da cidade. A via tem guias e sarjetas,

porém as bocas de lobo são escassas e ineficientes, poucas áreas verdes permeáveis e o asfaltamento utilizado também é pouco permeável.

Poluição Sonora

Não foram encontrados dados oficiais a respeito da poluição sonora na rua em estudo, no entanto a proximidade com a Estação da Lapa indica significativa poluição sonora advinda do fluxo dos ônibus, que devem ser incômodos principalmente durante a noite e nos primeiros horários da manhã.

Coleta de lixo

A LIMPURB (Empresa de Limpeza Urbana de Salvador) não fornece dados do seu roteiro de coleta e da inclusão da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. No entanto, não foram vistos durante as visitas pontos de acúmulos de lixo individuais, desse modo acredita-se que a coleta seja regular.

Limpeza urbana

A Rua Monsenhor Rubens Mesquita, nas visitas realizadas, está limpa de maneira geral, mas foram percebidos alguns pontos de acúmulo de entulhos de materiais de construção, dentre outros. A LIMPURB não oferece dados a respeito da varrição e lavagem da Rua.

Calçamento

As calçadas da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, também de maneira similar ao restante da cidade de Salvador, podem ser consideradas insuficientes. Embora exista o calçamento ele não é uniforme tanto no que diz respeito à largura das calçadas quanto à cota de nível. Problema constante na cidade devido à topografia acidentada, e por se tratar de uma via em ladeira, o calçamento tem alturas variadas dificultando o caminhar pela via. O calçamento é feito em concreto, mas sua qualidade varia no decorrer da rua. Também consideramos a largura insuficiente para o uso nessa Rua em específico, principalmente dado que também entendemos que esse é um espaço público, de encontro e confraternização, assim como é usado como extensão dos estabelecimentos comerciais.

Qualidade da via

A via se encontra completamente asfaltada, no entanto há trechos com buracos e com a necessidade de correções e nivelamento.

Transporte

Localizada ao lado de uma das principais estações de ônibus e de metrô da cidade de Salvador, a Estação da Lapa, a Rua Monsenhor Rubens Mesquita é muito bem servida de transporte público. De acordo, com a SEMOB (Secretaria de Mobilidade) 121 linhas de ônibus passam pela Estação, além do acesso às duas linhas do metrô e a previsão é que futuramente também se conecte com o BRT, atualmente em construção na cidade. Assim como, pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade de Salvador de 2016, a Estação da Lapa é marcada como um Sistema Estrutural de Alta Capacidade.

Acessibilidade

Devido às questões pontuadas anteriormente, principalmente a respeito do calçamento, a Rua Monsenhor Rubens Mesquita não é adequada para Pessoas com Deficiência (PCD).

Risco ambiental

Considerados as questões de riscos ambientais associadas à cidade de Salvador, em especial no que diz respeito a deslizamentos nos períodos de chuva intensa, cabe pontuar que a Rua em questão não se encontra em situação de risco.

Por fim, no que diz respeito à infraestrutura urbana na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, acreditamos que ainda que haja espaço para melhorias a Rua é bem servida de infraestruturas essenciais. Fato que reafirma o enquadramento desse espaço na categoria Regular, como colocado anteriormente.

2.1.3. Oferta de equipamentos, comércios e serviços

A inserção da comunidade na cidade e a infraestrutura que detém ao seu dispor será essencial para a compreensão da sua localização urbana – conceito que

entende um local como um conjunto de característica irreproduzíveis – entendemos esse aspecto como uma das chaves essenciais para relacionar esse espaço urbano com o estado mental de seus moradores, e, portanto, será aprofundado e explorado com o rigor necessário. Porém acreditamos que para compreender quais equipamentos estão à disposição dessa população, o mapeamento é a ferramenta mais eficiente, e é esse dispositivo que utilizaremos para demonstrar a oferta de equipamentos e serviços.

De modo, a realizar o mapeamento da inserção urbana dessa comunidade utilizamos a metodologia desenvolvida pelo LabCidade (Laboratório Espaço Público e Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP) em conjunto com o ITDP Brasil (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento), que foi produto da pesquisa “Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV”, sob coordenação de Raquel Rolnik. A ferramenta de avaliação foi desenvolvida com foco na análise de inserção de conjuntos Minha Casa Minha Vida, em especial da faixa 1, mas nos interessa por ser uma ferramenta que leva em consideração não somente as distâncias geográficas, mas também os tempos percorridos.

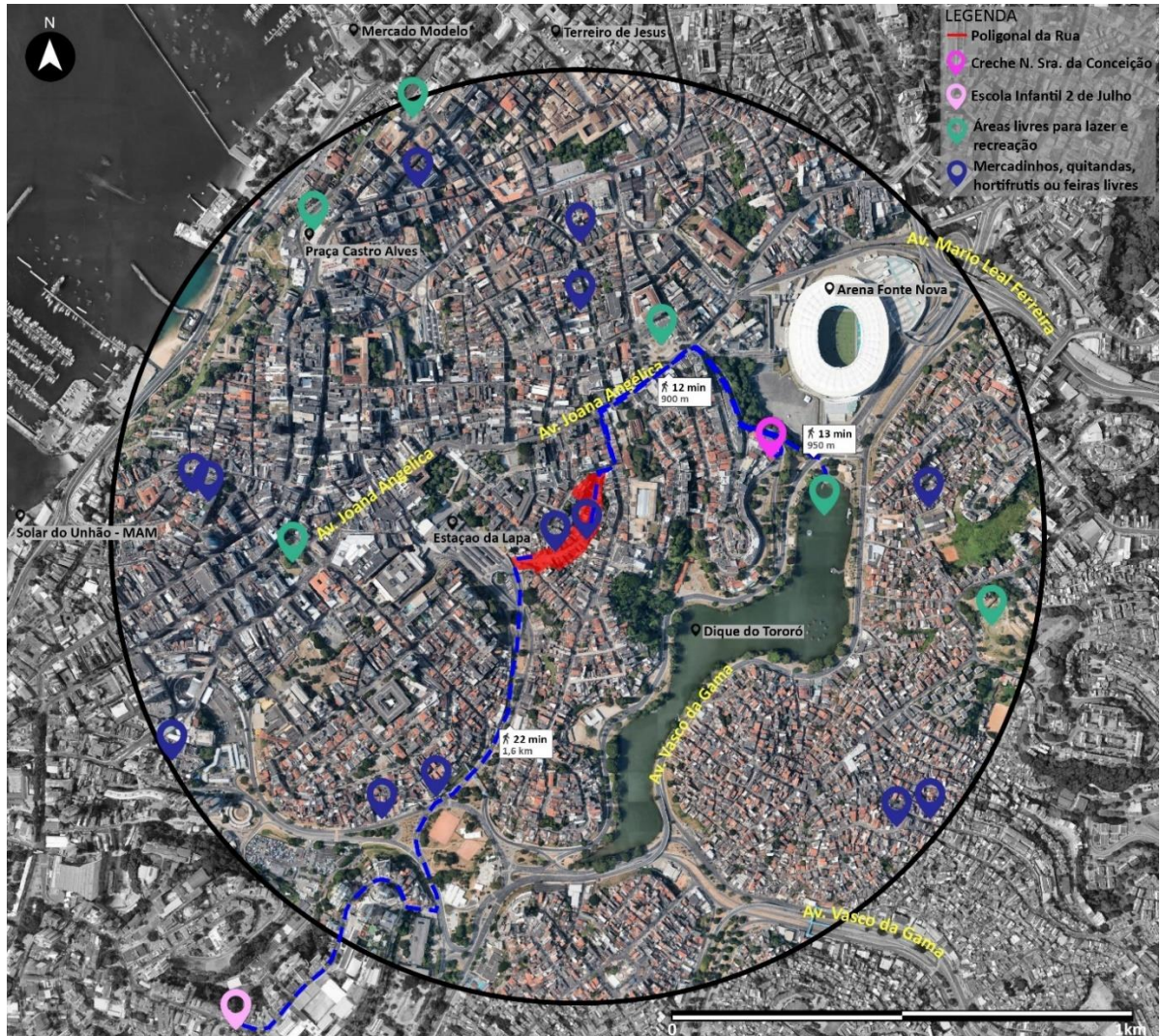
Quando levamos em consideração a mobilidade nas cidades o tempo de percurso dos cidadãos varia não só com as distâncias, mas fica à mercê da disponibilidade de transporte público, e dos seus trajetos. É comum, uma rota levar o dobro ou triplo do tempo, que levaria por meio do transporte particular. Portanto, entendemos que a distância geográfica não é suficiente para medir a proximidade com equipamentos e serviços, por isso consideramos pertinente a escolha de tal ferramenta de análise. A ferramenta desenvolvida divide os usos em três: os cotidianos, os eventuais e os esporádicos. Cada um desses é dividido em obrigatórios e complementares e tem um parâmetro de análise adotado, tendo em mente a frequência de uso desses serviços.

Os usos cotidianos se referem ao entorno mais próximo e aos usos locais, como são cotidianos, o parâmetro definido é de no máximo 15 minutos de deslocamento a pé, que equivalem a aproximadamente 1.000 metros de percurso, portanto se define um raio nessa medida. Dessa forma, os usos obrigatórios são: (1) creches públicas; (2) escolas públicas de Ensino Infantil; (3) áreas livres de lazer e recreação; e (4) mercados, quitandas, hortifrutis ou feiras livres. E os

complementares: (1) açougues; (2) padarias; (3) farmácias; (4) restaurantes; (5) salões de beleza; (6) academias; (7) lotéricas ou caixas eletrônicos; (8) assistências técnicas para equipamentos eletrônicos; e (9) lojas de material de construção.

Assim mapeamos os usos cotidianos obrigatórios e os complementares. Para desenvolver essa tarefa, delimitamos um raio de mil metros a partir do centro da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Assim seguem os mapas 03 e 04. O que podemos perceber a respeito dos usos obrigatórios (mapa 03) é que temos uma boa oferta de comércios de alimentos do dia a dia e de áreas de recreação ao ar livre, enquanto a oferta de estabelecimentos de ensino público infantil, as escolas e creches, apesar de existentes são apenas duas. No mapa 04, podemos visualizar a ampla oferta desses serviços complementares dentro do raio determinado. Consideramos assim a Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita bem servida dos usos cotidianos.

Mapa 03 – mapeamento dos usos cotidianos obrigatórios em um raio de 1.000m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Mapa realizado pela autora com base em imagem aérea do Google Earth.

Mapa 04 – mapeamento dos usos cotidianos complementares em um raio de 1.000m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



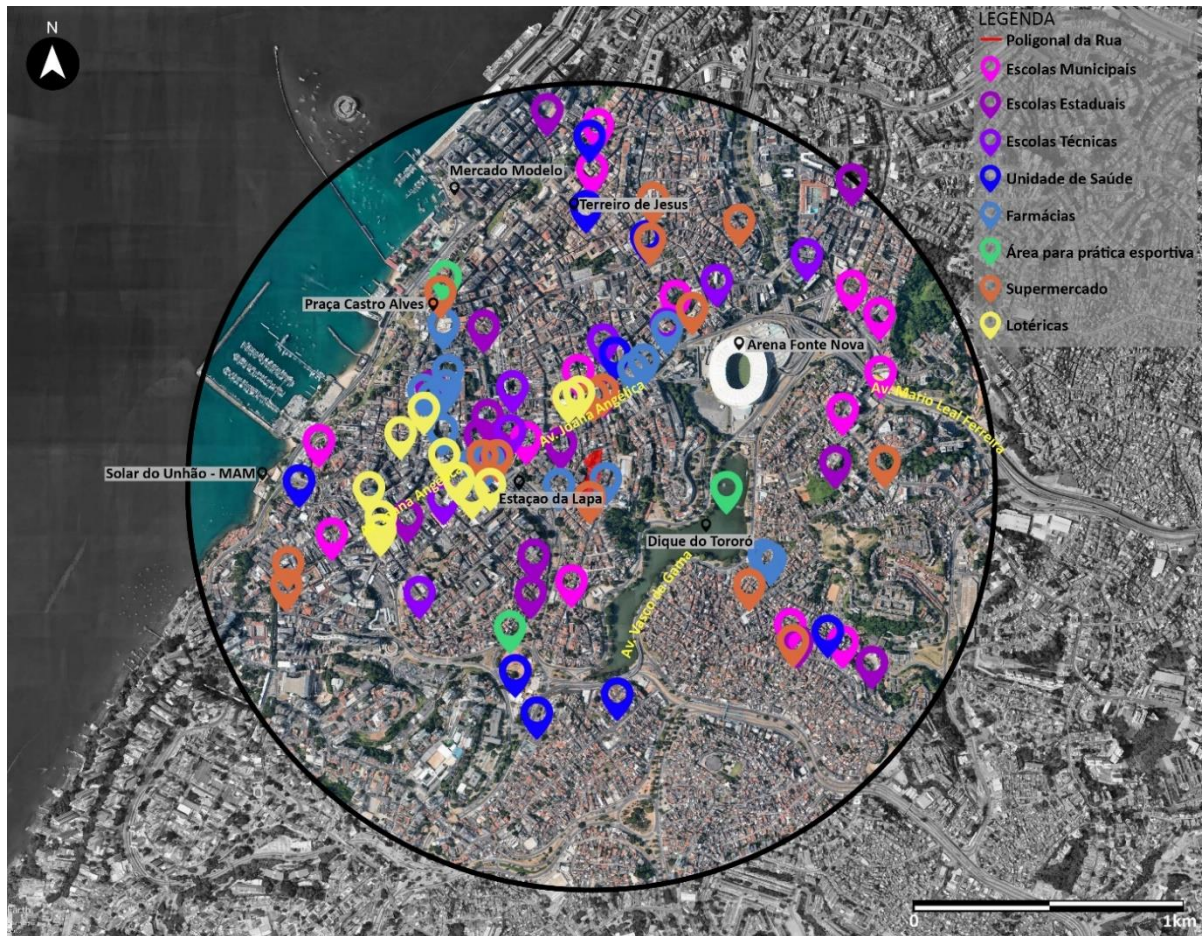
Fonte: Mapa realizado pela autora com base em imagem aérea do Google Earth.

Damos prosseguimento mapeando o segundo grupo, dos usos eventuais, que também é dividido entre os obrigatórios e os complementares. Para a análise desses usos a pesquisa de Rolnik (2014) determina um raio de 1.400 m, que significa, em média, uma caminhada de 20 minutos ou um percurso de 30 minutos via transporte público. Assim temos os usos eventuais obrigatórios: (1) Escolas públicas de Ensino Fundamental; (2) Escolas públicas de Ensino Médio e/ou Técnico; (3) Unidades de saúde com pronto atendimento; (4) Farmácias; (5) Área para práticas esportivas; (6) Supermercado; e (7) Lotérica ou caixa eletrônico.

E os usos eventuais complementares: (1) Instituição de Ensino Superior; (2) Centro de Referência de Assistência Social; (3) Biblioteca pública; (4) Delegacia; (5) Centro médico ou clínicas especializadas; (6) Correios; (7) Loja de vestuários, de calçados etc.; (8) Lojas de eletroeletrônicos, utensílios domésticos, mobiliário etc.; (9) Restaurantes; Bancos; (10) Escritórios ou consultórios; (11) Livraria ou papelaria; (12) Assistência técnica e reparação (eletroeletrônicos, eletrodomésticos, veículos, bicicletas, etc.); (13) e Escola de línguas, de informática e outras formações complementares) etc; (14) Escola de línguas, de informática e outras formações complementares) etc.

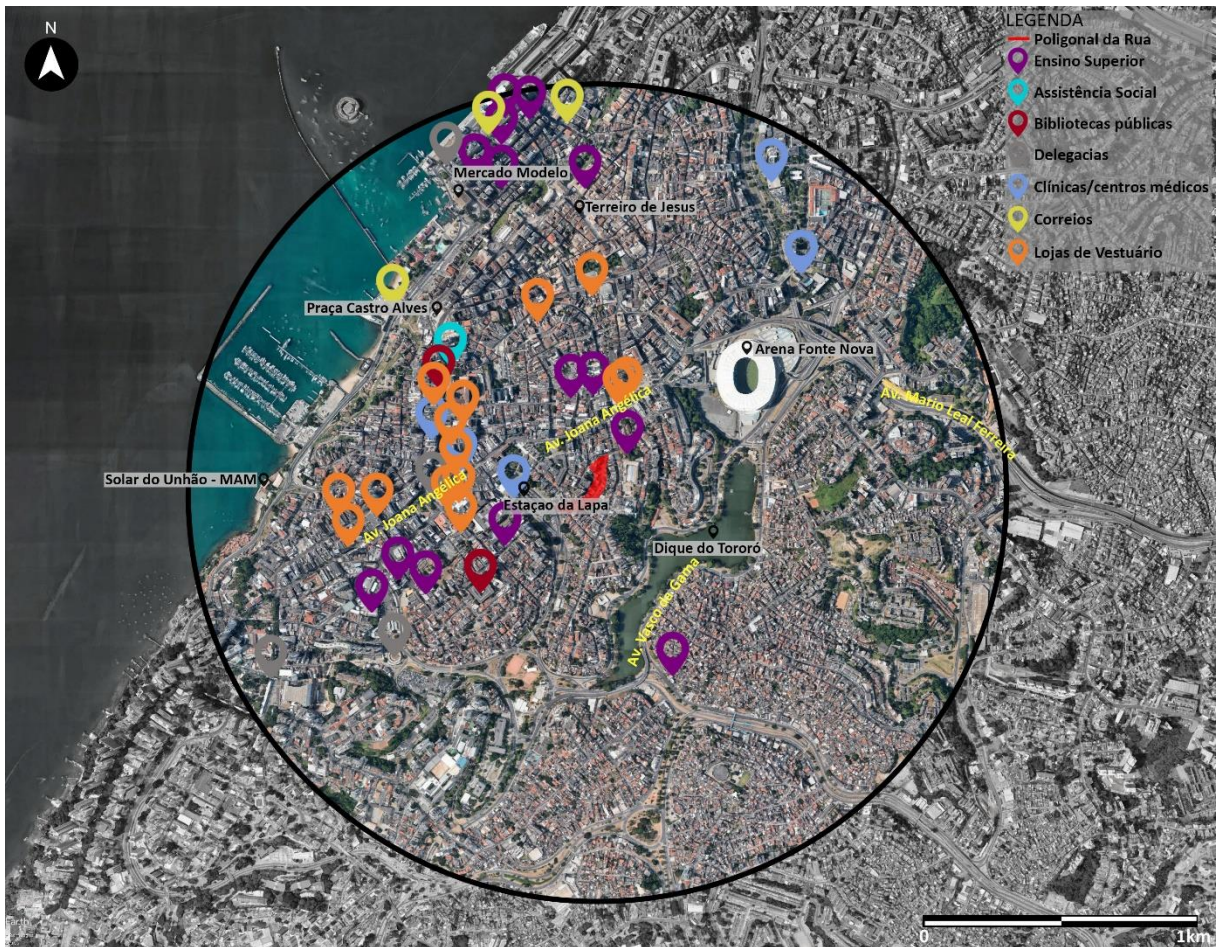
Assim, os usos eventuais obrigatórios foram mapeados no mapa 05 e os complementares foram mapeados nos mapas 06 e 07. Da mesma forma que os usos cotidianos, determinamos um raio, agora de 1.400m e localizamos neste perímetro os pontos de cada tipo de uso. E os resultados nos demonstram que há uma grande variedade de estabelecimentos, inclusive não há nenhum uso que não esteja ofertado, a uma distância confortável e de fácil acesso, tanto a pé quanto por meio de transporte público.

Mapa 05 – mapeamento dos usos eventuais obrigatórios em um raio de 1.400m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



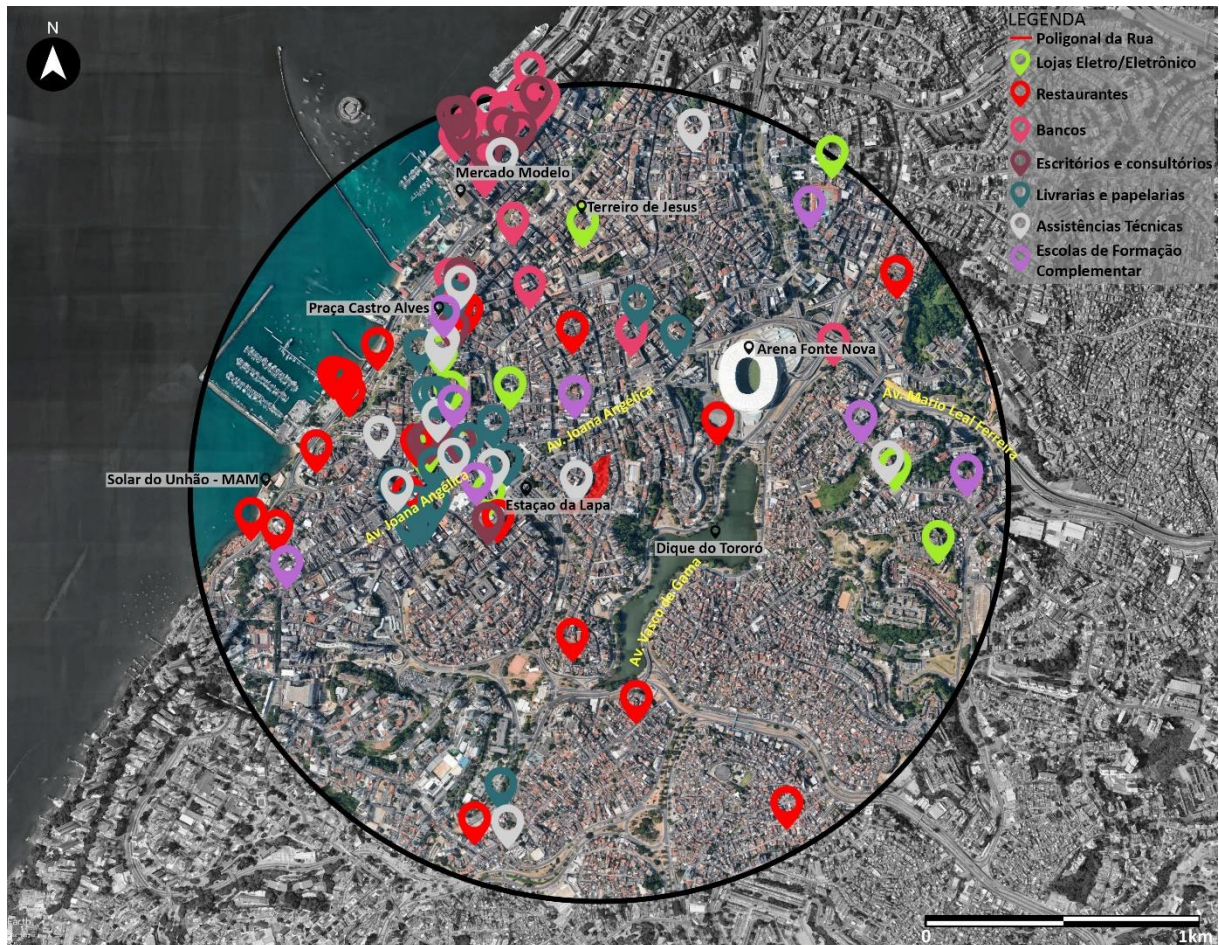
Fonte: Mapa realizado pela autora com base em imagem aérea do Google Earth.

Mapa 06 – mapeamento dos usos eventuais complementares em um raio de 1.400m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Mapa realizado pela autora com base em imagem aérea do Google Earth.

Mapa 07 – mapeamento dos usos eventuais complementares em um raio de 1.400m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Mapa realizado pela autora com base em imagem aérea do Google Earth.

E, por fim, realizamos os mapas dos usos esporádicos, nesse caso a metodologia utilizada indica que devemos identificar cada uso, localizado a uma distância de no máximo uma hora via transporte público. Outra diferença nesse caso, é que a metodologia indica que cada uso deve ser apenas contabilizado apenas uma vez, não havendo necessidade de identificar os diferentes estabelecimentos de cada tipo, desde que este atenda a demanda. Assim temos os usos esporádicos obrigatórios: (1) Hospital público; (2) Centro público administrativo (INSS, subprefeitura ou prefeitura, Poupatempo/SAC, etc); (3) Instituição de Ensino Superior; (4) Bancos. E os usos esporádicos complementares: (1) Cinemas; (2) Parque urbano, ginásio esportivo, estádio, etc; (3) Teatro; (4) Museu ou centro cultural; (5) Hipermercado; (6) Cartório.

Portanto, identificamos um estabelecimento de cada uso, no caso dos bancos identificamos duas agências diferentes, ambas federais, e no caso dos centros administrativos públicos, a Prefeitura e um SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente) – no estado de São Paulo, mais conhecido como Poupatempo. Para os usos esporádicos obrigatórios identificamos também a distância e o trajeto mais curto. Assim como nos casos anteriores, percebemos que há oferta ampla e satisfatória de serviços. Assim, seguem os mapas 08 e 09.

Mapa 08 – mapeamento dos usos esporádicos obrigatórios no entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Mapa realizado pela autora com base em imagem aérea do Google Earth.

Mapa 09 – mapeamento dos usos esporádicos complementares no entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Mapa realizado pela autora com base em imagem aérea do Google Earth.

A experiência de pesquisa de campo identificou em um primeiro momento a boa localização da Rua Monsenhor Rubens Mesquita em relação à cidade de Salvador, essa primeira percepção foi corroborada pela análise através do mapeamento, demonstrando uma comunidade bem servida de infraestrutura urbana, comércios e serviços, ocupando um espaço privilegiado da cidade.

2.1.4. Perspectiva social

As relações sociais e os suportes dentro da comunidade também têm relação com perturbações mentais, enfatizando a importância da solidariedade e das

relações de vizinhança. Barton, Grant e Guise (2003) apontam que redes locais que proporcionam apoio e suporte são essenciais para a saúde e bem-estar mental.

Regiões urbanas que permitem a formação de uma rede de solidariedade, de afeto e de apoio são protetoras de nossas mentes. Ao contrário, o desamparo da solidão coletiva tão frequente nas megacidades e a falta de uma pessoa com quem possamos compartilhar nossos medos e dúvidas são fatores que favorecem o sofrimento mental e predispõem ao consumo de álcool e drogas. E o consumo de álcool e drogas, por seu lado, aumenta o risco de ansiedade e depressão. (SALDIVA, 2018, p.47).

Almedom (2005) chama isso de capital social e pontuou que ele abarca três instâncias: coesão social, apoio social e integração/participação social. No que diz respeito ao termo capital social o autor indica que há duas linhas de pensamento: a colocada por Pierre Bourdieu (1986) e a de Robert Putnam (1995), para tanto o autor realiza uma revisão bibliográfica do tema com base nesses autores, representada na imagem 20, abaixo. Na tabela abaixo ele identifica o capital social em dois níveis, micro e macro, e explicita seus componentes, o primeiro se relaciona com as relações individuais e familiares, enquanto o segundo com as relações comunitárias, que tem como um de seus componentes o acesso a bens e serviços públicos.

Imagem 20 – Tabela dos tipos, componentes e níveis do capital social.

Table 1
Social Capital: types, components and levels

Type (direction)	Component	Level
<i>Bonding</i> (horizontal)	<i>Structural</i> (social networks); <i>Cognitive</i> (social control/efficacy; shared values; mutual trust and norms of reciprocity).	Micro (<i>individual, family/household</i>)
<i>Bridging</i> (horizontal: between different community and/or voluntary groups; and/or vertical: between such groups and statutory as well as non-statutory organizations with power to make decisions on the distribution and/or allocation of public goods and services.	<i>Structural</i> (access to public goods and services, amenities); <i>Cognitive</i> (participation; sense of belonging; decision-making capacity).	Macro (statutory and/or voluntary organizations—local, national, international).

Note: Szreter and Woolcock (2004) have introduced *Linking social* capital as a sort of diagonal (rather than vertical) bridge across power differentials. This proposition has generated varying responses ranging from support, intrigue, and outright opposition (see for instance Kawachi et al., 2004; Ellaway, 2004; Navarro, 2004).

Fonte: ALMEDOM, 2005, p. 945

Segundo Chan, Ho-Pong To e Chané (2006) podemos falar tanto em capital social quanto em coesão social. O primeiro se refere às redes sociais construídas e

mantidas de forma individual, e logo, os benefícios também são individuais. Já a coesão social se refere de maneira mais geral à coesão da sociedade.

Entendemos, então, que há uma interação bastante forte entre as noções de capital social e coesão social, conjugando-se o seu significado. Ambas pressupõem a interação entre indivíduos, a existência de relações de confiança, ajuda e cooperação entre os indivíduos, um compromisso cívico, a partilha de uma identidade comum, a presença de um sentimento de pertença a uma sociedade/comunidade, a adesão/união dos cidadãos com um propósito comum: um bem-estar partilhado que transforma, constrói e dinamiza o território.

Este conjunto de sentimentos, evidenciados pelos conceitos de coesão social e capital social, actuam de forma significativamente positiva na saúde do indivíduo e no próprio contexto onde este se insere, incrementando o seu bem-estar e proporcionando uma melhoria na sua qualidade de vida. (SANTANA, 2008, p.153).

Portanto, fica evidenciada a importância da construção de uma comunidade, e as relações construídas a partir dela, para a manutenção de um bem-estar mental dos cidadãos. No entanto, compreendemos que o espaço social pode ter escalas variadas,

Jenson (1998, citado por Berger-Schmitt 2000: 3) apresenta cinco dimensões da coesão social: 1. Pertença vs. Isolamento; 2. Inclusão vs. Exclusão; 3. Participação vs. Não-Participação; 4. Reconhecimento vs. Rejeição; 5. Legitimidade vs. Ilegitimidade. Mais tarde, Beauvais e Jenson (2002) defendem cinco aspectos fundamentais da coesão social: 1. cultura cívica; 2. ordem e controlo social; 3. solidariedade social e redução das disparidades; 4. redes e capital social; 5. lugar e identidade. (SANTANA, 2008, p.152-153).

Nota-se que a posição social varia desde relações locais até o capital social que produz impactos na sociedade de maneira ampla, portanto de modo a analisar a questão social na comunidade em estudo, dividimos a perspectiva social em três: (a) coesão social e apoio comunitário, que diz respeito à construção de uma identidade comunitária e de redes fortes de apoio e suporte; (b) participação social no qual abordaremos a participação nos eventos e atividades da comunidade; e (c) capital social, que se refere à capacidade de influenciar a sociedade e as tomadas de decisões.

Essa divisão também se relaciona com a teoria de Jane Jacobs (1961), que entende a união e apoio comunitário como um elemento importante de um espaço urbano, e considera essencial, para a evolução e proteção desse espaço, que ele tenha um capital social que o permita enfrentar o poder público, em defesa de sua comunidade. E para tal, é necessário esse senso comunitário e participativo.

Coesão social

Durante as visitas realizadas à comunidade e as conversas com os moradores da rua, em inúmeras ocasiões ficou clara as fortes relações que foram construídas entre eles. Todos na rua se conhecem – fato que não é comum em grandes cidades – e se relacionam. Como já citado anteriormente, os moradores se entendem como uma família.

Apoio comunitário

A comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita estruturou sua Associação de Moradores e sua sede em função do processo de reintegração que vivem, indicando que um dos aspectos oriundos do processo vivido foi o fortalecimento do senso comunitário. No entanto, o que foi relatado pelo Presidente e pelo Vice-presidente da Associação, assim como por outros integrantes da comunidade é que há uma frequência muito baixa dos moradores nas reuniões e pouco engajamento no planejamento dos eventos realizados em prol de angariar fundos para o enfrentamento do processo. Embora não haja muita participação nas reuniões, há sempre forte participação dos moradores nas festas.

Capital social

No que diz respeito ao capital social, a comunidade não parece ter capital suficiente perante a sociedade nem poder decisório, vide o Processo de Reintegração de Posse em curso.

Situação socioeconômica

A literatura abordada aponta que o contexto social também inclui a situação socioeconômica vivida pela população, no que diz respeito à classe social e a estratificação econômica. De acordo com Santana (2014) o ambiente socioeconômico e a causalidade inversa – os mais saudáveis crescem na hierarquia social, e os mais altos nessa hierarquia são mais saudáveis – tem efeito na variação em saúde. No Brasil, portanto, há um agravamento das questões em saúde na medida em que observamos as intensas desigualdades sociais. Dado que todos os pressupostos em saúde aqui apontados se relacionam com renda, classe social e conseqüentemente com a habitação e espaço urbano ocupado, indicando a relação também com a desigualdade socioespacial.

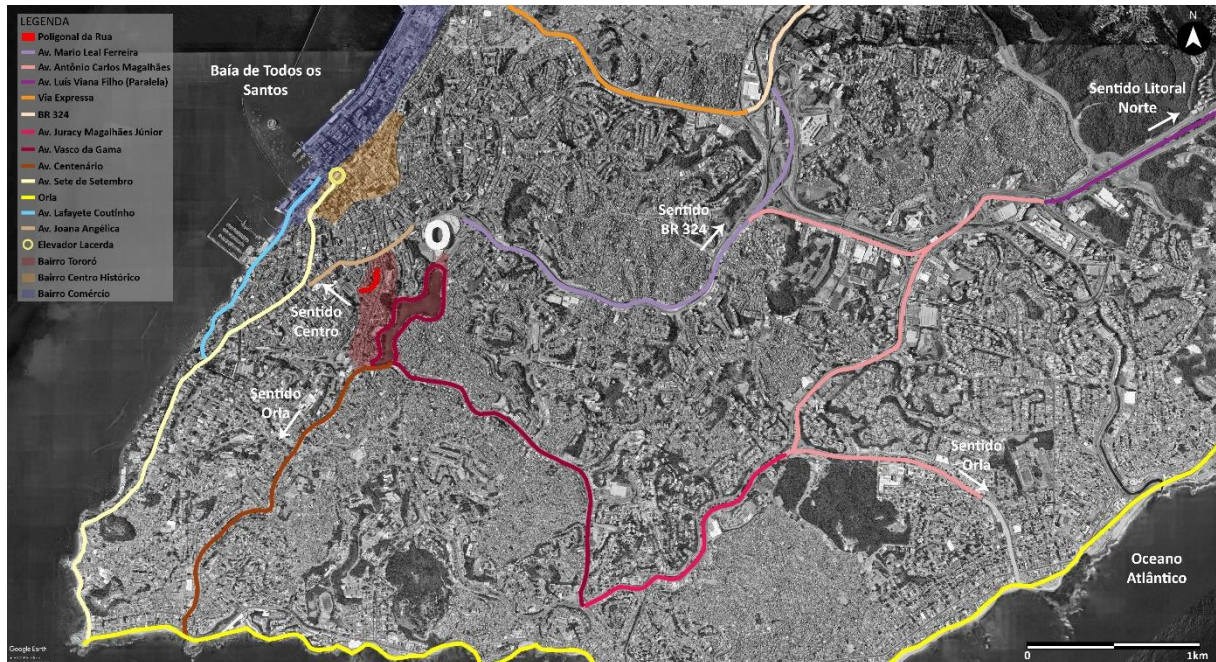
Não possuímos dados a respeito da renda dos moradores, mas a percepção é que ela se assemelha ao espaço urbano, e é, portanto, variável, com pessoas de maior e menor poder aquisitivo, mas permanecendo no espectro da classe baixa/classe média baixa. Ainda assim, embora a renda permeie todas as questões abordadas nesta pesquisa, e todas as questões da vida de maneira geral, dado o sistema capitalista vigente. A premissa de que a classe baixa e mais vulnerável tenha uma saúde mental mais fragilizada não foi identificada no caso em estudo, como já demonstramos. Embora, essa questão não possa ser generalizada, acreditamos que esse resultado se deve a um conjunto de fatores, que serão mais elaborados ao longo dessa dissertação.

2.2. A Comunidade no contexto urbano

A Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, tal qual parte de um contexto urbano, o da cidade de Salvador, não pode ser analisada isoladamente, mas deve ser compreendida como parte desta conjuntura e de seus processos. Portanto, neste ponto pretendemos traçar paralelos entre as escalas micro e macro, e posteriormente, e, após entendidos os processos em movimento na cidade de Salvador (item 2.3), buscaremos olhar quais destes se aplicam na escala da Rua em estudo.

Primeiramente, observamos a inserção dessa Comunidade no contexto urbano a partir da perspectiva geográfica. Cabe pontuar, que em certa medida essa atividade já foi realizada no item anterior, quando nos debruçamos na inserção urbana a partir da perspectiva da oferta de equipamentos, comércios e serviços. Nesse momento então, essa análise se concentra em entender essa inserção urbana a partir das conexões que a Rua Monsenhor Rubens Mesquita tem com o restante da cidade.

Mapa 10 – mapeamento das principais Avenidas conectadas à Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Mapa realizado pela autora com base em imagem aérea do Google Earth.

Como podemos visualizar no mapa 10, acima, a Rua Monsenhor Rubens Mesquita possui fácil conexão as principais avenidas da cidade de Salvador, garantindo conexões com o Centro Antigo; a Orla Marítima e a Orla da Baía de Todos os Santos; a BR 324; e a área norte da cidade e o Litoral Norte. No mapa, também identificamos os bairros do Comércio e do Centro Histórico, demonstrando a proximidade da Rua em estudo com essas áreas. Dessa forma, enfatizamos, novamente, a boa localização da Rua.

Contextualizada a relação geográfica com a cidade de Salvador, partimos para uma análise dessa Comunidade no que diz respeito à Legislação urbana. A Lei Nº 9.069/2016 dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. No contexto da Lei a Comunidade de se insere na Macroárea de Urbanização Consolidada; como Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) do Centro Antigo de Salvador; dentro de uma das áreas propostas para operações urbanas consorciadas; e como ZEIS I (Zona Especial de Interesse Social), que se refere à assentamentos precários: favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares.

No que diz respeito à Macroárea de Urbanização Consolidada, o texto da Lei, define esse espaço urbano como estratégico tanto no quesito material quanto no simbólico, como podemos ver no artigo 137 citado abaixo. Classificando-o como heterogêneo em sua ocupação do solo, e com condições satisfatórias de infraestrutura mescladas com ocupações precárias. Aponta-se também como principal objetivo o investimento em turismo nessa área da cidade – a respeito da turistificação das cidades discutiremos mais à frente no item 2.3.2. São definidos outros objetivos mais específicos para a macroárea como um todo, a respeito da área onde se encontra Rua Monsenhor Rubens Mesquita, se menciona a reestruturação do entorno do Dique do Tororó, incluindo o bairro do Tororó; é importante apontar também, que foram elencados os instrumentos da política urbana que se aplicam para área, e a desapropriação é um destes.

Art. 137. A Macroárea de Urbanização Consolidada se define estrategicamente como território material e simbólico das relações sociais, econômicas e políticas que construíram, interna e externamente, a imagem e a identidade de Salvador como metrópole, compreendendo os bairros mais tradicionais que evoluíram radialmente a partir do Centro Antigo até ocupar a ponta da península na qual está implantada a Cidade, entre a Baía de Todos os Santos e o Oceano Atlântico. (SALVADOR, 2016, p. 69).

As Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) se referem a áreas protegidas devido a expressões físicas ou expressões simbólicas, ou seja, tanto devido ao patrimônio material quanto ao imaterial. Essas áreas têm como diretrizes a proteção via legislação; a preservação dos sítios e do seu entorno; a elaboração de projetos e programas com a participação da comunidade. Nesse contexto, a Rua se insere na APCP do Centro Antigo, portanto deveria estar coberta por esta proteção.

As Zona Especiais de Interesse Social (ZEIS) são as zonas demarcadas, prioritariamente para a habitação, para a recuperação urbana, fundiária e produção de Habitação de Interesse Social (HIS). Podendo existir diferentes tipos dentre eles: assentamentos precários; edificações encortiçadas; de vazios, logo espaços propícios para a construção de HIS; assentamentos em áreas de proteção ambiental; áreas subutilizadas mediante sua infraestrutura urbana; dentre outras que se relacionam com as especificidades de cada região. No PDDU de Salvador são definidos cinco tipos:

- I - ZEIS-1: assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares;
- II - ZEIS-2: edificação ou conjunto de edificações deterioradas, desocupadas ou ocupadas, predominantemente, sob a forma de cortiços, habitações coletivas, vilas ou filas de casas;
- III - ZEIS-3: compreende terrenos não edificados, subutilizados ou não utilizados;
- IV - ZEIS-4: assentamentos precários, ocupados por população de baixa renda, inseridos em APA ou APRN;
- V - ZEIS-5: assentamentos ocupados por comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, especialmente aquelas vinculadas à pesca e mariscagem. (SALVADOR, 2016, p. 35).

Nessa classificação, a Rua em estudo ficou classificada no escopo da ZEIS-1, onde o plano diretor prevê a regularização fundiária ou a promoção de habitação social, seja em propriedade pública ou privada, seguem abaixo seus objetivos gerais. Notamos que o primeiro ponto do artigo 167 se refere à segurança jurídica e a uma regularização sustentável.

Art. 167. As ZEIS têm como objetivos:

- I - promover a regularização fundiária sustentável, levando em consideração as dimensões patrimonial, urbanística e ambiental, dando segurança jurídica da posse da terra e da edificação aos moradores de áreas demarcadas;
- II - assegurar as condições de habitabilidade e integrar os assentamentos precários ao conjunto da cidade;
- III - incentivar a utilização de imóveis não utilizados e subutilizados para programas habitacionais de interesse social;
- IV - permitir a participação e controle social na gestão desses espaços urbanos;
- V - promover o respeito às áreas de proteção cultural e ambiental;
- VI - flexibilizar os parâmetros urbanísticos com vistas à regularização fundiária – urbanística e jurídico-legal – dos assentamentos precários, cortiços e conjuntos habitacionais. (SALVADOR, 2016, p. 85-86).

Portanto, dado o enquadramento da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no escopo da Lei do Plano Diretor, fica ainda mais incompreensível o Processo de Reintegração de Posse movido pela Prefeitura Municipal de Salvador, especialmente com o objetivo de construir um Shopping Center. Primeiramente, tem-se uma área já bem servida de comércios e shoppings, e com fácil acesso aos maiores shoppings da cidade. Depois, além de se tratar de um projeto que vai de encontro com a função social da propriedade, parece incompatível um empreendimento deste tipo quando se tem como objetivo:

Art. 138. A Macroárea de Urbanização Consolidada tem como objetivo geral assegurar a sua vitalidade por meio de políticas de valorização da sua diversidade social e cultural, dos espaços urbanizados, do patrimônio edificado, da paisagem e das manifestações culturais, mantendo-a atrativa para a moradia e para as atividades econômicas, em especial o turismo,

otimizando os investimentos públicos e privados já realizados em habitação, infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos. (SALVADOR, 2016, p. 69).

No que diz respeito à habitação temos como legislação vigente na cidade o Plano Municipal de Habitação (PMH) de 2008, o plano se baseia em planos nacionais, principalmente o Plano Nacional de Habitação, estabelecendo metas de médio e longo prazo. Com o objetivo de ofertar moradia digna para todos, que funcione como vetor de inclusão e diminuição da desigualdade sócio espacial. Dessa forma, e em vista do déficit habitacional, o Plano propõe cinco modalidades de programas habitacionais: Programa de Produção de Unidades Habitacionais Novas; Programa de Urbanização de Assentamentos Precários; Regularização Fundiária de Áreas Ocupadas; Requalificação de Edificações de Cortiço e Moradias Coletivas; Melhoria das Condições de Habitabilidade de Moradias. Para todos os programas são definidos o órgão promotor, o público-alvo e as fontes de recurso.

No entanto, apesar de apresentar propostas aparentemente inclusivas e variadas para o enfrentamento do déficit habitacional, nota-se que não há rebatimento das propostas na realidade. Baltrusis et al (2017) denuncia que a formulação do PDDU define um zoneamento legitimador da segregação espacial das populações mais vulneráveis. Além de privilegiar o mercado imobiliário em detrimento das necessidades da cidade e da sua população. No que diz respeito ao PMH, Baltrusis (2010) irá apontar que apesar de se tratar de um plano inovador, ele não aborda problemas estruturais como a concentração de propriedade fundiária e a má distribuição de renda. Entende-se que não cabe a um plano de habitação resolver essas questões, mas elas devem ser levadas em consideração ao pensar soluções para o déficit habitacional. A localização urbana das moradias reflete na renda das famílias, quando alocadas em áreas periféricas das cidades, e em maiores dispêndios para o Estado que precisará estender o tecido urbano, fazendo chegar serviços e equipamentos públicos a esses locais.

Dessa forma, o plano não se efetiva e predomina na cidade um modelo de gestão voltado ao capital imobiliário e à produção de novas unidades. Que apesar de propor a manutenção das populações nos locais que já ocupam, promovendo a reurbanização e a regularização, temos visto uma política urbana que promove a expulsão da população, em prol de investimentos privados, como é o caso da Rua

Monsenhor Rubens Mesquita. Compreendida a situação da Comunidade no contexto urbano, e as relações entre a Rua em estudo e a cidade de Salvador. Avançamos para uma análise da cidade, nesse sentido elaboramos um breve histórico da cidade, seguido por um panorama urbano, onde analisamos os processos da cidade, sua perspectiva metropolitana e habitacional.

2.3. Salvador e seus processos socioespaciais

O item que segue tem como objetivo fazer uma análise da cidade de Salvador a partir da perspectiva urbanística e habitacional. De modo que possamos compreender as dinâmicas contemporâneas da capital baiana, primeiro faremos um breve histórico da cidade e da sua evolução urbana. Depois iremos analisar a cidade na contemporaneidade tendo como fio condutor os principais processos urbanos a que está submetida, analisando também projetos e planos em curso que têm impacto na mesma e que nos permite vislumbrar tendências futuras.

Fundada em 1549, Salvador é a primeira capital do país e dada sua importância no Brasil colonial abrigou os principais equipamentos para exercer seu papel de colônia de Portugal, assim como, recebeu todo tipo de população, desde colonizadores às populações escravizadas. As dinâmicas presenciadas na cidade são incomparáveis com outros lugares, de acordo com os relatos daqueles que aqui chegavam, tanto dado a mistura de pessoas, estilos arquitetônicos e ocupação urbana, mas também dada a configuração geomorfológica que ditou muito da ocupação inicial e é marca da cidade até hoje, dividindo-a em Cidade Baixa e Cidade Alta, tornou-a singular desde o início.

A ocupação da cidade de Salvador passou por várias fases que evoluíram em acordo com as transformações do pensamento urbanístico e das dinâmicas urbanas. A ocupação inicial se restringiu durante praticamente dois séculos a seu núcleo originário. Só a partir do século XVII e mais intensamente no século XVIII a cidade começa a se expandir, nesse período a ocupação urbana era semelhante à sua população, uma mistura de classes sociais, cores e estilos ocupando um mesmo

espaço. No entanto, no século XIX a cidade passa por uma decadência política e econômica, que resultou, no século XX, em reformas urbanas de cunho higienista.

Tais reformas deram origem a um estilo de ocupação desigual e segregacionista, que perdura até hoje. O século XX foi de grandes mudanças econômicas, políticas e urbanas para a cidade, no entanto, o padrão de segregação se manteve, Salvador entra no novo milênio sendo o centro de uma grande Região Metropolitana, expandindo seu padrão de ocupação para os outros municípios. Dessa forma, iremos analisar a cidade na contemporaneidade, fazendo um panorama urbano de Salvador, a partir dos processos em curso na cidade, em uma tentativa de compreender suas dinâmicas, mas também de vislumbrar suas tendências para o futuro.

Para tanto, primeiro analisaremos um importante plano desenvolvido na cidade e proposto pela Prefeitura Municipal, que vem prometendo mudar Salvador em todos seus aspectos para melhor. Devido a extensão das intervenções do Plano Salvador 360 entendemos que é importante analisar suas propostas e o que já foi concretizado. As numerosas modificações urbanas prometidas com certeza terão impactos a longo prazo na cidade; a nossa análise busca compreender se de fato serão impactos positivos na capital baiana. E, como se enquadra o Plano Diretor da cidade nesse panorama.

Em seguida iremos explorar alguns processos globais em curso na cidade, como eles se dão em Salvador e quais consequências estes têm provocado, dando ênfase a turistificação, a dispersão urbana e ao abandono do espaço público. Estes processos estão interligados entre si e têm moldado a configuração territorial da cidade, assim como da sua Região Metropolitana. Portanto, analisaremos a RMS, sua origem e conformação atual, em especial o papel da metrópole dentro dessa região. Essas análises nos levaram à compreensão do papel central da habitação em todos esses processos, desse modo, essa é nossa análise final. Nos aproximamos da unidade mínima do espaço urbano, da sua configuração e da sua territorialização no contexto urbano, dando ênfase à segregação socioespacial da cidade e aos espaços precários e favelas.

2.3.1. Breve histórico da urbanização

Fundada no século XVI, em 1549, Salvador inicia sua história como sede do Governo Geral do Brasil, colônia de Portugal. De acordo com Pinheiro (2011) a cidade é escolhida como capital devido a questões estratégicas, administrativas e militares, provenientes da sua localização geográfica, que permitia o controle da extensão litorânea e se manter protegida de ataques. Dessa forma, se constituiu com um urbanismo defensivo, murada, em um planalto, protegido por uma falha geológica de aproximadamente 60m acima do nível do mar de um lado e do outro por vales. A geomorfologia é importante para compreender Salvador, seu desenvolvimento e suas dinâmicas territoriais, a cidade é dividida em duas – a Cidade Alta e a Cidade Baixa – por uma escarpa, entre estas encontramos os vales, e além destes, as baixadas litorâneas. Salvador então irá se desenvolver refém dessa topografia de maneira linear, e a princípio cada cidade de maneira isolada, devido à dificuldade de ligação entre as duas.

[...] é uma cidade de colinas, uma cidade peninsular, uma cidade de praia, uma cidade que avança para o mar com as palafitas das *invasões* de Itapagipe, cidade de dois andares (SANTOS, 1959, p.35-36).

Na imagem 21 podemos visualizar a cidade de dois andares a qual Santos (1959) se referiu, a planta é de autoria desconhecida, porém acredita-se que data da ocupação holandesa, por volta de 1625. Nela vemos a cidade se desenvolvendo acima da escarpa, a leste a proteção murada e atrás o dique dos holandeses, atual Baixa do Sapateiros. Visualizamos, assim, a geomorfologia e aliada ao urbanismo defensivo apontados por Pinheiro (2011). A imagem retrata o local onde hoje se encontra o bairro do Comércio na parte baixa e o Centro Histórico na parte alta, ligados pelo conhecido Elevador Lacerda. A figura nos traz algumas percepções importantes para a compreensão da evolução urbana, primeiro a escarpa como fator decisivo na ocupação da cidade; além da escarpa principal é notório o relevo acidentado da região, crucial ao longo de toda a história da ocupação da capital; também visualizamos a porta de entrada da cidade, pelo mar, e logo o local onde se desenvolveu atividades comerciais e portuárias; e por fim uma malha urbana regular, característica que não se manteve na expansão da cidade.

Imagem 21 – Salvador colonial (autoria desconhecida)



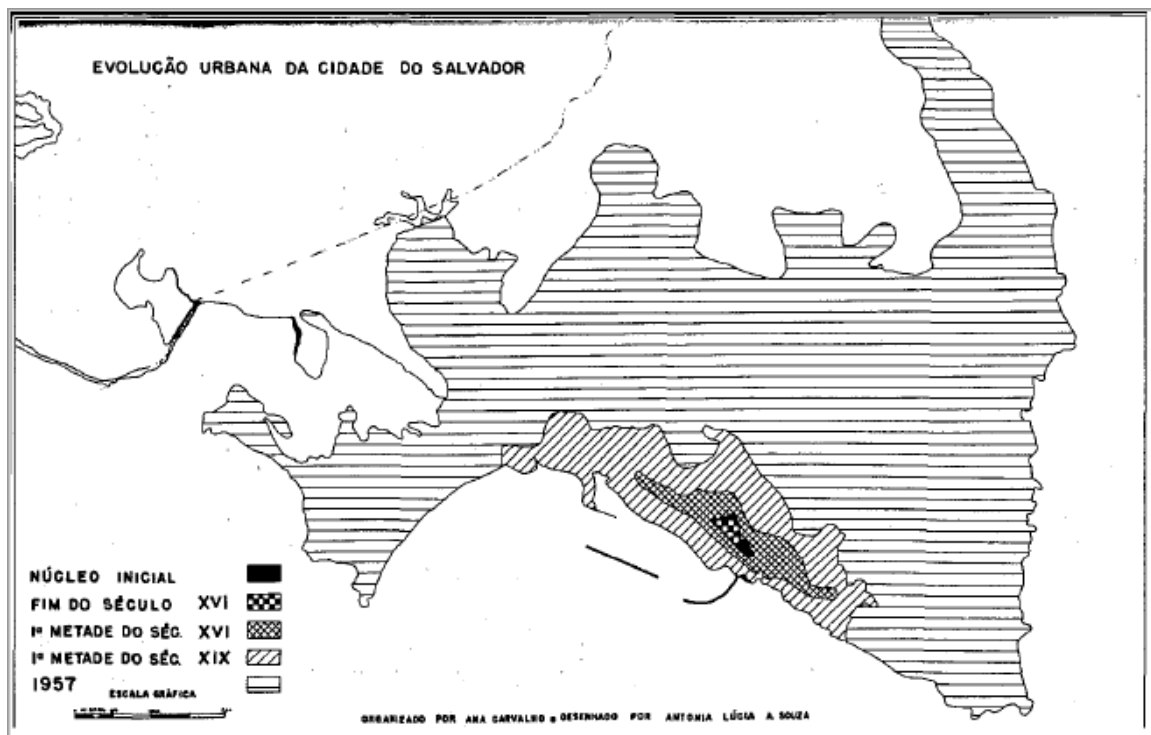
Fonte: REIS FILHO, 2000, p.28.

Pinheiro (2011) divide a evolução da cidade em quatro períodos, o primeiro de sua fundação até final do século XVI, a cidade se limita ao núcleo acima da falha geológica. No segundo, do século XVII até meados do século XVIII, a cidade apresenta um crescimento lento, atingindo a segunda linha de cumeada. O terceiro período se estende até o final do século XIX, e é o período de consolidação da cidade com uma expansão relativamente rápida na direção norte e sul, com a formação de novos bairros provenientes da instalação de meios de transporte. Por fim, o quarto período, do século XX até início da década de 1950, é marcado pelas reformas urbanas, pelos aterros e obras no porto, no entanto o crescimento da área urbanizada se dá de forma lenta.

Já Milton Santos (1959) constata três fases – representadas no mapa abaixo, imagem 22 – da malha urbana. Na primeira fase, a cidade possui uma quadilha regular adaptada à topografia. Na segunda, a cidade cresce com ruas sinuosas e o

surgimento de pequenas praças. Na terceira, surgem os meios de transporte modernos e a necessidade do alargamento e abertura de vias; a região da Cidade Baixa recebe aterros para ampliação, avenidas largas e edifícios modernos. Dessa forma tentaremos abaixo retratar a cidade ao longo dos séculos dando ênfase às questões habitacionais, no que diz respeito ao constructo, à malha urbana e à população que habita a cidade de Salvador.

Imagem 22 – Evolução urbana de Salvador.



Fonte: SANTOS, 1959, p.61

Na perspectiva nacional, essas periodizações da urbanização soteropolitana se relacionam em linhas gerais com a urbanização brasileira. Leme (1999) estudou o urbanismo no Brasil a partir de oito cidades – Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Niterói e Vitória – em colaboração com autores e teóricos de todo Brasil, a autora, então, identificou a partir da pesquisa três períodos da urbanização brasileira. O primeiro de 1895 a 1930 foi um período marcado por melhoramentos das cidades, em especial obras de infraestrutura: ferrovias; abertura de vias e espaços públicos; ajardinamento de parques; saneamento; reforma e ampliação de portos; e elaboração de legislação urbanística. Os projetos e obras tiveram origem como meio de aplacar os surtos epidêmicos

cada vez mais constantes nas cidades, e, portanto, tinham em sua maioria cunho higienista.

O segundo período, de 1930 a 1950, é marcado por planos focados no conjunto urbano, e na articulação entre as regiões das cidades, a partir de redes de infraestrutura viária e transportes, que transformam as estruturas urbanas. Também começam a ser formulados os primeiros zoneamentos, as legislações de controle de uso e ocupação do solo e organizados os órgãos de planejamento urbano. Assim como há uma consolidação do urbanismo como área do conhecimento e prática profissional, a circulação de ideias e propostas pelo país, e a presença de teóricos e técnicos internacionais, a exemplo de Le Corbusier, que também se verifica no período anterior.

O terceiro período, de 1950 até 1964, caracteriza-se pelos planos regionais, é o período das migrações do campo para a cidade e o crescimento das cidades e das populações urbanas, que também geraram o fenômeno da conurbação. No campo do urbanismo surgem novos temas de estudo e metodologias, tem-se uma nova geração de técnicos, que trabalharam em prol da separação entre arquitetura e engenharia, essa geração também elaborou os planos diretores, por meio de equipes multidisciplinares.

Retornando para a ocupação soteropolitana, como se pode ver no mapa acima (imagem 22), no século XVI a ocupação se restringiu ao núcleo principal, projetado em uma quadrícula com traçados ortogonais – no entanto fora desse núcleo as ruas e vielas se adaptaram a topografia acidentada. Esse núcleo matriz, abrigava na Cidade Alta, o centro administrativo, político e religioso, enquanto na Cidade Baixa encontrávamos o porto e seus armazéns – os trapiches. No século XVII há certo crescimento da ocupação da cidade, porém incipiente, principalmente devido à dificuldade de acesso entre a cidade alta e a cidade baixa. Já no século XVIII alguns bairros se consolidaram e se desenvolveram, apesar de ainda com uma ocupação territorial limitada, ladeiras passaram a ligar os dois níveis da cidade (Britto et al., 2017). Salvador foi se expandindo paralelamente ao mar e com a Cidade Alta e a Baixa também se desenvolvendo paralelas uma à outra, separadas apenas pelo acidente geográfico. A ocupação, apesar de concentrada na orla da Baía de Todos os Santos, chegava à península de Itapagipe e a leste o Dique do Tororó como seu limite, no que hoje é entendido como centro expandido da cidade.

Na imagem 23, abaixo, vemos a ocupação da cidade do século XVI até meados do século XVII, o conjunto de plantas demonstra a expansão da malha urbana a partir do núcleo central, tanto na direção norte como sul, marcando uma expansão que se deu a princípio orientada pela orla marítima. As três primeiras plantas, do século XVI, representam o que hoje chamamos de Centro Histórico, a nova malha urbana presente na terceira planta se refere à área do Terreiro de Jesus no Pelourinho; as imagens demonstram um crescimento ainda incipiente e concentrado no entorno do núcleo principal. A quarta imagem, datada já do século XVII, demonstra um avanço da cidade para além do núcleo principal, balizado pela orla atlântica, também se nota que nas três primeiras imagens a malha urbana é caracterizada como uma quadrícula regular, enquanto na última imagem já vemos essa característica se modificar, com a malha se adequando ao relevo acidentado.

Imagem 23 – Conjunto de plantas elaboradas pelo Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (CEAB) demonstrando o desenvolvimento do traçado da cidade. A primeira planta marca o ano de 1551; a segunda o ano de 1553, e revela a ampliação do sistema defensivo na direção norte. A terceira, de 1580, demonstra a expansão do sistema viário para norte, com o foco central no Terreiro de Jesus. A última mostra a cidade em 1650, já alcançando as áreas do Mosteiro de São Bento (sul) e Forte de Santo Antônio Além do Carmo (norte).



Fonte: BAETA; CARDOSO, 2014, p.49

Na perspectiva econômica, do século XVII até meados do século XVIII a economia baiana era baseada no tríplice, fumo, cana-de-açúcar e tráfico de escravos. A partir de meados do século XVIII e durante o século XIX a cidade passa por um período de decadência política e econômica, tendo como principais fatores (i) a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro em 1763; (ii) a concorrência internacional no mercado de açúcar; (iii) a concorrência nacional devido a ascendência do mercado do café no Sudeste; e (iv) o fim do tráfico negreiro e a posteriormente a abolição da escravatura. As mudanças advindas dessa decadência são importantes para compreensão da cidade do século XIX.

Pinheiro (2011) irá fazer um relato detalhado a respeito da configuração da cidade, seus habitantes, a estrutura social e as modificações realizadas na mesma no século XIX. Nesse período, a cidade pode ser caracterizada como caótica e heterogênea, com ocupações e lotes variados, com diferentes estilos construtivos lado a lado. A chegada à cidade pelo mar desperta o encanto naqueles que ali chegam, para, no entanto, logo ser desfeito pela falta de ordenação encontrada na região do Porto. Na cidade baixa, ruas estreitas – apesar da ampliação da área com os aterros construídos entre 1800 e 1860 – e com movimento intenso de pessoas, repletas de cheiros e cores. Já a cidade alta, residência da maior parte da população, é mais limpa e organizada, permanecendo assim até o final do século quando a ocupação da área modificou. Como no retrato pintado abaixo pela autora,

Da mesma forma que na Cidade Baixa, fora do núcleo central da Sé, as construções erguem-se sem alinhamento. Isso gera uma assimetria e converte a área em um labirinto de ruas, vielas e becos. Algumas têm pavimentação, porém muito mal feita, com pedras enormes intercaladas com pequenas, muitas soltas, e outras sem pavimentação alguma. As edificações, às vezes com vários andares, são construídas lado a lado e sem variedade, enquanto os edifícios públicos são ricos, além de arquitetonicamente belos e significativos. Os terrenos das edificações particulares são estreitos e longos. Tais construções têm fachadas tímidas, e portas e janelas dando para a rua, igualmente estreita, o que dificulta a penetração da luz do sol. Não há espaços livres na área central, densamente construída. (PINHEIRO, 2011, p.180,181).

A configuração da cidade se dava de tal modo que, o centro administrativo, político e religioso se localizava no distrito da Sé, onde se encontravam os principais edifícios da cidade; a segunda praça principal era o Terreiro de Jesus, onde se encontrava o Colégio dos Jesuítas – que posteriormente passou a abrigar a

Faculdade de Medicina – e é o centro religioso. Ao norte do Terreiro temos o Pelourinho, marcado por belos sobrados e habitado pela classe mais abastada, permanecendo assim até meados do século XIX.

Para compreender melhor a conformação da cidade naquela época e hoje, além da sua malha urbana, geografia e arquitetura, é necessário entender a população que habita a cidade, suas origens e costumes. O século XIX foi um período de grande crescimento populacional, ainda com a imigração europeia e a chegada de escravos – até 1888 com a abolição da escravidão – assim como, devido à migração, do interior para o litoral, de pessoas fugindo da seca e em busca de melhores condições de vida. Essa população diversificada ocupa em sua maioria a cidade alta, de maneira misturada, pois essa área era mais limpa e organizada que a cidade Baixa.

A população de Salvador é composta principalmente pelos imigrantes europeus, em sua maioria, portugueses e pelos escravizados provenientes do tráfico negreiro. Na estrutura social, os “homens bons”, os proprietários rurais e senhores de engenho, são os que detêm o poder político e social, essa classe alta é toda branca. Na classe baixa, subordinada à classe alta, encontram-se os trabalhadores e escravos, no primeiro caso há ainda alguma presença de brancos, já no segundo são os negros africanos e mulatos. É importante entender que a “relação senhor/escravo é a base da sociedade e da economia.” (PINHEIRO, 2011, p.184).

Para melhor entendimento da estrutura social da cidade, seguimos a divisão de Kátia Mattoso (1978, p. 161-164), para quem os grupos sociais da capital da Bahia são quatro. No primeiro, estão os funcionários da administração real, militares de altas patentes, o alto clero secular e regular, os grandes mercadores e os grandes proprietários rurais. O segundo grupo é composto pelas mesmas categorias que o primeiro, mas com salário menor ou renda mais baixa, e por profissionais liberais e mestres de ofícios nobres como ourives, pintores, canteiros, torneiros e entalhadores de objetos de madeira. No terceiro grupo, misturam-se os funcionários subalternos da administração real, os militares de baixa patente, como sargentos, cabos e soldados, os profissionais liberais secundários, os oficiais mecânicos como pedreiros, carpinteiros, tanoeiros, sapateiros entre outros, e pequenos comerciantes. Nessa categoria, encontram-se homens e mulheres recém-saídos da escravidão, marinheiros, pescadores e provedores de gêneros alimentícios e pescados. O quarto e último grupo compõe-se de mendigos, escravos e desocupados, também considerados como “classe perigosa”. (PINHEIRO, 2011, p.184).

A ocupação dessas populações na cidade se dá de forma heterogênea com as diferentes etnias e classes sociais ocupando os mesmos espaços e áreas da cidade – ainda não víamos a segregação socioespacial da atualidade – essa mistura de grupos diferentes também reverberava em um ecletismo do uso do solo e arquitetônico na paisagem como foi pontuado por Pinheiro:

Ao lado de um sobrado, pode estar uma casa térrea, com uma porta e uma janela. Um sobrado pode abrigar uma única família, ou muitas. Os bairros abrigam escravos e libertos, mestres, artesãos e funcionários, burgueses e nobres. Podem ser residenciais e comerciais, ao mesmo tempo. Numa mesma área, podem realizar-se vários tipos de atividades. A partir do final do século XIX, percebe-se uma mudança progressiva nessa estrutura espacial e na estratificação social. (PINHEIRO, 2011, p.186).

No entanto, durante o século XIX essa conformação e estratificação da cidade se modifica, as populações mais abastadas irão abandonar as regiões da Sé e do Pelourinho, se alocando em bairros como a Vitória, Canela, Graça e Barra – bairros que até hoje se caracterizam por ocupação de classe média/alta – em busca de uma vida mais tranquila e distante da movimentação do núcleo urbano. Dessa forma, essas áreas abandonadas irão ser ocupadas pela população pobre, os migrantes provenientes da zona rural e os escravos libertos. Na Cidade Baixa, permanecem os comerciantes, em sua maioria, portugueses, em habitações de uso misto. Essa estratificação da ocupação urbana por classe, também reverbera no estilo arquitetônico característico de cada uma dessas áreas, como esclareceu a autora,

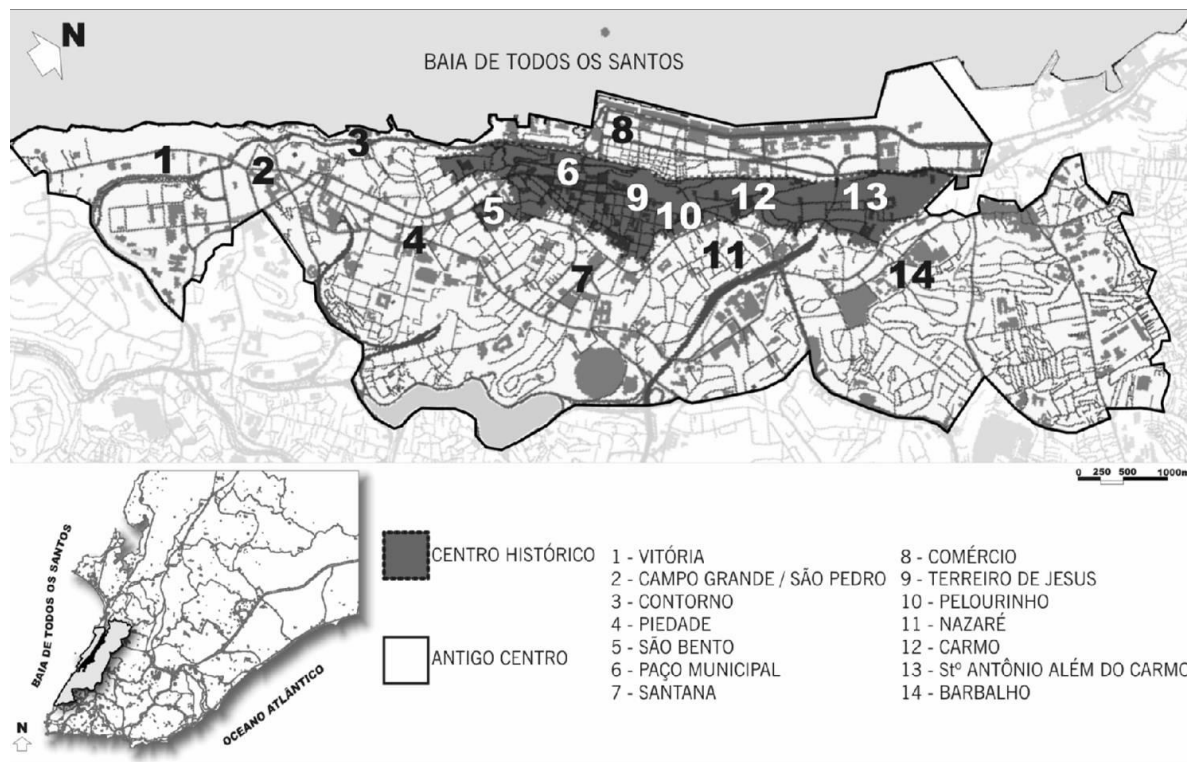
No que se refere às casas, essas já não satisfazem às novas necessidades da população, e seus estilos arquitetônicos são obsoletos. O novo bairro burguês da Vitória surge com seus solares elegantes, arejados, iluminados, com jardins, com uma construção mais solta, muitos ornamentos, muitas janelas, terraços e galerias. Nos bairros antigos, as construções mais comuns continuam sendo os sobrados e as casas térreas.

No bairro do Comércio, a Conceição da Praia, encontramos um tipo de edificação muito típica, que continua a existir até os anos 30 do nosso século. São edifícios de três ou quatro andares, que abrigam no térreo o negócio, no segundo andar a família, sendo o terceiro (ou quarto) destinado a alguma finalidade relacionada com o negócio, como um depósito, por exemplo, além de alojamento para os empregados e escravos. Em princípios do século XX, começa a mudança dessa estrutura. Os comerciantes trocam suas residências e instalam-se longe do trabalho, embora seus empregados continuem vivendo ali. (PINHEIRO, 2011, p.187).

Na imagem 24, vemos um mapa atual do centro antigo, mas que nos ajuda a visualizar como se deu a expansão apontada por Pinheiro (2011), com as áreas indicadas pelos números um ao três demonstrando o sentido em que se deslocou a

burguesia, como pudemos ver na citação anterior, esses novos bairros se construíram com estilos arquitetônicos mais modernos, à época. Enquanto a população mais pobre permaneceu no entorno do núcleo originário, que se manteve com sua tipologia arquitetônica, mas devido a evasão da população burguesa se deu uma mudança no uso das edificações.

Imagem 24 – Centro antigo de Salvador - atual



Fonte: (GOTTSCHAL; SANTANA, 2006, p. 18)

Entre 1800 e 1850, o vetor de crescimento em direção a Península de Itapagipe – contrário ao vetor da Vitória pontuado anteriormente – se consolida, principalmente pelas construções das novas áreas, quarteirões e aterros que ocorrem na Cidade Baixa. Enquanto na Cidade Alta, a expansão se deu incorporando núcleos ocupados de maneira dispersa. A cidade avança e ocupa a segunda e a terceira linha de cumeada, com as aglomerações unidas por ruas longas e sinuosas. Devido à dificuldade de deslocamento na cidade, durante o século XIX, nos bairros não surgem atividades comerciais e Salvador mantém o centro único, que aglomera atividades e transportes – permanecendo assim até meados do século XX.

O século XIX é um período de grandes modernizações com a introdução de novas tecnologias e da adaptação ao sistema capitalista e ao modo de vida oriundo deste. Deste modo, e devido a uma preocupação com a melhoria dos serviços urbanos e da qualidade de vida, a cidade recebeu novos equipamentos e a instalação de serviços. Ocorreu a modernização de sistemas de infraestrutura; assim foi implantado o serviço de telefones, iluminação nas ruas – ainda a lâmpada e depois a gás – tratamento e abastecimento de água e iniciou-se uma longa discussão a respeito da instalação de redes de esgoto, que, no entanto, só foram implantadas no início do século XX. Outro investimento essencial foi no sistema de transporte, principalmente devido ao relevo acidentado da cidade, com a implantação dos bondes e de equipamentos para vencer o acidente geográfico e conectar a Cidade Alta e a Baixa, surgem então o Elevador Lacerda (1873), – a princípio hidráulico – o elevador do Taboão (1897) e os planos inclinados, o Gonçalves e o Pilar, a eletrificação destes equipamentos ocorre entre 1907 e 1910. Surgem também no estado as linhas de trens conectando o interior com a capital, que melhoram e barateiam o abastecimento da cidade, e impulsionam alguns bairros do subúrbio ferroviário.

Também surgiram instituições como o Corpo de Polícia, a Guarda Urbana e um grupo de voluntários de combate ao incêndio. São construídos vários novos e importantes edifícios, como a Associação Comercial da Bahia, a Faculdade de Medicina, a Biblioteca Pública e espaços públicos como o Passeio Público. No entanto, Pinheiro (2011) aponta que essas intervenções urbanas são decorrentes não somente de uma pressão populacional, mas principalmente da participação da cidade de Salvador no comércio e na estrutura capitalista internacional e tinham, dessa forma, o intuito de atrair investimentos e capital estrangeiro para a cidade.

O saneamento é outra questão importante que foi implementada mais amplamente nesse período, dado que até o momento não atendia a demanda e em especial a população mais pobre não tinha acesso ao serviço. De acordo com Costa (1996), em 1905 o engenheiro Theodoro Sampaio assina um contrato de 25 anos com a municipalidade para saneamento e abastecimento de água. Seu projeto pretendia ampliar o serviço existente e implantar novas instalações, no entanto as preocupações de Sampaio iam além, ele antevia a necessidade de um planejamento para atender o crescimento populacional e pensava que o plano deveria incluir

reforma das habitações e novos costumes sanitários, independente da classe social. No entanto, as obras não foram concluídas em sua completude e em 1926 o governo do estado assina contrato com Saturnino de Brito, que realizou relatórios a respeito do abastecimento da cidade, o engenheiro tinha ideias similares às de Theodoro, no entanto propunha técnicas de implementação diversas.

Apesar desses investimentos, a cidade tinha altas taxas de mortalidade, era insalubre, com uma infraestrutura insuficiente e casas sem higiene, e logo, propensa a epidemias. Entre 1850 e 1852 ocorreu uma epidemia de febre amarela e em 1855 uma epidemia de cólera, que chegou a matar 10 mil pessoas. A insalubridade então é o grande promotor da busca por mudanças na cidade, que também tinha o intuito de se tornar uma cidade moderna e civilizada e, portanto, higiênica e salubre, fluida e com uma estética entendida como moderna à época. Esses objetivos resultaram em uma gama de pequenas intervenções, no entanto foi no século XX que se deu a grande reforma urbana promovida pelo governador José Joaquim Seabra, no período de 1912-1916.

No século XX, a taxa de crescimento reduz drasticamente em relação às outras cidades brasileiras, devido às raras migrações e a alta taxa de mortalidade. No entanto, Salvador ainda mantém uma importância econômica, tendo como principais funções, a portuária e a comercial – o fumo e o cacau são os principais produtos. A cidade continuou a se expandir e a demandar infraestrutura, a reforma então se deu no Centro da cidade, na Cidade Baixa com o avanço ao mar e na Cidade Alta inaugurou-se largas avenidas. As diretrizes são a salubridade, fluidez, e a técnica aliada a uma estética moderna, fugindo do estilo colonial. A reforma é financiada por empresários brasileiros e pelo capital internacional.

J.J.Seabra, como é mais comumente conhecido, dá início a empreitada em 1912, através de um “urbanismo demolidor” (LAVEDAN apud PINHEIRO, 2011, p.217) que colocou abaixo casas e edifícios, até mesmo religiosos. Foram abertas grandes avenidas, como a Avenida Sete de Setembro e uma grande avenida litorânea orientando o crescimento da cidade na direção sul, assim como uma via ligando a Cidade Baixa à Península de Itapagipe. As três principais intervenções da reforma se deram, na Sé, na Avenida Sete de Setembro e na Cidade Baixa.

No Distrito da Sé diversas construções foram demolidas para o alargamento de vias, com o intuito de melhorar o arejamento e instalar novos meios de transporte, as imagens 25 e 26, abaixo, exemplificam as transformações realizadas. As reformas atribuíram um novo caráter à área, agora ocupada por uma classe mais elevada que frequentava as confeitarias e lojas de moda. A abertura da Avenida Sete de Setembro foi a maior obra realizada, com 4.600m de extensão, já com toda infraestrutura de água, esgoto e iluminação elétrica, que liga até hoje o centro à área nobre da Barra; e assim, definiu o vetor de expansão da cidade e dos bairros nobres. Na Cidade Baixa, o proposto foi a reforma do Porto e a criação de um centro comercial, com vias e quarteirões largos que facilitassem a circulação de mercadorias. Houve a inauguração de armazéns, a construção de novos aterros, que mudaram a linha do mar, novos quarteirões foram construídos com uma quadrícula regular, mudando completamente a aparência do bairro do Comércio.

Imagens 25 e 26 – Antes, a esquerda, e depois, a direita, da antiga Rua Direita do Palácio que passou a se chamar Rua Chile, após a reforma.



43. Rua Direita do Palácio, antes das intervenções - foto de B. Mulock - 1860



44. Rua Chile, antiga Direita do Palácio, depois das intervenções de 1912-1916

Fonte: PINHEIRO, 2011, p. 227

A reforma instaurou vetores de expansão na cidade e a mudança da estratificação social nos locais valorizados pela implantação de infraestrutura, comércio e serviços de luxo. Várias das edificações da classe média e baixa, assim como cortiços deram lugar a moradias da classe alta, rica e branca. Assim, as intervenções definiram áreas de qualidade de infraestrutura urbana e com uma estética moderna, prevalecendo um estilo arquitetônico eclético, em contrapartida

com áreas ainda com aspecto colonial e degradadas, criando uma segregação socioespacial. As populações que não foram expulsas pela demolição assim foram, devido ao aumento do preço dos aluguéis decorrente da valorização desses locais. Dessa forma, a população pobre, em sua maioria negra, foi ocupando regiões mais distantes, insalubres e com péssimas condições de moradia, o que definiu um urbanismo segregador, que só atingiu a diretriz proposta de insalubridade e fluidez para determinadas classes sociais. Assim como, provocou uma contínua expansão da cidade. Apesar de alguns bairros terem mantido uma população heterogênea, a maioria passou a ser dividido por classe social e por tipo de uso, as populações que trabalhavam para elite branca e não queriam se afastar do centro ocuparam regiões do centro em sobrados agora encortiçados e casebres. A segregação que começa a se delinear na cidade é marcada tanto pela localização como pela tipologia arquitetônica como pontuado por Fernandes e Gomes abaixo,

A fuga das áreas centrais por parte dos setores mais ricos da população já delinea desde muito cedo uma nítida distinção, a nível de localização e aparência, entre bairros populares e burgueses, rompendo a superposição (ou proximidade) de classes sociais em um mesmo espaço, características da cidade colonial. A nível da arquitetura, essa distinção completa-se pela exteriorização de códigos estéticos específicos, que podem ser esquematizados na contraposição entre, de um lado, o palacete neoclássico ou eclético e, do outro lado, o conjunto homogêneo de casinhas proletárias, onde a pobreza estética se “justifica” diante dos avanços dos preceitos higiênicos. (GOMES; FERNANDES, 1992, p. 64-65)

Depois da reforma, a cidade continuou a crescer em área urbana, se afastando do centro, que tinha seu uso especializado em atividades institucionais e de comércio. A classe rica passou a ocupar as regiões litorâneas enquanto a pobre se aglomerava na direção norte e leste da cidade. Gomes e Fernandes (1992) delinearão a espacialização habitacional no final do século XIX: aproveitamento de imóveis antigos, que foram encortiçados, ocupados pela população de baixa renda na área central, pois era onde exerciam suas atividades e serviços; avenidas de casinhas de aluguel nos interstícios das áreas mais antigas ou nos bairros pericentrais; uma ocupação precária caracterizada por barracos e casebres começa a surgir na periferia; e a formação de vilas operárias higiênicas no entorno de indústrias de maior porte.

Posterior a reforma, a cidade colonial antes heterogênea, passa a ter uma ocupação segregada tanto na perspectiva social, quanto na racial. Dessa forma, esse foi o período em que se delineou as características de territorialização tal qual podem ser percebidas na cidade atual. A expansão, provocada pela nova urbanização, também acarretou na necessidade de infraestrutura, principalmente de saneamento. No entanto, até meados da década de 1930, exceto por algumas aberturas e alargamento de vias, não há grandes intervenções – marca-se a demolição da Igreja da Sé, novos edifícios públicos e a reforma no Elevador Lacerda. A partir desse momento, um dos marcos importantes a respeito do urbanismo baiano será, a Semana do Urbanismo em 1935 e a criação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS) em 1943, quando se instaura um pensamento urbanístico marcado pelo movimento moderno, com um olhar voltado mais para as experiências dos Estados Unidos em detrimento das europeias.

A atuação mais conhecida do EPUCS, de acordo com Andrade Júnior (2013) foi a construção das avenidas de vale, como ficaram conhecidas as vias abertas nos vales da cidade. O plano do EPUCS compreendeu a importância das características geomorfológicas e, que até o momento a ocupação da cidade havia privilegiado as cumeadas. Assim as avenidas funcionariam de forma radioconcêntrica, ligando os bairros ao centro de maneira radial e os bairros entre si de forma concêntrica. De acordo com Pinheiro (2011, p.287) o EPUCS mudou a forma de pensar o urbanismo na cidade e se preocupou com a circulação, a forma e o ordenamento urbano, influenciado pelas ideias de Le Corbusier e da Escola de Chicago.

Para Sampaio (1992) a origem da Salvador moderna e metropolitana se remete a década de 1930 e se apoia em um tripé: a Semana de Urbanismo de 1935; papel do planejamento urbano no mundo moderno pós-guerra; as necessidades espaciais da cidade de Salvador, principalmente devido à decadência social e econômica proveniente da falência da economia açucareira, chamado pelo autor de “enigma baiano”, que de acordo com o mesmo será superado nas décadas de 1960 e 1970 com o desenvolvimento industrial e a instalação da Petrobrás e do CIA (Centro Industrial de Aratu e da COPEC – Polo Industrial de Camaçari), localizados na região metropolitana de Salvador. Nesse período se inicia um processo de expansão urbana, influenciados também pela modificação do pensar urbano, que

deixa de olhar a cidade concêntrica aos moldes modernos e passa a ser planejada como metrópole. A chegada dos empreendimentos supramencionados atrai uma mão-de-obra qualificada que ao invés de se instalar nas respectivas cidades industriais se instalaram em Salvador, impulsionando a construção de conjuntos habitacionais, também influenciados pelo BNH, em regiões como Narandiba, Cajazeiras e Mussurunga, sinalizando um vetor de crescimento em direção ao Litoral Norte na cidade. Dessa forma, a industrialização da metrópole causa transformações espaciais e instaura o vetor de expansão no sentido Norte.

Outro fator que influenciou a ocupação do eixo Norte, de acordo com Pereira e Carvalho (2014), foi a instalação do CAB (Centro Administrativo da Bahia) em 1972, removendo do centro as funções institucionais do governo estadual, o que teve reflexos tanto no processo de abandono do centro, quanto na valorização dessa região da cidade. Assim como, outros investimentos realizados na área nesse período fortaleceram esses processos, a instalação da Rodoviária em 1971, a inauguração do Shopping Iguatemi em 1975 – atualmente Shopping da Bahia – e a implantação da Avenida Luís Viana Filho, mais comumente conhecida como Avenida Paralela no ano de 1974. Esse conjunto de empreendimentos impulsionou a expansão da cidade nesse vetor, predominantemente habitacional.

Pereira e Carvalho (2014) indicam que os investimentos imobiliários e em infraestrutura em áreas selecionadas, configuraram outros vetores na cidade, o da orla marítima também no sentido norte; o do miolo; e o do subúrbio ferroviário. O primeiro habitado pela população mais abastada, e logo com equipamentos urbanos e serviços e com pesados investimentos públicos. O segundo vetor, chamado de miolo exatamente por se localizar no centro geográfico, começou a ser ocupado por conjuntos habitacionais do BNH (Banco Nacional de Habitação), mas teve a ocupação continuada por loteamentos populares informais. Por último, o Subúrbio Ferroviário também foi ocupado por muitos loteamentos populares, extremamente carentes. Dessa forma, a Salvador do século XX é uma cidade com novas centralidades, não mais mononuclear, uma cidade metropolitana, que em um período de quatro décadas sofreu uma densa ocupação e expansão que produziram inúmeros problemas socioespaciais e ambientais, além do acirramento das desigualdades.

A respeito desse cenário habitacional Gordilho-Souza (2001) pontuou que até a década de 1940 perdurou e se expandiu em Salvador os cortiços, principalmente devido às migrações da zona rural para a cidade. No entanto, com o aumento do preço dos aluguéis e a expulsão das populações de baixa renda da região central – devido às intervenções urbanísticas de cunho higienista – esse tipo de moradia se tornou insustentável para população de baixa renda. Desse modo, essas populações ocuparam regiões periféricas da cidade, em movimentos, que nesse período, foram nomeados de invasões.

Esse processo se dá a partir da década de 1950 e se intensifica na década de 1960 após as instalações dos equipamentos industriais mencionados anteriormente. Araujo et al (2015) aponta que a intensa industrialização e o crescimento econômico acelerado decorrente desta não foi acompanhado de infraestrutura urbana e de promoção de moradia para as classes mais baixas. Aliado a isso, a cidade, agora metrópole, teve seu espaço urbano marcado pelas disputas por moradia, onde o mercado imobiliário apoiado pelo poder público municipal – através da aprovação de parâmetros e normas urbanísticas – direcionou o crescimento da cidade. Incapazes de acessar moradia via mercado formal ou através dos programas governamentais de habitação da época, as classes mais baixas, em uma luta por habitação, ocuparam os vazios urbanos, irrompendo na cidade inúmeras favelas e assentamentos precários.

De modo geral, tais assentamentos informais ocuparam os espaços de acordo com a proximidade dos locais de trabalho, em áreas próximas a córregos de despejo, em geral públicas ou sem interesse para o mercado imobiliário, dessa forma cresceram com a complacência do poder público. No final da década de 1960 foram implantados conjuntos habitacionais e loteamentos para faixa de 3 a 5 salários-mínimos na periferia de Salvador (sentido norte), intensificando a ocupação das áreas remanescentes à implantação dos empreendimentos. Observou-se então a conformação de um espaço urbano com ocupações formais e informais contíguas, estas com malhas urbanas, estilos arquitetônicos e características espaciais e sociais diversas. Características visíveis ainda hoje na cidade, assim “em Salvador, a desigualdade socioeconômica é francamente percebida no espaço urbano.” (ARAUJO et al, 2015, p.5).

A expectativa da sociedade e do poder público, era que, dado o caráter provisório dessas ocupações, elas fossem se resolver e desaparecer com desenvolvimento econômico, pautado em uma lógica neoliberal de que o mercado fosse suprir as necessidades da população. No entanto, nem essa lógica nem as inúmeras políticas habitacionais propostas á época foram capazes de erradicar as favelas. Estas não só cresceram como se consolidaram nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil, em especial nas cidades-capitais, onde de acordo com Souza (2001) no início da década de 1990 os estudos apontavam que por volta de 20% da população viviam em tais espaços. No caso de Salvador, cidade em estudo, Souza (2001, p. 75) aponta um crescimento de 40% da área ocupada por *invasões*, entre os anos de 1981 e de 1991. Demonstrando o significativo crescimento das ocupações nas últimas décadas do século XX, desde sua primeira ocorrência na cidade, no ano de 1946.

Dado esse cenário, Gordilho-Souza (2000) definiu as tipologias do habitar do século XX e a segregação socioespacial presente em Salvador que foram precursor para a compreensão da conformação atual do espaço urbano nesta cidade. Analisando a legalidade urbanística nas áreas habitacionais de Salvador, a autora irá identificar, que em 1991, 60% dos habitantes da cidade estariam morando em áreas informais. No que diz respeito à espacialização dessa formalidade x informalidade da habitação em Salvador, Gordilho-Souza registra que,

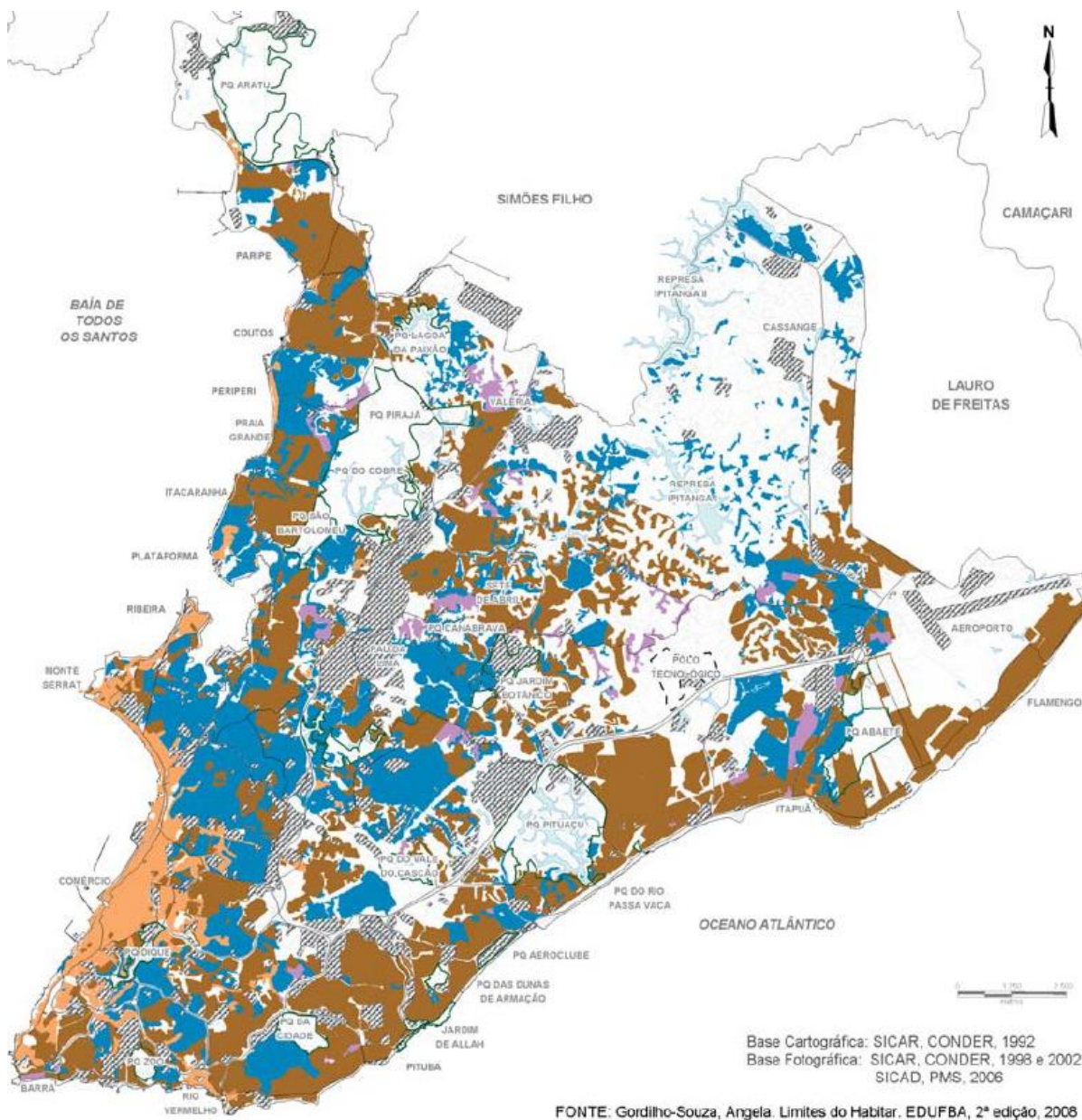
Há uma certa predominância de ocupações informais na área do miolo da cidade, ao longo da BR-324 e na orla do Subúrbio Ferroviário, na borda da Baía de Todos os Santos. As áreas salteadas na Zona Sul, próxima ao Centro, e na zona da orla do Oceano Atlântico, são, na maior parte, pequenas e segmentadas. Ao serem analisadas em relação ao tempo de ocupação, conforme registros da pesquisa, verifica-se que são também antigas, ocorridas nas décadas de 1930/40, portanto, consolidadas. As ocupações formais localizam-se prioritariamente nessa área central, bem como ao longo da Orla Oceânica e da Av. Paralela, na direção do Aeroporto e da Estrada do Coco, zona de expansão turística.

Portanto, a exclusão social manifesta-se no próprio fenômeno da segregação espacial, uma vez que, separando as áreas de moradia na cidade por classes sociais distintas, coloca "de fora" das melhores condições de habitabilidade as populações mais pobres, o que resulta em acessos diferenciados às benfeitorias e ao conforto urbano. (GORDILHO-SOUZA, 2001, p.80).

Na imagem 27, abaixo, vemos a espacialização da legalidade urbana apontada por Gordilho-Souza e relatada acima, o mapa data de 2006 e é interessante visualizar a ocupação da cidade tendo em mente o histórico de sua

ocupação, aqui brevemente relatado. Reafirmando os vetores de expansão sinalizados por Pereira e Carvalho (2014) citados anteriormente percebemos que as populações que ocuparam esses vetores e o tipo de ocupação se relacionam com a legalidade. Na cor bege vemos o centro originário da cidade e sua expansão. Em marrom, as áreas formais da cidade, coincidem com os vetores de crescimento norte apontados nessa análise pela referência bibliográfica como a ocupação realizada pela população mais abastada (não raro, branca) e com investimentos públicos. Enquanto nas áreas em azul, especialmente concentradas no miolo e no Subúrbio Ferroviário, vemos as ocupações dos loteamentos informais (não raro, ocupadas por pretos e pardos). Desse modo, percebemos que a cidade atual é resultante de seu processo histórico.

Imagem 27 – Legalidade urbanística nas áreas habitacionais de Salvador em 2006.

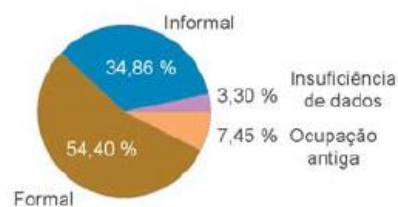


LEGENDA

LEGALIDADE

- Ocupação antiga (até década de 1920)
- Formal
- Informal
- Insuficiência de dados
- Grandes equipamentos
- Represas e lagoas
- Parques
- Sistema viário principal

LEGALIDADE HABITACIONAL



Fonte: GORDILHO-SOUZA (2008 apud Plano Municipal de Habitação de Salvador, 2008, p. 21)

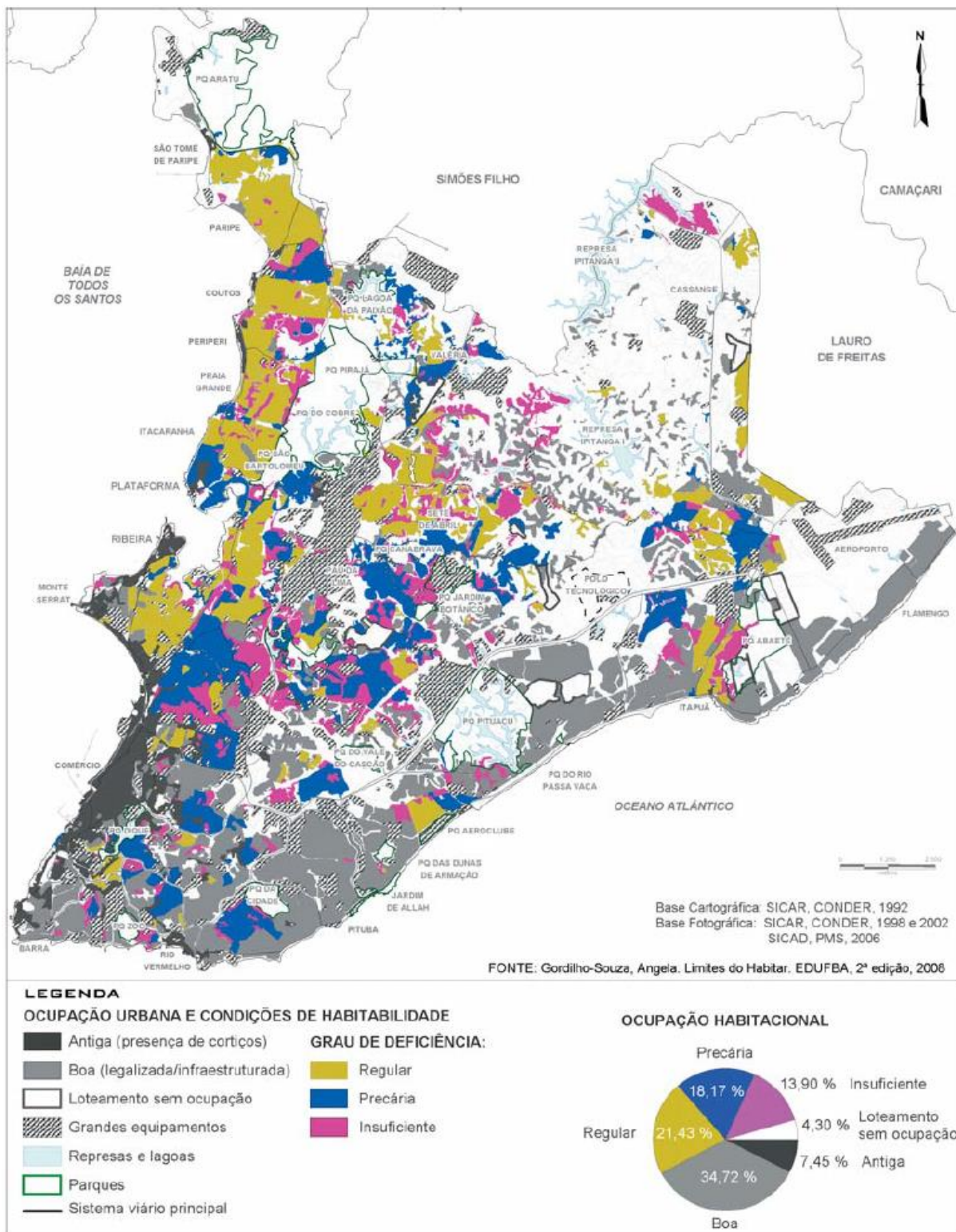
Além da análise da legalidade habitacional Gordilho-Souza (2000) qualificou as habitações da cidade de acordo com requisitos urbanísticos que considerou

necessários para constituição de boas condições urbanas e de habitabilidade. Dividindo as áreas de acordo com os parâmetros: bom, regular, insuficiente, precário e deficiente, este último equivalente ao somatório das três áreas anteriores – como apresentamos no item 2.1.1, imagem 16, desta dissertação.

Dessa forma, no ano de 1991, “encontrou-se para o total de área considerada ‘deficiente’, o equivalente a 73,1%, ou seja, uma estimativa de 1.355.930 habitantes da ocupação contemporânea.” (GORDILHO-SOUZA, 2001, p. 82). Na imagem 28, abaixo, a autora espacializou as tipologias habitacionais que apresentou, notamos assim que há uma sobreposição das áreas identificadas como informais – na imagem 27 – com as tipologias regular, precária e insuficiente, enquanto a tipologia boa se sobrepõe às áreas formais da cidade.

Dessa forma, notamos que a ocupação atual da cidade de Salvador apesar de segregada tem uma heterogeneidade em sua ocupação, com uma proximidade entre as áreas mais pobres e as mais abastadas, se diferenciando de cidades como São Paulo, por exemplo, em que a população pobre, em sua maioria ocupam as periferias. Tal qual cidade litorânea a cidade tem na sua orla marítima um vetor de valorização imobiliária dada à proximidade com o mar, e assim essas áreas são ocupadas pelas populações das classes alta e média com o espaço urbano, em geral, formal, infraestruturado e bem servidos de serviços essenciais. Enquanto isso, a população pobre, não está muito distante, mas em geral separada dessa porção da cidade por barreiras físicas como grandes avenidas – questão que discutiremos mais à frente. As suas ocupações, em geral, informais, com infraestrutura precária e tipologias habitacionais insuficientes, quando não precárias.

Imagem 28 – Ocupação urbana de Salvador em 2006, localização das áreas precárias.



O quadro apresentado acima, buscou fazer um apanhado da evolução urbana da cidade de Salvador, deste modo a bibliografia apresentada, pautada em fatos

históricos e dados a respeito da condição urbanística, teve a pretensão de trazer luz para a cidade atual. De modo que possamos compreender o quadro de segregação socioespacial e exclusão encontrado, que é resultante de um conjunto de fatores, aqui resumidamente relatados, que precisam ser elucidados para a compreensão das dinâmicas contemporâneas.

No caso de Salvador, observamos o crescimento de uma pequena cidade (núcleo), dividida em duas partes: Cidade Baixa e Cidade Alta. Esse núcleo inicial se estendeu, em seguida, segundo dois eixos (linhas) nas direções norte e sul. Com o desenvolvimento dos transportes públicos, a cidade se expandiu e os dois lados (faixas) da península se urbanizaram: a da baía de Todos os Santos (oeste) e a orla atlântica (leste). Mais tarde, o interior da península (“Miolo”) foi ocupado por grandes conjuntos e por invasões de terrenos. A descentralização de atividades públicas e privadas, apoiada num sistema viário moderno, causou grande impacto no Centro Histórico da cidade, levando a uma aceleração de sua decadência e a intervenções de renovação por decisão governamental.

Na escala regional, Salvador tornou-se um centro metropolitano e surgiu uma periferia industrial, formada por diferentes núcleos e áreas urbano-industriais planejadas. (VASCONCELOS, 1999, p.1).

A citação de Vasconcelos acima faz uma pequena síntese da evolução urbana da cidade e com esse mesmo propósito apresentamos os quadros abaixo, elaborado por Pereira (2017), que nos ajudam a visualizar a evolução da cidade de Salvador. O primeiro quadro, imagem 29, demonstra a evolução da cidade tanto no que diz respeito à forma e à estrutura urbana, quanto aos aspectos populacionais e econômicos. Já o segundo quadro, imagem 30, coloca a evolução da cidade de Salvador em comparação com a cronologia do capitalismo nos países centrais.

Imagem 29 – Quadro da cronologia das transformações de Salvador.

Fase	1549 – 1650	1650 – 1763	1763 – 1823	1823 – 1889	1889 – 1944	1945 – 1969	1970 – 2000	2000 – 2015	2015 – 2030
Descrição	Metrópole Colonial	Riqueza e religião	Transferência da capital para RJ	Salvador no império	Reformas urbanas	Migrações e expansão	Metropolização	Metrópole atual	Metrópole em reconfiguração
Estrutura espacial	Cidade compacta	Cidade compacta	Cidade compacta	Expansão linear – BTS	Expansão linear – início ocupação orla	Centro – periferia	Centro – periferia; polarização	Centro – periferia + arquipélago; fragmentação	Centros/subcentros – periferia + enclaves; fragmentação
Crescimento populacional	10.000 (1640)	60.000 (1768)	115.000 (1818)	170.000 (1890)	283.000 (1920) 290.000 (1940)	417.000 (1950) 655.000 (1960)	1.007.000 (1970) 59% orla BTS e S.Ferrovários 2.262.000 (1995)	2.443.000 (2000) 2.676.000 (2010)	2.800.000 (2015); 2.930.000 (2030); tendência redução do crescimento
Centralidade	Mononuclear					Mononuclear, início da descentralização	Polinuclear: centro e sub-centros	Polinuclear: centro e sub-centros + dispersão metropolitana	Polinuclear: centro e sub-centros + dispersão metropolitana
Agentes	Estado; Igreja; senhores de engenho	Igreja; Estado; senhores de engenho; comerciantes; traficantes de escravos	Estado; Igreja; comerciantes; traficantes de escravos	Estado; Igreja; proprietários agrícolas; comerciantes; industriais; instituições civis	Estado; comerciantes; industriais; capital financeiro; transportes urbanos; sociedades civis	Estado; comerciantes; industriais; capital financeiro; transportes urbanos; investimentos imobiliários; sociedade civil	Estado; industriais; capital financeiro; comerciantes; investimentos imobiliários; construção civil; sociedade civil	Estado; comércio /shopping centers; construção civil; capital financeiro; sociedade civil; protagonismo do capital imobiliário	Estado; comércio /shopping centers; construção civil; capital financeiro; sociedade civil; protagonismo do capital imobiliário
Circulação	Tração animal				Tração animal; Bondes elétricos; trem suburbano	Bondes; ônibus; automóvel	Ônibus; automóvel; avenidas intra-urbanas	Ônibus; automóvel; autoestradas intra-urbanas	Ônibus; metrô; VLT; BRT; automóvel; autoestradas intra-urbanas e metropolitanas
Desenvolvimento econômico	Portuária, Política, Administrativa, Agricultura (Recôncavo)	Portuária, Política, Administrativa, Agricultura (Recôncavo)	Portuária, Agricultura (Recôncavo)	Portuária, Comércio, Agricultura	Indústria, Comércio, Serviços; Ferrovias; crise no crescimento (“o enigma baiano”)	Indústria – CHESF (1954) Petrosbras (1959) CIA (1967); Serviços; UFBA; integração mercado nacional	Indústria COPEC (1978); Turismo; Serviços; Universidades	Indústria automobilística (2001) Comércio, Serviços, Imobiliário; turismo em Salvador; e no Litoral Norte	Crise política e econômica nacional (2015-2017)
Modo de produção	Modelo primário exportador					Fordismo/ desenvolvimentismo/ acumulação intensiva 1956/73 substituição importações	Fordismo/ desenvolvimentismo/ acumulação intensiva 1974/85 exportações diversificadas início globalização	Integração mundial mercados/ acumulação flexível/ globalização crise global 2008	Busca de integração competitiva?
Moradia					Alta renda - ocupação das cumeadas; baixa renda, fundos de vale, encostas	Assentamentos precários: invasões, autoconstrução; ocupação dos Subs Ferrovários; esvaziamento centro	BNH, URBIS, Cajazeira (1978); ocupação do Miolo; loteamentos clandestinos; ocupação da orla, Avenidas de vale	MCMV (2009); expansão da periferização; aceleração da verticalização das áreas centrais	MCMV; consolidação da periferização, esgotamento do centro; verticalização da orla Atlântica; suburbanização de Itaparica (Ponte)
TIC					Telógrafo, ligação RJ e Salvador (1873) 1ª sala cinema (1909)	Televisão (1960);	Microprocessadores (1971); internet (1979); IBM PC (1981); www (1990); internet Br (91) comercial (95); RNP (90) Google (98)	Facebook (2004); Google Earth (2005); iPhone (2007); REMESSA* (2009) manifestações; jul/2013; redes sociais digitais	Expansão REMESSA em Salvador; expansão provedores privados; cobertura 4G
Rede urbana	Metrópole nacional		Metrópole regional						
Planejamento	Plano Luís Dias					EPUCS	Planos CIA/COPEC PLANDURB (1979) PDDU (1985); EUST LOUOS (1984)	Estatuto da Cidade (2001); PDDU (2004); PDDU rev (2008); Estatuto da Metrópole (2015); PDDU 2015 (em elaboração)	Plano Salvador 500; Planejamento metropolitano

Fonte: PEREIRA, 2017, p. 145 (apud. Baseado em vários autores; CARVALHO I., PEREIRA, G. C., 2016, p. 306-307).

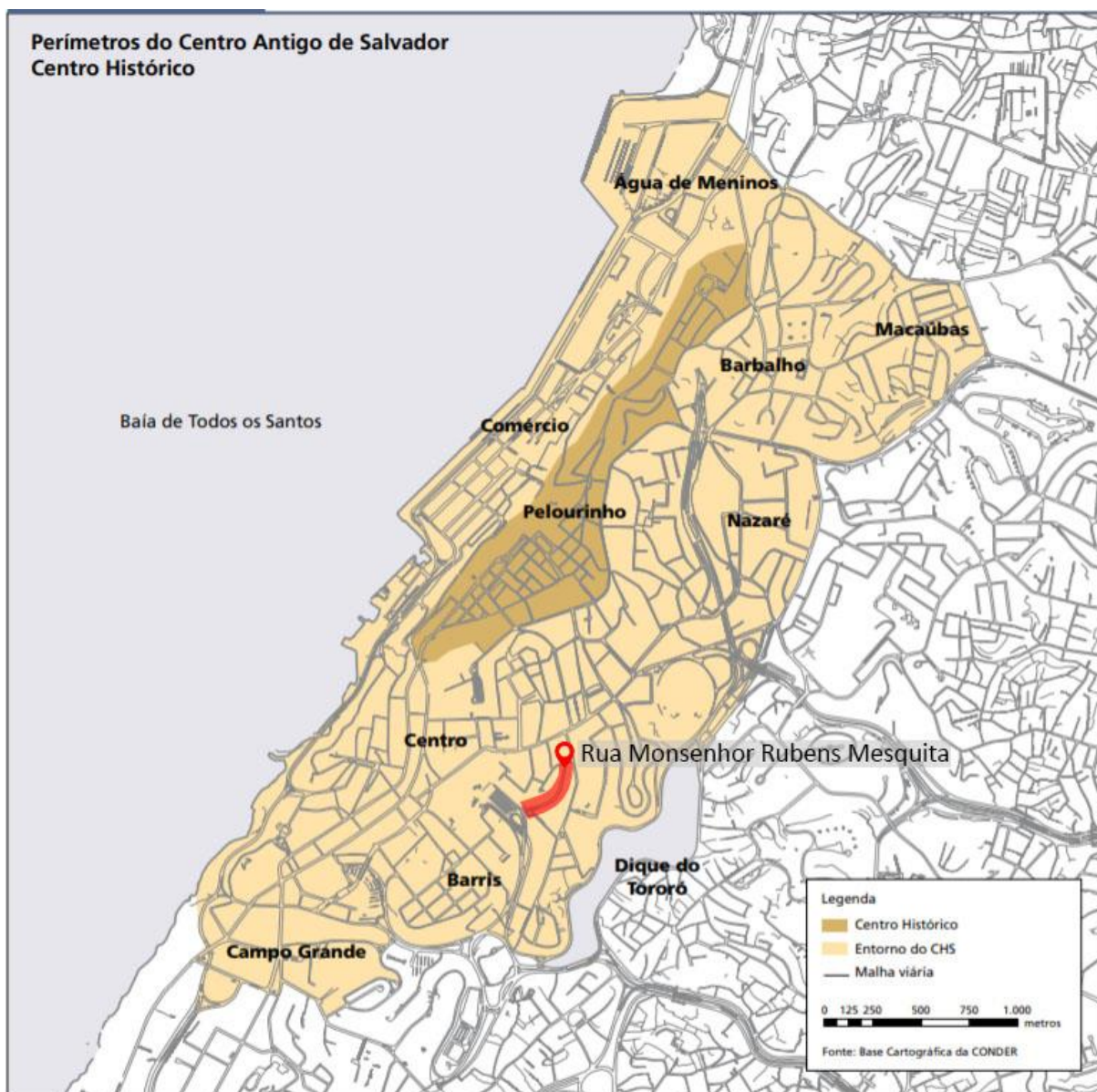
Imagem 30 – quadro cronológico dos períodos capitalistas nos países centrais e na metrópole liberal-periférica de Salvador.

LUGAR	AUTOR	PERÍODOS	Sec. XVI 1501 a 1600					Sec. XVII 1601 a 1700					Sec. XVIII 1701 a 1800					Sec. XIX 1801 a 1900					Sec. XX 1901 a 2000					Sec. XXI 2001 a 2100																			
			90	70	80	90	100	10	20	30	40	50	60	70	80	90	00	10	20	30	40	50	60	70	80	90	00	10	20	30	40	50	60	70	80	90	00	10	20	30	40	50					
PAÍSES CENTRAIS	SOJA 2000	LONGA ONDA DO CAPITALISMO INDUSTRIAL	1789 a sec. XXI																																												
		ERA DA REVOLUÇÃO	1789 a 1848																																												
	HOBSBAWN 2006	ERA DO CAPITAL	1850 a sec. XXI																																												
		ERA DO IMPÉRIO	1870 a 1929																																												
	SOJA 2000	1o. Ciclo do Capitalismo Industrial	1830 a 1960																																												
		Fase 1 - 1840 a 1870	1a. Fase																																												
Fase 2 - 1870 a 1929		2a. Fase																																													
Fase 3 - 1920 a 1960		3a. Fase																																													
		2o. Ciclo do Capitalismo Industrial - Transição	1960 a sec XXI																																												
BRAS.: SALVADOR METRÓPOLE PERIFÉRICA	SAMPAIO 1999	1o. Período - 1549 a 1950 - Agrário-exportador	C. Fortaleza																																												
		Período Colonial	C. Portuária																																												
		Cidade Fortaleza - 1549 a 1650																																													
		Cidade Portuária - 1650 a 1800																																													
		Soberania Plena																																													
	República																																														
	2o. Período - 1950 a 2015 - Industrial	C. Mercantil																																													
PEREIRA 2016	República	Metrópole Industrial - 1950 a 1990	C. Terciária																																												
		Metrópole Atual - 2000 a 2015	M. Ind.																																												
		Metrópole em Reconfiguração	M. Atual																																												

Fonte: PEREIRA, 2017, p. 144 (apud. Elaborado a partir dos textos de SOJA, 2000, SAMPAIO, 1999 e PEREIRA, 2016).

A partir desse sobrevoo sobre a ocupação soteropolitana, enquadramos a ocupação da região a qual está alocada a Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Como vimos anteriormente, as primeiras ocupações da comunidade datam do ano de 2006, no entanto, ela se encontra dentro do perímetro do Centro Antigo de Salvador, extensão do Centro Histórico, como podemos ver na imagem 31, abaixo. A ocupação do Centro Antigo, se localiza no tempo, por volta da primeira metade do século XIX, como podemos visualizar na imagem 22, apresentada anteriormente por Santos (1959), e faz parte da primeira grande expansão urbana da cidade para além do núcleo original, que hoje chamamos de Centro Histórico. Portanto, é uma das áreas mais antigas da ocupação, e, com isso, conta com as características físicas condizentes a este período, assim como os períodos que seguiram, características que foram aqui explanadas. Dessa forma, é uma área heterogênea, em vários aspectos, no seu constructo, e tipologia arquitetônica, e das classes sociais que a ocupam. E, ainda que tenha sofrido processos de decadência, ao longo do tempo, permanece sendo palco cultural e turístico da cidade, e espaço urbano bem servido de serviços, equipamentos e infraestrutura, mesmo que, em estados de conservação também variáveis.

Imagem 31 – Mapeamento dos perímetros do Centro Antigo e do Centro Histórico de Salvador.



Fonte: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2011, p. 5. Perímetro da Rua Monsenhor Rubens Mesquita realizado pela autora.

Assim, concluímos este breve histórico, e acreditamos que compreendendo evolução urbana – e a partir desta também um pouco da evolução econômica e social – da capital baiana, nos posicionamos mais capazes de compreender os processos urbanos que a cidade vive na contemporaneidade. A formação das estruturas urbanas, e nesse processo dos agentes urbanos responsáveis por tais, são essenciais para compreender a cidade atual. Uma cidade global, localizada em um país na periferia do capitalismo, com relevância nacional. Uma cidade

metropolitana, intensamente urbanizada e ocupada de forma heterogênea, marcada pela desigualdade social, mas que nem por isso deixa de abrigar bons e saudáveis espaços urbanos.

2.3.2. Panorama Urbano

Apresentado o histórico urbano da cidade é possível identificar na Salvador do século XXI as marcas do seu passado que convivem com as novas formas urbanas contemporâneas. As questões explanadas anteriormente situam a cidade em um panorama de expansão horizontal e de dispersão urbana, com Salvador no centro de uma grande região metropolitana, mas também como palco de uma altíssima desigualdade e segregação socioespacial. Portanto, de modo a apresentarmos um panorama urbano da cidade de Salvador é necessário identificar os processos e tendências que se sucedem no espaço urbano contemporâneo, muito mais do que apenas apresentar os problemas da cidade atual.

Portanto, iremos analisar alguns processos urbanos que são pertinentes para caracterizar e compreender a capital baiana. Uma primeira consideração é que a urbanização, tal qual posta no cenário nacional, dá origem a diferentes cidades com condições sociais desiguais, como apontado por Pedrão,

A urbanização gera diferentes tipos e formas de cidades e de relações entre cidades, com efeitos diretos e indiretos nas relações de classe em cada uma delas, com condições também desiguais de mobilidade dos trabalhadores. A unidade técnica das cidades assenta-se sobre pluralidade de modos de sobrevivência e de ideologias que estão em relação direta com o sistema de atividades produtivas. Por isso, cada cidade deve ser analisada e planejada a partir de uma visão em perspectiva de sua história. (PEDRÃO, 2009, p.4).

E, assim, a cidade de Salvador se configura com características urbanas e tipologias diversas, em geral, com essa diferenciação baseada em questões socioeconômicas, mas também temos a diferenciação da cidade antiga e da cidade moderna. Neste trabalho estamos dando ênfase a um espaço urbano específico de Salvador, no entanto, neste momento pretendemos fazer um panorama urbano da cidade.

Planos Urbanos

Primeiramente, faremos um rápido panorama pelo Plano Salvador 360, promovido pela Prefeitura Municipal de Salvador em parceria com a Unesco. O projeto foi lançado em 2017, na segunda gestão do prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto), e vem realizando grandes obras e modificações em toda a cidade, e, portanto, consideramos importante analisá-lo.

A Prefeitura tem como objetivo do Plano proposto uma reconfiguração de Salvador em seus diversos aspectos, anunciando melhorias necessárias na cidade e novas propostas em prol do seu desenvolvimento econômico e social, desse modo coloca que,

Uma nova cidade merece uma nova perspectiva de desenvolvimento. Por isso, a Prefeitura está lançando o Salvador 360. Um grande programa, com 8 eixos e 360 medidas, para acelerar o crescimento econômico e social de Salvador. São 3 bilhões de reais investidos na modernização da infraestrutura da cidade e na requalificação do centro histórico. O programa conta também com uma série de ações para simplificar a vida do cidadão, atrair empresas, gerar empregos e fortalecer a economia informal. Além disso, Salvador vai ganhar um hub digital, novos investimentos em sustentabilidade e um polo de economia criativa. (PLANO SALVADOR 360, site oficial).

Como mencionado acima o plano se divide em oito eixos – que podem ser visualizados na imagem 32, abaixo – e já pela análise dos eixos vemos a variedade das propostas, que vão enfrentar as questões da cidade a partir de perspectivas econômicas, sociais, urbanas, tecnológicas e de sustentabilidade, porém a seguir iremos explorar o conteúdo de cada eixo e analisar se as propostas respondem às necessidades da cidade, em especial no aspecto urbano, e suas possíveis consequências.

Imagem 32 – imagem oficial do Plano Salvador 360 e seus eixos de atuação.



Fonte: Imagem retirada do site oficial do Plano Salvador 360

O primeiro eixo, *Simplifica* propõe reduzir a burocracia para os cidadãos, e em especial para os empreendedores, facilitando a abertura de empresas. Trabalha com cinco frentes de atuação: atendimento ao cidadão; abertura de empresas; licenciamento expresso de empreendimentos; licenciamento expresso de publicidade; e capitalização. Algumas ações apresentadas, que têm impacto na produção do espaço urbano incluem: permissão para abertura de empresas em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); novo código de obras; dispensa de licenciamento pela PMS para alguns tipos de obras.

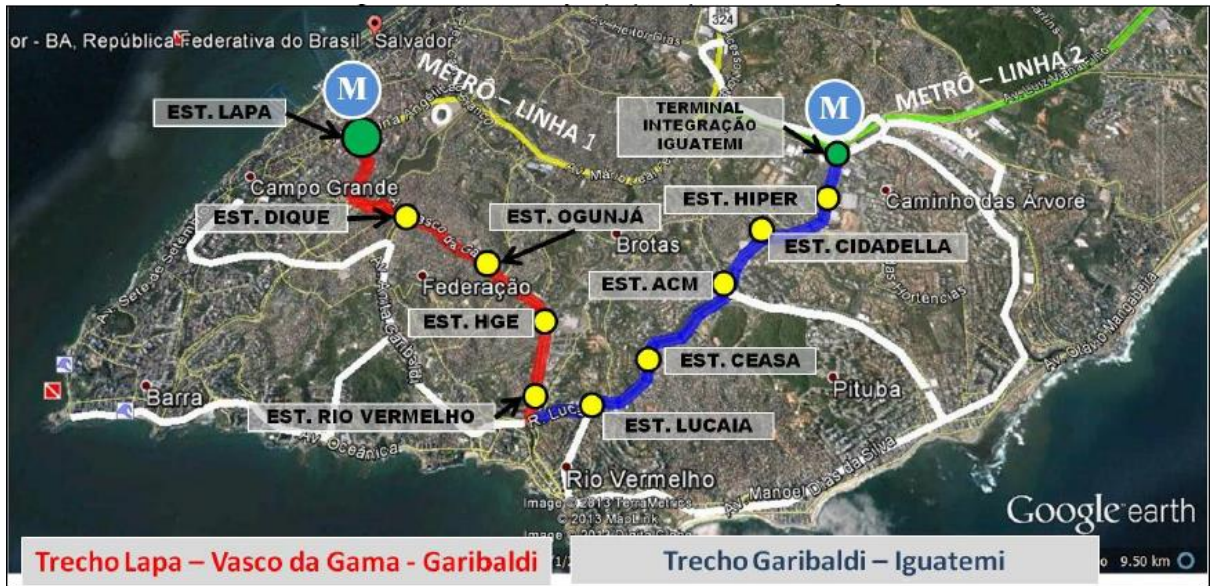
O segundo eixo intitulado *Negócios* prevê mais de trinta medidas para gerar emprego e renda e estimular investimentos, de modo a aproximar o emprego da moradia e promover novas empresas instaladas na cidade. Incentivando sete setores: economia criativa, tecnologia, têxtil, varejo, turismo, *call centers* e a construção civil. Propõem para tal, a respeito da cidade: ceder terrenos/imóveis;

reduzir em 50% a outorga onerosa de empreendimentos; facilitadores para pagamento do IPTU; e criação do Plano de Promoção Turística de Salvador.

Terceiro eixo, *Investe*, dispõe de R\$2,8 bilhões para investir na melhoria dos serviços públicos e na requalificação urbana. As áreas de atuação são: mercados; praças e espaços públicos; orla; infraestrutura; cultura; esportes e lazer; habitação; mobilidade; iluminação pública; e hospitais municipais. As principais intervenções urbanas incluem: a instalação de três linhas de BRT; requalificação de avenidas importantes; promoção de novas unidades habitacionais (40 mil unidades) pelo *Programa Morar Melhor*; obras de drenagem e contenção de encostas; requalificação da orla Barra/Ondina, do Rio Vermelho e de Stella Maris.

A instalação do BRT já teve as obras da sua primeira fase iniciadas e desde já se nota mudanças expressivas na paisagem urbana, cortando o centro da Avenida Antônio Carlos Magalhães (ACM), a primeira linha vai ligar a região do Iguatemi à Estação da Lapa (trecho já atendido pelo metrô) por meio de vias elevadas, retirando a vegetação nativa e centenária, tamponando o canal e diminuindo a área permeável em um local da cidade que já sofre com alagamentos recorrentes. Esse trecho pode ser visto representado na imagem 33 abaixo na cor azul, o segundo trecho, em vermelho, que pretende ligar a Lapa a Av. Vasco da Gama ainda não teve suas obras iniciadas. Nas imagens 34 e 35 podemos ver imagens da obra em curso na Av. ACM e desde já vemos o impacto na paisagem urbana além do impacto ambiental como já mencionado, da implementação de um transporte urbano atualmente considerado ultrapassado.

Imagem 33 – os trechos propostos para o novo BRT.



Fonte: Prado Valladares (2014 apud Estudo de Impacto ambiental do BRT de Salvador, 2014, p. 181).

Imagem 34 – Obras do BRT na Av. Antônio Carlos Magalhães.



Fonte: Autoria desconhecida, imagem retirada do site: <http://farolnews.com.br/servicos/obras-do-brt-avancam-e-dois-viadutos-serao-concluidos-em-dezembro/>

Imagem 35 – Obras do BRT na Av. Antônio Carlos Magalhães.



Fonte: Bruno Concha/Secom, imagem retirada do site:

<https://www.ibahia.com/salvador/detalhe/noticia/transito-e-transporte-publico-na-av-acm-passarao-por-alteracoes-esta-semana/>

O quarto eixo, *Centro Histórico*, tem como objetivo realizar intervenções públicas de estruturação, programas de habitação, mobilidade e projetos que dinamizem urbana e economicamente a região. Com requalificações de avenidas, praças e edifícios históricos, assim como a construção de novos equipamentos culturais de modo a requalificar a área para o turismo. A respeito desse eixo discutiremos melhor nos tópicos seguintes.

Cidade Inteligente é o quinto eixo e pretende inserir a tecnologia como política pública da cidade. Promovendo o desenvolvimento econômico através de empresas focadas em inovação e tecnologia, assim como modernizando a gestão de serviços públicos e criando aplicativos e soluções tecnológicas em prol da mobilidade urbana. O principal projeto previsto é a instalação de um Hub de Tecnologia no Terminal Marítimo, que já se encontra em funcionamento, vide imagem 36, abaixo.

Imagem 36 – o Hub Salvador



Fonte: Valter Pontes/Secom, imagem retirada do site: <https://www.bahiadevalor.com.br/2019/02/hub-salvador-oferece-workshops-e-palestras-gratuitas/>

O sexto eixo se chama Cidade Criativa e incentiva projetos que fortaleçam os setores criativos de Salvador, através de programas de fomento e inclusão, festivais e oficinas, e prevê como principais impactos o fortalecimento do setor e a potencialização da capacidade exportadora de Salvador.

Criar estratégias e soluções para o desenvolvimento sustentável é o objetivo do sétimo eixo, *Cidade Sustentável*, as principais ações são: uma nova Defesa Civil; Plano Municipal de Mudanças Climáticas; Salvador Solar, promovendo o uso de energia solar; incentivo à arborização; propostas de novas ciclovias; revitalização de parques; e o Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano tendo papel fundamental ao determinar as áreas protegidas. Apesar das propostas de sustentabilidade serem relevantes, podemos pontuar que são superficiais para abordar a questão nas cidades, além disso, enquanto almejam um projeto de arborização urbana implementam um BRT que está desmatando uma das avenidas mais arborizadas da cidade, retirando árvores centenárias.

O oitavo e último eixo, *Inclusão econômica*, foca na dinamização e fortalecimento da economia informal, promovendo a regularização das atividades econômicas e o fomento do empreendedorismo. Através de ações tais quais: regulamentação de ZEIS; REFIS construtivo e fundiário; reconhecimento da cidade

informal; programa de apoio ao desenvolvimento dos diversos setores da economia da base da pirâmide; parceria com instituições de microcrédito.

O Plano apresentado pela Prefeitura Municipal de Salvador iniciou no ano de 2017 e tem previsão de conclusão para o ano de 2020, algumas obras já foram concluídas, mas não foram encontradas maiores informações de muitos dos projetos. Dado que o plano é recente ainda não é possível fazer análises de longo prazo a respeito dos seus resultados, mas podemos fazer conjecturas e analisar criticamente o que foi proposto.

Algumas críticas que podem ser levantadas são o alto investimento na indústria do turismo, ações que sem os cuidados necessários podem ter impactos negativos na cidade – como será discutido mais à frente neste item. Podemos perceber também a escassez de projetos que pensem a habitação na cidade, e mesmo aqueles apresentados são voltados para a produção de novas unidades, sem pensar em outras formas de intervenção, como regularização de áreas informais, ocupação de edificações sem uso, dentre outros. Apesar de ter como objetivo a geração de emprego e renda em quase todos os eixos, a grande maioria das propostas prevê benefícios e facilidades para empresas com poucas ações que valorizem a parcela mais pobre da população. Assim como também não são apresentadas as análises técnicas que embasaram as propostas.

Nesse sentido, o Plano Salvador 360 se alinha com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, de 2016. Aqui já trouxemos algumas questões desse plano, no que diz respeito ao enquadramento da Comunidade em estudo dentro desta Lei. Agora, abordaremos questões mais gerais a respeito do PDDU, que ainda é amplamente debatido devido às suas controvérsias, falta de embasamento técnico e o processo de elaboração; e com ampla oposição da sociedade civil soteropolitana. As críticas a respeito desse Plano são extensas e complexas, e merecem o seu próprio palco, portanto aqui abordaremos as mais levantadas de maneira breve.

De acordo com Serra (2019, p. 9) é generosidade chamar o PDDU 2016 de Salvador de plano, dado que não define metas, prazos, prioridades e estratégias, nem estima recursos. Assim como, não tem diretrizes claras e nem articulação com planos setoriais. O plano também não possui embasamento técnico, utilizou-se de

dados desatualizados e carece de análise crítica dos planos anteriores. Além disso, falta uma abordagem ampla que abarque os planos político, econômico, tecnológico, social e ecológico, como também ignora o papel metropolitano da cidade e as diferentes escalas governamentais. Há um descompromisso com as questões ambientais e com a segregação.

O Plano Diretor de 2016 faz parte do Plano Salvador 500 de 2014, planejamento de longo prazo, que prevê um planejamento urbano metropolitano, municipal e operacional para 35 anos, portanto seria concluído em 2049, aniversário de 500 anos de Salvador. Além do Anteprojeto de Lei do PDDU, o plano também inclui como produto o Anteprojeto da LOUOS (Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo). Aqui apontaremos as questões levantadas pelos teóricos e técnicos baianos a respeito do PDDU, as críticas a esse Plano são amplas e extensas, mas tentaremos abordar as questões centrais.

A participação popular na concepção do Plano Diretor é um dos grandes problemas deste plano, na medida em que ela foi dificultada. Embora, essas questões não sejam exclusivas do plano de 2016 e nem da cidade de Salvador como foi apontado por Carvalho et al. (2020), as autoras apresentam registros e depoimentos que indicam como empecilhos: as audiências e oficinas foram realizadas em horário comercial; os encontros foram ministrados como aula ou apresentações onde a população seria apenas receptora das informações, e não contribuintes; relatórios com média entre 300 e 500 páginas eram apresentados com cerca de quinze dias de antecedência, não havendo tempo hábil para sua leitura completa; baixa divulgação.

Figueredo et al (2019) nos apresenta uma análise a respeito do macrozoneamento realizado pelo Plano Diretor, que foi dividido em duas categorias na Lei, a Macrozona de Ocupação Urbana e a Macrozona de Conservação Ambiental, no entanto o que as autoras identificam é uma redução de quase 4,9 ha de áreas protegidas, resultando em uma perda de recursos natural em prol da urbanização. Quando comparado com a delimitação das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e as Áreas de Proteção de Recursos Naturais (APRNs), o mapeamento do PDDU de 2016 apresenta sobreposições entre as áreas protegidas e as Macrozonas de Ocupação Urbana. Para Figueredo et al. (2019) essa urbanização “associa-se a processos de produção da cidade dominados por lógicas

corporativas, segregacionistas e degradadoras ambientalmente.” (FIGUEREDO et al., 2019, p. 44). As autoras também apontam uma política de mobilidade que prioriza o transporte particular e tem destruído grandes áreas vegetadas, como já apontamos anteriormente, no caso do BRT.

Outra discussão importante foi o aumento do gabarito para a região da Orla Atlântica que teria impacto não só na vista e no uso da praia, mas do clima da cidade com o impedimento da ventilação, tal proposta não tem outra intenção que não o favorecimento do mercado imobiliário, permitindo a construção de mais unidades. Para além disso, o plano não leva em consideração os fundamentos do Estatuto da Cidade e o seu texto em inúmeros momentos repete aquele do Plano Diretor de 2008. É um plano que carece de análises ambientais, econômicas, e de análises das diferentes escalas. Um Plano que não define prazos condizentes com a realidade urbana e que não propõe planos estratégicos e setoriais para a cidade de Salvador. Algumas questões positivas foram apontadas, como o aumento das áreas determinadas como ZEIS. No entanto, a perspectiva geral dos técnicos e teóricos consultados é que se trata de um PDDU que visa, principalmente, favorecer os interesses privados do mercado imobiliário, o que Costa (2015), em outro contexto, chama de “planejamento privatista”, onde a cidade é produzida tal qual mercadoria e ligada aos processos de acúmulo do capital.

Nesse sentido, o que se apresenta para nós é que ainda que o Brasil tenha sido palco de grandes conquistas na legislação urbana – como o Estatuto da Cidade e os artigos 182 e 183 da Constituição que definem a função social da propriedade – não estamos livres da cooptação dessas conquistas pelo capital privado, enquanto a população permanece privada de seus direitos. O caso de Salvador é gritante nesse sentido, com um PDDU voltado para o interesse privado, que nem mesmo a organização da sociedade civil conseguiu frear. A Salvador dos próximos anos será então fruto desse Plano permissivo. No entanto, enquanto os interesses privados são garantidos e para a sua garantia, vemos casos como o do Processo de Reintegração de Posse da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

A dispersão urbana em Salvador

O primeiro processo percebido em Salvador, que abordaremos é o de dispersão urbana. De acordo Reis Filho (2006) este é típico tanto nos países de economia avançada quanto nos emergentes, se sucedendo em âmbito global, mas também relacionado com características locais. Para o autor, a dispersão urbana acontece como parte de dois outros processos: (i) o aumento demográfico nas áreas urbanas, a partir de 1940; (ii) e a modernização capitalista. O crescimento da população urbana tem como consequência: a formação das regiões metropolitanas; verticalização e adensamento das áreas urbanas; elevação dos preços dos imóveis; e a dispersão urbana para as áreas periféricas.

No que diz respeito à conceituação do processo de dispersão urbana, Reis Filho (2006, p.12) apontou que a urbanização dispersa se trata da expansão do tecido urbano, onde, ainda que as ocupações estejam separadas no espaço, mantém vínculos entre si, tal qual um único sistema urbano. Logo, dispersar é um processo de esgarçamento e concentração, estabelecendo áreas com menor e maior adensamento. O autor entende que este é um processo que deve ser estudado tanto na escala metropolitana quanto na escala da cidade e do seu tecido urbano. Além disso, o autor caracteriza a urbanização dispersa em quatro pontos: esgarçamento crescente do tecido urbano; formação de núcleos urbanos em meio ao campo integrado a uma área metropolitana; mudanças no transporte intrametropolitano diário; e a difusão dos modos de vida e consumo metropolitanos. (REIS FILHO, 2006, p. 13)

O espaço urbano, fragmentado e articulado é resultado de várias dinâmicas urbanas. Nesse sentido, para compreender o espaço urbano, utilizamos nesta pesquisa a compreensão de Santos (1996), que entende o espaço como um conjunto indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ações. Assim, no processo histórico da evolução social, a natureza e os elementos naturais cada vez mais se transformam em objetos, em “coisas” construídas pelo homem, ou seja, são resultado das ações do homem. O acréscimo da dimensão técnica, intelectual e informacional acerca da produção dos objetos constitui o período técnico-científico-informacional, que promove modificações no tecido urbano. Já as ações, se tratam de um processo com um objetivo, assim como atribuem sentido aos objetos. O autor,

ainda alerta, para a possibilidade desses sistemas adquirirem uma artificialidade, devido a prevalência da técnica. Portanto, entende que,

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 1996, p. 63).

Nesse contexto, há uma percepção do espaço, pelo autor, de uma intrincada relação entre o sistema de objetos e o de ações, que é solidária e contraditória. Essa intrincada relação constitui um espaço dinâmico e capaz de transformações. Para além disso, Santos (1997) entende que o espaço urbano é a materialização da sociedade em si, ou seja, uma sociedade capitalista e de classes, marcada pela desigualdade. Assim como, o espaço é produzido a partir do trabalho, das relações sociais de produção. Portanto, a produção e a reprodução do espaço se relacionam com a produção de mercadorias que influenciam o viver em sociedade. Nesse contexto, os processos de dispersão e concentração são fatores que auxiliam na compreensão da organização do espaço urbano.

Certamente a organização do espaço pode ser definida como o resultado do equilíbrio entre os fatores de dispersão e concentração em um momento dado na história do espaço. No presente período, os fatores de concentração são, essencialmente, o tamanho das empresas, a indivisibilidade das inversões e as “economias” e externalidades urbanas e de aglomeração necessárias para implantá-las. Tudo isto contribui para a concentração, em uns poucos pontos privilegiados do espaço, das condições para a realização de atividades mais importantes.

Por outro lado, os fatores de dispersão são representados pelas condições de difusão de informações e de modelos de consumo. A informação generalizada é difundida da mesma forma que os modelos de consumo importados dos países hegemônicos. (SANTOS, 1997, p. 29).

Portanto, a respeito do processo concentração-dispersão, Santos (1993) entende que a fragmentação está relacionada com o processo informacional do território. A fragmentação se refere aos espaços entre as áreas adensadas, e Santos acredita que essa modelação do espaço geográfico é essencial aos atores hegemônicos, que através do processo técnico-científico-informacional remodelam o espaço para suas necessidades.

Para Santos Júnior (2011) temos como consequência desse processo o aprofundamento da,

segregação espacial das funções urbanas, com o surgimento de novas centralidades identificadas com as atividades da economia e das redes globalizadas, com a proliferação nas periferias de condomínios empresariais e industriais, de condomínios residenciais fechados de alto padrão aos quais se soma a expansão de extensas áreas habitacionais, favelas, e demais tipos de habitação precárias e sem infra estrutura urbana e serviços adequados. (SANTOS JÚNIOR, 2011, p. 4-5)

Conceituado o processo de dispersão, voltamos para sua análise na cidade de Salvador. Para Reis Filho (2015) devemos analisar a dispersão em variados setores de produção e consumo e nas formas de reprodução social, de modo que a dispersão não seja confundida com a expansão horizontal – fenômeno também percebido na cidade em estudo. Para tanto, o autor enumera esses setores, com relação à produção, o primeiro setor analisado é o industrial.

A esse respeito, na década de 1960, em Salvador, vimos a chegada de equipamentos industriais na sua Região Metropolitana conjuntamente com a instalação de grandes avenidas e rodovias de acesso a esse polo industrial. Assim como, ao longo do tempo, presenciamos a expansão dos municípios na periferia da cidade e nas proximidades desse polo. No que diz respeito ao setor terciário, o autor entende que a dispersão urbana altera a sua dinâmica, que passa a instalar seus equipamentos nas regiões periféricas – onde se localizam as maiores parcelas do mercado – e que desse modo intensifica a tendência à dispersão.

Outro importante setor a ser analisado no processo de dispersão é o imobiliário, sua evolução no Brasil o transformou em um setor de investimento e de fonte de renda para os proprietários. E, podem ser observadas algumas vantagens de adquirir imóveis nas áreas dispersas em relação às áreas mais adensadas. Há vantagens tanto para os compradores como para os construtores dos imóveis, devido ao preço mais baixo da terra urbana e de comprar um imóvel em uma área que provavelmente irá se valorizar no futuro. Dessa forma, despontam nas cidades empreendimentos e loteamentos habitacionais nas áreas dispersas, assim como nas grandes vias que ligam essas áreas com as áreas adensadas.

Na cidade de Salvador esse processo é claramente percebido em dois eixos, primeiro na Avenida Paralela, uma das principais ligações entre Salvador e sua

Região Metropolitana norte, nessa avenida são construídos inúmeros empreendimentos imobiliários do tipo condomínio fechado ao lado leste da avenida, enquanto a seu lado oeste surgem inúmeras ocupações autoconstruídas. Dada tal configuração, essa avenida funciona como uma barreira entre classes, exemplo espacializado da segregação social, onde a desigualdade da cidade é evidenciada, esse fenômeno também é perceptível na Linha Verde.

A chamada Linha Verde, abriga a BA 099 e corta a Região Metropolitana de Salvador (RMS) no sentido norte, ao longo desta rodovia encontram-se os municípios da RMS de Lauro de Freitas, Camaçari e Mata de São João, principalmente nesses dois últimos ficam localizados importantes pontos turísticos do litoral baiano, como Praia do Forte e Costa do Sauípe. Devido às belezas naturais da região, ao lado leste da rodovia, na costa litorânea foram construídos inúmeros resorts de luxo, e condomínios fechados para classe alta veranejar e passar os finais de semana à beira mar. Enquanto, no lado oeste, encontram-se as populações locais. Esse caso em específico também se relaciona com o processo de turistificação, a ser discutido a seguir. A citação abaixo, por Pereira, faz um apanhado do processo de dispersão na capital baiana.

O contexto no período de acumulação flexível e globalização da economia reflete o desenvolvimento tecnológico das TICs, o ideário neoliberal e a mudança cultural pós-moderna. No Brasil a estabilização da economia cria condições de integração do país ao movimento internacional de dispersão da indústria e do capital internacional dos países centrais para os países periféricos. Em sentido contrário, internamente cidades e regiões rivalizam buscando integração ao circuito da economia global. A indústria se reestrutura e repercute fortemente nos serviços, que cada vez mais incorporam tecnologia em qualquer nível de especialização. A relativa liberação dos vínculos territoriais sinaliza importante reorganização sócio-espacial: concentração e dispersão urbana, simultaneamente. O território apresenta fragmentação e descontinuidade da expansão urbana, dilui-se a contraposição campo/cidade. A acentuada polarização das classes socioeconômicas e crescentes danos ambientais conferem premência ao desenvolvimento sustentável.

Na Bahia a concentração econômica na RMS se avoluma com concomitante desenvolvimento da base urbana/regional formando uma espacialidade regional em transfiguração: fortalecimento das centralidades regionais e crescimento no modo disperso, pulverizado, de novas áreas urbanizadas acrescidas. (PEREIRA, 2017, p. 221).

O entendimento do processo de dispersão urbana se identificou e continua a ser percebido em Salvador e na sua região metropolitana, com alguns municípios da RMS já iniciando ou em estado avançado de adensamento. Dessa forma, se faz

importante compreender esse processo e a forma como ele se territorializa na cidade de Salvador de modo que possamos ter o panorama de sua urbanização.

Nesse contexto, a Rua Monsenhor Rubens Mesquita tal qual parte integrante da cidade de Salvador, em certa medida é afetada pela dispersão/adensamento urbano. Pudemos identificar no capítulo anterior um processo de adensamento da Rua, pertencente a área central da cidade, enquanto por outro lado, em outro sentido da cidade evidenciamos o esgarçamento do tecido urbano. Assim como, ao entendermos o processo de reintegração de posse como reflexo do interesse do mercado imobiliário, que atua como grande agente das cidades brasileiras; caso efetivada a reintegração de posse, a essa população provavelmente restaria ocupar as bordas mais distantes da malha urbana, formal ou informalmente, dando continuidade ao processo de dispersão.

Turistificação e espaço urbano

A partir da década de 1970 assistimos a indústria do turismo crescer de maneira global, nesse período o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento começaram a incentivar e investir no turismo de países em desenvolvimento, em especial para aqueles com atrativos culturais e naturais. Na mesma década, o turismo cresce e ganha força no cenário da cidade de Salvador, e com a decadência dos outros setores econômicos, a indústria turística passa a ser a alternativa escolhida para o desenvolvimento da cidade. A sua estruturação, no entanto, só se deu na década de 1990 com o Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia – PRODETUR BA.

Os anos 1980 testemunharam, de acordo com Law (2000), uma mudança significativa no posicionamento das cidades com relação à indústria do turismo, no sentido de estimular a sua “operação”, considerando o declínio de determinadas atividades econômicas que foram se tornando obsoletas e o conseqüente aumento do índice de desemprego, aliados à percepção do turismo como uma indústria em crescimento que pudesse trazer como um de seus resultados a regeneração física e a revitalização de áreas urbanas. (MURTA, 2008, p.3).

Dessa forma, para superar o declínio econômico a indústria do turismo ganha força nas cidades, facilitada pelo enfraquecimento das fronteiras decorrente do processo de globalização. O turismo passa a ser visto como uma oportunidade de

fonte de renda, limpa e sustentável. E, para tanto, há a necessidade de investimentos nas cidades, nos seus centros históricos e no seu patrimônio, assim como em outras áreas com potencial turístico. Esse período, então, é marcado pela reforma de centros históricos, e áreas portuárias, construção de novos equipamentos voltados para o turismo, como museus, hotéis e resorts, centros de convenções e espaços de espetáculo, dentre outros. De modo a produzir um conjunto de atividades capaz de atrair turistas. Esse conjunto abrange os aspectos físicos, da paisagem urbana e os elementos culturais do local e dos sujeitos urbanos.

Cabe aqui discutir tanto o processo de ressignificação dos espaços, que acontece destacadamente na dimensão física, por permitir a visualização das transformações, quanto o processo de ressignificação do patrimônio, que se configura no plano simbólico, no plano da interpretação e da atribuição de valor, sendo próprio de cada tempo, de cada contexto, de cada grupo da sociedade. (MURTA, 2008, p. 5).

Para Rodrigues (2015), apesar dos frutos positivos da aposta no turismo para o desenvolvimento, como geração de emprego e melhoria das infraestruturas urbanas, o investimento nessa indústria teve inúmeros impactos negativos. Primeiramente, a autora, pontua que a atração de investimentos favorece o capital estrangeiro, que em grande parte retorna ao país de origem, em detrimento do nacional e local. Assim como, a melhoria das infraestruturas favoreceu as áreas que abrigaram os novos investimentos, enquanto a população cidadina permanece, em sua maioria, excluída desses benefícios. Outra questão diz respeito ao conflito fundiário, quando o investidor ou o Estado promove a expulsão de populações, principalmente as mais pobres, de áreas de interesse turístico. Em vista do contexto apresentado, entende-se como o investimento massivo no turismo tem o potencial de influenciar o meio urbano.

De acordo com Murta (2008), apesar de buscar na história e tradição das cidades o impulso para a reprodução da atividade turística, tanto o espaço físico como o simbólico sofrem transformações e ressignificações para atender ao turista. Assim, de modo contraditório, perdendo a essência cultural dos lugares que busca exaltar. Produz-se espaços para serem consumidos, sob uma máscara do cotidiano local, com seus usos e fluxos reconfigurados por meio de diretrizes específicas, não mais para atender a população local, mas à uma população efêmera. Essa

transformação do espaço urbano em função e para o turismo, é o processo entendido como turistificação. Portanto, a indústria do turismo é global, envolve economias, territórios e culturas e mobiliza o capital. Assim como transforma lugares, “articulando ao econômico os processos políticos e culturais do mundo globalizado em que vivemos.” (RODRIGUES, 2014, p.2).

Salvador não escapou desse processo e continua a ser afetada por ele. O projeto de Recuperação do Pelourinho, da década de 1990, foi um projeto para área do Centro Histórico da cidade em prol do fomento do turismo patrimonial e cultural, que para tanto ofertou as edificações históricas para que empresas privadas abrissem estabelecimentos comerciais voltados para os turistas. O plano não promoveu comércio, serviços e moradia para a população local e resultou em um esvaziamento da área. Após o fracasso do projeto, um plano em conjunto com a população residente anteriormente foi pensado, promovendo moradia, no entanto não foi concluído.

A área histórica de Salvador e seu centro expandido são foco de contínuos investimentos, até hoje, em prol do turismo. Recentemente vimos a constante promoção de eventos e shows na área central de modo a promover seu uso através da *animação*. No entanto, tais eventos em geral são voltados a um público elitizado e a turistas, e não para as pessoas que habitam a região.

Desde 2017, o Plano Salvador 360 em parceria com a Unesco, prevê para o centro histórico (eixo 4 do plano): requalificação de avenidas e praças; restauração de edifícios históricos para implantação de centros culturais e museus; a centralização da administração pública municipal ocupando imóveis vazios; promete solucionar problemas dos transportes públicos; organizar o comércio informal; benefícios para empresas que se instalarem em edifícios que precisam de revitalização; e a produção de cerca de mil habitações. O projeto pretende em sua essência reabilitar a área histórica e as edificações abandonadas para os visitantes, e apesar de pensar em habitação, se trata de um número irrisório em comparação às edificações e a população que poderia ocupar a área.

Alguns desses projetos já estão prontos, como o Museu do Carnaval e a requalificação do Terreiro de Jesus. Assim como Hub Salvador, instalado no Terminal Marítimo e que faz parte do Eixo Cidade Inteligente do Plano Salvador 360,

e é um hub de inovação que abriga *startups*, eventos e *coworkings*, dentre outros espaços tecnológicos em prol do desenvolvimento do ramo de negócios e turístico.

Na outra ponta, vemos o intenso investimento no turismo na direção do litoral norte da Região Metropolitana de Salvador, como já discutimos anteriormente, esse movimento está aliado ao processo de dispersão urbana, assim como de intensificação da segregação socioespacial. Com a instalação dos resorts e os condomínios fechados de veraneio ao longo da Linha Verde, temos esta rodovia separando as populações locais dos turistas e da elite de Salvador. Os resorts fecham o acesso à praia, fonte de renda para muitos moradores locais, e estabelecem uma visível segregação social.

Desse modo, a cidade de Salvador permanece promovendo o turismo na cidade em prol do desenvolvimento econômico, sem, no entanto, levar em consideração as problemáticas aqui levantadas e promovendo espaços somente para turistas e não para sua população, ou os dois. Esse processo de turistificação pode acirrar a segregação socioespacial, com o aumento do preço de produtos, serviços e imóveis, beneficiando os turistas e os investidores em detrimento da população.

Dado que a Rua em estudo se encontra dentro do perímetro do centro expandido da cidade de Salvador, não podemos ignorar os efeitos dos movimentos em prol do turismo nesta região. Dessa forma, podemos interpretar o processo de reintegração de posse, e aqui o fazemos, como uma medida que visa a “limpeza” da região central de Salvador, a partir da expulsão da população mais pobre e a demolição das suas construções entendidas tal qual uma estética de pobreza que não se enquadram no que é classificado como belo pelo consenso social, e perpetuada pela arquitetura e urbanismo através da sua determinação de uma técnica e estética única.

Espaços públicos

A definição de espaço público varia de acordo com o campo de estudo que adotamos, para a filosofia está relacionada com a prática da democracia, a sociologia entende como espaço do encontro de modo a fortalecer as relações

coletivas e o convívio social. No que diz respeito ao pensamento urbanístico, o espaço público é um espaço físico, estruturante das cidades, assim como de convívio e de diversas funções variadas, como: comerciais, políticas, eventos, dentre outros. Um espaço público também pode mudar sua característica, funções e simbologias ao longo do tempo e da sua história.

Serpa (2013, p. 9) entende o espaço público “como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade de ação política na contemporaneidade”, então, o abandono desse espaço na contemporaneidade representaria um esvaziamento da discussão política. Como indicativo dessa relação apontamos a atual situação política vivida no Brasil de muita polarização e pouco diálogo. Será que se os espaços físicos do fazer político estivessem mais ativos e presentes na vida cotidiana, a discussão política estaria menos baseada em *fake news*, ataques e na glorificação de indivíduos e mais pautada em fatos, análises estruturadas, e no diálogo construtivo? Claro que todo esse cenário não se deve somente ao abandono do espaço público, mas entendemos que este tem um papel importante na vida política e cotidiana, e então quais seriam as consequências do seu esvaziamento?

Como visto no tópico anterior, os espaços públicos vêm fazendo parte de um processo de espetacularização e turistificação, desse modo, a produção desses espaços está cada vez mais voltada para um público específico que, em geral, não é o usuário cotidiano daquele espaço. Em vista disso, são espaços projetados em concordância com uma lógica e estética global. O cidadão local, então, passa a não se identificar mais com aquele espaço, não vê ali sua imagem e sua cultura, e, conseqüentemente, para de frequentá-lo.

Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreendedorismo urbano intensificados. (HARVEY, 2002, p. 92).

Além desse processo, temos a violência urbana e a insegurança generalizada percebida pelos cidadãos, levando-os a usar menos os espaços públicos das cidades, em especial os cidadãos de classe média. Esses transferiram seus espaços públicos e convívio social para o interior dos condomínios fechados que habitam ou para shoppings e centros comerciais com segurança privada e estacionamento. E mesmo nesses espaços vemos que o convívio se dá mais no seio familiar do que

entre vizinhos e outros usuários dos espaços, essa parcela da população está cada vez mais se voltando para dentro e abandonando o convívio social. Acreditamos que esse processo é ainda mais fortalecido pelo, cada vez mais intenso, uso dos meios digitais como forma de socialização (inegavelmente a Pandemia do COVID-19 acentuou isso). Quais serão os impactos disso a longo prazo, além da perspectiva política? Quais impactos individuais do abandono na prática e do senso de comunidade?

A cidade de Salvador, como a maioria das metrópoles brasileiras, assiste esses fenômenos se sucedendo. Os espaços públicos abrigam festas e eventos, o carnaval, e eventualmente presenciam manifestações públicas e políticas. No entanto, vem perdendo sua caracterização de espaço cotidiano da socialização. Nas áreas habitadas pelas populações de baixa renda, em seus bairros ou nas favelas, esse fenômeno é minimizado. A socialização e a vida comunitária são muito mais presentes e por vezes necessárias para sobrevivência, vemos vizinhos cuidando dos filhos um do outro, associações de moradores organizadas e ativas, o surgimento ou fortalecimento dessas comunidades em casos de adversidade, como ameaças de reintegração de posse ou ambientais, dentre outros.

Como no caso da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, que tem como principal local de socialização a rua e as calçadas, nas visitas, principalmente a que foi realizada pela noite, presenciei a Rua fortemente ocupada pelos seus moradores, que se sentavam na frente das suas casas e conversavam e interagiam com os vizinhos. Neste lugar de uso intenso do seu espaço público, ainda que este não tenha a melhor infraestrutura possível, identificamos um forte senso comunitário e coesão social. E então, perguntamos, quais impactos a longo prazo de viver em um espaço com um senso de comunidade fortalecido e presente no cotidiano?

2.3.3. Salvador metrópole

A cidade de Salvador é o centro de uma importante região metropolitana do Brasil – representada na imagem 37 abaixo – portanto, não podemos analisar a cidade sem compreender seu papel no contexto metropolitano. De acordo com

Carvalho et al. (2014) a região metropolitana de Salvador começa a ganhar importância na década de 1950 com a exploração de petróleo no Recôncavo Baiano, que levou ao crescimento de alguns municípios. Na década de 1960 recebeu investimentos para incentivar a sua matriz industrial, e entre 1970 e 1980 foram instalados o Polo Petroquímico de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu (CIA).

Imagem 37 – a Região Metropolitana de Salvador.



Fonte: SILVA et al., 2016, p. 208.

Essas transformações levaram a um crescimento urbano e a um significativo crescimento populacional, que aumentou em quatro vezes desde 1960, atingindo uma população de 2.075.273 em 1991, de acordo com Carvalho et al. (2014). Assim em 1973 a Região Metropolitana de Salvador (RMS) foi institucionalizada, em 1975 foi inaugurada a Estrada do Coco, e em 1993 a Linha Verde, as duas rodovias ligam Salvador ao litoral norte, a primeira ligando de Lauro de Freitas até a localidade de Guarajuba na cidade de Camaçari, e a segunda deste até o estado de Sergipe, como podemos ver na imagem 38. As novas vias melhoraram a articulação e tiveram papel importante para consolidar a ocupação do litoral norte.

Imagem 38 – Litoral Norte, Bahia.



Fonte: autoria desconhecida, retirado do site:

<https://somnuscars.wordpress.com/tag/somnuscars/page/6/?iframe=true&preview=true%2Ffeed%2F>

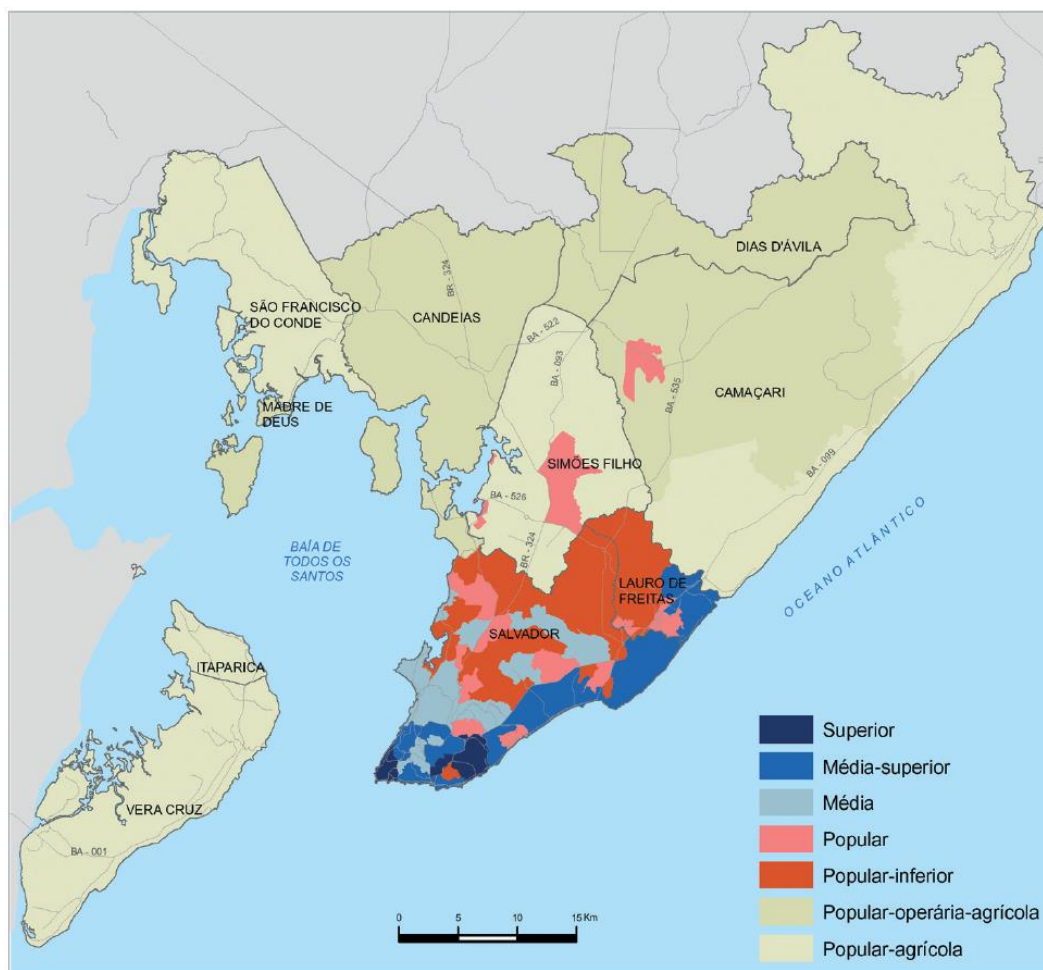
A década de 1990, no entanto, trouxe transformações e crises para a indústria baiana. De acordo com Carvalho et al. (2014) o setor não se configurou de forma independente, se mantendo subordinado à dinâmica do centro-sul do país, e com um desenvolvimento limitado, já que era basicamente produtora de insumos. Dessa forma, com a crise nacional das décadas de 1980 e 1990 a indústria baiana sofreu profundamente, reduzindo seu crescimento e as condições de empregos locais, aumentando o número de desempregados na RMS. Nesse sentido, vemos uma estruturação por classes no contexto da RMS, dividido tal qual apresentado por Carvalho et al,

a presença de um pequeno grupo de maior nível de renda, composto pelos grandes empregadores locais, dirigentes do setor público e do setor privado e

profissionais autônomos e empregados de nível superior, concentrados, fundamentalmente (como 74,5% da população metropolitana), em Salvador, ou no município vizinho de Lauro de Freitas; setores médios e pequeno empregadores, com um peso mais reduzido do que em outras metrópoles brasileiras; um contingente expressivo de trabalhadores em atividades terciárias e um proletariado cuja participação na indústria de transformação (moderna ou tradicional) era especialmente restrita; os ocupados nas atividades primárias (agropecuária ou pesca) eram pouco numerosos e se concentravam em municípios como São Francisco do Conde, Vera Cruz, Itaparica, Madre de Deus e Candeias. Assim, a marca básica da RMS era a dimensão e o peso do subproletariado e da reserva de mão de obra, evidenciados pela frequência de prestadores de serviços não especializados, trabalhadores domésticos, ambulantes, biscateiros e desempregados. (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p.116).

A partir do contexto econômico, Carvalho e Pereira (2014) analisam o impacto na apropriação do território, notando que a ocupação da orla atlântica de Salvador e Lauro de Freitas (cidade conurbada à Salvador) se dava pelos empregadores e intelectuais, tal ocupação é limitada pela Avenida Paralela (que liga Salvador com o Litoral Norte), que faz papel de barreira entre as áreas de classe alta e as de baixa renda. Importante notar que é nos bairros de classe alta e média que se concentram os equipamentos e serviços mais importantes. A imagem 39, mapa elaborado pelos autores, nos mostra a segregação socioespacial da cidade espacializada de acordo com classe social, e se retornarmos as imagens 27 e 28, elaborados por Gordilho-Souza (2008) também vemos uma relação da posição social, com a informalidade e tipologias das edificações.

Imagem 39 – Tipologia socioespacial da RMS em 2000.

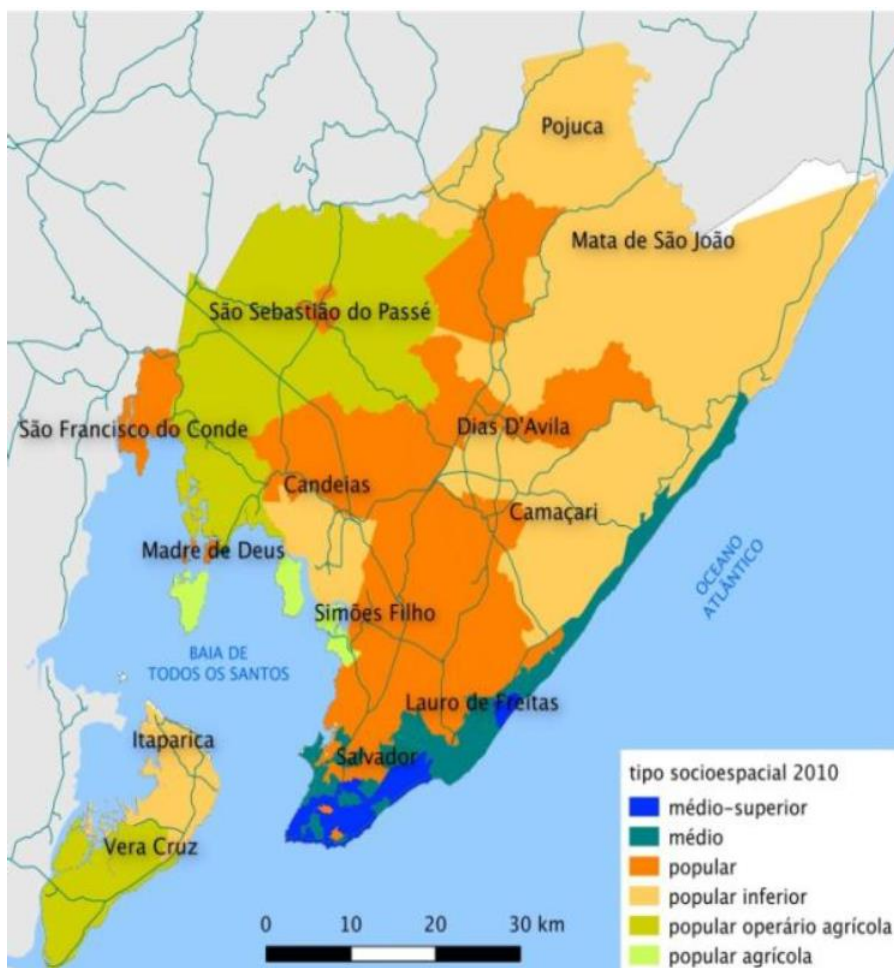


Fonte: CARVALHO et al. 2014, p. 119

No início do século XXI a Região Metropolitana de Salvador sofreu novas modificações e transformações relacionadas ao cenário nacional, abrigando novas empresas e gerando inúmeros empregos, tudo isso devido aos incentivos fiscais recebidos do governo federal para atração de investimentos, dentro de um cenário global de competição e de atração de investimentos internacionais. O crescimento econômico vivido no Brasil nos anos de 2004 e 2005 também foi sentido na Bahia com evoluções nas condições ocupacionais da região. No entanto, esses fatores não alteraram de maneira significativa o panorama ocupacional, portanto, entre os anos de 2000 e 2010 se constataram poucas alterações na estrutura social da RMS. Assim na imagem 40, Carvalho et al. (2014) refizeram o esforço do mapa anterior (imagem 39), dez anos depois, e o que foi percebido é que embora haja alterações o padrão ocupacional se mantém, com camadas mais altas ocupando a orla atlântica,

as camadas médias nas proximidades do centro expandido, e as camadas populares na região do miolo e do subúrbio ferroviário.

Imagem 40 – Tipologia socioespacial da RMS em 2010.



Fonte: CARVALHO et al. 2014, p. 133

As regiões marcadas como de classes mais altas são também aquelas com maiores padrões de habitabilidade, maior verticalização e que, em geral, foram adquiridas via mercado formal e, assim, obedecem às normas urbanísticas. Podemos visualizar na imagem, em relação à anterior, que a ocupação sofreu poucas mudanças, mantendo o padrão segregacionista, reforçado pela implantação de condomínios horizontais e verticais fechados. Essa configuração espacial produziu enclaves, sejam eles condomínios fechados de alta renda ou de baixa renda, nos moldes do programa Minha Casa Minha Vida. Configurando uma região metropolitana segmentada, dispersa e segregada.

Além disso, ao longo dos últimos anos, tanto a capital baiana como alguns outros municípios da RMS vêm experimentando certas mudanças e tendências que têm se mostrado comuns às grandes metrópoles e a outras cidades brasileiras e latino-americanas, como a sua expansão para as bordas e para o periurbano; o esvaziamento, a deterioração ou a gentrificação de antigas áreas centrais e a edificação de equipamentos de grande impacto na estruturação do espaço urbano, como *shoppings* centers, complexos empresariais e centros de convenções; a difusão de novos padrões habitacionais e inversões imobiliárias destinadas aos grupos de alta e média renda, com a proliferação de condomínios verticais e horizontais fechados, que vêm mudando os padrões de segregação e ampliando a autosegregação dos ricos, a fragmentação e as desigualdades urbanas; e, finalmente, a expansão da órbita do mercado e uma afirmação crescente da lógica do capital na produção e reprodução da cidade, com o abandono por parte do Estado de boa parte de suas funções tradicionais de planejamento e gestão urbana e metropolitana e a sua transferência para atores privados, com impactos decisivos sobre a estrutura urbana e a vida de sua população (CARVALHO; PEREIRA, 2010, 2013 apud CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 125).

Dado esse contexto, e a interdependência entre as cidades e a significativa diferença das realidades urbanas e sociais dentro da RMS, um dos seus grandes problemas é a gestão da região. Como agravante da situação temos o fato de que a cidade de Salvador não dispõe de espaço para expansão, dependendo dos municípios fronteiriços para implantar novas habitações. No entanto, não há uma integração dos planejamentos urbanos dos municípios integrantes da região metropolitana. As tentativas de criar uma governança metropolitana não foram bem-sucedidas, desse modo há um impasse institucional que impede um planejamento integrado entre as cidades. “Temos, portanto, uma só realidade urbana, de caráter metropolitano, que experimenta praticamente o esgotamento, em termos amplos, do modelo de crescimento.” (SILVA, 2016, p.226).

A partir desse panorama, buscamos compreender a posição da cidade de Salvador no contexto da RMS. Silva et al. (2016) fala em “macrocefalia metropolitana”, com a população de Salvador representando quase 80% da população das outras cidades da região no ano de 2010. A cidade, no geral, também apresenta os melhores índices urbanos, demográficos, econômicos e de desenvolvimento, ainda que sempre tenha a cidade de Lauro de Freitas no páreo, que em alguns casos ultrapassa a capital.

No entanto, apesar dessa prevalência de Salvador, de acordo com Carvalho (2008) a cidade apresenta uma escassez de terras livres para locação de habitação,

em especial habitação de interesse social. Quadro agravado pela demanda do capital imobiliário. Contribuindo para a verticalização e o aumento da densidade nas áreas de habitação popular consolidadas, aumento de ocupações precárias em encostas e áreas protegidas, e em prédios ociosos, principalmente no centro.

Desse modo, a ocupação habitacional de Salvador se expande para as outras cidades, nos padrões já analisados nos mapas anteriores, com a classe alta ocupando a orla atlântica no sentido norte principalmente na orla de Lauro de Freitas e Camaçari; e o Miolo, caracterizado por loteamentos populares se expandindo em direção ao município de Simões Filho e ao interior de Lauro de Freitas. Nos demais municípios predominam áreas informais com grandes deficiências urbanísticas e alto grau de precariedade e com maiores déficits habitacionais. No entanto, apesar de habitarem outras cidades da RMS, grande parte da população mantém seus empregos e realizam suas atividades de lazer na cidade, mantendo um movimento pendular entre Salvador e as cidades do seu entorno, esse fato também reverbera no trânsito e na infraestrutura viária e de transportes, que se encontram sobrecarregadas.

Portanto, temos um quadro de uma região metropolitana com uma alta dependência dos municípios com a metrópole, mas que, no entanto, não possui uma governança capaz de articular os fluxos, usos e infraestrutura que interligam esses municípios. Nota-se, portanto, que a questão habitacional é essencial para compreender a dinâmica metropolitana, mas nos moldes que tem se produzido a habitação resultou em uma Região Metropolitana dispersa/concentrada e segregada, com enclaves de ocupações de baixa e alta renda, em sua maioria separados por barreiras físicas como grandes avenidas e rodovias.

2.3.4. Análise habitacional

Dada a perspectiva macro da cidade de Salvador, partimos para a análise do que entendemos como unidade mínima do espaço urbano, a habitação. E tentar compreender em meio a essa cidade complexa, como e onde estão as habitações. Nos tópicos anteriores já vimos algumas análises a respeito da habitação, das suas

condições e sua territorialização, agora partimos para um esforço de aprofundar esses estudos.

No início do século XXI, de acordo com Souza-Gordilho (2014), no ano de 2004 a cidade de Salvador mantinha um dos maiores déficits habitacionais do país, calculado em cerca de 81 mil unidades, com 83% para as faixas de renda até três salários-mínimos. Quando consideramos o déficit qualitativo, o quadro se agrava, de acordo com a autora, em 2006, 527 mil unidades no município estavam em condições de habitabilidade deficientes.

Em vista disso, há a necessidade de compreender a demanda habitacional da cidade. O Plano Municipal de Habitação de Salvador (PMH) de 2008, classificou déficit habitacional de Salvador em quantitativo e qualitativo⁹. O quantitativo, é dividido entre básico e demográfico, o primeiro diz respeito àqueles domicílios que precisam ser removidos, seja por algum tipo de inadequação que demande a remoção ou por ocuparem áreas de risco. Já o demográfico representa a demanda decorrente do crescimento demográfico da cidade, dessa forma o déficit quantitativo representa o número unidades novas que precisarão ser construídas. Ao contrário, o déficit qualitativo pode ser enfrentado com o atendimento de infraestrutura pública ou a resolução de questões fundiárias, já que se refere a unidades habitacionais com algum tipo de inadequação.

O déficit quantitativo básico de Salvador é da ordem de 81.429 domicílios, os quais estão divididos entre coabitação familiar, cômodos, domicílios improvisados (engloba locais que não tem fim residencial sendo ocupado como moradia) e domicílios rústicos (construídos com materiais inadequados). No caso do déficit demográfico prevê-se que para contemplar o crescimento populacional deverá ser provido 7 mil moradias ao ano. O déficit quantitativo soma ainda 10% das populações das áreas de inadequação que deverão ser removidas para obras ou porque ocupam áreas de risco. Dessa forma, o PMH prevê que para o período de 2000-2025 será necessário construir 275,5 mil unidades novas.

⁹ O Plano se baseia nos dados da Fundação João Pinheiro (2004); no dimensionamento dos assentamentos precários realizado pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap); na quantificação dos assentamentos da pesquisadora Angela Gordilho Souza; e no cálculo da demanda demográfica do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade de Minas Gerais (Cedeplar).

No que diz respeito ao déficit qualitativo, a pesquisa da professora Ângela Gordilho-Souza indica que mais de 72% das moradias de Salvador no ano de 2006 precisavam de alguma intervenção para adequação a padrões de adaptabilidade e segurança de posse. Tal pesquisa quantifica e mapeia as habitações da cidade com base em quatro parâmetros: bom (não precisa de intervenções do poder público), regular (mesclas entre bom e precário, com algumas áreas que precisam de intervenção), precário (insuficiência de infraestruturas e rede de equipamentos) e insuficiente (áreas sem condições mínimas de habitabilidade e que demandam amplas intervenções de urbanização com necessidade de algumas remoções) – vimos essa classificação na imagem 16. Dessa forma, o déficit qualitativo é calculado em 451 mil domicílios para o período de 2000-2025. Dada a situação habitacional, o Plano Municipal de Habitação de Salvador propôs soluções para o horizonte temporal de 2008-2025, estabelecendo metas de médio e longo prazo, com cinco modalidades de programas habitacionais como já apresentadas anteriormente.

Já fizemos, aqui, algumas críticas ao PMH e ao fato de que este não tem se efetivado, assim vemos na cidade a predominância de construção de novas unidades, com uma extensa produção do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em detrimento das outras modalidades de programas propostos pelo PMH. De acordo com Gordilho-Souza (2014), desde 2009, ano de lançamento do MCMV, ainda que o programa tenha tido uma extensa produção, não atingiu a maior parcela do déficit, que são as menores faixas de renda e representam 83% do déficit habitacional. Além disso, não aliou a produção habitacional em massa a investimentos em infraestrutura urbana, em especial metropolitana, já que esses conjuntos em geral ocupam a periferia de Salvador ou seus municípios fronteiriços. O *boom* imobiliário vivido no país a partir do ano de 2005 também gerou uma expressiva construção de novos imóveis para as classes médias e altas, que até 2010 representava mil novos imóveis, de acordo com a autora.

Essa produção extensiva também se caracteriza por uma intensa verticalização em condomínios fechados; a verticalização e o aumento de densidade decorrente desta não acompanhou melhorias na infraestrutura de modo que o espaço urbano fosse capaz de abrigar de forma qualitativa os novos habitantes. A cidade informal, também passou por um processo de verticalização, adicionando

novos pavimentos, com as habitações atingindo entre 5 e 6 pavimentos sem qualquer acompanhamento técnico para tal. Aliado a isso, temos a escassez de espaços para construção que levam a uma expansão contínua da cidade para sua Região Metropolitana.

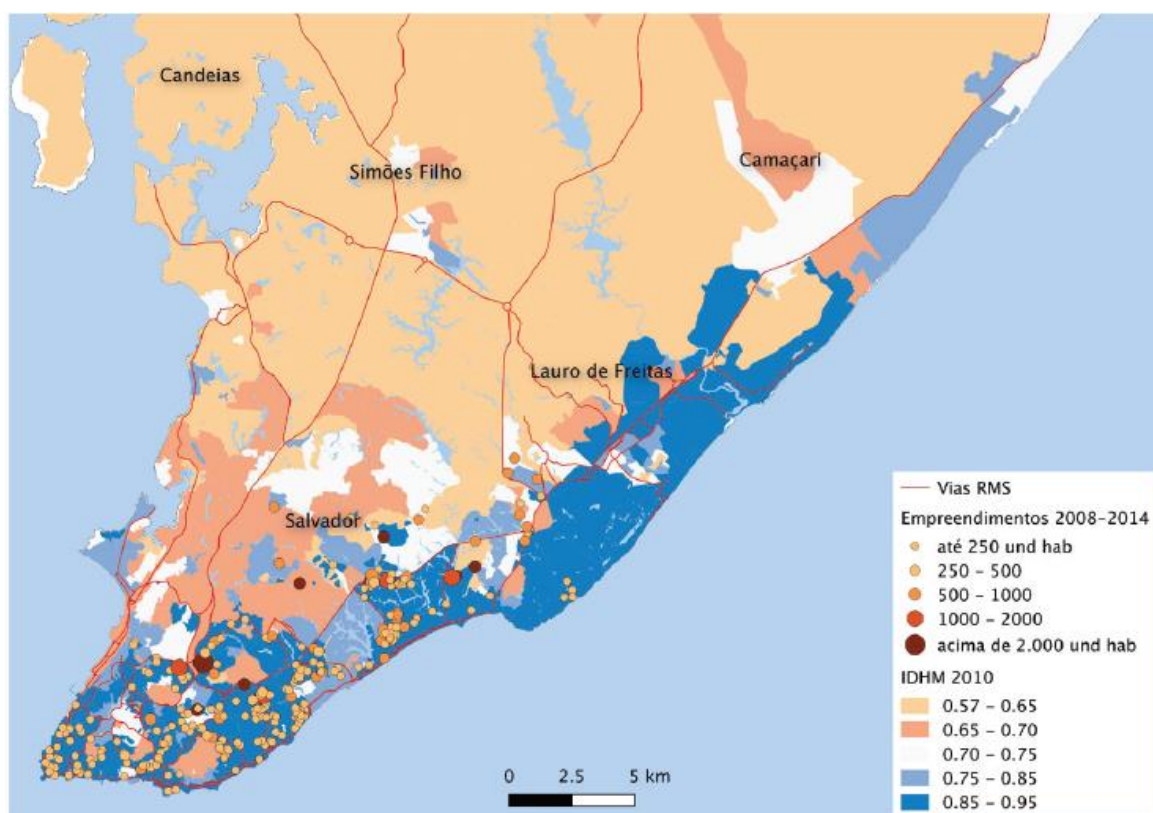
E dado que os investimentos que vêm sendo realizados na cidade se direcionam para espaços urbanos, que mesmo com suas deficiências, já são privilegiados em comparação ao restante da cidade, como as áreas centrais e a orla atlântica. Projetos que, em geral, intensificam a segregação e exclusão socioespacial da cidade. “Na periferia, poucos são os novos equipamentos urbanos edificadas na última década.” (GORDILHO-SOUZA, 2014, p. 123). É um conjunto de processos vividos na cidade que intensificam a desigualdade, como aponta Silva:

Salvador em 2015 atravessa transformações comuns às grandes metrópoles brasileiras e latino-americanas, tais como o esvaziamento, a deterioração e gentrificação de alguns espaços nas áreas próximas ao Centro tradicional e a edificação de equipamentos de grande impacto na estrutura urbana, tais como grandes shopping centers, arenas esportivas, complexos empresariais; a difusão de novos padrões habitacionais na forma de investimentos imobiliários destinados às camadas de média e alta rendas, resultando na proliferação de condomínios horizontais e verticais fechados, o que amplia a autosegregação das camadas afluentes, a fragmentação do espaço urbano e as desigualdades socioespaciais. A estes fenômenos se soma a construção de conjuntos habitacionais implantados em lugares periféricos e pouco urbanizados e a ausência de políticas efetivas de requalificação dos assentamentos precários na cidade. (SILVA et al., 2017, p. 110).

As imagens 41 e 42, abaixo, mapas elaborados por Silva et al. (2017), podem elucidar algumas questões interessantes a respeito da ocupação das moradias na cidade. Primeiramente, os autores utilizaram o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) por compreenderem que é um índice internacional – lembrando que o índice varia de 0 a 1, com um sendo o desenvolvimento máximo. Desse modo percebemos, que as áreas com os maiores índices se localizam na orla atlântica e nas proximidades do centro expandido; as duas áreas foram as que durante toda análise identificamos como as com melhores tipologias habitacionais, infraestrutura urbana e oferta de serviço, enquanto os índices mais baixos equivalem às regiões da informalidade e das tipologias habitacionais mais precárias ou insuficientes. Notamos também, que a região da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita – área do centro expandido – se enquadra nos maiores valores do índice.

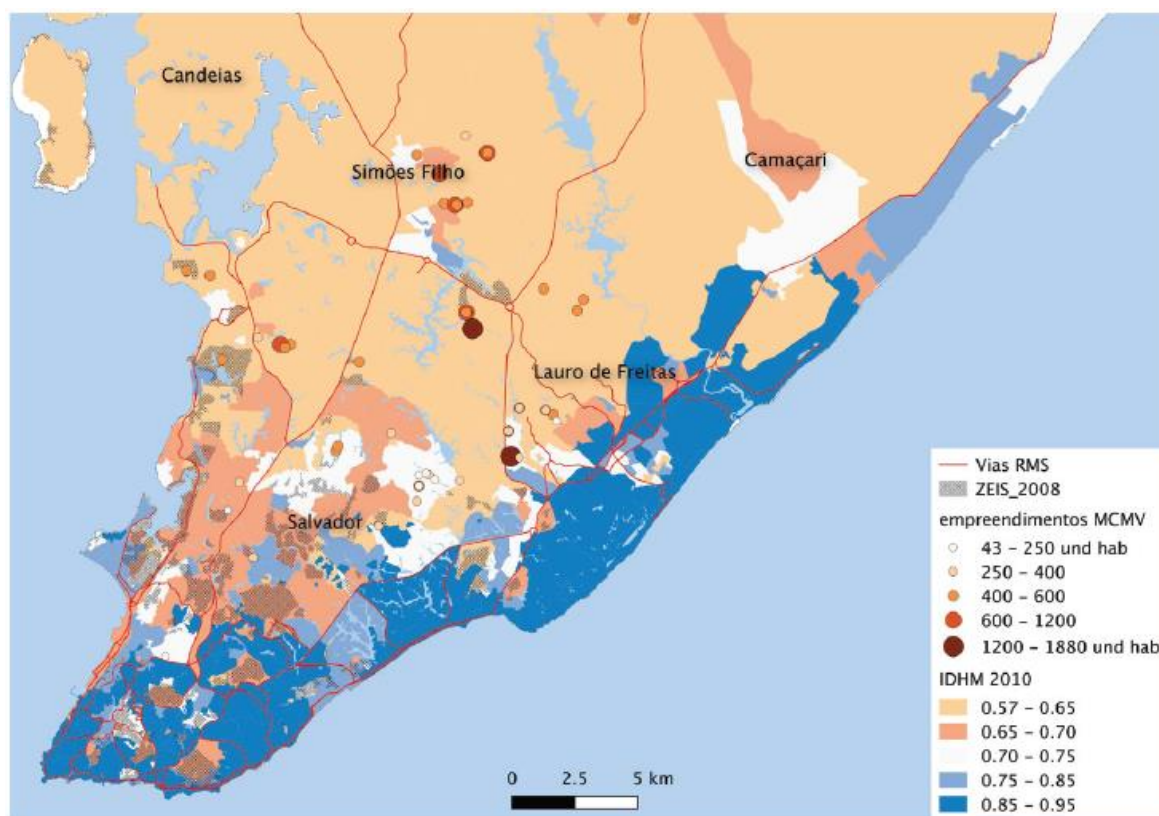
Silva et al. (2017), então, sobrepuseram a espacialização do IDH-M, com a localização dos empreendimentos imobiliários (imagem 41) e depois com a localização dos empreendimentos MCMV (imagem 42) no período entre 2008-2014. O que podemos perceber com esses mapas é que os investimentos particulares em habitação se concentram nas áreas com os melhores índices de desenvolvimento, enquanto os empreendimentos MCMV ocupam as áreas com os IDH-M mais baixos. Há dessa forma uma perpetuação da segregação, principalmente quando pensamos que as habitações sociais são construídas pelo Estado e deveriam promover a melhoria da qualidade de vida de populações em situações de habitação precária. No entanto, os empreendimentos são instalados em regiões afastadas com baixos índices de desenvolvimento, acarretando várias problemáticas, aqui já elaboradas.

Imagem 41 – IDH-M 2010 e localização dos empreendimentos imobiliários – 2008-2014.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014) e Pereira (2014) apud SILVA et al., 2017, p.

Imagem 42 – IDH-M 2010, localização das ZEIS do PDDU 2008 de Salvador e MCMV – 2008-2010.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014) e Pereira (2014) apud SILVA et al., 2017, p.

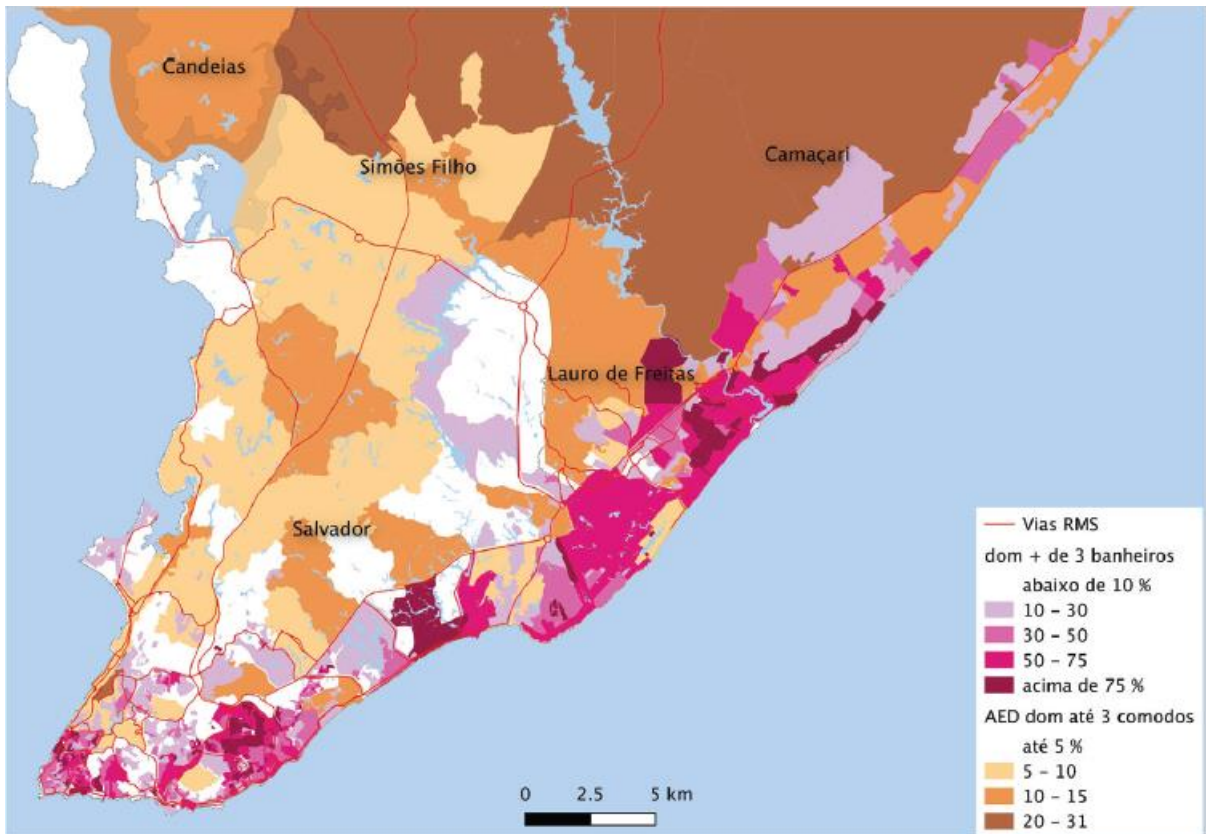
112

No que diz respeito à espacialização habitacional, é interessante notar que a segregação da cidade de Salvador se dá de uma maneira particular, “na atualidade, o processo de segregação espacial da pobreza isola pobres e ricos em cidades diferenciadas, separadas e ao mesmo tempo justapostas” (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.402).

A produção da habitação em Salvador até o momento presente foi claramente segmentada em termos sociais e espaciais. A produção não capitalista – “invasões”, autoconstrução – localiza-se na orla da Baía de Todos os Santos ao norte do Centro tradicional. A habitação promovida pelo Estado – BNH, URBIS – ocupou a área do Miolo, basicamente a partir da década de 70 e, mais recentemente, pelos empreendimentos Minha Casa Minha Vida (MCMV), inicialmente no Miolo e agora cada vez mais periféricos. As áreas centrais e a Orla Atlântica foram os locais de atuação da produção capitalista da moradia, em grande medida produzida de forma empresarial. (SILVA et al., 2017, p. 110).

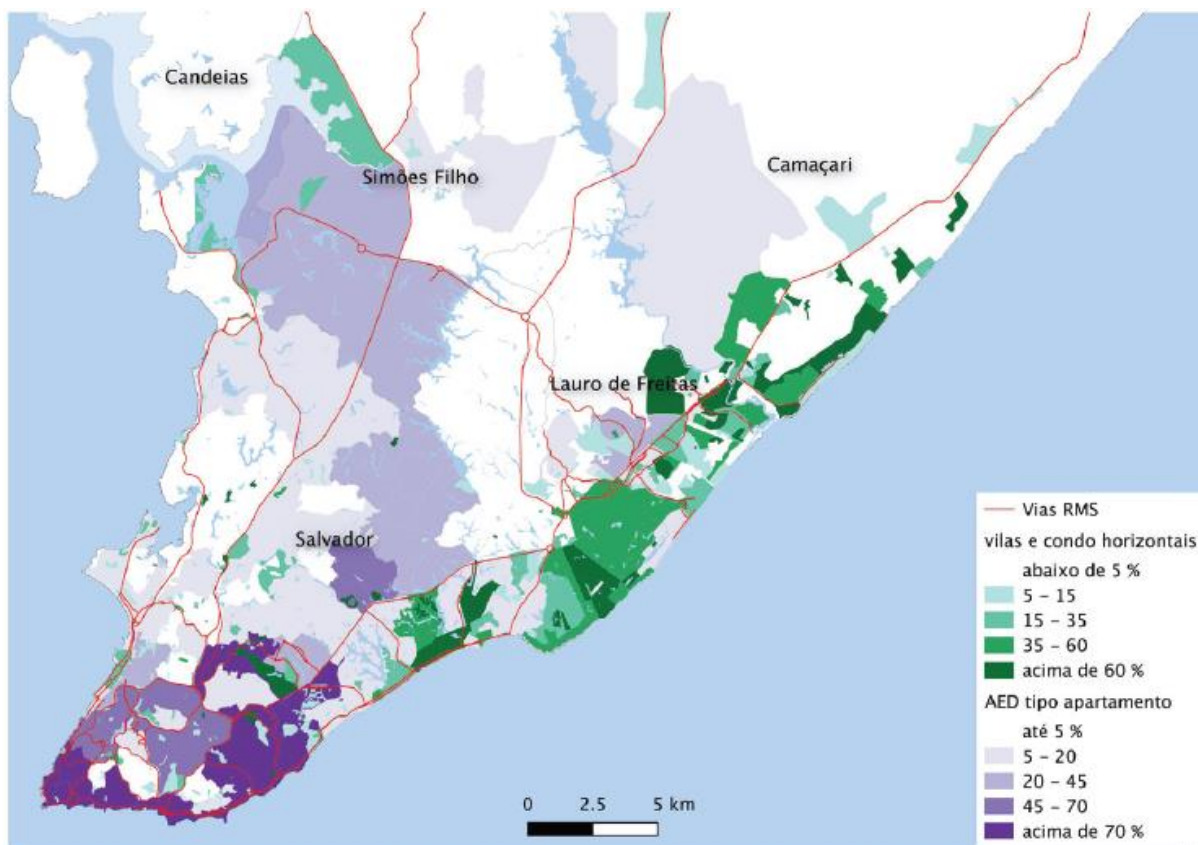
Silva et al. (2017) vão demonstrar a diferenciação do padrão de habitabilidade da cidade de Salvador, a partir de duas variáveis do censo de 2010 do IBGE: a quantidade de banheiros por domicílios e os domicílios com até três cômodos, chamado de área de ponderação (AED). Assim como mapearam a tipologia da moradia de acordo com esse mesmo censo. Os resultados apresentados abaixo, nas imagens 43 e 44, demonstram mais uma vez o padrão mais alto no vetor da orla atlântica, sua tipologia varia de acordo com sua proximidade com a área central. Assim, mais próximo do centro temos um padrão mais vertical, enquanto na direção norte da orla vemos uma predominância de condomínios horizontais fechados. Já a habitação precária ocupa o Miolo e a orla da Baía de Todos os Santos, com uma tipologia majoritariamente horizontal.

Imagem 43 – Domicílios com mais de 3 banheiros e com até 3 cômodos – Salvador, 2010.



Fonte: SILVA et al., 2017, p. 114.

Imagem 44 – Domicílios tipo apartamento e tipo vilas e condomínios horizontais – Salvador, 2010



Fonte: SILVA et al., 2017, p. 114

A partir de dados da SUCOM (Secretaria Municipal de Urbanismo) Silva et al. (2017) notam a concentração dos investimentos imobiliários no vetor Litoral Norte. Assim como, que o alto volume de novas construções decorrentes da bolha imobiliária, se localizaram, em sua maioria, ao longo da Avenida Paralela com condomínios fechados e verticalizados – um exemplo enigmático é o caso do Le Park, inaugurado em 2007 nesta avenida, com 18 torres. Já no período de 2013-2015 os dados da SUCOM apontam que “as áreas próximas à Orla Atlântica, como Barra, Amaralina, Rio Vermelho, Pituba, Imbuí, Paralela, Piatã e Itapuã, concentram cerca de 85% dos alvarás residenciais.” (SILVA et al. 2017, p. 118).

De acordo com Silva et al. (2017) o mercado imobiliário é o principal estruturador socioespacial do espaço urbano, mesmo que só atenda a uma pequena parcela da população, sua atuação tem impactos significativos no espaço urbano e na sua estruturação. Para os autores, os mercados formais e informais promovem um movimento de concentração e dispersão, que explicaram no esquema abaixo

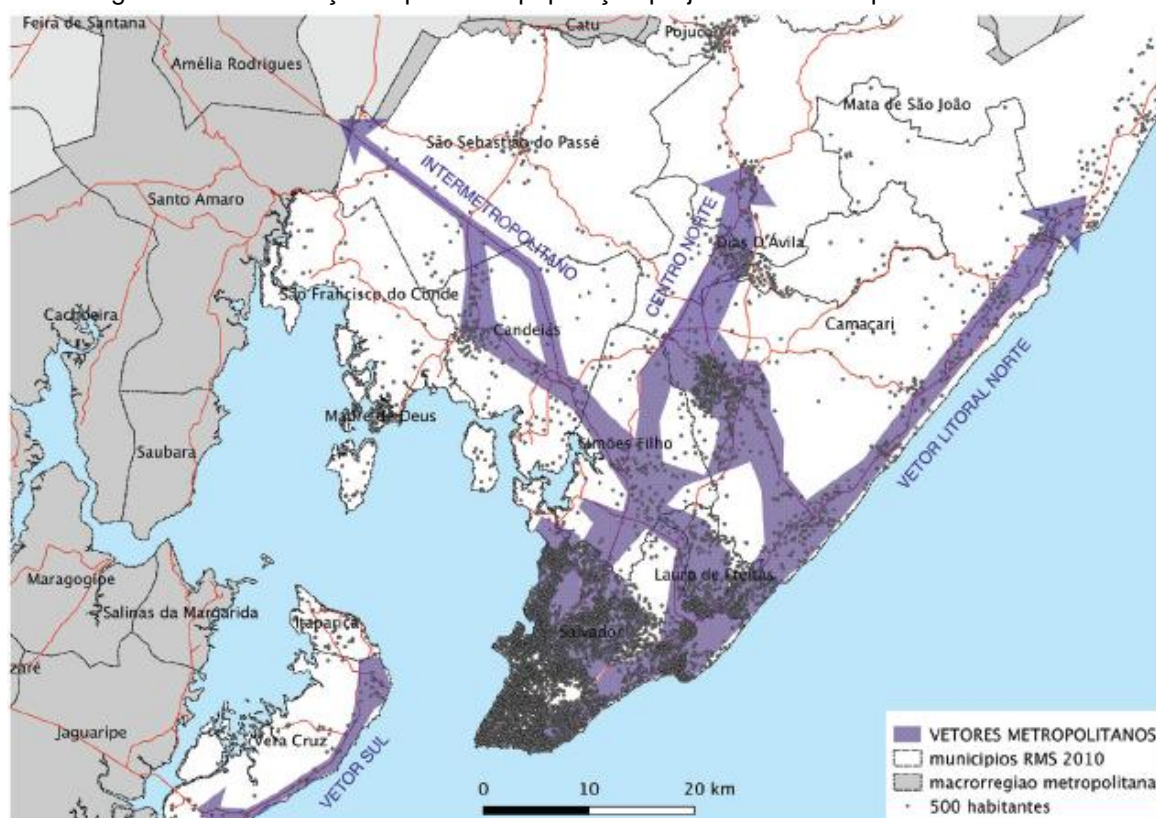
(imagem 45). Este movimento é impulsionado pelos valores cada vez mais altos da terra urbana e pela escassez destas; por uma verticalização cada vez maior, principalmente nas áreas privilegiadas. Esse conjunto de fatores levaria a um esgotamento da infraestrutura e saturação do trânsito.



Fonte: SILVA et al., 2017, p. 114

Desse modo, as tendências para o futuro da cidade não são promissoras, para piorar, dado o quadro de escassez vemos uma tendência de ocupação em áreas de proteção ambiental, tanto pelo mercado informal – pois são os espaços que lhes restam na cidade – quanto pelo mercado formal – já que este, tudo pode. Dado que as atuais legislações e atuações da Prefeitura não têm propostas para remediar o quadro colocado na cidade, acredita-se que essas tendências se intensifiquem. Assim, Silva et al. (2017) projetam a distribuição de ocupação de Salvador e metrópole, como podemos ver na imagem 46, abaixo, acredita-se que tendência seja uma expansão cada vez maior para as cidades da RMS, mantendo os padrões de ocupação de cada vetor.

Imagem 46 – Distribuição espacial da população projetada na RMS para o ano de 2030.



Fonte: SILVA et al., 2017, p. 204

Em meio a esse contexto apresentado, a Rua Monsenhor Rubens Mesquita se enquadra em alguns padrões apresentados, a partir da análise de Gordilho-Souza (2014), identificamos – como foi apresentado na análise de imagens aéreas no primeiro capítulo – a verticalização da cidade informal que a caracterizou na primeira década dos anos 2000 como resultado do aumento de poder de compra das classes mais baixas. Nos mapas que apresentamos elaborados por Silva et al. (2017) também localizamos a Rua especializada em uma região com os maiores índices de IDH (imagens 41 e 42) e, em uma área de ponderação (AED) de até três cômodos (imagem 43), assim temos um espaço que ainda que não tenha a melhor qualidade de infraestrutura apresenta altos índices de qualidade de vida. Assim como, mais uma vez pontuamos que o processo de reintegração de posse como reflexo do interesse do mercado imobiliário, grande agente influenciador do mercado de moradias no Brasil.

Por fim, dado o contexto apresentado o panorama é longe de positivo, o início do novo milênio em Salvador apresentava um quadro drástico de desigualdade e

precariedade, no entanto, trazia consigo algumas esperanças. Com a implantação Estatuto da Cidade em 2001 e o Ministério das Cidades em 2003, a expectativa era de melhoria das cidades brasileiras como um todo, implementando planos diretores que atacassem a desigualdade e produzissem um espaço urbano com qualidade, porém essas esperanças ficaram no papel – exceto em casos que beneficiassem o mercado imobiliário e atores políticos. O quadro do início do século, piorou, incorporou outros processos urbanos e aliado à crise dos últimos cinco anos as tendências se agravaram, a pobreza, a precariedade e a desigualdade se intensificaram. As perspectivas dos autores estudados também não são positivas como podemos ver abaixo,

A análise dos aspectos sociais revela que a desigualdade deve persistir pelas poucas possibilidades de mobilidade social para os jovens. A crise econômica tende a anular os ganhos recentes e ampliar as dificuldades de inserção produtiva. O crescimento populacional caminha para a estagnação, e a idade média da população aumenta resultando numa população mais envelhecida. A metrópole carrega como legado para as próximas décadas intensa segmentação social e espacial, graves problemas de mobilidade, políticas habitacionais e de transporte que aprofundam a segregação socioespacial e impulsionam a dispersão urbana, problemas ambientais que se agravam pela falta de ordenamento territorial metropolitano e ausência de políticas públicas adequadas e coordenadas que possam enfrentar os problemas urbanos e metropolitanos. (SILVA et al., 2017, p. 204).

2.4. Considerações transitórias

Ao longo deste capítulo buscamos compreender o panorama da cidade de Salvador, partindo do seu histórico e da sua evolução urbanística, para então analisar o panorama contemporâneo a partir dos processos em curso na cidade. Com essas análises pudemos perceber que a conformação da Salvador contemporânea condiz com os processos urbanos globais e nacionais. Fazendo parte de um grupo de “cidades globais”, ainda que de forma tímida no cenário internacional, com papel significativo no contexto no brasileiro.

Em sua evolução a ocupação do espaço urbano de Salvador deu origem a uma territorialização desigual, marcada por condomínios fechados horizontais e verticais justapostos a ocupações precárias, que também vem sofrendo um processo de intensa verticalização. Em contrapartida a intensa produção de

programas federais de habitação social, assim como a do mercado imobiliário, foi expandindo esse modelo ocupacional no sentido norte da cidade e para os outros municípios da RMS, conformando uma espacialização segregada em toda região metropolitana.

Em vista dessa conformação aflitiva do território, buscamos compreender quais são as tendências futuras para cidade, no entanto o prognóstico apresentado pelos autores não soa favorável, para dizer o mínimo. Se visualiza a manutenção e a intensificação das tendências analisadas, agravadas por um planejamento urbano que não tem em suas propostas a diminuição das desigualdades e dos enclaves, pelo contrário, vemos o poder público propondo projetos que beneficiam as parcelas já privilegiadas da população. Aliado ao mercado imobiliário que atua de maneira devastadora na cidade.

Enquanto isso, vemos as parcelas mais desprivilegiadas tendo que criar suas próprias soluções para viver, morar e construir a cidade. Vivendo muitas vezes em áreas com riscos ambientais e em regiões periféricas da cidade, e mesmo quando ocupam espaços consolidados, em áreas centrais infraestruturadas, vivem em constante ameaça de expulsão. Aos pobres, parece, não é permitido habitar o centro. Um questionamento que precisa ser levantado, na nossa perspectiva, é qual é o impacto dessa realidade urbana nos cidadãos? Quais impactos na sua vida cotidiana, em sua saúde e bem-estar, e até mesmo em sua saúde mental? Que cidade estamos produzindo e qual é a cidade que queremos? Nos parece, que seja qual for a resposta dessas perguntas, não caminhamos no sentido de uma cidade justa e equitativa.

Também buscamos neste capítulo analisar, da perspectiva urbana, o caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, desta análise, percebemos um espaço urbano, bem localizado, e inclusive identificado pelos autores aqui estudados como uma das regiões mais bem atendidas e com melhores índices da cidade. Questões, que foram corroboradas pelos nossos mapeamentos. Portanto, ainda que identificadas algumas precariedades no constructo e deficiência em algumas infraestruturas, nossa compreensão geral é a de uma Rua, bem atendida por serviços, comércios e equipamentos urbanos, em uma localização privilegiada da cidade.

Ainda assim, é uma Comunidade localizada no contexto de Salvador e não escapa aos processos vividos nesta cidade. Como evidenciado pelo processo de reintegração de posse movido contra a comunidade pela Prefeitura Municipal de Salvador, que avaliamos ser pautado em interesses privados, os mesmos que vem pautando a urbanização da cidade. Para além disso, identificamos a Comunidade no contexto de outros processos que aqui analisamos. Como, o processo de turistificação, devido a sua localização no perímetro do Centro Antigo e próxima ao Dique do Tororó, o processo de reintegração também pode ser lido como uma “limpeza” desses espaços em prol do turismo. No contexto das discussões abordadas a respeito do espaço público, o que a nossa atividade de campo identificou foi um intenso uso dos espaços públicos da Rua, e não por acaso, um forte senso comunitário e vida coletiva.

Portanto, quando relacionamos as análises realizadas neste capítulo com as observadas no primeiro capítulo, apresentamos uma investigação que parte do particular ao geral em busca da compreensão dos processos e agentes atuantes na cidade de Salvador, e no objetivo desta dissertação que é de relacionar a cidade com a saúde mental. Nesse sentido, primeiramente analisamos a Rua Monsenhor Rubens Mesquita, a sua história, seu espaço urbano, e os resultados e percepções da atividade de campo. As conclusões obtidas deste primeiro esforço se relacionam com a deste segundo capítulo na medida em que compreendemos o contexto urbano no qual a Rua se localiza.

Dessa forma, avançamos em outras compreensões, primeiramente vimos que a história da Rua Monsenhor Rubens Mesquita condiz com a evolução urbana, social e econômica da cidade de Salvador. Também pudemos perceber que os processos e planos urbanos em curso e aqui apresentados, podem ser percebidos em alguma medida na Rua, ou a influenciam. Dessa forma, o processo de reintegração de posse se entende como um epítome da ação dos agentes sociais, políticos e urbanos na Rua, na medida em que podemos identificar, os interesses do mercado imobiliário e uma busca de limpeza das áreas centrais. No entanto, apesar de fazer parte dessa urbanização feroz por estar localizada na cidade de Salvador, especialmente em uma área central e privilegiada, identificamos na Rua dinâmicas que lhe são características, resultantes de processos locais e não globais.

A cidade não se dá de forma homogênea, por isso, identificamos coexistindo processos globais e locais nesse espaço urbano, para além disso percebemos na Rua um ato de resistência contra os processos e interesses que atentam desfazer sua construção coletiva. Dado esse contexto, atribuímos aos bons resultados dos questionários e as percepções positivas oriundas da atividade de campo; primeiramente a essa resistência que advém da coesão social existente, e a fortalece, assim como a própria presença dessa população em uma área central privilegiada por 15 anos também pode ser visto como ato de resistência. Entendemos também, a boa localização e fácil acesso a serviços e equipamentos como aspectos positivos para a qualidade de vida cotidiana e a saúde mental. Portanto, ainda que parte de processos urbanos desiguais, planos que privilegiam agentes particulares, e ainda uma infraestrutura urbana e constructo que demanda melhorias – também resultante da omissão do Estado – a Rua Monsenhor Rubens Mesquita apresenta resultados positivos em termos de Saúde Mental.

Dessa forma, alertamos para essa urbanização feroz que para além de ser prejudicial para o aspecto físico, ambiental e estrutural da cidade, também impacta negativamente os indivíduos, e tal qual acreditamos que os efeitos podem ser percebidos até uma escala de saúde mental. No entanto, identificamos espaços urbanos, onde uma construção coletiva do espaço e uma vida comunitária consolidada, bem localizada na cidade, parecem fazer parte de um contexto de uma vida mentalmente saudável para os habitantes, como é o caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Ainda que esta não tenha se conformado de acordo com uma técnica e estética enquadradas pela Arquitetura e Urbanismo Moderno, que ainda pauta as práticas urbanas brasileiras. Tais questões discutiremos no capítulo a seguir.

3. A RUA, A SAÚDE MENTAL E O PLANEJAMENTO

3.1. O urbano e a saúde mental

Ao longo da nossa discussão já elaboramos algumas correlações entre saúde mental e espaço urbano, tanto na perspectiva do espaço físico em si, quanto da perspectiva do espírito comunitário. Apontamos alguns aspectos do espaço físico e comunitário que podem se relacionar com saúde mental. No entanto, aqui pretendemos aprofundar as conversas entre o urbanismo e a psicologia, de modo que se esclareça as relações que conseguimos perceber entre esses dois campos.

Como já citamos anteriormente, a Organização Mundial da Saúde¹⁰, em 1946, conceituou saúde, e expande a noção de ausência de doença para um estado de bem-estar completo, seja ele físico, mental e social, e, que, portanto, se relaciona com o contexto vivido, como aqui apresentamos. Por se tratar de uma questão interdisciplinar, a conceituação de saúde mental perpassa pelas áreas da psicologia, da psicanálise, da filosofia e das ciências sociais. Dentro dessas disciplinas, diversos esquemas e teorias foram produzidos para conceituar e compreender o que é saúde mental e quais seus determinantes principais. Dessa forma a saúde mental se entende como um conceito polissêmico, multifacetado e interdisciplinar. No entanto, utilizaremos aqui abordagem da psicologia fenomenológica, sobre a qual discutiremos mais à frente.

Dessa forma, a manutenção ou a busca por um estado mental saudável é característico da contemporaneidade e tem relação direta com o ambiente que as pessoas vivem. Ainda mais quando nos confrontamos com alguns dados apresentados pela OMS. Em seu Relatório de Estimativas de Doenças Mentais de 2017, apresenta dados que demonstram que, ao redor do globo, 322 milhões de pessoas apresentam distúrbios de depressão, e 264 milhões apresentam distúrbios de ansiedade. Enquanto no Brasil, são mais de 11 milhões de pessoas com distúrbios depressivos (representando 5,8% da população) e mais de 18 milhões de pessoas que apresentam distúrbios de ansiedade (equivalendo a 9,3% da população do país), sendo o país mais deprimido da América Latina. Prevê-se que 35% dos brasileiros irão apresentar, ao longo da vida, algum episódio de depressão, ansiedade ou abuso de substâncias (SALDIVA, 2018, p. 43).

¹⁰ Constituição da Organização Mundial da Saúde, 1946.

Cerca de 14% da incidência global de doenças é atribuída a perturbações neuropsiquiátricas, principalmente causadas por depressão e outros distúrbios mentais comuns, abuso do consumo de álcool e drogas e psicoses (Prince et al., 2007). Prevê-se que a prevalência de depressão profunda aumente, de forma a tornar-se a segunda maior causa de perda de anos livres de incapacidade, por altura de 2030, tornando-se uma das maiores preocupações para a saúde urbana. (CDSS, 2010, p.66).

Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, propostos pela ONU para serem alcançados até o ano de 2030, definem algumas metas para alcançar o desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental. São dezessete objetivos globais divididos em diversos temas – erradicar a pobreza, educação de qualidade, igualdade de gênero são alguns deles – com 169 metas no total, dentre eles, a promoção da saúde e do bem-estar. Em acordo com a ONU e baseado em tal agenda, o Brasil define metas nacionais similares; no quesito saúde mental objetiva “promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.” (IPEA, p.86).

Em vista de tais metas, a ONU, através da Organização Mundial da Saúde lançou alguns documentos que nos ajudaram a perceber as primeiras relações da saúde mental com o espaço urbano. O primeiro deles, O Plano de Ação para Saúde Mental (2010), objetiva determinar diretrizes para promoção da saúde mental e a prevenção e reabilitação da doença, que possam servir como base para os planos nacionais. Para atingir seu propósito, o documento define os determinantes em saúde mental, dividindo-os, entre atributos individuais – habilidades de lidar com pensamentos e emoções, seu comportamento, interações sociais – e fatores externos, quais sejam: culturais, econômicos, políticos e ambientais. Assim como, pontua o contexto local como condição capaz de aumentar a vulnerabilidade para desenvolver doenças mentais, dentre eles os agregados familiares vivendo em pobreza.

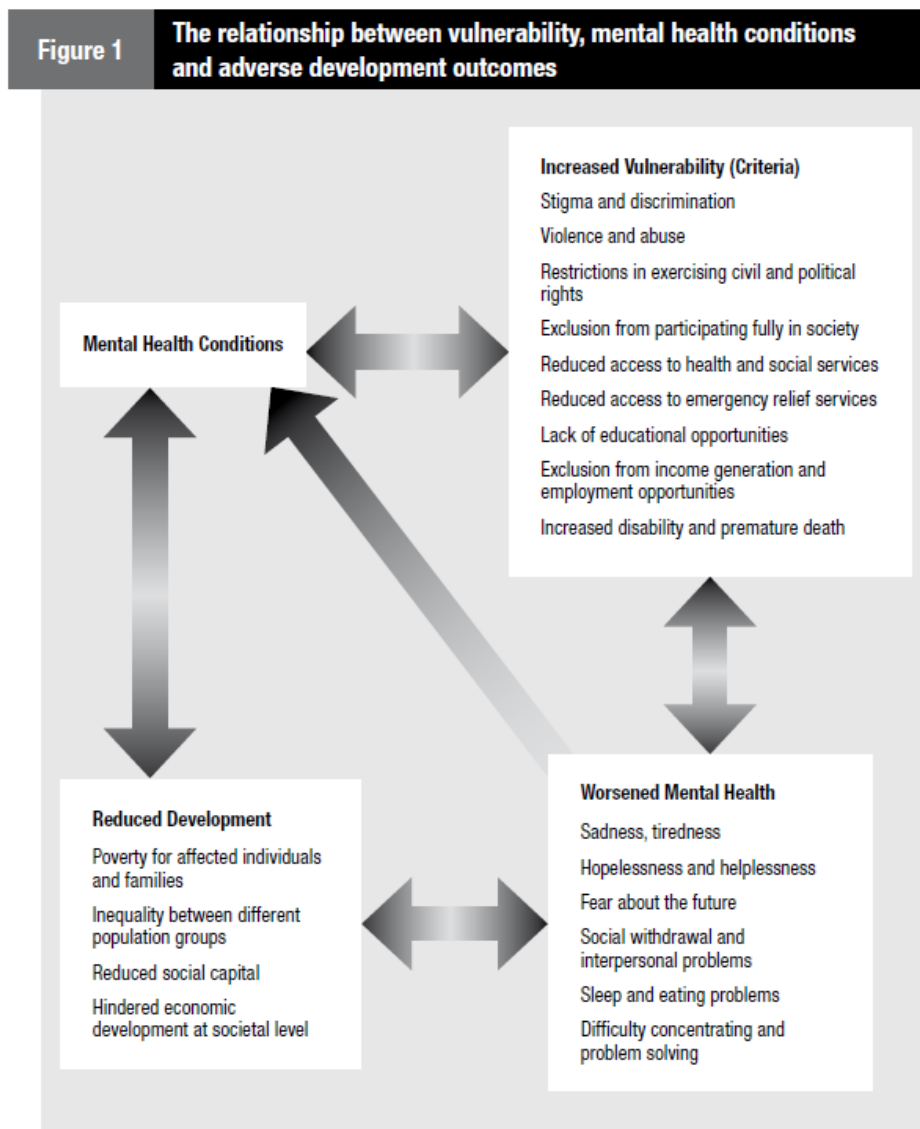
Para tratar a esse respeito, a OMS disponibiliza um documento específico para o que irá chamar de grupos vulneráveis¹¹; para a OMS são vulneráveis aqueles com doenças mentais e aqueles em situações que aumentem a possibilidade de o indivíduo desenvolver problemas e distúrbios mentais. Dentro do segundo grupo, um

¹¹ Mental health and development: Targeting people with mental health conditions as a vulnerable group, 2010.

dos critérios de vulnerabilidade é a pobreza e a vulnerabilidade social como fator de risco para desenvolver problemas de saúde mental. De acordo com a OMS, o estigma e a marginalização podem provocar baixa autoestima e expectativas para o futuro, assim como levar ao isolamento, quando se entende que as relações sociais são tão importantes para a manutenção da saúde mental.

Pessoas vivendo na pobreza não apenas carecem de recursos financeiros para manter os padrões básicos de vida, mas também têm menos oportunidades educacionais e de emprego. Assim como, estão expostos a ambientes de moradia adversos, como áreas de favelas ou habitações sem saneamento ou água, e são tem menos possibilidades de acessar serviços de saúde de boa qualidade. Estas condições estressantes colocam essas pessoas em maior risco de desenvolver uma condição de saúde mental. (WHO, 2013, p.29, tradução própria).

Imagem 47 – Modelo de determinantes sociais da saúde e bem-estar.



Fonte: WHO, 2010, p. 30.

Entendida as relações entre o ambiente físico e a saúde mental apontadas pela OMS, parte-se para a revisão de bibliografia que irá relacionar o ambiente físico e a saúde mental sob a ótica dos processos de urbanização e do meio urbano. “Pois sucede que as doenças mentais, notadamente a ansiedade e a depressão, parecem ter escolhido as cidades como moradia preferida.” (SALDIVA, 2018, p. 44).

A esse respeito, a linha de estudo denominada geografia da saúde, relaciona o território com a saúde, podendo tratar desde temas como a espacialização das doenças e dos serviços públicos, até análises dos impactos comportamentais e do ambiente em saúde. Paula Santana dedica seus estudos a essa linha de pesquisa, abordando a associação da ocorrência de doenças com fatores sociais, econômicos e culturais do local onde se vive, e no espectro da saúde mental, também associando à fatores ambientais e comportamentais.

A partir do século XIX e as crescentes migrações do campo para as cidades, deu-se início a um processo de urbanização, que provocou diversos impactos, inclusive na saúde humana. A ocupação do território, assim como os novos padrões comportamentais associam-se com o surgimento de doenças ou com a manutenção da saúde. A saúde em um contexto global é entendida pela autora como resultante de três aspectos: “a) escala e natureza das atividades humanas (ambiente socioeconômico e cultural); b) meio físico; c) meio biológico” (Santana, 2014, p.3 9). A urbanização e o crescimento demográfico, em especial nos países em desenvolvimento são apontados como questões essenciais para o impacto na saúde, assim como as desigualdades sociais e de acesso aos serviços de saúde.

Desse modo, a autora compreende o papel de tal disciplina no planejamento dos espaços e na importância do contexto na saúde dos cidadãos. E, como já estabelecido pela OMS, a saúde mental é parte da saúde, esse conceito é enfatizado pela autora que entende que,

A saúde é hoje entendida não como um conceito objetivo ou como um estado de expressão exclusivamente biológico mas, antes, como um modelo complexo em que a qualidade de vida individual e as suas componentes psíquicas e sociais, reflexos dos “estilos de vida”, são cada vez mais relevantes. Mais do que uma definição ligada exclusivamente à medicina, a saúde deve ser entendida numa dimensão sociocultural. A saúde está ligada, de forma muito estreita, com o bem-estar e o desenvolvimento. (SANTANA, 2014, p. 22).

Para Santana (2014), a saúde mental é resultante de um conjunto de fatores biológicos, psicológicos, sociais e de contexto. Sua ocorrência se relaciona com uma soma do contexto social – características individuais, culturais, habitacionais, de trabalho e de organização do território, muito semelhantes àquelas categorias colocadas pela OMS – e com a perspectiva espacial e de urbanização. Dessa forma, aborda a causalidade de doenças como sendo multifatorial e, portanto, entende que o planejamento urbano pode tanto ter um papel negativo quanto positivo na saúde humana.

Avançando para a questão ambiental, a autora identifica as características relativas à comunidade que podem causar variações na saúde, e as divide em quatro grupos: (1) As condições físicas do lugar partilhado por todos; (2) Condições das habitações, em especial a insalubridade; (3) Condições de trabalho/ensino; (4) As diferenças tipológicas entre urbano e rural. Dessa forma, o contexto da vivência pode causar perturbações mentais, dentre os fenômenos citados pela autora que aumentam a vulnerabilidade a problemas mentais estão,

o isolamento geográfico e social (contexto), as alterações nas estruturas familiares, os constrangimentos de vizinhança associados a espaços urbano desorganizados (contexto), o clima, as crises económicas e financeiras relacionadas com fenómenos de pobreza, caracterizados por desemprego, condições precárias de habitação, mobilidade limitada, oportunidades de vida reduzidas (Santana, 2002), aumento de stress e pressão social, todos suscetíveis de impacto sobre a saúde e bem-estar (Marmot, 2004). (SANTANA, 2014, p.61).

Um estudo da autora investigou a cidade de Amadora, Portugal, para avaliar a relação entre os aspectos físicos, sociais e as características da população e seus impactos na saúde, bem-estar e qualidade de vida. Na medida em que a autora entende que projetar lugares vai além de pensar o espaço físico, mas pensar nos impactos desse no bem-estar e na qualidade de vida das comunidades e seus indivíduos.

Durante os anos de 2006 e 2007 um grupo de investigadores avaliou as interrelações entre os aspectos do ambiente físico e social (determinantes contextuais) e as características da população (composicionais), concluindo que os resultados em saúde na Amadora dependem de quem se é e do local onde se vive. (SANTANA, 2008, p.5)

O estudo se utilizou de bases cartográficas, dados demográficos, econômicos, dentre outros, a respeito da cidade, assim como realizou entrevistas com moradores e entrevistas de frequentadores de espaços verdes da cidade. Para tanto, precisou criar bases de dados e definir determinantes em saúde – neste caso a respeito da saúde global, não só mental. Tomando como base as teorias apresentadas e estudos semelhantes realizados, como o supracitado, partimos para um esforço de selecionar aqueles que são os determinantes em saúde mental, dando enfoque para os determinantes ambientais e sociais. Mas, antes, como prometido, iremos aprofundar a abordagem da psicologia fenomenológica abordagem norteadora para esta pesquisa.

Psicologia fenomenológica

Para o que cabe a esta dissertação utilizamos a abordagem da psicologia fenomenológica, essa, de acordo com AmatuZZi (2009), nasce da fenomenologia pensada por Edmund Husserl, que propôs um entendimento de mundo, onde a realidade está no pensamento. E que, este, nasce do mundo vivido, assim, primeiro percebemos o mundo vivido – que é, lembremos, vivido socialmente – e depois elaboramos pensamentos e conceitos sobre ele. “Conhecer esse mundo é, então, conhecer nosso estar nele, conhecer nossas relações.” (AMATUZZI, 2009, p. 95). AmatuZZi (2009) aponta que o início do pensar fenomenológico, se deu em uma perspectiva psicológica, e, posteriormente, Husserl propôs como novo método a psicologia fenomenológica.

De acordo AmatuZZi (2009), Husserl inicia esse processo a partir da perspectiva do pensamento, porém o método se amplia com outros autores que irão utilizá-lo para pensar outras dimensões da vida humana. Também se desenvolve na medida em que, alguns autores passam a pensar um fazer psicológico que não faz mais parte da filosofia, mas sim da própria psicologia.

Resumindo, pode-se dizer que além da fenomenologia como caminho filosófico propriamente dito, o que inclui uma fenomenologia da psicologia enquanto ciência positivista, existe uma psicologia fenomenológica que consiste em um desdobramento filosófico fenomenologicamente conduzido na direção dos assuntos que interessam aos psicólogos e psiquiatras, ou simplesmente ao viver humano (e que poderia também ser denominada de fenomenologia psicológica), e existe ainda uma outra forma de psicologia fenomenológica que, embora também inspirada na filosofia fenomenológica, é

exercida a partir do interior da psicologia enquanto um saber científico, mas agora concebido em uma direção qualitativa. Em todos esses sentidos a psicologia fenomenológica volta-se para a experiência, para o vivido. (AMATUZZI, 2009, p. 96-97).

Nesse contexto, mais especificamente “exercida a partir do interior da psicologia enquanto um saber científico, mas agora concebido em uma direção qualitativa”, como apontado na citação acima, se tem a perspectiva de pesquisa da psicologia fenomenológica humanista. AmatuZZi (2009) nos coloca que enquanto pesquisa, tal abordagem parte de uma situação concreta; o pesquisador colhe dados de forma sistemática, e as informações partem tanto da sua reflexão pessoal quanto da experiência comum da humanidade. O registro do que foi vivido é então transformado em narrativa e a partir dela o pesquisador aplica seu olhar analítico. Dessa forma, tal perspectiva se enquadra com o elaborado por essa pesquisa, que buscou aliar as subjetividades da pesquisadora em conjunto com as análises técnicas.

Ainda, a pesquisa com perspectiva humanista, “são principalmente qualitativas, descritivas de vivências subjetivas, buscando explicitar seus significados potenciais em relação a algum contexto” e busca uma compreensão do ser humano, “mas como compreensão cada vez mais abrangente dos significados envolvidos e dos contextos.” (AMATUZZI, 2009, p. 98). Dado o que foi exposto, entendemos tal abordagem como apropriada para os objetivos e métodos propostos para nossa investigação.

Portanto, na medida em que compreendemos que o espaço urbano é para além do seu constructo, mas também o conjunto social que abriga, este conformado pelas dimensões políticas, econômicas e culturais; dividiremos tais conversas entre urbanismo e psicologia em duas frentes, primeiro no que diz respeito ao espaço físico e depois a comunidade urbana.

Determinantes em saúde mental

De modo a relacionar de maneira concreta as relações entre a cidade e a saúde mental e, assim, analisar o espaço urbano proposto, avançamos na teoria em prol de definir os determinantes ambientais – perceberemos que essa construção

nos levará para além dos determinantes ambientais, mas também para os sociais, que se dão no espaço urbano – em saúde mental.

A tarefa de identificar com precisão as características ambientais que podem influenciar a vida humana e a forma como podem ser medidas e monitorizadas, é um dos grandes desafios, dado que esse conhecimento é fundamental ao desenvolvimento de intervenções de planeamento saudável. (SANTANA, 2008, p.18).

Em primeiro lugar, iremos definir o que são determinantes, Santana (2014) entende como determinante,

indicadores que possibilitam o conhecimento sobre os fatores para os quais há evidência científica quanto à influência sobre o estado de saúde e da utilização dos cuidados de saúde (comportamentos, condições de vida e trabalho, recursos pessoais e ambientais). (SANTANA, 2014, p. 26).

Desse modo, os determinantes em saúde são divididos, pela autora, em três níveis: no primeiro temos os individuais, no que diz respeito a sua carga genética e a questões comportamentais e de estilo de vida; no segundo as questões sociais e comunitárias; e no terceiro questões estruturais como habitação, acesso a serviços, condições de trabalho etc. Nota-se que os dois últimos níveis tomam lugar no espaço urbano e dizem respeito a sua conformação e estruturação, e assim englobam aspectos que estamos abordando neste estudo. De forma semelhante, o primeiro nível, a exceção da questão genética a qual nada se pode fazer, as questões comportamentais e estilo de vida têm forte influência da estrutura social, da cultura e da sociedade, que de forma ou de outra se expressam no espaço urbano e por ele são influenciadas.

Na última década análises estatísticas multi-escala confirmaram que o contexto tem efeito sobre a saúde, independentemente, ou para além, das características individuais. O ambiente social é influenciado pelas dimensões de estabilidade residencial (e.g., alojamento permanente e migração), estrutura familiar (e.g., isolamento), capital e coesão social, qualidade do ambiente construído e composição étnica. Por outro lado, as mudanças sociais constituem-se como poderosos 'determinantes' da saúde; as crises económicas estão associadas ao aumento das doenças mentais e, em alguns casos, à diminuição da esperança de vida (morre-se mais e mais cedo). (SANTANA, 2014, p. 60).

Imagem 48 – Modelo de determinantes sociais da saúde e bem-estar.



Fonte: SANTANA (adaptado de Barton e Grant), 2014, p. 78, 2006.

O gráfico acima, imagem 48, produzido por Barton e Grant (2006) – aqui apresentada a versão traduzida para o português por Santana – surgiu de sua concepção do papel essencial que o ambiente em que vivemos tem na saúde humana, portanto buscaram construir o gráfico acima intitulado “the *health map*” – o mapa da saúde. De acordo com os autores, o gráfico apresenta no centro as pessoas, enfatizando a preocupação com a saúde e com um desenvolvimento sustentável. As esferas apresentam as facetas da vida humana e todas elas, com exceção da carga genética, se relacionam e se influenciam. Já na imagem 49, vemos representados exemplos de determinantes em saúde que corroboram com o gráfico anterior e nele podemos notar quanto desses fatores tem relação com as questões urbanas, até mesmo os fatores individuais, podem se relacionar com questões que reverberam na cidade.

Imagem 49 – Exemplos de determinantes em saúde.

Categorias de determinantes da saúde	Exemplos de determinantes da saúde específicos
Factores individuais: genéticos, biológicos, estilos de vida/comportamento/circunstanciais. Alguns destes factores podem ser influenciados por propostas e planos, outros não podem.	Género: idade, dieta alimentar, nível de actividade física, consumo de tabaco, consumo de álcool, segurança pessoal, sentido de controlo da própria vida, emprego, educação, auto-estima, competência, níveis de stress, etc.
Factores ambientais e sociais: físicos, comunidade e/ou condições económicas e financeiras.	Acesso a serviços e equipamentos (saúde, comerciais, segurança, etc.); apoio social ou isolamento; qualidade do ar, da água e do solo; habitação; rendimento; distribuição de riqueza; acesso a água potável e condições de saneamento adequadas; locais de propagação de vectores de doença; hábitos sexuais e tolerância; racismo; atitudes com os deficientes; confiança; uso do solo; design urbano; locais de significado cultural e espiritual; opções disponíveis de transporte local, etc.
Factores institucionais: competências, capacidades e jurisdição de serviços públicos.	Disponibilidade dos serviços, incluindo saúde, transporte e redes de comunicação; educação e emprego; legislação ambiental e de saúde pública; sistemas de monitorização ambiental e de saúde; equipamentos de laboratório; etc.

Fonte: BROADER, 2007 apud SANTANA, 2008 p. 49

A Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde, que partiu das concepções da OMS, elaborou em 2010 um documento em prol da igualdade em saúde. Desse modo, criou um panorama geral da saúde global, relacionando-a com seus determinantes e propondo medidas em todos os níveis – global, federal, estadual ou local – para corrigir as desigualdades em saúde, na medida em que entende que a injustiça social é responsável pela morte de pessoas em larga escala.

Portanto, entende que dentre os fatores que têm influência na saúde humana e na busca pela igualdade nesse quesito, está o lugar, seja ele rural ou urbano, embora se aprofunde mais na questão urbana e nos efeitos das cidades na saúde humana.

O local de residência das pessoas afecta a sua saúde e as suas possibilidades de gozar de vidas prósperas. As comunidades e vizinhanças que garantam o acesso a bens básicos, que sejam socialmente coesas, que sejam concebidas de forma a promover o bem-estar físico e psicológico e que protejam o seu ambiente natural são essenciais para a igualdade na saúde. (CDSS, 2010, p.63).

Em busca da igualdade em saúde a Comissão elaborou estratégias para as governanças, pontuando quais aspectos devem ser observados para a construção de uma sociedade mais igualitária, assim temos:

Imagem 50 – Quadro abrangente para a vigilância da igualdade na saúde.

CAIXA 16.3: PARA UM ENQUADRAMENTO NACIONAL ABRANGENTE PARA A VIGILÂNCIA DA IGUALDADE NA SAÚDE	
<p>DESIGUALDADES NA SAÚDE</p> <p>Incluir informação sobre:</p> <p>Resultados na saúde estratificados por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - sexo; - pelos menos, duas classificações socioeconómicas (educação, rendimento / riqueza, classe profissional); - grupo étnico / raça / grupo indígena; - outras classificações sociais contextualmente relevantes; - domicílio (rural / urbano e província ou outras unidades geográficas relevantes); <p>a distribuição da população em subgrupos;</p> <p>uma quantificação sumária de desigualdade na saúde relativa: incluem-se a relação entre taxas, o índice relativo de desigualdade, a versão relativa do risco atribuível à população e o índice de concentração;</p> <p>uma quantificação sumária da desigualdade na saúde absoluta: as medidas incluem a diferença de taxas, o índice da desigualdade e o risco atribuível à população.</p>	<p>Ambiente físico e social:</p> <ul style="list-style-type: none"> - água e condições sanitárias; - condições de habitação; - infra-estrutura, transportes e desenho urbano; - qualidade do ar; - capital social; <p>Condições de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - exposição a riscos de trabalho materiais; - stress; <p>cuidados de saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - cobertura; - infra-estrutura do sistema de cuidados de saúde; <p>protecção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> - cobertura; - generosidade; <p>Motores estruturais da desigualdade na saúde:</p> <p>Género:</p> <ul style="list-style-type: none"> - normas e valores; - participação económica; - saúde sexual e reprodutiva;
<p>RESULTADOS DA SAÚDE</p> <p>mortalidade (de todas as causas, de causas específicas, de idades específicas);</p> <p>DPI;</p> <p>saúde mental;</p> <p>doença e deficiência;</p> <p>saúde física e mental auto-avaliada;</p> <p>resultados de causas específicas.</p>	<p>Desigualdades sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - exclusão social; - rendimento e distribuição da riqueza; - educação; <p>Contexto sociopolítico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - direitos civis; - condições de emprego; - administração e prioridades de investimento público; - condições macroeconómicas.
<p>DETERMINANTES, QUANDO APLICÁVEIS, INCLUINDO DADOS ESTRATIFICADOS</p> <p>Condições de vida do quotidiana</p> <p>Comportamentos relacionados com a saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - consumo de tabaco; - álcool; - actividade física; - dieta e nutrição; 	<p>CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE SAÚDE</p> <p>consequências económicas;</p> <p>consequências sociais.</p>

Fonte: CDSS, 2010, p.192

Dessa forma, destacamos em vermelho na tabela apresentada acima, imagem 50, os determinantes de saúde que se referem ao espaço urbano diretamente ou que nele se espacializa. Dando seguimento a construção do pensamento, Macintyre et al (2002) buscou olhar diretamente quais características de um espaço, numa escala local, podem ter efeitos negativos ou positivos em saúde e, desse modo, elencaram cinco: (1) características físicas do espaço compartilhado por todos os moradores; (2) disponibilidade de ambientes saudáveis nas moradias, no trabalho e para o lazer; (3) provisão de serviços; (4) recursos socioculturais; (5) a percepção da área. As três primeiras se referem a características materiais e de infraestrutura, enquanto as outras duas as práticas sociais e coletivas. (MACINTYRE ET AL, 2002, p.131).

Entendendo os aspectos ambientais e sociais na saúde global e em entendendo a saúde mental como parte desta, partimos em busca dos determinantes especificamente para a saúde mental, Turan e Besirli (2008) apontam que a crescente urbanização causa impactos negativos nos aspectos sociais, econômicos e psicológicos em moradores de espaços urbanos. Portanto, o processo de urbanização e as consequências oriundas dele no espaço urbano pode levar a: distúrbios mentais, suicídio, homicídio, abuso de drogas, doenças coronárias e acidentes de trânsito. (TURAN; BESIRLI, 2008, p.239).

Tais autores acreditam que questões sociais, econômicas e políticas são essenciais para compreender a relação entre saúde mental e urbanização. Assim como, assinalam que é óbvia a relação entre a habitação e a saúde. Portanto, analisam modelos que relacionam o local de moradia com a saúde mental na perspectiva dos migrantes das áreas rurais para as cidades, e, desse modo constataam que a vida urbana afeta a saúde mental a partir de fatores tais quais: desemprego, abandono de tradições, estranhamento, vida em favelas, incerteza a respeito do futuro, isolamento social, apoio social incompleto. Dentre os estudos apresentados pelos autores, um deles indica que nascer e morar em cidades aumenta o risco de desenvolver distúrbios psicóticos, enquanto outro demonstra a relação entre urbanizações rápidas e psicose e depressão (TURAN; BESIRLI, 2008, p.241-242).

Compreendendo a saúde mental como suscetível ao contexto no qual o sujeito está inserido, dividimos a análise em duas partes, que acreditamos serem essenciais da cidade e para o bem-estar mental, o espaço físico e a comunidade. Como já comentado, as análises irão aqui abordar a perspectiva da psicologia fenomenologia em suas conversas com o urbanismo.

3.1.1. O sujeito e o espaço físico

Entendendo o sujeito como parte constitutiva da cidade e, acreditamos, capaz de alterá-la e ser por ela alterado, elaboraremos aqui as relações entre o espaço físico da cidade e o sujeito, nos concentrando no que diz respeito aos efeitos em

saúde mental, foco desta pesquisa. Em prol deste objetivo, primeiro nos debruçamos na teoria do filósofo Merleau-Ponty, o qual teve e ainda tem forte influência na psicologia fenomenológica; acreditamos que suas análises a respeito do corpo e da percepção humana nos são úteis para construir pontes entre as duas áreas de estudo aqui pautadas. Dado que o mundo não é assim dividido, precisamos aliar as teorias das diversas áreas para dar conta de compreender sua complexidade, assim, o passeio aqui depende de diversas disciplinas.

O corpo é tema central da filosofia de Merleau-Ponty, de acordo com Nóbrega (2008) para o filósofo o corpo é o que nos permite perceber o mundo, – note, que a percepção também é um tema central do autor, o qual discutiremos mais a frente – pois são feitos da mesma matéria. O mundo existe independente dos sujeitos, mas ao mesmo tempo depende das nossas ações, individuais e coletivas, para que se constitua tal qual conhecemos. Enquanto isso, o sujeito, para Merleau-Ponty, é ao mesmo tempo estrutura psicológica e histórica. Nesse sentido, alinhamos as nossas compreensões com a do filósofo, quando pensamos no ser humano como parte do mundo, e mais especificamente, nesse caso, das cidades. Para além disso, o autor entende, de acordo com Nóbrega (2008) que nossas ações e escolhas contribuem para a nossa subjetividade, a estesia do corpo permite apreender e compreender o mundo, a experiência do corpo configura o conhecimento do sujeito a respeito do mundo.

Assim, Lima (2014), ao analisar o livro, *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty, nos aponta que, para o autor, o corpo se dá como fonte de sentidos, a partir do qual o sujeito dá significado a sua relação com o mundo. Mas, esta significação surge da percepção do mundo, que assim, se torna para o sujeito sua verdade implícita. Percebendo a estrutura e as coisas que o cercam, “o sujeito encontra-se afetado pela presença íntima dos objetos” (LIMA, 2014, p. 106).

Merleau-Ponty insiste no papel do sujeito corpóreo, como centro de perspectiva, na percepção. A organização global do campo perceptivo é efetuada pelo corpo-sujeito, em situação. A percepção não se dá, portanto, através de uma representação mais ou menos real do objeto, mas sim como a própria formação do sentido desse objeto. A percepção não é causada pelos objetos sobre nós, nem é causada pelo nosso corpo sobre as coisas: é a relação entre elas e nós e nós e elas; uma relação possível porque elas são corpos e nós também somos corporais. (LIMA, 2014, p. 109).

Dessa forma, para Merleau-Ponty, o corpo é meio pelo qual o sujeito está no mundo e a percepção a forma com qual o sujeito compreende a sua realidade, mas também o corpo não pode ser visto como um receptor passivo, ele está no mundo em relação aos outros e as coisas. Portanto, “não se admite uma explicação puramente fisiológica, psicológica ou mista, mas da ordem do ser no mundo.” (LIMA, 2014, p. 116).

Relacionamos esse entendimento do filósofo, de que a percepção do sujeito é a sua realidade, com as ideias de Lynch (1960), as quais já abordamos no primeiro capítulo desta dissertação, porém lembraremos que este autor abordou o tema da imagem da cidade, e como esta é individual, portanto, se relaciona com os significados individuais. Assim como, abordou a cidade como um objeto da percepção de cada pessoa. Para Lynch (1960), a percepção do ambiente da cidade é construída, já que o indivíduo não é capaz de apreendê-la completamente de uma vez, o tempo é elemento essencial, assim como o entorno, as relações. Tal análise se relaciona com a de Merleau-Ponty, onde o ser é estrutura psicológica e histórica, assim como sujeito ao seu entorno. Em vista das duas teorias, reforçamos a ideia previamente citada de que além do espaço físico *per se*, a percepção deste e a subjetividade influenciam a relação do indivíduo e da comunidade com o espaço.

Serpa (2007) aborda a percepção dos cidadãos sobre a cidade e a sua relação com o espaço com o marketing turístico, em especial em áreas com potencial para serem incorporadas nesse circuito. Nesse sentido o autor pontua que as imagens hegemônicas desse processo, vão aos poucos se sobrepondo às representações dos moradores e as vivências cotidianas. No entanto, acredita que ainda existem espaços onde essas manifestações culturais coletivas resistem, em especial nas associações de moradores e nos espaços religiosos.

Lynch (1960) elencou cinco elementos que seriam responsáveis pela estruturação da imagem da cidade para cada pessoa, seriam eles: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Os caminhos são as ruas, calçadas, ferrovias, dentre outros, são os meios pelos quais o cidadão se locomove, e, portanto, a partir dos quais percebem a cidade; quando esses caminhos possuem característica marcantes ou especiais se transformam facilmente identificáveis e quando não possuem uma identidade, de acordo com o autor, a imagem global da cidade pode ser prejudicada. Os limites são contornos perceptíveis, fronteiras que

quebram a continuidade da cidade, podem ter uma característica direcional, como um rio, ou segregacionista como muros. A respeito dos bairros, o autor se refere muito mais a uma grande área com características comuns, do que uma determinação administrativa, tais qualidades podem ser das mais diversas, construtivas, de uso, de habitantes, características naturais ou até mesmo grau de conservação. Já os pontos nodais, são estratégicos e focais, variando em escalas, podem ser parques, praças, um bairro inteiro, outros exemplos são terminais de transportes público, em essência são pontos de distribuição de pessoas. Por fim, os marcos são elementos pontuais singulares, que servem de ponto de referência, como esculturas e edifícios marcantes.

A partir da confluência das teorias de Lynch e Merleau-Ponty, compreendemos a importância da subjetividade e da percepção na relação indivíduo-cidade; tais questões envolvem para além do espaço físico, a construção individual ou coletiva da imagem de um espaço ao longo do tempo, e isso se conecta com as relações construídas nesse espaço, sejam elas interpessoais ou entre as pessoas e o constructo. A análise de Lynch nos aponta, ainda que envolva com as inúmeras relações ali presentes, a imagem da cidade, se relaciona com seu constructo, e, portanto, a seguir iremos analisar os determinantes ambientais para saúde mental.

Dois modelos apresentados apontam determinantes em saúde mental, o primeiro, de Chu et al. (2004), define cinco componentes ambientais que afetam o bem-estar mental: controle do ambiente interno; design e qualidade da moradia; oportunidades importantes de escapar; criminalidade e medo da criminalidade; participação social. O segundo modelo utilizado, por Guite et al. (2006), também identifica cinco fatores: barulho na vizinhança; percepção da criminalidade; moradias adensadas; falta de áreas verdes; e falha em participar de atividades públicas. (TURAN; BESIRLI, 2008, p.240-241).

Imagem 51 – Tabela de exemplos hipotéticos de determinantes da vida urbana para a Saúde Mental e o desvio social.

Table 1
Examples of Hypothesized Urban Life Determinants of Mental Health and Social Deviancy

Determinant	Example	
Environmental ^a	Air pollution	Population density/distribution
	Noise pollution	Traffic congestion
	Toxins (e.g., lead, carbon monoxide)	Accidents
	Visual pollution	Contagious diseases
	Excessive stimulation (overload)	Urban sprawl
Sociological and economic ^b	Crime, violence	Poverty
	Gangs	Unemployment
	Migration (rural to urban)	Alternative economies
	Housing	Industrialization
	Crowding	Modernization
	Marginalization	Absence of community
	Segmentalization	Economic development
Psychosocial ^c	Social structure	Social drift
	Homelessness	Cultural disintegration
	Life complexity	Cultural confusion/conflict
	Family disintegration/divorce	Secularization
	Rapid social change	Social stress
	Acculturation/assimilation	Migration (rural to urban)
Psychological ^d	Quality of life	Rootedness
	Sense of coherence	Fear, anxiety
	Powerlessness	Identity
	Marginality, alienation	Isolation, loneliness

^a For example, Baum et al., 1978; Freeman, 1984; Glass & Singer, 1972; Milgram, 1970; Nordberg & Finer, 1990. ^b For example, Cooper & Sartorius, 1977; Fischer & Breakey, 1991; G. Goldstein & Blakely, 1992; Kelleit, 1984; Levy & Rowitz, 1973; Raffestin & Lawrence, 1990; Sugar, Kleinman, & Eisenberg, 1992; Sugar, Kleinman, & Heggenhougen, 1991; Wirth, 1938. ^c For example, Beiser & Collomb, 1981; Hollingshead & Redlich, 1958; Jones, Levine, & Rosenberg, 1991; A. Leighton, 1959; Marsella et al., 1972; Schwab & Schwab, 1978; Srole et al., 1962. ^d For example, Bachrach, 1992; Goodhart & Zautra, 1984; Marsella et al., 1997.

Fonte: MARSELLA, 1998, p.627

A imagem 51, acima, apresenta alguns exemplos hipotéticos de determinantes da vida urbana para a saúde mental e para o desvio social, e assim vemos perspectivas da vida urbana como potenciais determinantes da saúde mental e assim como imagem 49, percebemos que as questões psicológicas podem ter relação com a cidade e a sua estruturação. E, em conjunto com a imagem 52, abaixo, conseguimos elaborar melhor as aproximações entre cidade e saúde mental. Na figura abaixo, Marsella (1998) constrói um sistema hierárquico relacionando fatores dos vários níveis com os possíveis efeitos e com as possíveis intervenções, mais uma vez vemos aspectos da cidade como possíveis influenciadores para disfunções mentais e até o planejamento urbano como possível intervenção.

Imagem 52 – Modelo de um sistema hierárquico relacionando urbanização e fontes de estresse e intervenções.

Figure 1
Hierarchical Systems Model for Urbanization-Related Stressors and Interventions

Level	Sample Variables	Sample Dysfunctions	Sample Intervention
Macroenvironmental	Population Size Population Density Urban Decay	Crowding/Congestion Excessive Stimulation Pollution Slums	Legislation Policy Formation Urban Planning
Macrosocial	Population Diversity Modernization Rapid Social Change	Homelessness Poverty Crime Racism Marginalization	Legislation Policy Formation Community Action
Microsocial	Family Disintegration Neighborhood Decay Poor Social Supports	Family Violence Homelessness Social Drift Workplace Violence Delinquency School Drop-Outs	Family Therapy Neighborhood Development Workplace EAP PTA Job Training
Psychosocial	Values Conflict/Confusion Powerlessness Fear/Insecurity	Substance Abuse Demoralization Alienation/Apathy Misery	Behavior Therapy Psychotherapy Education
Biopsychosocial	Transmitters Neuroanatomy	Depression Schizophrenia Anxiety	Medications Surgery

Note. EAP = employee assistance programs; PTA = Parent Teacher Association.

Fonte: MARSELLA, 1998 p.628

De acordo com Evans (2003), o ambiente pode afetar a saúde mental de duas formas, primeiro as próprias características do ambiente físico e, segundo, através das relações sociais construídas do ambiente, que podem ser por ele ampliadas ou estreitadas. O primeiro se relaciona com a moradia, a infraestrutura urbana, densidade, qualidade do ar etc. O segundo com o suporte emocional provido pelas relações sociais e de vizinhança dado que a diminuição do apoio social pode levar ao aumento do estresse psicológico. Essas relações são apresentadas nas tabelas

abaixo, figuras 53 e 54, onde o autor realizou uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema e resumizou seus achados. Ao analisarmos as tabelas de Evans vemos as relações entre cidade – infraestrutura e habitação e saúde mental – ainda mais explicitadas, abordando aspectos específicos das habitações, suas tipologias e densidades, e do bairro, na figura 53. Assim como, relacionou os impactos indiretos na figura 54, indicando questões provenientes do ambiente físico que pode impactar na saúde mental, em especial, questões que envolvem o apoio social e comunitário, que discutiremos melhor no próximo item.

Imagem 53 – Impactos diretos do ambiente físico na saúde mental.

TABLE 1. Direct mental health effects of the physical environment

Environmental characteristics	Mental health impacts	Assessment of the evidence	References
High-rise housing	Elevated psychological distress, especially among low-income mothers.	Consistent and includes data from randomized field studies. Some but not all studies control for SES.	4–6
Residential floor level	Adults living on higher floors have more psychological distress.	Inconsistent and all cross-sectional. A few studies control for SES.	4–7
Housing quality (structural defects, hazards, poor maintenance, climatic problems (e.g., heat, humidity))	Greater psychological distress in housing of poorer quality.	Consistent but largely based upon cross-sectional evidence, although most have SES controls. A few longitudinal studies show similar patterns.	4–6, 12
Neighborhood quality (aggregate bundle of social and physical attributes)	Greater psychological distress and poorer cognitive development in children.	Consistent and mainly cross-sectional. Recent randomized experiment relocating low-income families into better quality neighborhoods reveals similar effects.	26, 27, 29–31
Furniture placement (at social distances, around tables)	Increased social interaction and reduced passive, isolated behaviors in psychiatric patients.	Consistent and includes intervention studies.	32–25
Privacy (architecture, single rooms)	Severely retarded adults and psychiatric patients reveal better functioning with more ability to regulate social interaction.	Consistent but small number of studies.	37, 38
Alzheimer's facilities (smaller scale units, more homelike, less noise, accommodation of wandering)	Improved functioning, including less disorientation, fewer behavioral problems.	Small number of studies, some without control groups.	39
Residential density (people/room)	More negative affect, greater psychological distress. Psychiatric disorder not related to crowding. Areal indices such as people per census tract unrelated to mental health.	Consistent and includes lab studies, cross-sectional data, and dose-response functions, and one prospective field study. Most statistically control for SES.	41–48
Noise (aircraft)	Unrelated to psychiatric disorder. Elevated psychological distress in children.	Mixed data, but one prospective study and some dose-response data for children's psychological distress. Many incorporate SES controls.	49–56
Indoor air quality	Malodorous pollutants linked to negative affect. Behavioral toxins related to acting out, aggression. Community contamination reliably related to trauma.	Consistent data for malodorous air but only small number of behavioral toxicology studies. Several analyses of trauma in contaminated communities, primarily case study designs.	57–69
Light	No reliable impacts of color. Levels of illumination but not spectrum effect depression.	Consistent clinical and experimental data for illumination level impacts. Hormonal pathways reasonably well characterized.	70–73

SES, socioeconomic status.

Fonte: EVANS, 2003, p.542-543

Imagem 54 – Impactos indiretos do ambiente físico na saúde mental.

TABLE 2. Indirect mental health effects of the physical environment

Indirect pathway	Environmental characteristic	Assessment of the evidence	References
Personal control	Noise	Laboratory and field (including one prospective and one intervention study) show uncontrollable noise can induce helplessness.	42, 51, 77–79, 83–86
	Crowding	Children living in higher density homes (people/room) have greater learned helplessness. Similar findings among crowded adults in the laboratory.	42, 80–82, 87–89
	Suite vs. corridor	Students in long-corridor dormitories show greater learned helplessness than those living in suite designs. Longitudinal, intervention, and cross-sectional evidence.	90–92
	Spatial hierarchy	Theoretical but little empirical evidence for claim that providing a range of social interaction spaces (i.e., solitude to small group) fosters better ability to regulate social interaction.	95–96
	Territoriality	Numerous cross-sectional and a couple of intervention studies show that multifamily residences that are tall, large, and have few semiprivate spaces (e.g., group territory), lead to feelings of lack of control and are associated with crime.	93–94, 99–102
Social support	Distance	Physical proximity increases unplanned social interaction. Functional opportunities for interaction (e.g., doorway opening, proximity to pedestrian pathway) also afford greater social interaction.	109–113
	Crowding	Laboratory and field (cross-sectional and prospective) data reveal that higher density causes social withdrawal and the deterioration of socially supportive relationships.	42, 117
	Housing	High-rise housing and residence on high-traffic volume streets is associated with less interaction with neighbors. Cross-sectional data only.	8, 93, 118–120
Restoration and recovery from cognitive fatigue and stress	Natural elements	Laboratory, field, and intervention studies converge on nature reducing stress and diminishing cognitive fatigue.	125–135
	Architecture	Design elements other than nature may have similar capabilities. Salient qualities include fascination, quiet and solitude, and coherent, tranquil stimuli. Primarily theoretical arguments with little data.	125, 126, 136–138

Fonte: EVANS, 2003, p.547

Na imagem 53, percebemos que as relações com o ambiente físico e os impactos em saúde mental podem variar em escalas. Na escala da moradia são apontadas questões como o gabarito das moradias, onde habitar em andares mais altos pode gerar estresse psicológico; que também pode ser sentido em moradias de baixa qualidade, sejam por apresentarem problemas climáticos, de umidade, falta de manutenção ou defeitos estruturais. A densidade da residência, ou seja, número de pessoas por moradia, também é indicado como gerador de grande estresse psicológico. Na escala do bairro – entendido como conjunto de atributos físicos e sociais – a tabela nos indica que a sua qualidade pode ter relação com estresse psicológico e desenvolvimento cognitivo em crianças. Na perspectiva da realidade brasileira, essas são características condizentes com os espaços mais precários e de favelas das cidades, com exceção dos altos gabaritos, esses espaços em geral apresentam moradias regulares/precárias e altas densidades habitacionais. Esse panorama se relaciona com a Rua em estudo, mas não de forma homogênea, dada que sua qualidade habitacional e densidade tende a variar ao longo da Rua, como já foi apresentado.

A habitação é composta de vários elementos arquitetônicos, forma, cor, estrutura, ventilação, iluminação, dentre outros, que formam o meio ambiente que será habitado, além dos elementos afetivos. Lembremos que todos possuem o direito constitucional de moradia digna, e isso deve pressupor um ambiente propício para o bem-estar e conforto, que em certa medida se dá de forma individual, mas também se relaciona com normas de ergonomia, acessibilidade, salubridade, dentre outros aspectos técnicos que conferem dignidade à moradia. Porém, devemos atentar, acreditamos, aos padrões estabelecidos na sociedade capitalista, tanto pelo mercado, quanto pela própria arquitetura e urbanismo. A percepção, já aqui indicada como essencial, de que se vive em um local inadequado, não porque esse não dispõe dos elementos necessários para um bom viver, mas porque não se adequa a uma técnica e a um padrão do que é entendido por belo, pode também provocar uma má percepção a respeito do local em que se vive.

Quanto ao espaço urbano, a sua relação com saúde mental, se dá em certa medida como uma ampliação da escala da casa, abraçando elementos similares. Mas com maior complexidade, dado que se adiciona a conta relações sociais ampliadas, questões políticas, culturais, de renda e da economia urbana. Ainda assim, quando pensamos o seu espaço físico, assim como a casa, a cidade deve proporcionar elementos essenciais para uma ocupação prazerosa, confortável e segura, onde os habitantes possam se movimentar com facilidade e realizar suas atividades diárias. São essenciais a salubridade, a iluminação pública, a segurança, acesso a serviços e equipamentos urbanos. Porém, somente elementos físicos não nos garantem um bom espaço urbano, lembremos de Jacobs (1961), que percebeu que grande parte da segurança pública é realizada pelas pessoas no espaço urbano, o que ela chama de “olhos da cidade”.

Dessa forma, já compreendemos que o espaço físico é palco de relações sociais, políticas e econômicas e para tanto é ocupado pelo corpo, que por sua vez pode ser afetado por seu entorno. Isso se dá, tanto pelas características desse espaço, pelos estímulos que emite, quanto pela percepção individual, ou mesmo coletiva, dos indivíduos e pela sua bagagem cultural. Porém, o espaço também pode afetar o indivíduo a partir das relações sociais ali construídas. Como no caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, um espaço construído a partir de um esforço comunitário, que se mantém vivo, onde o espaço é qualificado como uma

Comunidade, e seus residentes se reconhecem como uma família. Portanto, agora nos concentramos em analisar a relação dessa perspectiva do espaço urbano e sua relação com saúde mental.

3.1.2. O sujeito e a comunidade

Um dos elementos mais marcantes da pesquisa de campo realizada na Rua Monsenhor Rubens Mesquita foi a observação do espírito comunitário existente no local. A compreensão dos moradores de que seus vizinhos são parte da sua família e a sua união para a preservação das suas moradias através do movimento *Tororó Resiste*; ainda que tenham relatado conflitos em suas relações; lembramos que não há relações sem conflito e se não há conflito não há relação. Dessa forma, identificamos nesse espaço urbano, na escala da rua, redes de sociabilidade conformando uma Comunidade, como os próprios moradores se nomeiam, baseada em uma forte relação de vizinhança.

Serpa (2007) abordou as redes locais, seu foco é a produção cultural em bairros soteropolitanos, mas nos elucidou algumas questões a partir das teorias que trouxe e a elaboração de mapas mentais em algumas áreas da cidade. Assim, o autor faz referência a Keller (1979), ao falar que as redes do cotidiano, conformadas pelas relações de vizinhança, estão presentes de maneira mais forte nos bairros da classe mais baixa, onde essa rede é parte essencial das relações familiares. Assim como, cita Tuan (1983) ao dizer: “que a rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um” (SERPA, 2007, p.154). Serpa (2005) aborda tais redes como estratégia de ação coletiva para a mudança social, trazendo a ideia de Bourdieu (2000) que entende que o espaço de relações é tão real quanto o espaço geográfico. Assim percebe que “é no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade que a territorialidade pode ser definida” (SERPA, 2005, p. 220).

Se relacionando com as ideias trazidas por Serpa, Menezes (2000) indica que o bairro, a rua ou até o mesmo a cidade se coloca para os sujeitos como uma referência de espaço único e heterogêneo, dotado de relações e significados, dado

que estamos inseridos em um sistema global, onde cada vez mais vemos a homogeneização dos espaços. Logo, esses locais únicos, se tornam fonte de relações e vínculos sociais, através da relação de vizinhança. Ou seja, através das relações construídas cotidianamente, no espaço urbano, na rua, nas calçadas, no comprimento ao passar, na busca de resoluções a respeito de problemas da rua, nas conversas corriqueiras, confidências, fofocas, nas atitudes diárias, que ao longo do tempo constroem relações duradouras. Como no caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, vemos uma sociabilidade construída ao longo do tempo, que acreditamos ter início a partir do processo de construção coletiva do espaço urbano e que se reforça a partir desses encontros cotidianos.

Para Jacobs (1961) essas atividades cotidianas que são responsáveis pela construção das relações sociais e do espírito comunitário, também conferem vida às ruas, que são responsáveis pela manutenção da segurança no espaço público e pelo contato humano. A autora acredita que pequenos e constantes contatos na rua levam à confiança entre as pessoas, e é essa confiança, que as leva protegerem umas às outras em situações adversas. O conjunto desses contatos resulta em uma “identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança.” (JACOBS, 1961, p. 60). Jacobs chega a dizer que se os contatos entre as pessoas se limitarem aos da vida privada a cidade perde a sua serventia.

Assim, a autora acredita que o espaço público é responsável por proporcionar esses encontros, dando especial ênfase às calçadas; para ela, as calçadas são um empreendimento palpável, usado diariamente, que proporcionam uma socialização maior do que os espaços projetados para tal, como as sedes de associação. No entanto, quando não há vida nas calçadas e esses relacionamentos não se estabelecem, se dão dois movimentos: ou as pessoas deixam de se relacionar, ou seus relacionamentos com os vizinhos são mais profundos. Quando não há vida nas calçadas os estranhos são discriminados. “Aparentemente despreziosos, despropositados e aleatórios, os contatos nas ruas constituem a pequena mudança a partir da qual pode florescer a vida pública exuberante da cidade.” (JACOBS, 1961, p. 78). Assim, a autora acredita, como já citado no primeiro capítulo, que ao desfazer esses relacionamentos pode-se destruir a condição de ser social do cidadão.

Farias e Pinheiro (2013), em uma abordagem da psicologia social a respeito do ambiente urbano e comunitário, pontuam que na atual sociedade contemporânea, onde há uma supervalorização da privacidade e da individualidade, as relações de vizinhança estão cada vez mais se restringindo e perdendo o seu caráter de extensão físico-afetiva do lar. No entanto, ainda testemunhamos casos do que os autores chamam de “vizinhança viva”, espaços dinâmicos, heterogêneos nos quais os moradores se investem emocionalmente, e que Farias e Pinheiro acreditam que são locais férteis para a compreensão das relações humano-ambiente. Assim os autores pontuam situações cotidianas e elementos do espaço físico que podem funcionar como fator de enraizamento e facilitador para o contato entre os moradores como apresentados abaixo:

Imagens 55 e 56 – Aspectos sociais e ambientais das relações de vizinhanças

Aspectos sociais das relações de vizinhanças		Aspectos ambientais das relações de vizinhanças	
Característica social	Exemplos	Característica ambiental	Exemplos
Socialização	Festas realizadas nas vizinhanças Conversas na calçada	Centro para atividades	Crianças brincando na rua Festas de São João
Intimidade	Frequentar as casas diariamente Participar de confraternizações familiares dos vizinhos	Instituições locais	Espaços de socialização Limites físicos
Cooperação	Tomar conta dos filhos Ficar responsável pela chave da casa do vizinho	Enraizamento	Construção da própria casa No espaço da praça, constroem ali uma churrasqueira às vezes ou levam a sua. Às vezes constroem bancos
Familiaridade	Amigos que compram casa no mesmo condomínio Pessoas que vão morar em vizinhança onde já viva um parente	Contato espacial	Espaço interno das casas pequeno Distância relativa
Enraizamento	Criar filhos na vizinhança	Comércio/Trabalho	Contato cotidiano
Relações interpessoais	Busca por privacidade	Urbanização	Relações globais
Afetividade	Orgulho, união, cuidado		Reclusão espacial

Fonte: Farias e Pinheiro, 2013, p. 30 e 32

De tal forma que podemos perceber o espaço urbano como palco, e muitas vezes facilitador ou dificultador, da criação de contatos cotidianos, que dão origem a um espírito comunitário e a uma coesão social. Essa estrutura social local tem grande importância tanto no auxílio mútuo diário entre os moradores, quanto no enfrentamento de batalhas que devem ser travadas como comunidade. Mas para além disso, é o foco dessa pesquisa, acreditamos que tem papel essencial para o bem-estar cotidiano e consequentemente para a saúde mental.

[...] o lugar de moradia, de permanência estável e duradoura, de crescimento, de orientação e proteção da individualidade [...] apresenta um processo

sociopsicológico próprio, cheio de contradições, antagonismos e interesses comuns que servem de construção e orientação das ações dos moradores em relação ao próprio lugar e à sua inserção no conjunto da sociedade (GOIS, 2008, p. 85 apud RODRIGUES et al, 2011, p. 738).

Como abordado no segundo capítulo desta dissertação, vimos as diferenças entre coesão, participação e o capital social, analisando esses conceitos aplicados à Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Santana (2014) explana uma interação entre os conceitos de capital e coesão social onde,

Ambos pressupõem a interação entre indivíduos, a existência de relações de confiança, ajuda e cooperação entre os indivíduos, um compromisso cívico, a partilha de uma identidade comum, a presença de um sentimento de pertença a uma sociedade/comunidade, a adesão/união dos cidadãos com um propósito comum: um bem-estar partilhado que transforma, constrói e dinamiza o território. (SANTANA,2014, p. 84).

Nesse sentido, a autora aponta que o contexto comunitário do indivíduo pode promover perturbações mentais ou funcionar como amortecedores. Um exemplo simples que ela traz e que também se relaciona com as ideias de Jacobs que aqui apresentamos, é a violência urbana e a sensação de insegurança nas ruas; Santana (2014) aponta que tal contexto tem efeito no comportamento dos cidadãos, alterando suas rotinas diárias e podendo levar ao aumento do nível de ansiedade e nervosismo. Enquanto isso, Jacobs (1961) se debruçou sobre a ideia de que ruas vivas e movimentadas auxiliam na manutenção da segurança e do contato humano. Desse modo, compreendemos que o espírito comunitário e a convivência diária com os vizinhos são fatores positivos para a saúde mental, tanto pelos efeitos na vida prática, quanto pela percepção e sensações positivas que provoca diariamente, assim como devido a sensação de fazer parte de algo, de uma comunidade,

através do incremento da interação social (contactos interpessoais e intergeracionais), é estimulado o sentimento de pertença ao lugar/comunidade promovendo, por essa via, uma melhoria no bem-estar e na saúde física e mental (Santana, Nogueira e Santos, 2007 apud SANTANTA, 2014, p. 86).

Voltamos o olhar agora para essa análise a partir da perspectiva da psicologia fenomenológica, primeiramente com os estudos de Edith Stein. De acordo com Silva e Cardoso (2013) essa autora fez um estudo da constituição humana, a partir de um

olhar para as subjetividades de cada indivíduo e como essa essência humana se expressa em cada um, e que se desvela a partir das experiências e das relações. Nessa busca da compreensão das intersubjetividades um dos seus primeiros estudos foi a respeito do ato empático. Silva e Cardoso (2013) nos explicam que a empatia é um processo a partir do qual o indivíduo apreende a sua própria estrutura constitutiva por meio da relação com o outro.

Pela empatia, portanto, tem-se acesso também à esfera psíquica (psyche), pois em analogia a cada experiência própria, torna-se possível apreender o que o outro está vivendo, uma série de atos motores e perceptivos, reativos, impulsivos e instintivos. Apreende-se, também, a esfera dos valores, que comportam as atitudes voluntárias, as escolhas conscientes, as decisões livres e referem-se, portanto, à motivação, à liberdade, à responsabilidade, atingindo a definição fenomenológica de espiritual (geist, em alemão). (SILVA E CARDOSO, 2013, p. 252).

Assim, para Stein a empatia é meio pelo qual o indivíduo se revela e se abre para o outro, e assim a autora parte para uma fundamentação da Comunidade,

quando uma pessoa se coloca frente a outra, como uma relação de sujeito e objeto, a examina e a considera segundo um plano estabelecido sobre a base do conhecimento adquirido e espera dela ações orientadas, neste caso, ambas convivem em uma sociedade”. Quando, ao contrário, “um sujeito aceita o outro como sujeito e não está em frente, mas vive com ele e ambos são determinados por temas vitais mútuos, neste caso os dois sujeitos formam uma comunidade”. Na sociedade “cada um é sozinho, é uma monade que não possui janelas. Por outro lado, na comunidade, o que predomina é a solidariedade (STEIN, 1992/1999 apud SILVA E CARDOSO, 2013, p. 253-254).

De acordo com Mahfoud e Júnior (2006) a Comunidade em Stein é compreendida a partir das vivências entre os indivíduos, estas irão definir o caráter do agrupamento social. A experiência da pessoa na comunidade não significa a perda da sua individualidade, desta forma, a autora divide as experiências em individuais e supraindividuais, que são as vivências comunitárias. Assim, Stein, além de analisar o sujeito na vida comunitária, também buscou compreender a estrutura da vida comunitária e o fluxo de vivências comunitárias.

A estruturação de Stein diz respeito, de acordo com Mahfoud e Júnior (2006): “a) o conteúdo da vivência, que pode ser considerado como egológico ou não-egológico; b) o vivenciar o conteúdo, que se refere à captação do conteúdo pelo sujeito; c) a consciência deste vivenciar que acompanha a intensidade da vivência.”

(p. 18). Já os fluxos são as vivências individuais que se relacionam com as supraindividuais; logo, as tomadas de decisões englobam todas as diversidades dos indivíduos da comunidade, porém voluntariamente o sujeito abraça aquilo que lhe é externo. Resumidamente,

Stein (1932-33/2000), discutindo o exemplo da comunidade de povo, identifica que a vida da comunidade possui uma dimensão exterior e uma dimensão interior. A dimensão exterior da vida da comunidade implica no seu modo de agir diante das outras comunidades, ou dos outros povos, englobando tanto as tomadas de posição voluntárias (ações de cooperação, ajuda, agressão, etc), quanto as tomadas de posição espontâneas (estima, admiração, indiferença, etc). Por vida interior da comunidade, pode-se indicar tudo isto que é autoconfiguração (movimento que a comunidade realiza na direção de formar seu estilo de vida), autoconservação (atitude da comunidade criar instrumentos para responder suas próprias necessidades), auto-expressão (formas que a comunidade utiliza para expressar seu estilo e manter sua bagagem comum e que podem ser identificadas através da língua, da atividade industrial, artística, científica) (Stein, 1932-33/2000). (JUNIOR E MAHFOUD, 2006, p. 22).

Para Góis (2005, p. 110) a atividade comunitária integra o “sistema de necessidades-motivos-objetos-objetivos” e o sistema de “significados-sentidos-sentimentos” decorrentes da vida comunitária. Para o autor a comunidade implica uma dimensão sócio-psicológica, e que o modo de vida da comunidade pode influenciar o indivíduo e transformá-lo a partir de suas atividades cotidianas. A respeito da participação e da mobilização social, o que Góis (2008, p. 75) nos aponta é que, “em ambas encontramos o processo de conscientização em sua dimensão psicológica (construção do sujeito) e em sua dimensão social (mudança social). Uma implicando a outra”.

Góis (2008) ao se aprofundar a respeito da atividade comunitária, a estrutura em um sistema de interações instrumentais, que seria o uso de ferramentas para a transformação e funcionamento da comunidade; e comunicativas, se refere ao diálogo e cooperação entre os moradores. Nesse sentido, o autor crê que é um sistema que abarca tanto a dimensão social, quanto a pessoal, e seu desenvolvimento se dá na medida em que tem consequências positivas para seus integrantes e para a comunidade como um todo.

Podemos dizer que a atividade comunitária é a atividade prática e coletiva realizada por meio da cooperação e do diálogo em uma comunidade, sendo orientada por ela mesma e pelo significado (sentido coletivo) e sentido (significado pessoal) que a própria atividade e a vida comunitária têm para os moradores da comunidade. Ela está direcionada para a autonomia do

morador e da própria comunidade, na perspectiva do fortalecimento de uma identidade social (Turner, 1990) de lugar e de comunitário, e do desenvolvimento da consciência social e pessoal. (GÓIS, 2008, p. 88).

Para além deste papel de desenvolvimento de consciência, Góis (2008) acredita que a atividade comunitária dá respostas não só às demandas da própria comunidade, quanto às demandas do indivíduo, é seu espaço de se relacionar com o mundo e com a sociedade. A participação comunitária é, para o autor, um aprendizado que não é como o escolar ou o do mundo do trabalho, aprende-se a propor, liderar, dialogar e escutar. Assim, o sujeito se entende em parte responsável pela sua realidade, e se coloca ativamente em busca dos interesses do seu espaço, se descobrindo como sujeito socialmente crítico.

Por fim, concluímos que o sujeito comunitário, se conforma, não sem seus antagonismos, como pertencente a um local, este, como parte da sua identidade. A Comunidade se coloca como espaço de aprendizado, de como se colocar no mundo, de como agir perante a sociedade e seus desafios, como local de desenvolvimento do sujeito e das suas relações com os outros e com o mundo. Para além disso, apesar de seus conflitos e contradições, é local de apoio e suporte, de forças e de ação conjunta. Dessa forma, entendemos que um espaço urbano onde se conforme uma Comunidade com tais qualidades tem papel positivo na formação do sujeito, no seu bem-estar e na sua saúde mental. Tal qual vimos na nossa pesquisa de campo na Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

3.1.3. Tabela qualitativa

De modo a sintetizar as nossas compreensões, elaboramos a tabela abaixo. Ao compreender os aspectos da cidade que tem potencial de influenciar a saúde mental (os determinantes), buscamos alinhar a análise urbanística do espaço urbano em tela nessa pesquisa com a teoria apresentada. Desse modo, em posse do referencial teórico apresentando, indicamos um valor qualitativo para os determinantes ambientais e sociais analisados na Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

Tabela 3 – Tabela qualitativa do espaço urbano da Rua Monsenhor Rubens Mesquita

	ASPECTO URBANO	PARÂMETRO	OBSERVAÇÕES
HABITAÇÃO	Tipologia	Regular	O parâmetro adotado utilizou como referência a pesquisa de Gordilho-Souza (2008).
	Gabarito e uso do solo	2-5 andares uso misto	Em geral, uso misto, com o comércio no térreo e uso comercial nos andares superiores.
	Posse	Incerta	Devido ao processo de reintegração de posse em curso.
	Recuos	Insuficiente	
INFRAESTRUTURA URBANA	Água	Bom	
	Esgoto	Suficiente	
	Luz	Bom	
	Iluminação pública	Insuficiente	
	Drenagem	Insuficiente	
	Poluição sonora	Insuficiente	Devido a poluição sonora proveniente dos ônibus na Estação da Lapa.
	Coleta de lixo	Bom	
	Limpeza urbana	Suficiente	
	Calçamento	Insuficiente	
	Qualidade da via	Suficiente	
	Acessibilidade	Precária	
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	Comércios essenciais	Bem servido	
	Saúde	Bem servido	
	Educação	Bem servido	
	Segurança pública	Suficiente	
	Assistência social	Bem servido	
	Lazer	Bem servido	
	Espaços públicos	Bem servido	
	Transporte	Bem servido	
	Risco ambiental	Baixo	
SOCIAL	Coesão social	Excelente	
	Participação comunitária	Suficiente	
	Capital social	Insuficiente	
	Situação socioeconômica	Classe média baixa/ baixa	

Parâmetros adotados: Precário (P); Insuficiente (I); Suficiente (S); Bom (B); Excelente (E)

A tabela apresentada foi dividida entre quatro grandes grupos, os três primeiros se referem ao ambiente físico e urbano, enquanto o quarto se refere a questões sociais. Dado os indicadores qualitativos que foram atribuídos a cada aspecto da Rua, consideramos no geral este um bom espaço urbano, que ainda que demande melhorias em sua infraestrutura, tem grandes trunfos em sua excelente localização urbana e no seu espírito comunitário e coesão social. Tais resultados, acreditamos, corroboram com os resultados obtidos no questionário e o estudo teórico aqui apresentado. Entendemos ter demonstrado que o espaço urbano – e tudo o que este envolve – tem papel na saúde mental e no bem-estar diário do indivíduo e da coletividade.

3.2. Planejamento urbano

Em vista do que foi aqui apresentado e demonstrado, de que a cidade tem influência no cotidiano e bem-estar individual e coletivo, levantamos o questionamento de se tais perspectivas têm sido abordadas no processo de pensar nossas cidades. Se o espaço urbano influencia seus cidadãos em um nível tão profundo, não deveria o planejamento urbano ter em consideração tal perspectiva ao pensar planos, estratégias e propostas? É isso que discutiremos um pouco a seguir.

Villaça (1999) analisou brevemente a história do planejamento urbano e indica a década de 1950 como o início das discussões de uma integração dos objetivos e ações para as cidades em um plano urbano, e na década de 1960 tais discussões se concretizaram na forma do plano diretor e recebe o nome de planejamento urbano, que aqui o autor caracteriza como planejamento urbano stricto sensu – que seria uma das correntes do planejamento urbano, a mais comum junto com o zoneamento. Dentre outras correntes, o autor identifica a construção de cidades novas e o urbanismo sanitaria.

No entanto, apesar de marcar o início do planejamento em conjunto com o dos planos diretores, isso não quer dizer que a cidade não estava sendo produzida por outros meios anterior a esse momento, o que o autor chama de planejamento lato sensu já se via nas cidades brasileiras. Portanto, Villaça (1999) demarca três

grandes períodos para compreender essa história. O primeiro período foi de 1875 até 1930; o segundo entre 1930 e a década de 1990; e o terceiro e último que tem início na década de 1990.

O primeiro período é marcado pelos planos de melhoramentos e embelezamento, os quais tiveram como principais influências a França de Haussmann e os Estados Unidos com o movimento *City Beautiful*. Até a década de 1940, de acordo com Villaça (1999), a frase mais comum era embelezamento urbano, e era essa de fato a proposta das classes dominantes para as cidades, não era apenas discurso, mas se refletia em ações concretas com esse intuito, eram obras de remodelação, abertura de vias, afastamentos, caminhos e arborização. Em 1875 se deu o primeiro documento com base nessas ideias, indicado como plano geral, que foi utilizado por décadas como base para projetos urbanos, estes desde então já tinham por trás interesses imobiliários. O autor identifica até 1906 como período de ascensão dos planos de melhoramentos e embelezamentos, e de 1906 a 1930 um declínio destes, dado que eram propostas oriundas da classe dominante urbana. No entanto, sua hegemonia nas propostas urbanas fica cada vez mais difícil com o fracasso de solucionar problemas crescentes nas cidades, e nesse sentido os planos de infraestrutura começaram a ganhar mais importância que os de embelezamento.

Assim, o segundo período, o da cidade eficiente, teve como predominância as obras de infraestrutura em despeito das de embelezamento e habitação, foram obras muito maiores e dispendiosas; Villaça (1999, p. 199) aponta que estas tinham como interesse privilegiar a produção e reprodução do capital e escoar a concentração crescente do capital oriunda do desenvolvimento do país, assim se dá também uma transição da cidade de consumo para a cidade de produção. Para além disso, outras áreas do conhecimento foram incorporadas no planejamento das cidades, e de acordo com Villaça (1999), assim surge o Urbanismo e o Plano Diretor.

De acordo com o autor, a partir da década de 1930 a dominação social passa a ser da burguesia urbano-industrial, substituindo a aristocracia rural, e de modo a manter seu domínio esse grupo buscou se legitimar por meio de políticas habitacionais e ideologias do planejamento urbano. Os planos não pretendiam resolver os problemas da massa urbana, mas atender os interesses hegemônicos.

Porém, o período foi também marcado pela conscientização popular a respeito das injustiças urbanas, e, portanto, o discurso dos planos não mais podia ser o da expulsão das populações em prol da higienização. E assim, deixou de existir o plano de obras, pois a classe dominante não queria mais anunciar suas propostas com antecedência e ser contestada; desta maneira, surgiram os planos gerais, o plano diretor, e um novo discurso, o urbanismo multidisciplinar, que se trata de um discurso técnico e científico.

O terceiro período, tem como antecedente a Constituição de 1989, que apresentou algum avanço, principalmente no quesito da função social da propriedade, mas também com a obrigatoriedade do plano diretor, que levou a sua elaboração em várias cidades no início da década de 1990. Para Villaça (1999) a década marcou o início da politização e do crescimento das organizações populares, estas demonstraram sua recusa ao diagnóstico técnico, já eles conhecendo sua própria realidade, então o diagnóstico sofre um deslocamento, saindo do discurso e funcionando apenas como um instrumento para pensar as propostas. Também saem da alçada do plano questões gerais como economia, globalização, capitalismo, que ainda que influenciem as propostas, se restringem ao espaço urbano, sua produção, reprodução e consumo. A terra urbana passa a ser o grande objeto e o plano a se limitar às ações municipais, logo urbanas, tributárias e legais. Villaça (1999) acredita que a politização e as polêmicas que surgiram à época a respeito do uso e ocupação do solo revelaram os interesses existentes no espaço urbano, em especial o setor imobiliário.

O texto de Villaça (1999) nos acompanha até o fim do século XX, no entanto o início do século XXI também foi marcado por importantes conquistas para o planejamento urbano, em especial o Estatuto da Cidade de 2001 e o Ministério das Cidades em 2003. Para Maricato (2013) foram centrais na produção das nossas cidades atuais o Sistema Financeiro de Habitação e sua modalidade de ofertar moradia via financiamento – que até hoje perdura. Porém, esse modelo não foi capaz de dar conta das populações mais pobres – que não podiam arcar com financiamentos – que ocuparam as áreas das cidades que podiam acessar; esse conjunto de medidas e processos estabeleceu cidades estratificadas e periféricas, construídas por meio de uma prática que consolida essa realidade. Assim, embora tenha trazido avanços o Estatuto da Cidade não foi suficiente para aplacar as

desigualdades e a segregação socioespacial, ainda sim esse período de mudança de século tenha sido identificado por Maricato (2014) como o momento em que o debate do direito à cidade ocupa o centro das discussões.

Porém, ainda se mantém no centro os interesses particulares, do capital privado apoiado pelos investimentos públicos, nesse sentido, com uma lógica desenvolvimentista, em 2009 se instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) como proposta de solução para o déficit habitacional do país. No entanto, essa política mantém a lógica do BNH, propondo soluções apenas a partir da aquisição da casa própria para apenas algumas parcelas da população, enquanto um problema complexo como a situação da moradia no Brasil hoje requer diversas soluções, não uma via única. Além disso, o PMCMV não pode ser entendido como proposta de planejamento urbano, tendo apenas caráter de programa, mas o aqui trouxemos devido a seu impacto nas cidades brasileiras, e pela escassez de outras soluções no período. Hoje, nos encontramos em situação ainda mais adversa, conquistas foram perdidas, como o Ministério das Cidades, e poucas são as propostas governamentais para pensar as cidades, mas todos os problemas urbanos permanecem.

Para além da periodização apresentada, uma das críticas que Villaça (1999) suscita é que o segundo período explanado é aquele que ainda se mantém no planejamento urbano brasileiro, enquanto o terceiro seria o futuro que se aponta. Se mantém assim, na produção das nossas cidades a ideologia que o problema é seu crescimento caótico e que a solução seria o planejamento urbano integrado, baseado em técnicas e métodos bem definidos. O autor identifica que o planejamento urbano tem sido utilizado como uma ideologia de supervalorização da ciência e da técnica em detrimento de outros saberes, e de supremacia da razão, características do modernismo. Essas então são as bases do planejamento urbano ainda produzido no Brasil.

Dessa forma, enquadrado o planejamento urbano brasileiro, suscitamos a crítica de Jacobs (1961) a esse planejamento moderno. A autora é uma crítica ferrenha a esse modo de pensar a cidade, e de maneira semelhante ao que foi apresentado por Villaça (1999), Jacobs criticou o mito do desenvolvimento e do dinheiro para a solução de qualquer problema, a extrema setorização da cidade e construções de equipamentos – shoppings, centros cívicos, culturais, etc. – e

conjuntos habitacionais, que encobrem a exclusão do comércio local e de comunidades inteiras. Assim como, criticou os profissionais e especialistas que ignoram a cidade real em prol da construção de espaços de acordo com preceitos baseados na aparência da cidade, afirmando que eles não têm ideia de como pensar espaços que sejam funcionais e saudáveis. Que se apegam tanto aos preceitos do que o urbanismo moderno entende que a cidade deve ser e como deve funcionar, que ignoram a realidade.

De maneira geral, Jacobs (1961) aponta aqueles elementos que entende, através da sua profunda observação das cidades e do seu funcionamento, como essenciais para uma cidade viva, funcional e que promova bem-estar para seus habitantes. Ela analisa a natureza das cidades e o uso dos seus espaços públicos, em especial as calçadas, parques e bairros. Assim como, ao elencar a diversidade urbana como primordial para promover os espaços vivos, a autora discute quais são esses geradores de diversidade – pontos que já elencamos no primeiro capítulo desta dissertação. A esse respeito, Jacobs critica o planejamento urbano por problematizar a cidade a partir das categorias de uso, ela acredita que devemos compreender a cidade como um conjunto de usos, e esse seria um fenômeno fundamental. Assim, elenca a pergunta primária para o planejamento urbano: como gerar uma diversidade de usos suficiente, em uma extensão urbana suficiente para manter a civilização?

No entanto, para a autora o planejamento urbano modernista vê a mistura de usos de forma negativa e age de modo a transformar a cidade em rígida e vazia. O discurso é que a diversidade é feia e gera congestionamentos. No entanto, essa percepção é oriunda dos distritos malsucedidos, que na realidade possuem pouca diversidade. Para Jacobs (1961) a diversidade urbana, associada a outras condições colocadas – ruas frequentes, usos principais combinados e variedade de edifícios – não acarreta as desvantagens apontadas pelo urbanismo ortodoxo, e é o que ela pretendeu demonstrar.

Portanto, primeiramente a respeito da alegação de que a mistura de usos é feia, Jacobs responde que a homogeneização também não é esteticamente agradável, é monótona. Para além disso, elas geram o caos, devido à falta de pontos de referência, de movimento e direção. Em locais homogêneos o que também percebemos é a tentativa individual de diferenciar os edifícios de alguma

forma, que em geral tem resultados estéticos negativos. Enquanto a diversidade de usos oferece diferenças autênticas e, portanto, mais interessantes.

Outra crítica importante à atuação do planejamento urbano moderno que a autora pontuou é a reurbanização que visa o lucro privado e que o investimento privado molda as nossas cidades. Assim, acrescenta que o dinheiro deve se transformar em um instrumento de recuperação promovendo mudanças graduais e contínuas, que tenham em consideração a complexidade das cidades.

Sua crítica não deixa impune os profissionais que atuam no planejamento urbano, os arquitetos e urbanistas, para ela suas táticas aprisionam a prática urbana, a ponto de os urbanistas não pensarem o porquê delas. Ataca em especial a subvenção de moradias, a forma como foram pensadas soluções para as áreas encortiçadas e suas propostas de revitalização, assim como para a questão do automóvel. Sua crítica principal a esses temas se centra na produção de conjuntos habitacionais – não muito diferentes daqueles produzidos no Brasil na década de 1960 pelo BNH, ou até mesmo pelo PMCMV – localizados em áreas desertas, sem diversidades de usos, o que acarreta na falta de contato, de coesão social, de segurança, dentre inúmeros outros problemas. Desse modo, a sua principal ofensiva é a setorização espacial da cidade de acordo com suas funções.

Tal procedimento tem sido a base do planejamento urbano brasileiro através do zoneamento nos planos diretores, retornamos a Villaça (1999) que identifica o surgimento das primeiras ideias de zoneamento às últimas décadas do século XIX, dado que existiam, por exemplo, proibição de cortiços e vilas em áreas delimitadas da cidade. O autor acredita que este tenha tido pouca ou nenhuma influência externa dado que quando se inicia o zoneamento no Brasil, este ainda engatinhava em outros países. O zoneamento brasileiro é oriundo dos interesses da sua elite, e é a prática mais difundida do planejamento urbano lato sensu, que sempre serviu exclusivamente os interesses da população de mais alta renda. (VILLAÇA, 1999, p. 178).

Assim, alinhando o que foi apontado por Villaça com a crítica elaborada por Jacobs, o que percebemos é um planejamento urbano no Brasil, que se restringe a seus planos diretores, que tem como principal ferramenta o zoneamento da cidade por usos, sendo este um dos instrumentos responsáveis por diminuir a diversidade

nas cidades. Aqui então questionamos essa produção de cidade, baseada em um planejamento urbano modernista, que pouco evoluiu nas últimas décadas a respeito dos métodos utilizados para pensar a cidade, e que se mantém pautado pelos interesses do capital privado.

Nesse contexto, também pontuamos outra crítica baseada nos apontamentos apresentados e nas nossas próprias compreensões. Dada a predominância do planejamento moderno e a sua exaltação da técnica e da ciência – que em arquitetura se deu alinhada com uma determinada estética – aliada a uma hegemonia dos interesses e objetivos das classes mais altas, o que vemos é um padrão estético e técnico imposto que é entendido como belo e correto – tais compreensões também se embasam no funcionamento do sistema capitalista. Dessa forma, acreditamos em moradias dignas e que atendam de forma confortável seus habitantes e as suas necessidades, e que promovam bem-estar, mas pontuamos que a definição de um padrão técnico/estético não alcançável por grande parte da população pode levá-los a criar uma percepção negativa dos seus espaços habitacionais e de moradia, por não se enquadrarem nas determinações sociais impostas pelas elites e seu discurso ideológico a pretexto de “urbanismo”.

Assim, também alertamos para os arquitetos e urbanistas, de modo que não se transformem em mero reprodutores desse padrão, sem manter o foco na resolução real dos problemas urbanos e sociais. Jacobs (1961) enfatiza que os urbanistas, se além áquilo que eles entendem como qualidade urbana e não apreendem a realidade do espaço urbano em questão, impondo uma suposta ordem que menospreza a ordem real,

Há um aspecto ainda mais vil que a feiura ou a desordem patentes, que é a máscara ignóbil da pretensa ordem, estabelecida por meio do desprezo ou da suspensão da ordem verdadeira que luta para existir e ser atendida. (JACOBS, 1961, p. 14).

Aqui podemos traçar um paralelo com Milton Santos e sua percepção de que no mundo globalizado as lógicas globais tendem a suplantar as locais, assim como se dá uma supervalorização da técnica, e uma desvalorização dos saberes locais. O que ele irá chamar de meio científico-técnico-informacional está presente em toda parte, com dimensões variadas, tanto nas áreas iluminadas quanto nas opacas. Esse meio técnico-científico é formado pela tecnoesfera e pela psicoesfera, o

sistema de objetos e o de ações, o de objetos não abarca a realidade filosófica, enquanto o sistema de ações não pode ser entendido sem o de objetos. Portanto trata-se de um conjunto indissociável.

Santos (1994) entende que no mundo globalizado, o sistema de objetos é cada vez mais artificializado, os objetos são os fabricados pelo homem e em geral buscam imitar a natureza. Assim como, o valor de cada objeto tem relação com sua eficácia e contribuição para a produtividade, de modo a atender as ações hegemônicas. Os objetos são sistemas – e pela primeira vez na história humana é um sistema que tende a ser igual em toda parte – e são criados com intencionalidades, sejam simbólicas ou econômicas. As ações também são imbuídas de artificialidade, pois são racionalizadas, pragmáticas, oriundas de lógicas práticas, sempre deliberadas e, assim, perde-se a espontaneidade.

Nesse contexto de valorização da racionalidade e do pragmatismo, as técnicas são centrais, Santos (1994) nos elucida que estas são entendidas como um dado explicativo de um espaço geográfico e que em qualquer pedaço do espaço encontramos um conjunto de técnicas. Assim como, as variáveis desse espaço dependem de suas técnicas ou conjunto de técnicas. A técnica não é, claro, o único elemento explicativo da sociedade. As estruturas organizacionais, de mercado ou de previsão são essenciais. Quando pensamos no poder econômico, que se reverte em poder político de uma empresa, o autor entende este como sendo a capacidade da empresa de mudar as regras do jogo econômico em função de seus interesses. Logo, a sua capacidade de utilizar os fatores produtivos e criar fatores externos decisivos. Portanto, o estudo da técnica extrapola a questão técnica e exige um estudo das relações sociais, pois são estas que explicam como conjuntos de técnicas semelhantes apresentam resultados diferentes em diferentes locais, nos levando a pensar para além do processo de produção direto, mas em um processo político da produção. Logo, como apresentado por Jacobs as técnicas propostas são reflexo da sociedade em que vivemos.

No entanto, Santos (1994) nos lembra que o tempo da técnica não é o tempo do homem. Apesar de um relógio mundial não temos um tempo mundial, desse modo a ideia de mundialização para o homem comum é apenas isso, o que ele conhece é a metrópole, a cidade. Ela impõe um tempo humano, concreto e possível de ser tratado. Desse modo, temos diversos tempos sociais, interpretações do

tempo por cada grupo, classe social ou indivíduo. Ainda que a velocidade seja entendida pela literatura como representativa de força, e logo assume que o pobre é fraco, Santos acredita que nas grandes cidades a força é dos “lentos”.

A ultra racionalização e as imagens pré-fabricadas pelas classes altas e médias as transformam em perdas em suas próprias teias e elucubrações, fomentada pela velocidade de seu tempo que as impede de compreender o mundo. Enquanto os homens comuns, os homens lentos, os pobres, desconectados da velocidade e das oportunidades do mundo moderno, do meio técnico-científico-informacional, que por esse motivo são entendidos como parte de uma esfera não racionalizada e que ocupam espaços opacos na cidade, são esses que por sua lentidão tem a capacidade de compreender o mundo ao nosso redor, estão livres das imagens pré-fabricadas, da racionalização excessiva e das regulamentações, e portanto, para Santos, os espaços opacos que são os espaços da racionalidade.

Assim, Santos (1994) acredita que tudo que fazemos se dá a partir dos objetos que nos cercam, mas que são regidos por imperativos distantes. No entanto, não cabe a revolta contra as coisas, mas a busca de entendê-las para transformá-las. “O que se impõe é conhecer bem a anatomia desses objetos e daquilo que eles, juntos, formam – o espaço.” (SANTOS, 1994, p.109). Desse modo, a ação transformadora deve se dar a partir da compreensão do cotidiano, só assim poderemos contribuir para a teorização da relação entre espaço e movimento social.

Portanto, temos uma lógica e um tempo global que tende a suplantar as lógicas locais dos homens lentos. Se dá uma supervalorização da técnica e da racionalização, enquanto os saberes empíricos cotidianos não são valorizados e não são considerados no planejamento das cidades. Assim, acreditamos que a técnica da arquitetura e urbanismo, ainda que essencial para pensar os espaços urbanos, não é suficiente sozinha para pensar os problemas complexos das nossas cidades. Para além disso, vemos no Brasil, uma técnica urbana que se molda a partir dos preceitos modernos da década de 1970; um modelo que prioriza interesses privados, que impõe uma estética elitista, que não considera as cidades na sua complexidade e diversidade de usos. E, essa forma de pensar e planejar as cidades é evidenciada na forma como a cidade de Salvador está tratando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita, propondo uma “limpeza” e expulsão da população de renda baixa da área central, retirando esta construção coletiva que não se enquadra nos moldes

técnicos/estéticos modernos para homogeneizar esse espaço de acordo com tal modelo.

Jacobs (1961) acredita que pensar os problemas das cidades exige linhas de raciocínio diferentes, pois os problemas não podem ser todos analisados da mesma forma, o caminho para pensar cada assunto depende do próprio assunto. As cidades são problemas de complexidade organizada, com muitas variáveis que se inter-relacionam. Logo, podem ser analisadas a partir da ótica de qualquer um desses problemas. No entanto, as cidades não são percebidas dessa forma pelos seus teóricos, que têm a tratado de maneira simplista ou ainda como uma complexidade desorganizada. Esse foi um dos objetivos dessa dissertação, propor um novo olhar para as cidades, que tenham como centro o bem-estar dos seus moradores, no nosso caso esse bem-estar foi pensado pela ótica da saúde mental. Dessa forma, nos cabe pensar nas cidades que estamos produzindo e as que queremos produzir.

Na medida das nossas limitações, algumas propostas de como evoluir no planejamento das nossas cidades nos parece se alinhar com o olhar que pretendemos trazer, a exemplo do planejamento participativo, pensado para além dos modelos que vemos atualmente. A participação do morador abre espaço para que exerça sua autonomia – questão apontada pela linha da psicologia fenomenológica, que entende o indivíduo como autônomo e capaz de tomar suas próprias decisões – no espaço que ocupa e que apresente a suas necessidades e não as tenha definidas por terceiros,

A idéia de bairro do planejador dificilmente coincide com a do morador (TUAN, 1980). Os técnicos ligados ao poder local têm, em geral, uma linguagem e uma motivação diferentes daquelas das pessoas ou dos grupos locais: estão mais vinculados com os que “estão no alto” do que com as redes locais, o que ocasiona um “desencontro de linguagem com os demais grupos e com os setores da base, e torna os relacionamentos fracos ou superficiais” (VILLASANTE, 1996). (SERPA, 2005, p. 221).

Góis (2008), ainda que reconheça o esforço atual do desenvolvimento municipal por meio de estratégias participativas aliadas com o desenvolvimento comunitário, acredita que ainda há muito que se aperfeiçoar, e demanda uma compreensão das comunidades “como realidades profundamente humanas e simbólicas, com experiência acumulada e uma identidade de lugar, organizadas em torno, principalmente, da luta pela sobrevivência.” (GÓIS, 2008, p. 95). Assim como,

coloca que em última instância a palavra final para o sentido do seu desenvolvimento deve ser da comunidade, assim devemos trabalhar pela autonomia local desses espaços. Portanto, acrescenta suas preocupações a respeito do planejamento,

Uma preocupação que temos acerca desse desenvolvimento encontra-se, por um lado, na questão do seu planejamento, das dificuldades que um planejamento centralizado, tecnicista ou não participativo tem para alcançar resultados significativos entre a população; e por outro, na fragilidade da própria ação local, principalmente quanto à sua dificuldade em garantir de modo mais duradouro e adequado a participação social e a mobilização social.

De cima para baixo, e precipitadamente, os agentes governamentais impõem normas e condições para a participação popular e a criação de estruturas associativas, com o fim de efetivar “seus projetos” e de disciplinar e controlar a liberação de recursos financeiros para os moradores. Nesse caso, a comunidade se torna “institucionalizada” por esses projetos. Isso está bem em termos gerais, mas não como processo facilitador da participação e da mobilização locais, pois muitas vezes a consequência ante essa imposição é a aparência associativa, ou seja, a criação de estruturas de mobilização social de qualquer modo e às pressas, por isso, vazias de participação social, representatividade e resultados. Não se fortalece o sujeito coletivo, organizado, consciente, de que nos fala Bakhtin. (GÓIS, 2008, p. 95).

E, para Góis (2008, p. 96), esse fortalecimento do sujeito coletivo, é central para a “a criação de condições sociopsicológicas que facilitem o desenvolvimento da consciência crítica dos moradores.” E é no fazer cidade que os indivíduos se humanizam uns com os outros, o processo de conscientização tem uma dimensão psicológica e social. Assim, o autor acredita que o planejamento não deve ser uma ação de controle e domínio, mas um ato de construção e de transformação com inclusão da pessoa. Dessa forma, acreditamos que a cidade tem efeito no bem-estar humano e na sua saúde mental e o planejamento tem como papel essencial planejar cidades para as pessoas, e, portanto, deve levar em consideração as esferas do conhecimento que impactam a cidade.

O planejamento urbano e o design, bem as condições sociais podem ter um papel positivo ou negativo na saúde humana e na equidade em saúde (Snyder et al., 2011): diferentes formas de governança podem adequar agendas, programas e políticas, incluindo formas de promoção da saúde, ou perpetuar a exclusão social, a distribuição desigual de recursos e as desigualdades em saúde. (SANTANA, 2014, p. 61).

Não pretendemos com isso invalidar a atuação do urbanista/arquiteto. Mas, primeiramente levantar a questão de que ainda estamos nos compreendendo tal qual disciplina, e dessa forma, ainda descobrindo nossa atuação. Ponto compreensível, já que somos uma disciplina nova – comparemos com a filosofia, metafísica, matemática, por exemplo – desse modo nos encontramos ainda em um processo de descoberta da nossa atuação em um objeto de estudo, a cidade, que está em constante modificação. Não se trata, portanto, de uma tarefa leviana. Em segundo lugar, pretendemos pontuar, que a nossa atuação não deve ser universalizante e impositiva, mas considerar as questões colocadas pelo ser coletivo que ocupa e compõe o espaço no qual pretendemos atuar. Não devemos, na nossa percepção, sobrepor os conhecimentos técnicos com as perspectivas locais, esses entendimentos devem caminhar juntos para a construção de soluções pensadas em conjunto, que ainda que estejam apoiadas na técnica, e até mesmo em uma dada estética preestabelecida, estas não devem prevalecer, mas contribuir, em especial quando pensamos em espaços já ocupados. Portanto, se por exemplo, um espaço, a mim se apresenta como saudável – e tem essa percepção corroborada pela aplicação dos questionários – como pode a técnica urbana dizer o contrário e propor uma modificação dessa construção coletiva? Devemos pensar esse espaço a partir da lógica com a qual ele se apresenta a nós e construir nossas soluções aliando a técnica com o ser coletivo.

3.3. Considerações transitórias

Ao fim deste capítulo, o que gostaríamos de evidenciar é o aprofundamento das relações sujeito e espaço urbano/sociabilidade, e a importância da cidade na vida do sujeito, e, portanto, como o planejamento urbano lida com essa realidade/demanda. Nessa medida, realizamos uma análise teórica a partir da psicologia fenomenológica, onde buscamos entender as relações das estruturas do sujeito com seu contexto, em específico o urbano, logo o espaço físico e social, a partir dos determinantes ambientais e sociais em saúde mental.

Assim, olhamos para a relação do sujeito com o espaço físico, esse em suas complexidades, pode afetar o indivíduo e a coletividade em diferentes escalas. Na escala da moradia há vários elementos, como forma, cor, estrutura, ventilação,

iluminação, além de elementos afetivos que tem influência no bem-estar cotidiano das pessoas. Na escala de bairro e urbana, foco desta dissertação, há uma complexidade maior, pois além dos aspectos físicos, temos as relações sociais ampliadas, questões políticas, culturais, de renda e da economia urbana. Dessa forma, depois nos voltamos para uma compreensão da relação entre sociabilidade, que em grande medida tem o espaço público como palco, e o que percebemos é que a atividade comunitária faz parte da construção da identidade do sujeito, para além da coesão e apoio social que se colocam essenciais no bem-estar.

Também destacamos o papel do corpo e da percepção, sendo o primeiro um instrumento para o segundo, dando sentido e significado ao mundo ao seu redor. Assim, para além do espaço em si, tem papel importante para o bem-estar do indivíduo com relação a seu espaço, a sua própria percepção deste, e isso envolve seu cotidiano e as relações ali construídas. Apontamos também que essa percepção pode ser nublada pelo padrão estético imposto e perpetuado pelo planejamento urbano modernista, que vigora no Brasil.

Dessa forma, realizamos uma breve análise desse planejamento urbano, a partir do entendimento da profundidade com que a cidade pode influenciar o indivíduo e a coletividade. E, o que constatamos é que se perpetua nas cidades brasileiras um planejamento urbano modernista ortodoxo, que não tem em seu centro o interesse e às necessidades da população, muito menos os aspectos que aqui abordamos; e que perpetua processos desiguais das nossas cidades, que abordamos no segundo capítulo. Portanto, concluímos com essa crítica e um chamado para uma reflexão a respeito deste tema e de novas formas de produzir a cidade.

Conclusão

A partir da literatura e das análises aqui apresentadas buscamos estreitar as relações entre cidade e saúde mental. Viver em grandes metrópoles urbanas, como é o caso da cidade de Salvador, tem grandes impactos e consequências na vida humana, sejam positivos ou negativos. Desse modo, buscamos investigar como aspectos do espaço urbano podem influenciar os cidadãos em termos da saúde mental. E isso perpassou pela compreensão do espaço urbano em análise, pela investigação qualitativa de aspectos urbanos e seus possíveis efeitos em saúde mental. Não podemos atribuir a causalidade de distúrbios mentais diretamente a apenas um aspecto da vida de um indivíduo, pois o surgimento de tais doenças está atrelado a inúmeros fatores. Mas acreditamos ter conseguido elucidar algumas das relações entre o ambiente urbano e a manutenção de um bem-estar mental, tanto individual como coletivo. E, assim, ao trazer luz a tais questões, esperamos contribuir para ampliar o escopo do planejamento urbano. Ressaltamos, que apesar do aspecto multidisciplinar essa análise permanece sendo da ótica do urbanismo, e teve como objetivo, a partir desse olhar, complexificar e elaborar as relações pessoa-cidade.

Assim como, levantamos algumas críticas a respeito da produção das nossas cidades, inicialmente uma governança perpetuadora das desigualdades, que tem como parâmetro para planos e obras na cidade os interesses privados, em especial do mercado imobiliário. Enquanto as populações mais necessitadas são relegadas ao esquecimento e quando lembradas é para proporcionar sua exclusão, em especial quando ocupam espaços privilegiados da cidade. A segunda grande crítica que trouxemos foi a perpetuação de um planejamento urbano modernista, que determina as necessidades dos cidadãos a partir do seu olhar técnico e não do olhar do habitante daquele espaço – pontuamos aqui que entendemos que esse formato é perpetuado pela governança supracitada, pois atende a seus interesses, e que não é tarefa fácil superar esses obstáculos, e que sabemos da existência de esforços para pensar a cidade por outras vias, mais inclusivas e participativas, que inclusive foram responsáveis por muitas conquistas importantes para a produção das nossas cidades.

Para levantar todas essas questões, a pesquisa aqui realizada precisou perpassar por alguns pontos importantes. Primeiramente a compreensão de que o

espaço urbano não se trata apenas de seu espaço físico e sua infraestrutura, embora sejam essenciais, mas trata-se também daquilo que um ambiente propicia, – ou não – as relações sociais, a estrutura e a coesão social. O espaço urbano não é só físico, ele é social, cultural e político. E, portanto, ao investigar as relações com saúde mental todas essas questões tiveram que ser levadas em consideração.

E, ainda que inserida nesse contexto e afetada pela gestão pautada em interesses privados, o que a pesquisa empírica nos indicou é que na Rua Monsenhor Rubens Mesquita a lógica que parece prevalecer não é a lógica do capital, mas um espaço urbano socialmente coeso, bem localizado e até certa medida bem infraestruturaado, resultado de uma construção coletiva do espaço urbano. Embora, a perspectiva teórica e técnica do urbanismo não apontem esse espaço como um espaço urbano de qualidade, a nossa análise é de uma infraestrutura suficiente para a manutenção da vida com dignidade. Onde há espaço para melhorias, mas não é um espaço urbano de extrema precariedade.

No entanto, o primeiro grande trunfo desse espaço é a sua localização urbana privilegiada em termos de acesso a equipamentos e serviços urbanos, e é exatamente essa localização que está em risco, pois a ela está associada um valor mercadológico irreproduzível. E o segundo, é a sua coesão social, o apoio comunitário, resultantes de uma produção coletiva do espaço e manutenção de contatos cotidianos. Dessa forma, relacionamos esse espaço com os espaços vivos e saudáveis descritos por Jacobs (1961) e aqui já tão explicitados.

Assim, acreditamos ter realizado uma análise que parte do particular ao geral. Tanto em termos de escala, ao analisarmos da Rua à cidade de Salvador, correlacionando seus processos e dinâmicas. Mas também, na medida que essa análise surge de percepções internas da pesquisadora, da sua subjetividade a respeito deste espaço, e que com o percurso e com os aprendizados teóricos e empíricos essas percepções se transformam em conhecimento.

Como resultado, o que presenciamos, a partir das evidências dos questionários, nesse espaço urbano é a manutenção de um bem-estar mental coletivo. O qual associamos a uma qualidade de vida que tem em seu escopo, boa localização urbana, relações sociais e apoio comunitário forte. Embora não possamos fazer atribuições diretas quando falamos de saúde mental, acreditamos

que tais aspectos tenham efeitos positivos. Porém, envolvidas em um processo de uma governança que prioriza interesses mercadológicos, essa população corre o risco de ser privada de uma localização urbana de qualidade, que em nossa análise pode ter efeitos positivos em sua saúde mental. Assim, na medida que nos aproximamos do fim desta discussão, suscitamos a primeira pergunta aqui levantada: estamos excluindo nossos espaços saudáveis?

Referências bibliográficas

ALMEDOM, Astier M. Social capital and mental health: an interdisciplinary review of primary evidence. *Social Science and Medicine*, v. 61, n. 5, p.943–964, 2005.

ALVES, Ana Alexandra Marinho; RODRIGUES, Nuno Filipe Reis. Determinantes sociais e económicos da Saúde Mental. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, Lisboa, v.28, n.2, p.127-131,2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpsp/v28n2/v28n2a03.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

ALVES, Ana Alexandra Marinho; RODRIGUES, Nuno Filipe Reis. Determinantes sociais e económicos da Saúde Mental. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*. 2010;28(2):127-131. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpsp/v28n2/v28n2a03.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

AMATUZZI, Mauro Martins. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. *Estudos de Psicologia*, v. 26, n.1, p. 93-100, 2009.

ANDRADE, Laura Helena; BAPTISTA, Marcos C; ALONSO, Jordi; PETUKHOVA, Maria; BRUFFAERTS, Ronny; KESSLER, Ronald C; SILVEIRA, Camila M; SIU, Erica R; WANG, Yuan-Pang; VIANA, Maria Carmen. Days out-of-role due to common physical and mental health problems: Results from the São Paulo Megacity Mental Health Survey, Brazil. Harvard University. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/handle/1/11879166>.

ARAÚJO, Tânia Maria de; SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes; OLIVEIRA, Nelson Fernandes de. Estrutura fatorial e consistência interna do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) em população urbana. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.214-222, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n1/23.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

ARAUJO, Cristina Filgueiras de; TEIXEIRA, Aparecida Netto. Dinâmica sócio-espacial em Salvador/BA: marcas na ocupação contemporânea da cidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DINÂMICA TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL, 7., 2015, Salvador.

BAETA, Rodrigo Espinha; CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. Projetos urbanos e formação da cidade oitocentista: O frontispício de Salvador e seu impacto na paisagem urbana da cidade no século XIX. XIII – SHCU, Paranoá, Brasília, n 13, 2014.

BAHIA. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Infocultura: informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – Centro Antigo de Salvador: Uma região em debate. Ano.2, n.2, ed. revisada e ampliada, Salvador, 2011. 24 p.

BALTRUSIS, Nelson. Transformações do modo de morar nas metrópoles contemporâneas - novos discursos, velhos problemas. *CADERNO CRH*, v. 23, n. 59, p. 235-253. 2010

BALTRUSIS, Nelson; MOURAD, Laila Nazem. Política Habitacional e Locação Social em Salvador. *CADERNO CRH*, v. 27, n. 71, p. 267-284. 2014.

BALTRUSIS, Nelson; MOURAD, Laila Nazem; MACHADO, Camila Brandão; REIS, Sofia de Oliveira Souza. Salvador, do pioneirismo da implementação da Política nacional de habitação a gestão corporativa. XVII ENAPUR. São Paulo. 2017.

BARTON, Hugh; GRANT, Marcus. A health map for the local human habitat. *The Journal for the Royal Society for the Promotion of Health*, v. 126, n.6, p. 252-253, 2006.

BARTON, Hugh; GRANT, Marcus; GUISE, Richard. *Shaping Neighbourhoods – a guide for health, sustainability and vitality*. Nova York: Spon Press, 2002.

BAUMAN, Zygmunt [1997]. O Mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1998. 272 p.

BESTETTI, Maria Luisa Trindade. Ambiência: espaço físico e comportamento. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, v.17, n.3, p. 601-610, 2014.

BENZEVAL, Michaela; JUDGE, Ken. Income and health: the time dimension. *Social Science and Medicine*, v. 52, n. 9, p. 1371-90, 2001.

BLUE, Ilona; HARPHAM, Trudy. Investing in mental health research and development. *British Journal of psychiatry*, n. 171, p. 294-295, 1998.

BOURDIEU, Pierre [1930]. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em: 30 de maio de 2019.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso. *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2008. 228 p.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso. *Salvador: transformações na ordem urbana*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos. Participação popular e gestão democrática – Salvador como metáfora. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 1033-1058, set/dez 2020.

CDSS – Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde (2010). Redução das desigualdades no período de uma geração. Igualdade na saúde através da acção sobre os seus determinantes sociais, Relatório Final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde (coord. Marmot, M.), Portugal, Organização Mundial da Saúde.

CHAN, Joseph; HO-PONG, To; CHANÉ, Elaine. Reconsidering Social Cohesion: Developing a Definition and Analytical Framework for Empirical Research. *Social Indicators Research*, n. 75, pp. 273–302, 2006.

COELHO, Maria Thereza Ávila; FILHO, Naomar de Almeida; PERES, Maria Fernanda Tourinho. O conceito de Saúde Mental. *Revista USP*, São Paulo, n.43, p. 100-125, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/Adriana%20Bahia/Downloads/28481-Texto%20do%20artigo-33252-1-10-20120629.pdf>. Acesso em: 29 de março de 2019.

COSTA, Ana Flávia Magalhães; GAMA, Marcos Magno da; MOREIRA, Gustavo de Oliveira; STUTZ, Beatriz Lemos. Sociedade Atual, Comportamento Humano e Sustentabilidade. *Revista Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v.5, n. 13, p. 209-220, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Adriana%20Bahia/Downloads/15362-Texto%20do%20artigo-58138-1-10-20060821.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.

COSTA, Luiz Augusto Maia. Theodoro Sampaio, A cidade do Salvador e o Urbanismo Moderno. *In: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, 1996, Rio de Janeiro. Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, v. 2. p. 841-857, 1996.

COSTA, Luiz Augusto Maia. A prática profissional de dois Sanitaristas: Theodoro Sampaio e Saturnino de Brito. *In: V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, 1998, Campinas. CD - ROM dos Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Campinas: FAU - PUC - Campinas, v. 1, 1998.

COSTA, Luiz Augusto Maia. *O Ideário Urbano Paulista na Virada do Século*. O Engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas (1886 - 1903). 1. ed. São Carlos: RIMA, v. 1, 404p, 2003.

COSTA, Luiz Augusto Maia. *Nem tudo Era Europeu: a presença norte-americana no debate de formação do urbanismo Paulista (1886 - 1919)*. 1. ed. Santo André: Universidade do ABC, 532p, 2014.

COSTA, Luiz Augusto Maia. Bahia Urbana - A Política de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia: Planejamento e Governança. e-metropolis: *Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 26, p. 6-14, 2016.

ECKERT, Sophie; KOHLER, Stefan. Urbanization and Health in Developing Countries: A Systematic Review. *World Health and Population*, v. 15, n. 1, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/257067868_Urbanization_and_Health_in_Developing_Countries_A_Systematic_Review?enrichId=rgreq-0f071cd236d803942bd7910d85ffcb16-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI1NzA2Nzg2ODtBUzo5ODk0NzAxMTk3MzEyNEAxNDAwNjAyMjE0Nzqx&el=1_x_2&esc=publicationCoverPdf. Acesso em: 04 de abril de 2019.

EKBLAD, Solvig. Stressful environments and their effects on quality of life in Third World cities. *Environment and Urbanization*, Londres, v. 5, n. 2, out. 1993. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/095624789300500210>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

EVANS, Gary W. The Built Environment and Mental Health. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, Nova York, v. 80, n. 4, 2003. Disponível em: <http://la570.willsull.net/ewExternalFiles/EvansG2003.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

GARAU, Chiara; PAVAN, Valentina Maria. Evaluating Urban Quality: Indicators and Assessment Tools for Smart Sustainable Cities. *Sustainability Journal*, Basel, v.10, n.575, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Adriana%20Bahia/Downloads/sustainability-10-00575.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2019.

FARIAS, Tadeu Mattos; PINHEIRO, José Q. Vivendo a vizinhança: interfaces pessoa-ambiente na produção de vizinhanças “vivas”. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 27-36, 2013.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). *Cidade e História: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. 1. ed. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1992. p. 53-68.

GÓIS, Cezar Wagner De Lima. *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, Fortaleza. 2005.

GÓIS, Cezar Wagner De Lima. *Saúde comunitária: pensar e fazer*. Aderaldo e Rothschild Editores, São Paulo. 2008.

GOMES, Hortênsia; SERRA, Ordep; NUNES, Débora. *Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: Construindo novas possibilidades*. EDUFBA, Salvador. 2019.

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. EDUFBA, Salvador. 2000.

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. Salvador metrópole: novas fronteiras e fluxos urbanos no início do século XXI. 2010, p. 93-129. In: FILHO, Milton Júlio de Carvalho; URIARTE, Urpi Montoya (org). *Panoramas Urbanos: usar, viver e construir Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014, 315 p.

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras – (Re)Qualificando a questão para Salvador- BA. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n.5, p.63-89, 2001.

FIGUEIREDO, Glória Cecília; AMORIM, Nayara Cristina Rosa; MOREIRA, Taiane. *Cidade de Salvador: o desencontro entre a política e o urbano*. In: GOMES, Hortênsia; SERRA, Ordep; NUNES, Débora. *Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: Construindo novas possibilidades*. EDUFBA, Salvador. 2019.

HARPHAM, Trudy. Urbanization and Mental Health in Developing countries: a research role for social scientists, public health professionals and social psychiatrists. *Sm. Sci. Med*, v.39, n. 2, p. 233-245, 1994.

HARPHAM, Trudy. *Urbanization and Mental Health in Developing Countries*. Winchester: Avebury, 1995.

HARVEY, David [1989]. *A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

HARVEY, David. [1973]. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

IACOPONI, E.; MARI, J.J. Reliability and factor structure of the Portuguese version of Self-Reporting Questionnaire. *The International Journal of Social Psychiatry*, vol. 35, n.3, p.213-22, 1989.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*: 2018. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 09 de maio de 2019.

JACOBS, Jane [1961]. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Martin Fontes, 2011.

JOSHI, Spruha; MOONEY, Stephen J; RUNDLE, Andrew G; QUINN, James W; BEAR, John R; CERDÁ, Magdalena. Pathways from neighborhood poverty to depression among older adults. *Health & Place*, v. 43, p.138–143, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5285438/pdf/nihms840637.pdf>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

JÚNIOR, Achilles Gonçalves Coelho; MAHFOUD, Miguel. A relação pessoa-comunidade na obra de Edith Stein. *Memorandum*, v. 11, p. 8-27, Belo Horizonte, 2006.

KALPANA, Srivastava. Urbanization and mental health. *Industrial Psychiatry Journal*, v. 18, n. 2, p. 92–94, 1997. Disponível em: <http://www.industrialpsychiatry.org/>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KIM, Joongbaeck. Neighborhood disadvantage and mental health: The role of neighborhood disorder and social relationships. *Social Science Research*, vol. 39, p. 260–271. 2010. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0049089X09000878?token=A2443D8949F0E1F1DA75D636D63970283FE7C75F52A640C1FBA857A959417109FEB587FD770EC0F35DC333DAF003518A>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

LAGE, Isabel; MACEDO, Ermelina; MACEDO, João; NOVAIS, Rui. Determinantes em Saúde Mental (Contributos para a promoção da saúde mental das pessoas da região de Braga). Universidade do Minho Escola Superior de Enfermagem Núcleo de Investigação em Enfermagem. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29546/1/Poster%20Final.pdf>.

Acesso em: 04 de abril de 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉFÈBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil - 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAU-USP/FUPAM, 1999.

LIMA, Antonio Balbino Marçal (org.). A relação sujeito e mundo na fenomenologia de Merleau-Ponty. In: *Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty*. Ilhéus: Editus, 2014, pp. 77-102.

LUDERMIR, Ana Bernarda; HARPHAM, Trudy. Urbanization and mental health in Brazil: Social and economic dimensions. *Health & Place*, Vol. 4, No. 3, p. 223 - 232, 1998.

LUME, Jorge. O homem e o espaço urbano. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, v.1, nº2, p. 59-69, 1999.

LYNCH, Kevin (1980). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

MACINTYRE, Sally; ELLAWAY, Anne; HISCOCK, Rosemary; KEARNS, Ade; DER, Geoff; MACKAY, Laura. What features of the home and the area might help to explain observed relationships between housing tenure and health? Evidence from the west of Scotland. *Health & Place*, v.9, n.3, p. 207-218, 2003.

MACINTYRE, Sally; ELLAWAY, Anne; CUMMINS, Steven. Place effects on health: how can we conceptualise, operationalise and measure them? *Social Science & Medicine*, v. 55, p.125-139, 2001.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves; MANCEBO, Deise. Estudos Urbanos e Psicologia Social. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 174-177, 2007.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. HUCITEC. São Paulo, 1ª Edição, 1996.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para uma crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2013

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARSELLA, Anthony J. Urbanization, Mental Health, and Social Deviancy: A Review of Issues and Research. *American Psychological Association*, v. 53, n.6, p. 624-634, 1998.

MENEZES, Marlucci. *Do espaço ao lugar. Do lugar às remodelações sócio-espaciais*. Rio de Janeiro, UERJ, Horizontes Antropológicos, a. 6, n. 13, 2000.

MILES, Rebecca; COUTTS, Christopher; MOHAMADI, Asal. Neighborhood Urban Form, Social Environment, and Depression. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, Nova York, v. 89, n.1, p.1-18, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/51752889_Neighborhood_Urban_Form_Social_Environment_and_Depression. Acesso em: 04 de abril de 2019.

MORASAE, Esmail Khedmati; FOROUZAN, Ameneh Setareh; MAJDZADEH, Reza; ASADI-LARI, Mohsen; NOORBALA, Ahmad Ali; HOSSEINPOOR, Ahmad Reza. (2012). Understanding determinants of socioeconomic inequality in mental health in Iran's capital, Tehran: a concentration index decomposition approach. *International Journal for Equity in Health*, v.11, n.18, p.1-13, 2012.

MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos; OLIVEIRA, Antonio Marcos Lima de; BRASILEIRO, Tiago. Limitações e superações: o caso da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, bairro do Tororó, Salvador, Bahia. SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS – URBFAVELAS, 3., 2018, Salvador. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a/ARQUIVOS/GT1-336-186-20180630222154.pdf>.

MURTA, Rachel Sant'Anna. A transformação do espaço urbano em função do turismo. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5., 2008, Belo Horizonte.

NETTO, Vinicius. O efeito da arquitetura: impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão. 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/290>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

NISIDA, Vitor Coelho; VANNUCHI, Luanda Villas Boas; ROSSI, Luis Guilherme Alves; BORRELLI, Julia Ferreira de Sá; LOPES, Ana Paula de Oliveira. A inserção urbana dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida na escala local: uma análise do entorno de sete conjuntos habitacionais. *R. B. estudos urbanos e regionais*, v.17, n.2, p.63-80, 2015.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. Merleau-Ponty: o filósofo, o corpo e o mundo de toda a gente! Disponível em: <http://www.saosebastiao.sp.gov.br/ef/pages/Corpo/Habilidades/leituras/m2.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2020.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty. *Estudos de Psicologia*, vol. 13, n. 2, p. 141-148, 2008.

NOGUEIRA, Maribel Azevedo Mendes. Saúde Mental e Arquitetura: um estudo sobre o espaço e o ambiente e sua inserção no processo terapêutico, 2001. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OMS – Constituição da Organização Mundial da Saúde, 1946. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

PATEL, Vikram; KLEINMAN, A. Poverty and common mental disorders in developing countries. *Bulletin of the World Health Organization*, v. 81, n. 02, p. 609–615, 2003. Disponível em: <https://www.who.int/bulletin/volumes/81/8/Patel0803.pdf?ua=1>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

PEDRÃO, Fernando. A Urbanização Voraz em Salvador. *Revista VeraCidade*, Salvador, n. 5, p.1-11, 2009. Disponível em: <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v5/pdf/artigo1.pdf>

PEREIRA, Maria das Graças Borja Gondim dos Santos. *Salvador pós-metrópole: urbanização dispersa, sustentabilidade e densidade*. 2006. 500 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PIRES, Carla Alexandra Gonçalves. *Evolução do Urbanismo e sua relação com a Saúde Pública - o caso de Sines*. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 366.

PPS – PROJECT FOR PUBLIC SPACES. *The Case of Healthy Places: improving health outcomes through placemaking*. 2016.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720*. Tese (livre-docência) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 1964.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo, SP: Via das Artes, 2006.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Turismo em espaços urbanos: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano. *Revista Iberoamericana de Turismo*, v. 5, número especial, p.81-104, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>.

RODRIGUES, Dayane Silva; CARVALHO, Maria Aparecida Alves Sobreira de; XIMENES, Verônica Moraes. A comunidade como espaço de produção de saúde mental: contribuições da Psicologia Comunitária ao processo de desinstitucionalização. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 734-754, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812011000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 nov. 2020.

ROLNIK, Raquel (coord.). Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV. LabCidade (Laboratório Espaço Público e Cidade da

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP) e ITDP Brasil (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento), e produto da pesquisa “Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV”. 2014.

SALDIVA, Paulo. *Vida Urbana e saúde: os desafios dos habitantes das metrópoles*. São Paulo: Editora Contexto, 2018. 128 p.

SALVADOR. Lei nº 9.069 de 30 de junho 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Salvador, Salvador, 30 de jun. 2016. Edição extra, nº 6.620.

SAMPAIO, Heliodoro. Em busca da modernidade: três desenhos para Salvador metrópole. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). *Cidade e História: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. 1. ed. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1992. p. 159-167.

SANTANA, Paula; SANROS, Rita; COSTA, Cláudia; LOUREIRO, Adriana. Criar Cidade: Amadora Saudável e Activa. Projecto desenvolvido no âmbito do POCTI/GEO/45730/2002, financiado pela FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2002.

SANTANA, Paula. *Introdução à Geografia da Saúde: Território, Saúde e Bem-estar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

SANTANA, Paula (org). *Geografia da Saúde da população: Evolução nos últimos 20 anos em Portugal Continental*. Coimbra: CEGOT, 2015.

SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro Dos. Os projetos estratégicos e a reestruturação do território. Conflitos e potencialidades na Região Metropolitana de Campinas. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2011. p. 1-17.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. 5ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SANTOS, Milton [1994]. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. 190 p.

SANTOS, Milton [1996]. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 384 p.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton [2000]. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18. ed. Rio de Janeiro: RJ: Record, 2009. 174 p.

SCHMID, Aloísio Leoni. *A Ideia de Conforto. Reflexões sobre o ambiente construído*. Curitiba: Pacto Ambiental, 2005. In: BESTETTI, Maria Luisa Trindade. *Ambiência: espaço físico e comportamento*. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p.601-610, 2014.

SCHULZ, Maike; ROMPEL, Matthias; GRANDE, Gesine. Built environment and health: a systematic review of studies in Germany. *Journal of Public Health*, v.40, n. 1, p. 8-15, 2016.

SEHAB. Secretaria Municipal de Habitação de Salvador. Plano Municipal de Habitação de Salvador 2008 -2025. Prefeitura Municipal de Salvador, mar. 2008.

SEHAB. Secretaria Municipal de Habitação de Salvador. Plano Municipal de Habitação de Salvador 2008 -2025. Prefeitura Municipal de Salvador, mar. 2008.

SERPA, Angelo [2007]. *O espaço público na cidade contemporânea*. 2.ed. São Paulo, SP: Contexto: 2013. 205 p.

SERPA, Angelo. Mergulhando num mar de relações: redes sociais como agentes de transformação em bairros populares. *Geografia*, Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 211-222, 2005.

SERRA, Ordep; NUNES, Débora. *Por debaixo do plano: o PDDU de Salvador e seus desvios: introduzindo análises críticas*. In: GOMES, Hortênsia; SERRA, Ordep; NUNES, Débora. *Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: Construindo novas possibilidades*. EDUFBA, Salvador. 2019.

SILVA, Aline Basso da; PINHO, Leandro Barbosa de. Território e saúde mental: contribuições conceituais da geografia para o campo psicossocial. *Revista de enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p.420-424, mai/jun, 2015.

SILVA, Maria Cristina Carvalho da; CECCIM, Ricardo Burg. Educação do lugar: saúde mental e pedagogia da cidade. *Saúde em redes*, v.1, n.3, p.7-19, 2015.

SILVA, Nara Helena Lopes Pereira da. CARDOSO, Cármen Lúcia. Contribuições da fenomenologia de Edith Stein para a atuação do psicólogo nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v.16, n.2, p. 246-259, 2013.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso (org). *Transformações Metropolitanas no Século XXI: Bahia, Brasil e América Latina*. Salvador: EDUFBA, 2016. 383 p.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. *Governança urbana e governança metropolitana: desafios para o futuro de Salvador e de sua Região Metropolitana*. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso (org). *Transformações Metropolitanas no Século XXI: Bahia, Brasil e América Latina*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 205-231.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso (org). *Salvador no século XXI: transformações demográficas, sociais, urbanas e metropolitanas cenários e desafios*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SIMMEL, Georg [1902]. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, 1967.

STEIN, Edith. *Philosophy of Psychology and the Humanities*. ICS Publications, Washington, 2000.

STOCKDALE, Susan E; WELLS, Kenneth B; TANG, Lingqi; BELIN, Thomas R; ZHANG, Lily; SHERBOURNE, Cathy D. The importance of social context: neighborhood stressors, stress-buffering mechanisms, and alcohol, drug, and mental health disorders. *Social Science and Medicine*, v. 65, n.9, p. 1867-81, 2007.

STURM, R.; COHEN, D.A. Suburban sprawl and physical and mental health. *The Royal Institute of Public Health*, v. 118, p. 488-496, 2004.

TRIVALDI, J.K. Urbanization and Mental Health: a new challenge. *Indian Journal of Psychiatry*, v. 44, n. 1, p. 1-2. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5dff/12dd588e66d6e45df01cea152e47001f3e3d.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

TURAN, M. Tayfun; BESIRLI, Asli. Impacts of urbanization process on mental health. *Anatolian Journal of Psychiatry*, v.9, p. 238-243, 2008.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, 1967.

VIETTA, Edna Paciência; KODATO, Sérgio, FURLAN, Reinaldo. Reflexões sobre a transição paradigmática em saúde mental. *Revista Latino-am Enfermagem* v.9, n.2, p. 97-103, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692001000200014&script=sci_abstract. Acesso em: 30 de maio de 2019.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. Studio Nobel/FAPESP, Lincoln Institute, São Paulo, 1998.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

WAGNER, Raúl Fernández. Los Asentamientos Informales como Cuestión: Revisión y Perspectivas. *Oculum ensaios*, Campinas, v. 15, n. 3, p. 399-411, set./dez. 2018.

WANG, Ruoyu; XUE, Desheng. LIU, Ye; CHEN, Hongsheng; QIU, Yingzhi. The relationship between urbanization and depression in China: the mediating role of neighborhood social capital. *International Journal for Equity in Health*, v. 17, n. 105, 2018. Disponível em: <https://equityhealthj.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12939-018-0825-x>. Acesso em: 12 de abril de 2019.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *A user's guide to the self reporting questionnaire (SRQ)*. Geneva, 1994. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/61113/WHO_MNH_PSF_94.8.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 de abril de 2019.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Mental health and development: Targeting people with mental health conditions as a vulnerable group*. Geneva, 2010. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44257/9789241563949_eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 04 de abril de 2019.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Mental Health Action Plan 2013-2020*. Geneva, 2010. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/89966/9789241506021_eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 04 de abril de 2019.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates*. Geneva, 2017. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/management/depression/prevalence_global_health_estimates/en/. Acesso em: 15 de abril 2020.

Anexo 01: Questionário utilizado na atividade de campo – O Self reporting questionnaire (SRQ-20) da OMS.

Disponível em:

https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/61113/WHO_MNH_PSF_94.8.pdf?sequence=1&isAllowed=y

A USER'S GUIDE TO THE SELF REPORTING QUESTIONNAIRE (SRQ) WHO/MNH/PSF/94.8	
SRQ-20	
A copy of the English version of the Self Reporting Questionnaire-20 is shown below.	
1.	Do you often have headaches? yes/no
2.	Is your appetite poor? yes/no
3.	Do you sleep badly? yes/no
4.	Are you easily frightened? yes/no
5.	Do your hands shake? yes/no
6.	Do you feel nervous, tense or worried? yes/no
7.	Is your digestion poor? yes/no
8.	Do you have trouble thinking clearly? yes/no
9.	Do you feel unhappy? yes/no
10.	Do you cry more than usual? yes/no
11.	Do you find it difficult to enjoy your daily activities? yes/no
12.	Do you find it difficult to make decisions? yes/no
13.	Is your daily work suffering? yes/no
14.	Are you unable to play a useful part in life? yes/no
15.	Have you lost interest in things? yes/no
16.	Do you feel that you are a worthless person? yes/no
17.	Has the thought of ending your life been on your mind? yes/no
18.	Do you feel tired all the time? yes/no
19.	Do you have uncomfortable feelings in your stomach? yes/no
20.	Are you easily tired? yes/no
3	